

B. E. VIDOS

MANUAL DE LINGÜÍSTICA ROMÂNICA
Vol. I
História e Metodologia

2ª edição corrigida e atualizada
Tradução de *José Pereira da Silva*

Edição do Tradutor
2001

FICHA CATALOGRÁFICA

A large, empty rectangular box with a thin black border, centered on the page. It is intended for a catalog card.

SUMÁRIO

Apresentação [da primeira edição] – Evanildo Bechara	
Sobre o autor – Maximim P. A. M Kerkhof	
Prefácio	
Nota do tradutor	

PRIMEIRA PARTE	
----------------------	--

Primeiro Capítulo

Considerações Metodológicas	
-----------------------------------	--

Segundo Capítulo

O Nascimento da Lingüística Românica	
--	--

Terceiro Capítulo

A Lingüística Românica como Ciência Histórica	
O método histórico- comparativo	

Quarto Capítulo

A Lingüística Românica no Século XX	
I. Geografia Lingüística	
1. <i>Wörter und Sachen</i> e Onomasiologia	
2. Geologia lingüística e estratigrafia lingüística	
3. Neolingüística ou lingüística espacial	
4. A importância da geografia lingüística	
II. O método idealista	
III. Língua e linguagem	
Lingüística sincrônica e diacrônica	
IV. Lingüística estrutural, fonologia, estruturalismo	

Quinto Capítulo

Revisão e Previsões

Referências Bibliográficas

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Depois de um período de “quarentena” em círculos universitários brasileiros começam a reconquistar seu lugar de direito os estudos históricos, e, no caso em tela, a Filologia e a Lingüística Românicas. Este movimento – que nunca cessou nos países onde também se faziam, e bem, os estudos sincrônicos – começou lá fora e, felizmente, vem atraindo uma nova geração de professores universitários brasileiros, movimento que traz consigo a volta dos estudos de grego e latim, tanto no domínio da literatura – que, verdade seja dita, nunca cessou de todo –, quanto ao domínio da língua.

Esta compreensão melhor de que, como disse Eugenio Coseriu, a descrição “è, *infantti contenuta nella storia, anzi, è già storia se storia parziale e provisoria, che vuole essere confermatadalla storia vera e própria*”¹, vem chamando a atenção da importância da Lingüística Românica no quadro dos cursos de Letras, particularmente das línguas que continuam o latim.

Daí a oportunidade desta tradução para o português do *Manual* de B. E. Vidos, levada a bom termo pelo Prof. José Pereira da Silva e agasalhada pela EDUERJ, sob a direção do Prof. Ivo Barbieri e a coordenação de publicações do Prof. Renato Casimiro.

Aqui, como noutras ocasiões, pode-se repetir que *habent sua fata libelli*, e isto se refere ao fato de que só aparentemente chega atrasada a tradução para o português deste clássico da bibliografia romanística. A verdade é que, tão logo saía a tradução italiana, em 1959, se apressou, já em 1960, o inesquecível romanista brasileiro Serafim da Silva Neto em providenciar uma tradução pela operosa livraria Acadêmica, devida à competência do saudoso latinista Miguel Daddario. Vidos, no prefácio da edição alemã, alude ao fato, e estranha que, estando pronto o manuscrito, que colocaria o Brasil como o segundo tradutor do *Manual*, depois da versão italiana de 1959 e antes da espanhola de 1963.

O que ocorreu foi que perdíamos Serafim da Silva Neto em setembro de 1960, a quem Vidos se referia, no citado prefácio da tradução alemã de

1

1968, com “der einzigartige Förderer der portugie linguistischen Studien”, desaparecendo, assim, o grande incentivador da empresa. Em seguida, veja a tradução espanhola devida ao talento e competência do romanista catalão Francisco de B. Moll, a quem já os estudos lingüísticos deviam versões de livros clássicos, com a *Introduction to Vulgar Latin* do romanista americano C. H. Grandgent (Boston, 1907).

O aparecimento da versão espanhola inviabilizou a empresa editorial da Acadêmica, uma vez que o texto espanhol poderia ser consumido por uma geração de alunos universitários brasileiros que praticamente liam nas principais línguas de cultura, preparados que estavam por bons cursos do então colegial. A versão brasileira não poderia competir com a poderosa editora Aguilar, de Madri. Estes dois fatos foram poderosos para que o sonho de Serafim e o labor do Daddario não tivessem feliz concretização à época.

O advento do Estruturalismo entre nós, especialmente da descrição de línguas, banindo os estudos históricos, impediu a publicação do original ou tradução de manuais de Lingüística Românica, com exceção da excelente *Preparação à Lingüística Românica*, de mestre Sílvio Elia, saída em 1974.

O avanço recente dos estudos históricos entusiasmou o Prof. Rodolfo Ilari a lançar pela Ática sua *Lingüística Românica*.

Assim, a presente tradução chega às mãos dos alunos e jovens professores universitários numa hora muito propícia e oportuna.

Há quem irá lamentar que o livro, ao contrário das versões espanholas e alemã, não vem com atualização da bibliografia. Ocorre que numa tentativa neste sentido ficaria sempre a meio caminho, já que a pobreza de nossas bibliotecas não poria ao alcance do nosso tradutor os elementos que necessitaria. Para suprir esta lacuna, pode o interessado consultar o gigantesco *Lexikon Romanistischen Linguistik*, editado sob a direção de Günter Holtus, Michael Metzeltin e Christian Schmit, (Max Niemeyer Verlag, tübingen), com seis volumes já publicados – e ainda não todo completo –, dos quais o tomo VI, 2 é dedicado exclusivamente ao galego e ao português.

Outro ponto é que o *Manual* de Vidos é, na versão espanhola de 1963, pela qual se guiou o tradutor brasileiro, um livro carente de atualização. A crítica é só em parte verdadeira. O leitor do *Manual* encontrará num ou noutro ponto, em estudo mais recente, explicação diferente da que a ministra Vidos; todavia, embora também aí o saldo a favor do *Manual* seja bastante elevado, o maior mérito do romanista de Nimega é a análise e discussão dos problemas metodológicos, fator que oferece ao aluno estudioso uma boa dose de argumentos para posteriores reflexões pessoais.

Realmente, a tônica de Vidos está encerrada na afirmação de Gundolf: *Methodé ist Erlebnís*, isto é, o método é experiência vivida; e o *Manual* é um bom exemplo disso, na medida em que, como disse Moll, no prefácio à sua tradução,

Es el resumen de un gran cúmulo de observaciones, redactado a base de experiencias vivas y de la lectura vigilante y severamente crítica de una multitud de obras fundamentales para todo romanista. De ellas ha sacado el autor las quintaesencias, que ofrece en este manual a la rumia pasada de profesores y alumnos de las Facultades de Románicas (p. VII)

Por fim, esta tradução não seria possível sem o apoio da viúva do Professor Vidos e, especialmente, do seu discípulo mais dileto, meu amigo Professor Maxim P. A. M. Kerkhof, a quem devo a nímia gentileza de me permitir traduzir para este livro o necrológio em honra ao seu mestre, publicada na *Revista de Filología Española*, tomo LX VII, 1987, cadernos 1º e 2º, p. 127-129.

Tenho certeza de que está fadada a este clássico de Vidos uma vida longa e frutuosa nos estudos romanísticos do Brasil.

Evanildo Bechara
(UERJ e ABF)

SOBRE O AUTOR
BENEDEK ELEMÉR VIDOS (1901-1987)

Maxim. P. A. M. Kerkhof
Universidade Católica de Nimega (Holanda)

Nasceu Benedek Elemér Vidos em Budapeste, aos 7 de fevereiro de 1902.

Terminados seus estudos na Faculdade de Letras da Universidade de sua cidade natal, obteve várias bolsas para aperfeiçoar fora de seu país os conhecimentos de lingüística românica. Assistiu a cursos em Bolonha, Roma, Paris e Berlim (nos anos de 1926 e 1927); em Roma estudou com Giulio Bertoni e em Berlim com Ernst Gamillscheg. Em 1928 doutorou-se na Universidade de Budapeste com a tese *Szóföldrajzi Kutatások (Investigações sobre Geografia Lingüística)*.

Até 1932 foi professor de francês e latim em escola de ensino médio em Budapeste. Em 1932 foi nomeado leitor de italiano e de espanhol na Universidade Católica de Nimega (Holanda), onde sucedeu ao professor V. Bertoldi. Tomou posse oficial do leitorado no dia 15 de novembro do mesmo ano, preferindo na ocasião o discurso inaugural intitulado *La forza di espansione della língua italiana*. Um ano antes publicara seu *Contributo storico-linguistico all espansione della lingua nautica italiana*. Com tais estudos, Vidos inicia sua investigação sobre a expansão de termos técnicos – sobretudo náuticos – italianos. Em 1939 publica sobre o mesmo tema a magnífica monografia *Storia della parole marinaresche italiane passate in francese. Contributo storico-linguistico all espansione della lingua nautica italiana*. Aí Vidos mostra como os focos de expansão de termos náuticos são particularmente Gênova e Veneza, as duas potências marítimas italianas mais importantes do passado; a influência da terminologia marítima genovesa se manifesta quase exclusivamente na parte ocidental do Mediterrâneo (isto é, nas línguas românicas), enquanto a linguagem marítima veneziana influi tanto na parte ocidental, quanto na oriental. Trata-se de um trabalho impressionantemente bem documentado, e cujas conclusões estão solidamente ampa-

radas. E. Gamillscheg falou em sua resenha do livro de uma “wirlich grosse Leistung” (“verdadeira grande obra”) *Zeitschrift für französische sprage und literatur* LXIII (1939: 86) e M. L. Wagner classificou-o como uma “Leistung von gigantischem Ausmasse” (“obra de gigantesca dimensão”) *Volkstum und Kultur de Romanen*, XII (1939: 223). Sem nenhum exagero, podemos dizer que com a *Storia*, Vidos se apresentou como o melhor especialista no terreno da expansão da terminologia náutica italiana.

Continuou elaborando estudos acerca da migração de termos técnicos, de suas etimologias e dos problemas metodológicos conexos; em 1965 reuniu 21 trabalhos publicados num espaço de trinta e dois anos em diferentes revistas científicas, além de dois inéditos “Migração popular e migração erudita” e “Les termes techniques et'emprunt” “Os termos técnicos e o empréstimo”, num volume intitulado *Prestito, expansione e megrazione dei termini tecnici nelle lingue romanze e non romanze, Problemi, metodi e risultati*. Embora a holandesa náutica continuasse ocupando lugar preponderante, estuda também nosso autor palavras procedentes de outros campos técnicos, como os tecidos, a guerra, a equitação, o comércio, a zoologia, a botânica, a medicina etc., e, no que diz respeito às línguas:

As línguas românicas ocupam naturalmente a posição de maior preponderância, vindo depois, em escala decrescente, as línguas germânicas, o turco, as línguas eslavas, o grego moderno, o árabe da costa setentrional da África etc. (Prólogo, p. VIII).

No plano teórico, Vidos ensina que não há por que considerar o empréstimo como um fenômeno isolado; em geral, ocorre juntamente com outros do mesmo grupo semântico e muitas vezes deve seu aparecimento aos ambientes bilíngües do país de onde procede. Com razão Rohlf's Gerhard qualificou o livro de “Handbuch der europäischen Lehuwortkunde”.

Neste meio tempo Vidos publicara em 1956 seu *Handbock tot de Romaanse Taalkunde*, traduzido ao italiano (1959), ao espanhol (1963) e ao alemão (1968). Consta a obra de duas partes: na primeira, o autor discute os diferentes métodos utilizados no estudo das línguas românicas até o estruturalismo inclusive, e na segunda, passa revista à romanização, à problemática do substrato e superestrato, ao nascimento e desenvolvimento das línguas românicas, aos dialetos e temas correlatos. Enfoca Vidos sua posição de uma perspectiva diacrônica, porque, segundo ele, a lingüística românica é essencialmente “uma ciência histórica”; entretanto, “já que sincronia e diacronia são inseparáveis, o método sincrônico forma a natural integração do histórico”. Não se trata de um simples “état de question”; ao contrário, o manual proporciona uma exposição didática e discussão crítica de complexas questões e opiniões encontradas, no que o autor nos oferece muitas vezes idéias pessoais. Vidos manejou impressionante bibliografia, atualizada nas sucessivas traduções. Alarcos Llorach escreveu que “é um dos poucos manuais, no

domínio do românico, que reflete verdadeiramente uma situação *up to date*” (*Archivum*, X, 1960: 25). O livro foi recebido pelos especialistas com aplauso quase unânime; 34 das 38 resenhas que vi são particularmente elogiosas.

Retornemos ao *curriculum vitae* do professor Vidos.

Em 1946 foi nomeado catedrático de lingüística românica e espanhola da Universidade Católica de Nimega, onde ensinou até sua jubilação em 1971. Nesse ínterim, em 1968, a Itália e a Espanha o condecoraram, respectivamente, com a ordem “Al mérito della Republica Italiana” e com a de “Alfonso X el Sabio”. Depois de sua jubilação continuou trabalhando intensamente durante uns doze anos. Depois de longa enfermidade, morreu em Nimega, aos 18 de março de 1987.

Com a morte de sábio lingüista a Romanística perdeu um dos seus mais eminentes representantes. Já não o temos entre nós; todavia, continuará vivendo em nossa memória e nos seus escritos. Os amigos e colegas o recordamos com admiração e gratidão.

(Trad. Evamildo Bechara)

PREFÁCIO

Esta versão constituirá a quinta edição do *Handboek tot Romaanse Taalkunde* (Manual de Lingüística Românica) do Prof. Benedek Elemér Vidos e a primeira em língua portuguesa.

Vindo à luz em holandês em 1956, foi logo traduzido para o italiano por Giuseppe Francescato e publicado em 1959, completamente atualizado pelo autor, na prestigiosa coleção *Archivum Romanicum*. Tornava-se, assim, acessível a muitos brasileiros, mas não a todos os estudantes de letras, pois muitos não dominam o italiano em grau suficiente para estudarem sem dificuldade e com proveito um texto tão extenso e tão denso de conteúdo. A versão alemã, de 1968, não teve circulação no Brasil.

Em 1963 saía a segunda versão em língua românica. Desta vez em espanhol e destinada a maior número de leitores, já que traduzia também as notas e citações originais, qualidade didática que não poderíamos desprezar em nossa versão brasileira. Na Europa, uma extensão territorial equivalente à do Brasil, dezenas de línguas e centenas de dialetos são falados, criando uma necessidade vital de dominarem outras línguas.

Como, na prática, menosprezamos o políglotismo, nossos livros didáticos precisam de tradução também das citações.

Este livro não foi escrito apressadamente nem calcado nos moldes de manuais anteriores. Pelo contrário, nasceu lentamente, como fruto de vários anos de magistério, num refinamento pausado de matérias bem selecionadas e expostas de um modo novo. É o resumo de grande quantidade de observações, com base na experiência viva e na leitura atenciosa e crítica das obras fundamentais para o romanista, de onde tirou o que há de melhor para a reflexão dos professores e alunos de nossas Faculdades de Letras.

Até bem recentemente, só conhecíamos livros de Lingüística Românica organizados segundo o árido método da Gramática Histórica. Até então, um manual de Lingüística Românica podia ser uma introdução sobre o latim

vulgar e sobre o românico comum primitivo seguido de um conjunto de sumários ou pequenos tratados sobre a evolução de cada língua românica.

Alguns manuais recentes já superaram este método e concedem um bom espaço para capítulos de orientação metodológica e de história das doutrinas lingüísticas. É o caso, por exemplo, do conhecido *Preparação à Lingüística Românica*, do Prof. Sílvio Elia. No entanto, nunca se deu a tais capítulos a importância que lhes concede Vidos, quase a metade de seu livro, que tem duas partes: a primeira se constitui dos capítulos de história e crítica das doutrinas, a segunda contém o que antes costumava ocupar a totalidade de qualquer manual desta disciplina.

Este método tem a vantagem de iniciar o estudante nas generalidades doutrinárias e na valorização dos sistemas, antes de apresentar-lhe os dados concretos e as particularidades de cada língua.

Do ponto de vista românico, a primeira parte é um resumo de Lingüística Geral e sua história crítica, conhecimentos com que o leitor vai se preparando para entender e assimilar a doutrina de cada língua neolatina e as suas interrelações.

Recomendo, portanto, a leitura atenta da referida primeira parte, que abrirá amplas perspectivas ao estudante, oferecendo-lhe uma visão sintética de todo o processo da Lingüística Moderna desde os tempos de Humboldt e Diez até as recentes novidades do Estruturalismo e da Glossemática. A exposição que Vidos faz de tudo isso é de grande clareza e de uma imparcialidade louvável. O Idealismo de Vossler, a Lingüística Espacial, o Estruturalismo etc., aparecem expostos com um espírito crítico absolutamente sereno e com uma avaliação equilibrada dos aspectos positivos e negativos de cada teoria.

A segunda parte é tão importante quanto a primeira, mas interessa mais diretamente ao romanista ou a quem pretende sê-lo. Ali o autor dá uma visão de conjunto da formação das línguas românicas, desde sua pré-história (o latim e os substratos que nelas influíram). Poucas vezes foram escritos capítulos tão claros como aqueles em que Vidos se dedica a expor a variedade dialetal românica, a origem das línguas literárias da România e as características dessas línguas. Tudo de acordo com a bibliografia acessível sobre cada ponto, com uma amplitude de citações que guia com segurança o estudioso que quiser comprovar e ampliar o que neste livro se afirma ou se discute.

Um mérito especial do presente Manual, para os leitores de língua portuguesa, é o de estudar os romances que resultaram nas três línguas ibero-românicas em plano de igualdade e de refletir o estado atual dos estudos sobre o galego-português, assim como sobre o castelhano e o catalão.

Apresento-lhes esta versão em língua portuguesa do Manual de Vidos com a segurança de estar prestando um bom serviço ao ensino da românica nas universidades brasileiras.

Rio de Janeiro, 1996.

José Pereira da Silva

NOTA DO TRADUTOR (NA PRIMEIRA EDIÇÃO)

Esta obra do mestre da Universidade de Nimega constitui uma das bases mais sólidas da bibliografia de Lingüística Românica até hoje escrita em todo o mundo.

Concluída em janeiro de 1955, como se pode ver no “Woorword” (Prefácio) da primeira edição, foi publicada pela primeira vez, em holandês, no ano de 1956, pela L. C. G. Malmberg. `s-Hertogenbosch; a segunda edição foi em italiano, em 1959, totalmente atualizada pelo autor e preparada pelo professor de língua italiana na Universidade de Utrecht e Leida, Dr. Giuseppe Francescato e editada por Leo S. Olschki – Editore; a terceira foi em espanhol, em 1968, traduzida a partir da versão italiana, pelo professor Francisco de B. Moll, membro correspondente da Real Academia Espanhola e publicada pela Aguilar. Esta é a primeira edição em língua portuguesa, feita a partir da edição italiana, cotejando-se o texto com a versão espanhola, visto que esta apresenta algumas inovações tradutológicas que achamos interessante aproveitar. Além de ser o espanhol mais próximo do português e por ser a versão em que até hoje mais se difundiu a obra, B. Moll teve a preocupação de traduzir quase todas as citações feitas em línguas estrangeiras, principalmente quando tais citações só interessam pelas informações que transmitem.

O cotejo com a primeira edição, em holandês, só foi feita quando as duas anteriores versões românicas discordavam em algum ponto e, mesmo assim, só nas partes relativas a citações ou notas bibliográficas.

Da primeira edição não houve reimpressão, visto que a língua holandesa é pouco difundida, principalmente entre os estudiosos de Lingüística Românica. Da versão italiana e da espanhola já foram feitas várias reimpressões, todas fac-similares e, portanto, sem alterações. Após a atualização feita para a edição italiana, não se tocou mais nos originais, estando a obra intacta a partir daquela época (1959).

Esta tradução foi realizada em 1990 e revista pela Profa. Dra. Darcília Marindir Pinto Simões, do Departamento de Letras da faculdade de For-

mação de Professores e do Instituto de Letras, cujas palavras de incentivo agradecemos sinceramente e pelo Prof. Dr. Evanildo Bechara que lhe acrescentou uma apresentação e uma resumida biografia do autor.

Rio de Janeiro, 1996.

José Pereira da Silva

PRIMEIRO VOLUME

O primeiro volume desta segunda edição do Manual de Lingüística Românica em português, correspondente à primeira parte da obra nas edições anteriores, é um resumo da Lingüística Geral a partir do românico e da história crítica da ciência, conhecimento necessário para se entender e assimilar as informações sobre cada língua românica em especial e sobre suas mútuas relações.

Nesta edição ainda não foram feitas todas as atualizações necessárias relativas aos desenvolvimentos lingüísticos e filológicos ocorridos na segunda metade do século XX e neste início do século XXI e sua adaptação à realidade brasileira e de nossos cursos superiores de Letras; mas fica aqui o seu esboço e a promessa para a próxima edição, que esperamos poder sair muito brevemente, motivo pelo qual esta sai com uma tiragem extremamente reduzida, apenas para atender aos nossos alunos de graduação de 2006.

PRIMEIRO CAPÍTULO

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O método e a história da Lingüística Românica não se podem separar. E se alguém deseja ter uma idéia clara da origem e desenvolvimento desta ciência, é necessário que a veja à luz dos vários períodos históricos em que operavam aqueles que a ela se dedicaram. Além disso, não é possível falar propriamente de um método da Lingüística Românica, posto que o método, ou, em outras palavras, a posição pessoal do investigador ao confrontar os fenômenos próprios das línguas românicas, não pode ser constante nem por um momento porque naqueles fenômenos aparece uma contínua variedade e porque não há dois estudiosos que apresentem uma idêntica disposição espiritual e idênticas circunstâncias individuais. Por isso, na Lingüística Românica, podemos reconhecer não o método, mas diversos métodos. Também o reconhecimento das infinitas variedades dos fenômenos e dos investigadores pode fazer evitar uma tendência, tão humana como funesta, à generalização e à esquematização, contra a qual se deve estar sempre prevenido. Portanto, o mesmo fenômeno lingüístico e, provavelmente, também não-lingüístico pode ser explicado por diversos métodos. Isto é, cada investigador pode ter a respeito do método uma experiência diferente – *Methode ist Erlebnis*, método é experiência, “ele consiste mais em Prática do que em Teoria” (Descartes)² – conforme ele seja, pela confluência de circunstâncias, um homem diferente.

Antes do século XIX, ou seja, antes que a Lingüística Românica começasse a existir como ciência, era certamente possível adquirir experiência sobre os fenômenos lingüísticos românicos. Mas semelhante tomada de posição tornava-se completamente pessoal, isto é, não-científica, não-metódica. Já no início do século XIV, por exemplo, em seu tratado *De Vulgari Eloquentia*, I, VIII, Dante reconheceu o parentesco de algumas línguas români-

² “Preferi expor-lhes minhas próprias experiências também porque o caminho básico do investigador individual, condicionado como está por suas primeiras experiências – por suas *Erlebnisse* como dizem os alemães – determina seu método: *Methode ist Erlebnis*, disse Gundolf” (1929-30: I, 4; SPITZER, 1948: 1, 23 e 38.)

cas, concretamente do espanhol, do provençal, do francês e do italiano, baseando-se no léxico, que mostra uma origem comum. Mas a língua de que se formam as línguas românicas não é, para Dante, o latim, porque, segundo ele, esta língua que é uma criação dos doutos, está fixada há séculos e não pode sofrer nenhuma modificação. O resultado dessa visão pessoal de Dante era equivocado. Com efeito, graças à Lingüística Românica, foi demonstrado que as línguas românicas procedem do latim falado. Para o etimologista francês Gilles Ménage, que viveu no século XVII, a origem latina das línguas românicas é tão evidente, que ele raramente toca neste argumento (BRUNOT, 1905: I, 6 ss. e IV, 1 e ss.; TAGLIAVINI, 1952: 4 e ss.; VITALE, em VISCARDI, 1955: 59-62.). Mas quando, entre outras coisas, afirma que o francês *haricot* deve provir do latim *faba*, ou mais exatamente de um *faricotus* derivado de *faba*, demonstra não conhecer (e não podia ser de outro modo) os elementos da Lingüística Românica. Com efeito, *faricotus* não existe em latim, não pode ser derivado de *faba*, e o *f* latino não pode dar *h* em francês; isto, sem falar que, entre outras coisas, *haricot* (mexicano *ayacotli*), que não está documentado antes do século XVII, significa uma planta distinta da *faba* do latim, e precisamente uma planta que se introduziu na Europa, vinda da América nos fins dos séculos XVI.³ Neste caso, a intuição de Ménage falha, como a de Dante e de outros, porque não está de acordo com a realidade dos fatos. A Lingüística Românica existe há mais de cem anos; por conseguinte, a experimentação dos fatos lingüísticos românicos, a tomada de posição pessoal, tornou-se metodológica, e uma intuição que não esteja embasada nos conceitos fundamentais desta ciência, deve ser considerada errada.

Depois destas considerações, claramente se vê que, na Lingüística Românica, não existe um método como algo particular desta ciência, e que é apenas a tomada de posição pessoal, ou seja, a intuição diante das infinitas variações dos fenômenos lingüísticos românicos, fundamentada na base da ciência lingüística. Nesta tríplice relação, somente o fundamento lingüístico, a concepção metodológica fundamental, é constante, enquanto os outros dois fatores mudam continuamente em correlação com o tempo em que os fenômenos lingüísticos românicos se manifestam e são observados. Também por isto é impossível separar o método e a história da Lingüística Românica, porque a sua história é apenas a resenha histórica dos diversos métodos que, surgidos no clima espiritual dos diferentes períodos, desenvolveram-se em determinadas correntes metodológicas. No interior e, naturalmente, também no exterior destas correntes (o grande lingüista Hugo Schuchardt, por exemplo, ficou fora de toda corrente metodológica), desenvolve-se o jogo das po-

³ GRÖBER, 194-6: I, 26; MEYER-LÜBKE, 1935: 847; GAMILLSCHEG, 1928: 508; WARTBURG, 1928 e ss.: I, 190; III, 339-41 e 1931: 222 e ss.

sições individuais, intuitivas e científicas, que não pode ser registrado numa resenha histórica, mas que se manifesta, sem que o método se torne visível, na ilustração e na explicação dos fenômenos da Linguística Românica, ou seja, nos resultados desta ciência.⁴

À pergunta de quais sejam os fundamentos científicos, as concepções metodológicas fundamentais, de nossa ciência, pode-se responder, na base dos resultados obtidos na prática pelos investigadores, que tais fundamentos e concepções consistem numa intuição baseada em fatos, em cuja indução e dedução se encontram continuamente em estreita correlação, de modo que a dedução só adquire o direito de existir mediante a indução.

⁴ "...O método, considerado independentemente da busca laboriosa do estudioso, não existe concretamente, mas é apenas uma abstração de nossa mente. O método mesmo é "conhecimento" e *forma mentis*; e é sempre bom ou mau não em si mesmo, mas enquanto são bons ou maus os resultados a que se chega." (BERTONI, 1933:171.)

SEGUNDO CAPÍTULO

O NASCIMENTO DA LINGÜÍSTICA ROMÂNICA

No clima espiritual criado pelo romantismo alemão, surgiram, no final do século XVIII, a Filologia Germânica, a Filologia Românica e a Lingüística Moderna. O interesse e a admiração dos românticos alemães por tudo que era exótico e medieval fizeram que não só se ocupassem da civilização e da literatura da antiga Índia e estudassem o sânscrito, mas que se estudassem também os *Minnesanger* alemães e a literatura românica da Idade Média. Os românticos alemães descobriram o mundo romântico medieval e trouxeram à luz *das Vergessene und Verkannte*. Mas não se contentaram com um puro prazer estético derivado da descoberta dos tesouros do medievo; desejaram também considerá-lo a partir de um ponto de vista científico, com a publicação de manuscritos e de textos. Depois que Bodmer, Wieland, Herder e Uhland publicaram boa parte daqueles tesouros, tornou-se significativa sobretudo a obra dos irmãos Schlegel.

Friedrich Schlegel contribuiu, com seus estudos sobre o antigo indiano, para o nascimento da Lingüística Comparada. Franz Bopp, com a sua *Vergleichende Grammatik*, aparecida entre 1833 e 1851, na qual, entre outras coisas, é refutada a idéia equivocada de Schlegel de que o grego, o latim e o germânico derivem do sânscrito, põe os fundamentos da Lingüística Comparada. Friedrich Schlegel se ocupou da poesia medieval francesa, e durante sua estadia em Paris queria publicar num *corpus* os numerosos manuscritos provençais que se encontram nas bibliotecas daquela cidade e a totalidade da poesia em provençal antigo. Concebeu também o projeto de se dirigir à Provença para ali associar-se ao filólogo François Raynouard. Mais tarde, entretanto, renunciou a seus planos românticos e desviou sua atenção do Ocidente para o Oriente, para sânscrito. Sob a influência do irmão deste, o romântico Augusto Guilherme von Schlegel, tradutor de poesias italianas, espanholas e portuguesas e autor de notáveis trabalhos no campo da Filologia Românica, Jacob Grimm publica, entre 1819 e 1847, sua *Deutsche Grammatik* (com a palavra *deutsche* quer dizer sempre “germânica”), e desta maneira se converte no fundador da Lingüística Histórica. Ainda que esta

tenha surgido ao lado da Comparativa, de um ponto de vista metodológico a Linguística Histórica procede da Comparativa.

Assim, os românticos alemães haviam preparado o terreno para o fundamental trabalho filológico de François Raynouard, que não era um romântico nem um artista, mas que, com sua antologia em seis volumes e com o estudo aprofundado do provençal antigo e da língua dos trovadores (*Choix de poésies originales des troubadours*, Paris, 1816-21) realizou o que só podia suscitar o entusiasmo nostálgico de Friedrich Shlegel. O primeiro tomo da obra contém a “gramática da língua romana”, o sexto a “gramática comparada das línguas da Europa Latina”, em que ele, ao lado de muitas afirmações corretas sobre a origem das línguas românicas, expressa a teoria completamente errônea de que estas derivem de uma “língua romana” que teria sido falada entre os séculos VII e IX, e que Raynouard identifica com o provençal e chama de *langue romane* (GRÖBER, 1904-6: 1, 103 e ss.; RICHERT, 1913: 3 e ss., 12 e ss., 26 e ss., 31 e 38 e ss.; WARTBURG, 1931: 5-6; LECOUTERE-GROOTAERS, 1948: 28 e ss.; TERRACINI, 1949: 7 e ss., 61 e ss. e 182; TAGLIAVINI, 1949: 42 e ss, e 1952: 2, 8 e ss., 39; VI-TALE, 1955: 86-89).

Neste clima espiritual medieval, criado pelo romantismo alemão, Friedrich Diez (1794-1876), que em sua juventude havia estado inteiramente sob a influência dos românticos, fundou não só a Filologia Românica, mas também a Linguística Românica. Por influência de Jacob Grimm, cujo interesse pelas literaturas românicas medievais é bem conhecido (cf., sobretudo, seu opúsculo *Silva de romances viejos*, aparecido em Viena em 1815 e que agiu de maneira particularmente inspiradora sobre Diez), e de Augusto Guilherme Shlegel, Diez publicou em Giessen (1817) seus *Altspanische Romanzen*, (RICHERT, 1913: 31 e ss.) e já em 1816, portanto antes de sua famosa visita de 1818 a Goethe, em Jena, em que este chamou a atenção do jovem Diez sobre os estudos provençais de Raynouard (TOBLER, 1912: 441 e 455), ocupou-se Diez em projetos de estudo sobre a poesia românica de amor CURTIUS, 1947: 389-410) e, entre outras coisas, publicou em Zwic-kau, em 1826 e 1829, *Die Poesie der Troubadours e Leben und Werke der Troubadours. Ein Beitrag zur näheren Kenntnis des Mittelalters*. Com estas e outras obras literárias, como também com a publicação de textos e glosas, que mostram traços da profunda escola do filólogo clássico Karl Lachmann (GAUCHAT, 1936: V), Diez criou a Filologia Românica (RICHERT, 1913: 56-59).

Aplicando o método histórico-comparativo de Franz Bopp e de Jacob Grimm às línguas românicas, Diez publicou entre 1836 e 1843 sua *Grammatik der romanischen Sprachen* e, em 1853, seu *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen* (este último é ainda hoje uma obra fundamental e indispensável), com os quais, há mais de cem anos, fundou a

Linguística Românica (GAUCHAT, 1936: IV-V). Em sua *Grammatik* não queria Diez fazer outra coisa (para usar suas mesmas palavras, conservadas até nós graças a seu grande discípulo Gaston Paris) que “aplicar às línguas românicas sua gramática e seu método” (a gramática e o método de Grimm) (TOBLER, 1912: 454). Ele deu uma base científica às concepções diletantísticas que imperavam até seu tempo em torno das línguas românicas, e com a aplicação do método comparativo, sem aceitar a errônea teoria de Raynouard que considerava o provençal como um elo entre o latim e as outras línguas românicas, indicou e demonstrou o parentesco destas e sua derivação, não do latim clássico, mas da língua latina popular e falada. Contudo, ele não podia ter, em seu tempo, um conceito justo, por exemplo, de Fonética e de Dialeto-*logia*, e se escusou, às vezes, de ter que dirigir sua atenção também aos dialetos românicos mais importantes, limitando-se exclusivamente a seus traços fonéticos característicos (DIEZ, 1882: I, 60). Por isto, compreende-se que a primeira e a segunda parte de sua *Grammatik*, dedicadas, respectivamente, à fonética e à morfologia, estejam quase completamente superadas e envelhecidas enquanto a terceira parte, dedicada à sintaxe, conservou seu valor até nossos dias (BOURCIEZ, 1936: 213-14).

TERCEIRO CAPÍTULO

A LINGÜÍSTICA ROMÂNICA COMO CIÊNCIA HISTÓRICA

Por influência do Romantismo durante o século XVIII, a Filologia torna-se uma ciência preponderantemente histórica. O conhecimento do passado esquecido, do exótico e do medieval, deve por natureza fundamentar-se na história. O estado de espírito romântico do século XVIII e da primeira metade do XIX só podia ser filológico, isto é, publicar manuscritos e textos, confrontá-los entre si, enriquecê-los com comentários filológicos e lingüísticos e com glossários. Compreende-se, e não só para este período, que quanto mais se pratica a Lingüística, em sentido filológico, mais se encontra ela orientada historicamente (BERTONI, 1941: 47).

Pela própria natureza das coisas, o passado se abre à Lingüística de orientação romântica e filológica, não na língua falada, mas na escrita, nos textos e na literatura. Com efeito, a gramática indo-européia constrói suas comparações, por meio das quais se remonta ao passado, por via indutiva, cada vez mais profundamente, e reconstrói as línguas originárias, em parte sobre línguas que já não são faladas. Para a Lingüística Romântico-filológica, a língua, ou melhor, a língua escrita, é a projeção do passado, algo que na forma escrita se separa dos falantes, algo que vive independentemente, um organismo. Um organismo que evolui, que pode ser posto numa perspectiva histórica, e por meio do qual podemos aprofundar-nos em nossa própria existência histórica⁵ e até no anônimo *Volksgeist* (TERRACINI, 1949: 25; LERCH, 1950: 195). Este organismo, através do véu do Romantismo, é considerado como um produto do espírito criador do homem; por isso, a concepção romântica da língua se embasa ainda num fundamento espiritual. A genealogia, a evolução deste organismo, não pode ser tratada pelos filólogos comparatistas e por gramáticos como Schlegel, Bopp, Grimm e Diez senão historicamente (TERRACINI, 1949: 25, 27, 131; NENCIONI, 1946: 107-9). Contra este excessivo predomínio da língua escrita a reação

⁵ “Volto a viver somente na Idade Média, cujo brilho a turva época atual quer apagar” diz Friedrich Diez (RI-CHERT, 1913: 56; CURTIUS, 1947: 398-9).

vem da Itália, o país românico em que os dialetos tiveram sempre uma importância muito grande. Foi, efetivamente, o indo-europeísta e romanista italiano Graziadio Isaia Ascoli com seus *Saggi Ladini* (ASCOLI: 1873: 1-556), ou seja, com um tratado histórico-geográfico dos dialetos reto-românicos, quem iniciou a Dialetoologia Românica e desta maneira sublinhou a importância da língua falada, viva, e da observação direta da mesma (IORDAN-ORR, 1937: 10-11; POP, 1950: I, XXXVII, 487 e ss., 621-2).

Para o desenvolvimento da Lingüística Geral e também da Lingüística Românica tem uma importância decisiva o fato de que, até a metade do século XIX, depois que Bopp e Grimm estabeleceram os fundamentos da Lingüística como ciência histórica e depois que dos trabalhos de Wilhelm von Humboldt surgiu a Lingüística Geral, apesar da influência anti-naturalista e decididamente idealista deste último, a língua já não foi considerada como um organismo sobre base espiritual, mas, ao contrário, sobre base materialista (IORDAN-ORR, 1937: 13-14; NENCIONI, 1946: 107-9; TAGLIAVINI, 1952: 13-14). Na realidade, a Lingüística não pôde livrar-se da poderosa influência das ciências naturais, que fizeram enormes progressos naquele período, nem da influência do Darwinismo. Começa-se a conceber a língua como um organismo material, que se forma independentemente da vontade do homem, cresce, desenvolve-se segundo leis fixas e, por fim, envelhece e morre. Reconhece-se uma particular importância dos sons e se afirma que as mudanças fonéticas devem ter-se desenvolvido segundo leis rigorosas. Embora esta concepção puramente material da linguagem seja fundamentalmente equivocada, porque a língua não pode ser considerada como um organismo vivo independente do homem, do ponto de vista metodológico teve e tem ainda sua importância. Assim como, segundo Darwin, as ciências naturais não pretendem ser somente a descrição dos fenômenos naturais, mas, com a Introdução da causalidade, se convertem em história daqueles fenômenos, os lingüistas daquele tempo, com a colaboração do botânico e germanista August Schleicher, transformam sua ciência em história. Podemos certamente sorrir quando Schleicher reconstrói o indo-europeu primitivo, a extinta *Ursprache*, e constrói sua teoria da árvore genealógica (IORDAN-ORR, 1937: 13-14; LECOUTERE-GROOTAERS, 1948: 32-3; TAGLIAVINI, 1952: 13-14), e se pode afirmar jocosamente que deste método comparativo-reconstrutivo “sopra o vento dos bosques germânicos” (TERRACHER, 1924: 341); mas também não se pode desconhecer que, com a aplicação do método das ciências naturais à Lingüística, isto é, enquanto aplicou o método empírico-indutivo a Lingüística se dedicou à observação, à descrição e à comparação dos fatos menores e à constatação de sua evolução, foram estabelecidos os fundamentos da técnica histórico-naturalista na Lingüística, inclusive na Lingüística Românica. Esta concepção naturalista, como vimos, já estava presente de uma maneira disfarçada entre os lingüistas românicos. Com efeito, o mesmo Diez, segundo seu discípulo Gaston Pa-

ris, caracteriza seu método do modo seguinte: “Os fatos são o meu único assunto; eu os reíno e os julgo da melhor maneira que posso; isso é tudo” (RI-CHERT, 1913: 76).

Para Diez e para os outros lingüistas que estão sob o influxo do romantismo, a língua, apesar de se manifestar através da matéria, os sons, é um produto psíquico antes de tudo. O objetivo dos lingüistas que atuaram em Leipzig desde o princípio do último quarto do século XIX foi aproximar estas duas concepções contrárias, que consideravam a língua, respectivamente, como um produto físico e como um produto psíquico. Eles, em analogia com o movimento literário *das junge Deutschland* da primeira metade daquele século, foram chamados neogramáticos. A orientação neogramática, mais concretamente, seus primeiros representantes, A. Leskien, Hermann Osthoff e Karl Brugmann, chegam à evidência teórica de que foi dada atenção demasiada à língua em si e muito pouca ao homem, e que foi dada importância demais ao aspecto físico da língua enquanto se subvalorizou o psíquico, e negam a importância do estudo comparativo das antigas línguas indo-européias com o fim de construir uma *Ursprache*, reconhecendo o estudo das línguas e dos dialetos vivos, porque através destes estamos mais facilmente em condições de observar o aspecto psíquico da língua. Aceitam como proposição metodológica fundamental a *Ausnahmslosigkeit* ou falta de exceções das leis fonéticas e ao mesmo tempo atribuem um papel muito importante à analogia. Assim acolhem como princípio, ao lado do organismo, das leis fonéticas que operam cegamente, a grande importância do momento psicológico, individual, humano, da analogia, o que significa que uma modificação na maneira de agir das leis fonéticas deve ser atribuída à influência das formas já presentes na língua (IORDAN-ORR, 1937: 15 e ss.; LECOULTERE-GROOTAERS, 1948: 33-4; TAGLIAVINI, 1949: 75 e ss. e 1952: 15 e ss.).

Uma das chamadas “leis fonéticas” nos diz, por exemplo, que a vogal tônica latina *ō*, latim vulgar *o* deu, em sílaba aberta, antigo francês *ue*, francês *ö*, (escrito *eu*, *oEU*): por exemplo, do latim *cōr*> antigo francês *cuer*, francês *coeur*; do latim *nōvum*> antigo francês *nuef*, francês *neuf*. A mesma vogal latina em sílaba aberta pretônica deu em antigo francês *u* (graficamente *u* se alterna com *o* e *ou*; na grafia moderna *ou*), por exemplo, latim *prōbare*> antigo francês *pruver*, francês *prouver*. No italiano, no entanto, esta lei opera de tal modo que o *ō* latino em sílaba aberta se converte em *uo* se for tônica e fique inalterada se for pretônica (por exemplo, latim *cōr*, *nōvum*> italiano *cuore*, *nuovo*, mas latim *prōbare*> italiano *provare*). Em consequência desta “lei fonética” o presente do indicativo do latim *probare*, em suas seis formas *probo*, *probas*, *probat*, *probamus*, *probatis*, *probant*, dá, no antigo francês: *pruef*, *prueves*, *pruevet*, *provons* (ou *prouvons*), *pruvez*, *pruevent*. Atualmente, por causa da analogia, ou seja, por influência das formas

prouvons, pruvez, temos em todo o paradigma a vogal *u* em lugar de *ö*: *prouve, prouves, prouve, prouvons, prouvez, prouvent*. Ao contrário, em italiano, o *ö* latino sofre, no paradigma verbal (por exemplo, *sono, sonas, sonamus, sonatis, sonant*), não a influência analógica das formas cujo *ö* é pretônico, como em francês, mas precisamente a do *ö* em sílaba tônica: italiano *suóno, suóni, suóna, suónámo, suonáte, suónano* (BOURCIEZ, 1937: 93, 138; SCHWAN-BEHRENS, 1932: 52, 71, 80, 211, 223, 228; NYROP, 1899-903: II, 21; CLÉDAT, [s. d.]: 572; TAGLIAVINI, 1949: 76-7).

Na prática, porém, os neogramáticos entraram em conflito com a sua teoria. Vale dizer que eles consideravam como o elemento predominante na língua não a analogia, mas as “leis fonéticas”. O lado fisiológico, representado pelas “leis fonéticas”, aquilo que é regular, constitui o fundamento em sua prática. Ainda em 1890 Wilhelm Meyer-Lübke, em *Italienische Grammatik*, p. VIII-IX, opinava que na analogia “dominam leis” e recomendou “que se encontrem as leis da *Umprägung* [isto é, da analogia]”. Buscavam refúgio na analogia quando se viam obrigados, pelas leis fonéticas, a fazê-lo; noutras palavras, quando não lhes restava outro remédio. Consideravam a analogia, o lado psíquico-individual, como algo ocasional e acessório, como uma exceção. No que se refere às cegas leis fonéticas que operavam sem exceções, a reação veio precisamente não contra elas, mas contra a denominação e contra sua formulação rígida e um pouco unilateral. “Se se tivesse dito: *desenvolvimento regular, marcha constante*, ninguém se teria preocupado; mas *leis cegas, precisão astronômica*, causou estranheza a todo o mundo”, disse M. Bréal (1921: 257.). Hugo Schuchardt nega, em 1885, a existência de leis que operem cegamente na linguagem (veja também em SCHUCHARDT, 1922: 435 e ss.). Segundo ele, as “leis fonéticas” não são leis naturais, porque não agem incondicionalmente, mas porque estão determinadas no espaço e no tempo, e tampouco agem de maneira totalmente inconsciente sobre os falantes. Schuchardt se põe contra as leis e a regularidade em geral, e destaca que numa comunidade lingüística existe uma infinita variedade, que é consequência da idade, do sexo, da classe social etc. dos falantes, que sempre deve ser levada em conta a *Sprachmischung* ou mescla de falares, e que cada palavra se encontra numa situação particular (PUŠCARIU, 1937: 138 e ss.; IORDAN-ORR, 1937: 31 e ss.; BALLY, 1944: 366; TAGLIAVINI, 1949: 75 e ss. e 1952: 15 e ss.).

Outro dos primeiríssimos adversários dos neogramáticos, Graziadio Isaia Ascoli (1886: 18-73.), volta-se contra eles por fazerem tantos discursos em torno do aspecto psicológico da língua, a analogia. Ele considera a analogia não como um fator psíquico, mas como a consequência de um fator fonético ainda desconhecido. Na realidade, Ascoli é hostil somente à teoria dos neogramáticos, ao que havia de novo em sua doutrina, mas não é contra a sua prática, e até se considera como um dos precursores da escola neogramá-

tica. Acreditava nas leis fonéticas e não via outra coisa na Lingüística além de “história natural demonstrada com evidência matemática”. Como os neogramáticos, não só Ascoli, mas também Schuchardt, havia operado na prática com as leis fonéticas sem exceções (IORDAN-ORR, 1937: 25 e ss.; BOTTIGLIONI, 1947-8: 4; TAGLIAVINI, 1949: 79).

Não levando em conta a primeira reação de P. J. Rousselot e L. Gauchat⁶ contra as leis fonéticas que agem cegamente, fundamentada sobre fatos observados num dialeto, a reação mais proveitosa contra os neogramáticos veio ao final do século XIX e início do século XX, através da Geografia Lingüística e do fato de que se vinha delineando cada vez mais claramente a existência de uma Lingüística Estática ao lado da Lingüística Histórica. A distinção introduzida entre *língua (langue)* e *fala (parole)* pôs as chamadas “leis fonéticas” em seu devido lugar: na fala. Ou seja, no que é individual na estrutura lingüística, podemos estudar sincronicamente a formação das mudanças fonéticas; enquanto na língua, no que a estrutura lingüística tem de convencional, manifestam-se as mudanças fonéticas já admitidas pela comunidade. Toda a questão das leis fonéticas é uma questão de pontos de vista, como se depreende da oportuna observação de Antoine Meillet (1929:, 16: “A querela não se apaziguará nunca: os partidários da constância das leis fonéticas enfocam ‘a língua’, e seus adversários, ‘a fala’. Não falam de uma mesma coisa”.

Em conclusão, o erro dos neogramáticos não consiste tanto no que fizeram quanto no modo de fazê-lo. Supervalorizam o aspecto material da língua às expensas do aspecto psíquico, o qual, por uma parte, deve ser explicado pelo fato de que, sob o influxo do poderoso florescimento das ciências naturais na segunda metade do século XIX, por terem sido demasiadamente positivistas, e por outra, por ter sido descoberta entre 1870 e 1878 toda uma série de novas leis fonéticas, graças às quais algumas das mudanças fonéticas consultadas até aquele momento como exceções, puderam ser explicadas de maneira admirável (TAGLIAVINI, 1952: 15).

Não obstante, não há dúvida de que a escola dos neogramáticos estabeleceu os fundamentos da Lingüística, inclusive da Lingüística Românica. Introduziu, desenvolveu e precisou o rígido método histórico-comparativo. Recolhendo e explicando uma enorme quantidade de fatos lingüísticos, esta corrente desenvolveu um admirável trabalho de pioneiros, sem o qual seriam inconcebíveis a Lingüística Moderna e a Lingüística Românica. E na realidade, o lingüista cuja influência foi tão decisiva para a Lingüística Moderna, Ferdinand de Saussure, provém da escola de Leipzig dos neogramáticos, de

⁶ ROUSSELOT, 1891; GAUCHAT, 1905: 175-232; Cf. IORDAN-ORR, 1937: 36 e ss.; POP, 1950: I, XLII, 307-15, 187-96.

Leskien, de Osthoff e de Brugmann, e lingüistas como Meillet, Grammont e Bally, todos discípulos de Saussure, descendem, definitivamente, da mesma escola (MEILLET, 1936: 174-5; IORDAN-ORR, 1937: 282; TAGLIAVINI, 1952:79 e ss., 117). Também a moderna Lingüística Anglo-saxônica da América respeita, ao menos em teoria, o método dos neogramáticos (ainda que com uma orientação voltada para o *human behavior*, o comportamento humano,⁷ seguindo a teoria de Bloomfield, que tem um caráter naturalista e mecânico-materialista⁸), e o termo ‘neogramático não é, na América, um mote de reprovação ou de insulto, mas indica competência científica em Lingüística Histórica’ (HALL, 1952: 2). Como resultado da atitude desta escola, na segunda metade do século XIX e no XX, apareceram para ficar somente no campo indo-europeu e mais particularmente das línguas românicas, entre outras coisas, os numerosos *Grundrisse* e os manuais de gramática histórica e comparada, como são os *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen* de Brugmann-Delbrück para as línguas indo-européias e o *Grundriss der romanischen Philologie* de Gröber para as românicas etc.

Toda a obra do príncipe da moderna Lingüística Românica, Wilhelm Meyer-Lübke, vem da corrente neogramática, não só de sua prática, mas também de sua teoria. Meyer-Lübke reelabora inteiramente a *Grammatik* de Diez, faz a síntese detalhada de setenta anos de labor, e entre outras coisas leva em conta não só as línguas literárias, como Diez, mas também os dialetos. Sua *Grammatik der romanischen Sprachen*, apesar de antiquada em parte, ainda é a base da Lingüística Românica, e até hoje não existe nada melhor. Sua *Einführung in das Studium der romanischen Sprachwissenschaft*, que nem sempre pode ser seguida por um principiante (p. VII do prólogo), abre ainda hoje imprevisíveis perspectivas para o especialista e lhe permite aprofundar-se nos problemas e nas dificuldades do método histórico (Cf. BATTISTI, 1937: 13 e ss. da separata). Finalmente, seu *Romanisches Etymologisches Wörterbuch* continua sendo fundamental e indispensável. Da mesma corrente histórica derivam, ainda, numerosas gramáticas, vocabulários, manuais, monografias e investigações de base histórico-comparativa, que são indispensáveis ao trabalho científico de um lingüista moderno no

⁷ Referente à polémica contra o *behavior approach* de Bloomfield, veja PORZIG, 1950: 92, 94 e cf. BONNARD, 1956: 205-12.

⁸ O mesmo Bloomfield, um discípulo dos neogramáticos, declara expressamente que os motivos das mudanças fonéticas são desconhecidos. “Embora muitas mudanças de sons abreviem formas lingüísticas, simplifiquem o mesmo sistema fonético ou minorem de alguma outra maneira o trabalho de pronúncia, nenhum investigador conseguiu, apesar disso, estabelecer uma correlação entre uma mudança de som e um fenómeno antecedente. As causas da mudança fonética são desconhecidas” (BLOOMFIELD, 1954: 385). Sobre o método de Bloomfield, veja HALL, 1946: 273-83; 1951: 108-11 e 1952: 1-2. Quanto a Bloomfield e sua escola, veja entre outros, OTTO, 1954:103.

campo da romanística, como, entre outros, NYROP, 1989-903; GAMILLS-CHEG, 1928; BOURCIEZ, 1946; WAGNER, 1920; RICHERT, 1934 etc.).

O Método Histórico-Comparativo

Comparar é uma tendência universal dos homens. Experimentamos certo prazer em comparar certos fenômenos com outros; constatamos com satisfação, por exemplo, que duas pessoas se parecem, apesar de não haver entre ambas nenhum vínculo de parentesco, e nos alegramos por poder manifestar nossa constatação. Quando encontramos traços semelhantes em duas pessoas sem saber que são parentes, independente do prazer experimentado, fizemos uma descoberta com essa comparação. Essa tendência a comparar está na origem, certamente, de muitas descobertas científicas (PUŞCARIU, 1937: 13 e ss.). Mas, ao comparar, não estamos obrigados a chegar sempre a descobertas de caráter genealógico; podemos também simplesmente esclarecer certos fenômenos. O método comparativo, em Lingüística, não é necessariamente histórico e, inclusive, pode, apesar das afirmações contrárias de Saussure, ter um objetivo que não seja a reconstrução.⁹ O método da Lingüística Histórica, ao contrário, só pode ser comparativo (SAUSSURE, 1949: 16 e ss.; MEILLET, 1925: 10; DAUZAT, 1949: 263-9).

Podemos assegurar, por exemplo, que em princípios do século XII a frase “conquistarei cidades” se dizia no antigo francês *conquerrai citez* (K. VORETZSCH, 1918: 89-91, 273), enquanto em francês moderno se diz *je conquerrai des villes*; ou seja, no século XII ainda não era usado o partitivo em francês. É um fato conhecido que o partitivo só aparece excepcionalmente no francês dos séculos XII e XIII (FOULET, 1930: 61 e ss.) e que o uso universal do mesmo em francês moderno se deve, entre outras coisas, ao fato de não existir hoje diferença de pronúncia entre o singular e o plural da maior parte das palavras (*ville, villes*).¹⁰ Nos séculos XII e XIII, no entanto, ainda existia essa diferença (por exemplo, o singular do antigo francês *citét*, plural *citez*), já que em francês o *s* começou a ser mudo em fim de palavra somente a partir do século XIII. Vê-se claramente que, na realidade, a falta de diferenciação entre o singular e o plural é uma das causas pelas quais hoje necessitamos usar em francês o partitivo, quando confrontamos a tal propó-

⁹ “Se o único meio de reconstruir é comparar, reciprocamente, a comparação não tem outro fim senão a reconstrução” (SAUSSURE, 1949:299).

¹⁰ TOBLER, 1908: 81 e ss.; VOSSLER, 1929: 164 e ss.; SNEYDERS DE VOGEL, 1927: 17 e ss.; WARTBURG, 1946: 139-40.

sito o francês com outras línguas. Em espanhol, por exemplo, em que não existe propriamente um partitivo (BOURCIEZ. *Elém.*, 459 e 255) e em que se conservou o *s* em final de palavra, a frase *conquistaré ciudades* (=antigo francês *conquerrai citez*) é bem clara por si mesma. O italiano nos esclarece ainda mais, porque esta língua não usa o partitivo com as palavras que distinguem o singular do plural, mas apenas com aquelas que não fazem distinção. Com a palavra *città*, que é invariável no plural, o antigo francês *conquerrai citez* se traduz em italiano *conquisterò delle città* (com o partitivo), como no francês moderno (*je conquerrai des villes*). Quando, no entanto, em italiano, se distingue o plural do singular, não é necessário empregar o partitivo no plural, e assim se diz, por exemplo, *conquisterò villaggi* (diferente de *villaggio*) como no antigo francês.

Neste caso, para ilustrar o uso do partitivo em francês não teríamos tido necessidade de nos servirmos, para a comparação, de uma língua românica, mas poderíamos ter tomado qualquer outra língua a que pudesse ser atribuída a ausência ou a presença do partitivo, ou de uma construção sintática equivalente, à distinção ou à falta de distinção entre singular e plural. O método comparativo não se torna histórico-reconstrutivo neste caso, mas permanece apenas e simplesmente comparativo. Converte-se, ao contrário, em estados lingüísticos precedentes, dos quais devem derivar necessariamente os que são objeto de comparação, isto é, quando da comparação se passa à reconstrução e à genealogia.

A gramática comparativa das línguas indo-européias, por exemplo, que o latim *centum*, grego **HEKATON**, antigo irlandês *cèt*, gótico *hund*, por uma parte, e o antigo indiano *śatam* e o lituano *šimtas*, por outra, concordam entre si, e reconstrói um indo-europeu $*k_{\approx}mto-m_{\approx}$. Esta última forma, portanto, é simplesmente a forma abreviada do acordo constatado. Nós dizemos que à palatal indo-européia *k* correspondem latim *c*, grego k_{\approx} , irlandês *c*, germânico *h*, por um lado, e antigo indiano *s* (*s* ligeiramente palatalizado) e lituano s_{\approx} (sibilante palatal), por outro. Esta correspondência ficará como puramente casual enquanto não pudermos demonstrar com a comparação que aquela se repete num grande número de casos análogos, por exemplo, por um lado, o latim *octo*, grego **OKTO**, antigo irlandês *ocht*, gótico *ah-tau*, e por outro, o antigo indiano $as_{\approx}tau$ e lituano $as_{\approx}tuni$. A forma abreviada desta última correspondência é o indo-europeu reconstruído $*ok_{\approx}to[u_{\approx}]$ (Cf. TAGLIAVINI, 1949: 138-9). Enquanto a língua originária indo-européia for desconhecida para nós, estas correspondências não ocasionais, mas regulares, se tornam significativas, mas não passam, definitivamente, de correspondências, e a língua indo-européia, de uma hipótese de trabalho. O que ainda era uma hipótese no campo da Lingüística Indo-Européia converteu-se pela primeira vez numa realidade científica na Lingüística Românica. O método comparativo se fez propriamente histórico

primeiramente no campo das línguas românicas, pois somente para estas línguas é conhecida a língua originária, o latim, a partir do qual podemos seguir durante um intervalo de dois mil anos a evolução histórica destas línguas (WARTBURG, 1946: 4).

Enquanto as citadas correspondências que existem entre o latim *octo*, grego *OKTO*, antigo irlandês *ocht*, gótico *ahtau*, antigo indiano *as 𑀓tau*, lituano *as 𐌗tuni* e entre o latim *centum* e as outras formas análogas não são mais que correspondências baseadas num fundamento de comparação científica, é um fato que o francês *huit*, italiano *otto*, espanhol *ocho*, catalão *vuit*, romeno *opt* derivam do latim *octo*: um fato evidente historicamente, pois sabemos que as línguas românicas procedem do latim. Mas a evidência não é suficiente; é necessário prová-la cientificamente. Ao considerar que o grupo consonantal *-ct-* (em *octo*) deu em francês *-it-*, em italiano *-tt-*, em espanhol *-ch-* e em romeno *-pt-*, e que em todas as línguas românicas se obtêm sempre os mesmos resultados do latim *-ct-* (por exemplo, latim *nocte(m)* > francês *nuît*, italiano *notte*, espanhol *noche*, romeno *noapte*; latim *factu(m)* > francês *fait*, italiano *fatto*, espanhol *hecho*, romeno *fapt* etc.), a realidade de que o francês *huit*, italiano *otto*, espanhol *ocho* e romeno *opt* derivam do latim fica demonstrada pelo método comparativo (Cf. TAGLIAVINI, 1949: 138-9).

Os exemplos que se seguem pretendem demonstrar a realidade histórica do método comparativo aplicado à Linguística Românica. Confrontemos o francês *oreille*, italiano *orecchia*, espanhol *oreja*, português *orelha* e o romeno *ureche*. Nestas cinco palavras, que apresentam uma evidente semelhança, a primeira sílaba mostra uma correspondência surpreendente (*or-*, *ur-*), e as outras, uma grande diferença (*-eille*, *-ecchia*, *-eja*, *-elha*, *-eche*). A forma corrente em latim para ‘orelha’ é *auris*, com a qual não é possível fazer corresponder a segunda parte das palavras românicas. Mas existe também o derivado latino *auricula*, com o qual poderiam muito bem se relacionar as palavras românicas. Se confrontarmos as denominações românicas da orelha com as do olho, por exemplo, (francês *oeil*, italiano *occhio*, espanhol *ojo*, português *olho* e romeno *ochiu*), para as quais é evidente a origem referida ao latim *oculus*, constatamos que o elemento consonântico da segunda parte das palavras românicas é o mesmo, tanto para ‘orelha’ como para ‘olho’: francês *il(le)*, italiano *cch*, espanhol *j*, português *lh* e romeno *ch*; e ao mesmo tempo comprovamos que as palavras românicas que designam a orelha vêm do latim *auricula* e não do latim *auris*. Outras comparações nos mostram que o francês *il(le)*, italiano *cch*, espanhol *j*, português *lh* e romeno *ch* não devem remontar-se ao latim *-cul-* diretamente (como em *auricula*, *oculus*), mas ao latim *-cl-*; e o *Appendix Probi* (século III), que ao lado das formas latinas registra as formas “incorretas” que estavam em uso no latim vulgar, nos diz, por exemplo, nas glosas 3, 4, 7, 8, 9 e 111, que realmente se deve dizer *speculum non speclum*, *masculus non masclus*, *vernaculus non*

vernaclus, articulus non articlus, baculus non baclus e oculus non oclus (GRANDGENT. *Introd.*, 289 e 291). Com o método comparativo nos remontamos, portanto, ao passado, até à forma latina *auricla*. Mas, com este método, podemos nos aproximar ainda mais da verdade histórica.

Com efeito, ao comparar as línguas românicas, considerando o resultado do ditongo latino *au*, vemos que deu em francês, italiano, espanhol e catalão *o*, em português *ou*, enquanto ao contrário, se conservou em romeno e em provençal (por exemplo, *aurum e taurum* continuam em francês *or*, antigo francês *tor*, italiano *oro, toro*, espanhol *oro, toro*, catalão *or, toro*, mas em português *ouro, touro*, em romeno *aur, taur*, e em provençal também *aur, taur*) (MEYER-LÜBKE, 1890-92: I, 236). O português *orelha* (cf. português *ouvir* < latim *audire*) (NUNES, 1930: 77, 78 e 124) e o romeno *ureche* (cf. romeno *uccid* ‘ouvido’ < latim *occido*) (PUŞCARIU, 1943: 217-8) não podem, portanto, vir do latim vulgar *auricla*, mas do latim vulgar *oricla* (RICHERT, 1934: 39; PUŞCARIU, 1943: 217-8). Enquanto o francês *oreille*, italiano *orecchia*, espanhol *oreja* e catalão *orella* poderiam ser continuadores de ambas as formas do latim vulgar, o antigo provençal *aurelha* e o provençal *auriho* (WARTBURG, 1928 e ss.: I, 179) vêm do latim *auricla*. (MEYER-LÜBKE. *REW*, n° 793) Aplicando o método comparativo, chegamos à conclusão de que as palavras românicas para ‘orelha’ não vêm do latim *auris*, mas de um latim vulgar *oric(u)la, auric(u)la*, uma palavra popular que realmente se encontra em Plauto, Cícero, Plínio, Festo¹¹ e no citado *Appendix Probi* (glosa 83: *auris non oricla*),¹² e que já no tempo de Sila era a palavra usual para *auris* (MARX, 1909: 436-7). Neste caso, o método comparativo significa o mesmo que história lingüística.

Grande número de comparações deste tipo provou que as línguas românicas não procedem do latim clássico, mas do latim vulgar. Assim, em qualquer gramática história se encontra que as vogais do latim clássico *ī, ē* (salvo raras exceções – evoluem para *ê* no latim vulgar, e que esta vogal, quando é tônica e se encontra em sílaba livre, dá, por sua vez, no rético *ei* e mais tarde *ai* (MEYER-LÜBKE, 1890-2: I, 96-7), no italiano *e*, no siciliano *i*, no francês *ei* e mais tarde *oi*, no espanhol *e*. Contudo, chegou-se a esta conclusão, comparando palavras românicas entre si e com o latim clássico. Por exemplo, o rético (engadinês) *pail, pair, taila, vair*, o italiano *pêlo, pêra, têla, vêro*, o siciliano *pilu, pira, tila, viru*, o francês *poil, poire, toile voire* (antigo francês *peil, peire, teile, veir*), o espanhol *pelo, pera, tela, vero*, mos-

¹¹ FESTO, 202, 13: *orata genus piscis appellatur a colore auri quod rusticorum dicebant, ut auriculas 'oriculas', onde rustici e dicebant indicam de igual modo a origem popular de *orum* e *oriculas* (MEYER-LÜBKE, 1904: 465).*

¹² GRANDGENT, 1928: 291; MEYER-LÜBKE, 1904: 465-6; MEILLET, 1923: 8 e 1928: 248-9; PUŞCARIU, 1937: 100; BERTOLDI, 1940: 28 e ss.; BATTISTI, 1939: 106-7.

tram claramente que estas palavras não derivam do latim clássico, de palavras com as vogais *ĩ, ē* como se encontram em *pīlum, pīra, tēla, vērum*, mas de palavras que apresentam uma idêntica vogal; de outro modo não poderíamos esperar nestas línguas românicas sempre a mesma vogal (ou o mesmo ditongo). A vogal que sugerem foneticamente as palavras italianas como *ê*, as sicilianas com *i*, as espanholas com *e* e as reto-românicas e francesas, respectivamente, com *ei>ai* e com *ei>oi*, é uma vogal latina vulgar (ou do românico comum) *ê* fechado (MEILLET, 1922: 23-4; MEYER-LÜBKE, 1890-92: I, 84). Não importa se esta vogal *ê* está documentada ou não em latim vulgar; as línguas românicas demonstram sua existência com inúmeros exemplos, como também demonstram a existência de um *ô* em latim vulgar em vez do *ũ* e *o* do latim clássico. Por outra parte, o *ê* esta documentado na realidade e precisamente nas inscrições e textos semelhantes, onde a língua falada obtém maior dignidade e nas quais, a partir do século III depois de Cristo, encontramos escrito *e* em vez de *ĩ*. Por isto, no caso da mudança do *ĩ, e* em *ê*, por causa da comparação de inúmeros casos e de sua surpreendente regularidade, fica excluída toda casualidade.

Vejam-se também exemplos no campo da morfologia. Para a terceira pessoa do plural do perfeito do indicativo de *dicere* e *facere* existiam em latim clássico, respectivamente, as três formas *dixērunt, dixēre, dixēerunt* e *fecērunt, fecēre, fecēerunt*. Se comparamos o antigo francês *distrent*, francês *diront*, antigo francês e francês *firent*, italiano *dissero, fecero*, romeno *ziseră, feaceră*, vemos que o acento recai sobre a primeira sílaba em todas as línguas românicas e que esta acentuação é condição requerida para o desenvolvimento regular das formas românicas. Já que nas palavras latinas polissílabas o acento recaía sobre a penúltima sílaba quando esta era longa e sobre a antepenúltima quando a penúltima era breve, as formas românicas devem proceder do latim vulgar *dixērunt, fecērunt* (este último se encontra em Plauto, por exemplo), que têm o acento sobre a primeira sílaba (NIEDERMANN, 1953: 18; MEYER-LÜBKE, 1926: 202; GRANDGENT, 1928: 271; BOURCIEZ, 1946: 38; SCHWAN-BEHRENS, 1932: 230; MEILLET, 1922: 29 e ss.).

O rético (engadinês) *savoir*, italiano *cadere, sapere*, siciliano *cadiri*, antigo francês *cheoir*, francês *choir, savoir*, antigo provençal *cazer, saber*, catalão *saber*, espanhol *caer, saber*, português *cair, saber etc.*, não podem ser as continuações do latim *cadere, sápere*, entre outras coisas, por causa do acento, que não recai nunca na primeira sílaba, e dos ditongos do francês e do rético, que, como vimos, remontam a um *ê* tônico. Para poder explicar as formas românicas devemos partir do latim vulgar **cadēre, *sapēre*, que devemos postular, embora não estejam documentados, com base nas formas românicas, já que não é possível que a mudança de conjugação *-ēre > -ēre* e o deslocamento do acento correspondente tenham sido produzidos indepen-

dentemente nas várias línguas românicas.¹³ Com o latim vulgar **cadêre*, **sapêre*, não supomos a existência de palavras que não tenham existido nunca, mas somente as transformações do latim *cádere*, *sápere* no latim vulgar.

Mas, aplicando o método comparativo, podemos confirmar a existência, fundamentados nas línguas românicas, de palavras latinas até hoje duvidosas ou pouco conhecidas, e até descobrir algumas desconhecidas. Assim, por exemplo, guiando-nos pelo sardo *ansa*, italiano *ansia*, antigo francês *ainse*, antigo provençal *aisa*, espanhol *ansia*, português *ânsia*, catalão *àn-sia*, todas com o mesmo significado do italiano supôs-se a existência de uma palavra latina vulgar *anxia*. Esta foi descoberta em realidade, mas até que os latinistas soubessem que esta palavra, que aparece uma só vez, é a base das vozes românicas, eles queriam corrigi-la em *angor*, *angĩna*, porque não acreditavam que *anxia* fosse um vocábulo vivo (GRÖBER, 1884: 242; ROSSBERG, 1884: 564; MEYER-LÜBKE. *REW*, n° 509; WARTBURG, 1928: I,102; WAGNER, *In: VKR*, VI: I (da separata) e 1949: 3 e ss.).

A propósito do latim *anxia*, não podemos esquecer que o tesouro lexical latino não nos é conhecido em sua totalidade, que os dicionários não poderão nunca transmitir-nos todo esse tesouro tal como era, e que tampouco os textos (que têm sempre características mistas e artificiais) estão em situação de representar-nos o léxico integral de um determinado período (Cf. BRUNOT, 1905: I, 102 e ss.).

Existe toda uma série de palavras latinas que, como a citada *anxia*, apesar de aparecer só por casualidade em um ou dois textos, eram bastante comuns. Assim, por exemplo, o fundamento latino das denominações românicas de uma espécie de doce ou pão cozido ao forno ou na brasa, italiano *focaccia*, siciliano *fuazza*, sardo (logudorês) *covazza*, francês *fouace*, catalão *fogassa*, espanhol *hogaza*, português *fogaça*, que derivam do latim *focacia* plural neutro de *focacium*. Na *Itala* encontramos duas vezes *fōcaciūm*, mas na *Vulgata* aparece chamado *subcinericiūm panem parvulum*; fora disto, a palavra em questão só se encontra nas *Origines* de Isidoro de Sevilha (século VII) (SOFER, 1930: 23). Apesar de sua escassíssima documentação, trata-se de um vocábulo bastante vivo no latim falado, como no-lo demonstram as línguas românicas. E se não possuíssemos esta escassíssima documentação, poderíamos supor, pela simples comparação das vozes românicas, primeiramente, que as ditas vozes estão em relação com o latim *focus*, “lareira”, ‘fogo’, e em segundo lugar, que não podem ser derivações românicas, visto que, sem falar de outras coisas, deveriam ter resultado do francês *feu* e do espanhol *fuego* (<latim *focus*) com o sufixo francês - *asse* (-*ace*) ou espanhol

¹³ GRÖBER, 1884: 539 e 1888: 457 e ss.; MEYER-LÜBKE, 1890-92: II, 154 e *REW*, 1451, n° 7586; WARTBURG, 1928: II, 24 e ss.; BLOCH-WARTBURG, 1932: 147 e 1950: 258; BATTISTI, 1949: 58 e ss.

-aza (que são os continuadores regulares do sufixo latino *-acea*), mas não o francês *fuace* e espanhol *hogaza*, mas algo assim como o francês **feuasse* (**feuace*) e espanhol **fuegaza*. Daí se conclui que estas vozes românicas estejam certamente em relação com a latina *focus*, mas que não podem ser derivações dos continuadores românicos desta palavra, a derivação deve ter ocorrido, portanto, não no românico, mas no latim. Se não tivessem aparecido documentados *focacium*, *focacius* na *Itala* e em Santo Isidoro de Sevilha, teríamos podido supor com segurança a existência da palavra latina, baseando-nos nas línguas românicas (DIEZ, 1887: 142; MEYER-LÜBKE, 1890-92: II, 457 e ss. e 1935, n° 3396; NYROP, 1899-1903: III, 96 e ss.; WARTBURG, 1928: 647-8.).

A reconstrução de palavras latinas fundamentada na comparação das línguas românicas é cientificamente tanto mais considerável quanto mais numerosas são as formas românicas que podem ser abarcadas na comparação. Cada caso deve ser considerado como um caso especial e fazer provável a reconstrução com toda classe de dados. Pôde-se considerar provável a existência de uma voz latina **acutiare* não documentada porque existem o italiano *aguzzare*, o sardo (logudorês e galurês) *akutare*, o francês *aiguiser*, o antigo provençal *aguzar*, o espanhol *aguzar*, o catalão *aguar*, o português *aguçar*, e, além disso, porque **acutiare* pode ser sem dificuldade um derivado do particípio perfeito *acutus* do latim *acuere*, verbo que já não vive em nenhum romance. A derivação indicada é ainda mais provável ao se considerar que *acuere* está documentado desde o século III e que aparece nas glosas também uma forma latina *acutiator*. Compreende-se que a evolução fonética de **acutiare* nas formas românicas (no que se refere ao grupo *-ti-*) deve corresponder à das outras palavras românicas usadas para a comparação, que derivem de palavras latinas em que se encontram os mesmos sons ou grupos de sons de **acutiare* (GRÖBER, 1884: 235; PIDAL, 1952: 4; MEYER-LÜBKE, 1935, n° 134; WARTBURG, 1928: I, 26-7).

Enquanto, no tocante à fonética, à morfologia, à formação de palavras e ao léxico, estamos em condições de reconstruir, com a comparação das línguas românicas às condições lingüísticas do latim pré-românico (*Gemeinromanisch*), uma simples reconstrução no campo da sintaxe românica é naturalmente, mais difícil. É bem sabido que a afinidade elementar (*elementare Verwandtschaft*) é um fenômeno bastante natural e comum, tratando-se de fatos sintáticos (SCHUCHARDT, 1913: 13) e que a *innere Sprachform* se manifesta sobretudo nessa “faculdade do espírito” (GOSSEN, 1951: 148) que é sintaxe (TERRACINI, 1949: 215, 226 e 227.). Daí que a regularidade que podemos constatar, por exemplo, no campo fonético e morfológico, diminui na sintaxe. Sendo assim, como o método histórico-comparativo se baseia na regularidade e nas correspondências constantes, torna-se mais difícil aplicá-lo à sintaxe. Na realidade, é muito difícil, mediante o método compa-

rativo, estabelecer a antiguidade de um fenômeno sintático (TERRACINI, 1940-1: 8 e ss.; TERRACINI, 1949: 155 e ss.).¹⁴

Os outros fatores que mais dificultam o trabalho neste campo sobre a base histórico-comparativa são a sintaxe latina e a francesa. Começando por esta última, cuja situação privilegiada é bem conhecida, entre todas as línguas românicas é na francesa onde a sintaxe, tanto histórica como descritiva, tem sido muito mais estudada e conhecida, fato que nasce de motivos, inclusive, estranhos à Linguística, como é a excepcional riqueza da literatura francesa já a partir da Idade Média e, por conseguinte, o imenso material que, desta maneira, se fazia possível à observação sintática; e também o caráter universal e internacional do francês que fez nascer em toda parte a necessidade de dominar bem esta língua em sua forma falada e, sobretudo, em sua forma escrita. Além de ser o francês, com muita vantagem, a mais estudada das línguas românicas no que se refere à sintaxe, é também uma fonte quase inesgotável para as investigações sintáticas, dada a excepcional variedade de sua sintaxe. Precisamente porque esta é tão conhecida e estudada, enquanto a das outras línguas românicas tem sido até agora só parcialmente examinada, a sintaxe espanhola, por exemplo, foi até tempos recentíssimos, tratada repetidamente sob o modelo da francesa e posta formando um corpo com esta última (CRIADO DE VAL, 1948: 17 e ss. e 1951: 95).

Quanto à influência da sintaxe do latim clássico, podemos afirmar que servia mais de modelo à espanhola melhor do que o francês (CRIADO DE VAL, 1951: 95). A influência da sintaxe latina sobre o italiano é enorme desde o início da língua literária, por exemplo, em Guido de Arezzo, no século XIII (VOSSLER, 1929: 87; HERCZEG, 1951: 159), culmina com Boccaccio (MIGLIORINI, 1943: 116) e é tão perceptível ainda em tempos recentes que as prevenções latinas freqüentemente impossibilitam a observadores italianos e estrangeiros distinguir os fenômenos da sintaxe italiana dos da latina (SPITZER, 1942: 119). Por isso, ainda hoje na Itália, no ensino da sintaxe italiana nas escolas secundárias, se insiste em fazer ressaltar as diferenças entre as sintaxes italiana e latina e em comparar as duas línguas do ponto de vista sintático (ELWERT, 1943: 101 e 106).

Quando se fala da influência da sintaxe latina nas línguas românicas, entende-se naturalmente, a influência dos falantes de línguas românicas que conhecem o latim. Como é sabido, em todas as épocas podem ser observados nessas línguas os chamados latinismos, ou seja, palavras latinas mais ou menos adaptadas. O francês *vice*, italiano *vizio*, distinguem-se imediatamente como membros faltos de correspondência no quadro comparativo, se fo-

¹⁴ A. Tobler, um dos mais profundos conhecedores da sintaxe românica, já nos últimos vinte anos do século passado ressaltou a relatividade de toda "lei" de sintaxe histórica (BATTISTI, 1937: 9 da separata).

rem confrontados com o francês *poil, poire*, italiano *pele, pera*, espanhol *pele, pera* (<latim *pilum, pira*): por causa do *i* da primeira sílaba em vez de *e* ou *oi*, tornam-se elementos eruditos, cultismos, que não derivam do latim vulgar (no qual o *ĩ* e o *ē* latinos se tornam *ê*, como já vimos na página 43), mas que foram tomados mais tarde diretamente do latim *vitium* (MEYER-LÜBKE, 1935, n° 9396.). Contudo, naturalmente, as coisas aparecem de modo muito diferente na sintaxe.

Assim, por exemplo, tem chamado a atenção o fato de que, nas frases completivas (subjativas e objetivas), a justaposição é um fenômeno arcaico e popularizante, não só nas línguas românicas e indo-européias, mas também nas não indo-européias. A sintaxe do húngaro, para citar um caso entre muitos, no período clássico de sua literatura, ou seja, na segunda metade do século passado, está caracterizada pela parataxe das completivas, que se deve a prevalecerem na literatura húngara, naquele período chamado nacional-popular, temas e argumentos tomados da poesia popular. Para as línguas neolatinas já se assinalou que em francês, italiano e romeno, por causa da grande influência da sintaxe do latim clássico, a justaposição pôde ser mantida somente nos casos em que a língua popular fez valer sua influência (LERCH, 1925: I, 36 e ss., 43 e ss.; NILSON-EHLE, 1947; HERCSEG, 1951: 153 e ss.). Se quiséssemos, então, comparar as línguas românicas, sob este aspecto sintático, chegaríamos à conclusão de que a justaposição era menos usada no latim vulgar: uma conclusão completamente equivocada, pois a justaposição era empregada profusamente no latim vulgar como em toda linguagem popular (BOURCIEZ, 1946: 125-6).

Aplicando o método histórico-comparativo é preciso, pois, para chegar à sintaxe do latim vulgar, confrontar antes a sintaxe das línguas românicas com a do latim. Por causa da grande influência latina, que no plano sintático é mais dificilmente perceptível que em qualquer outro plano, esta é uma das primeiras exigências. Contra o desconhecimento desta influência, por exemplo, na língua francesa, são bem oportunas as seguintes palavras do estudioso francês de problemas sintáticos Gougenheim (1934: 173):

Quando de Boer escreve (BOER, 1933: 86): “Um romanista *deve* certamente saber latim. Mas deve compreender, por fim, que a sintaxe francesa desenvolveu, assim como a do inglês ou do holandês, sem haver imitado nunca a sintaxe do latim clássico”, parece-nos muito absoluto. Como negar que nossa língua escrita foi feita por gente que falava e escrevia o latim? Em particular, o sistema das conjugações, tão pobre no francês mais antigo, foi completado e enriquecido pelos latinistas (remetemo-nos à exposição do Sr. Lerch em sua obra supracitada [1925: I, 37 e ss.]).

E a opinião de um especialista italiano seria sem dúvida ainda mais negativa se alguém pretendesse minimizar a mesma influência sobre a sintaxe italiana.

Num estudo sintático em terreno românico, as línguas românicas, além de serem comparadas com o latim, devem ser comparadas não simplesmente com “outras línguas”, mas, sobretudo, umas com as outras.¹⁵ Para ilustrar esse conceito, consideremos o subjuntivo, e mais particularmente o subjuntivo nas frases interrogativas indiretas.

No referente ao subjuntivo em geral, sabe-se que este modo domina a sintaxe latina, e que sua importância começa a diminuir no latim vulgar. Enquanto no francês literário de hoje se diz *je doute qu'il vienne*, no uso comum existe a tendência de evitar o subjuntivo (*je doute s'il viendra*), e uma frase do tipo *s'il fait cela et qu'il dise ce qu'il pense, il aura tort* soa, atualmente, como um pouco antiquada (MEILLET, 1925: 92).

Se pode ser sustentado que o subjuntivo, em francês, nas orações subordinadas, “com exceção da relativa explicativa” (BOER., 1922: 126-7), só serve para expressar a subordinação (“o subjuntivo serve para subordinar uma idéia a outra e nada mais!”) BOER, 1922: 84-5; BOER, 1947: 269 e ss. e 325), tal afirmação é insustentável para o espanhol. O sistema de subjuntivo especial e complicado desta língua, no qual existem, na competência, quatro formas, ou seja, o futuro, o imperfeito em *-ra*, o imperfeito em *-se* e o condicional, reflete, ao contrário do francês, a disposição psicológica de toda a mentalidade espanhola sobre um amplo fundamento afetivo. Em espanhol, o subjuntivo não é somente um “modo” gramatical, mas também uma “modalidade” oposta ao indicativo. O uso do *futuro do subjuntivo*, uma particularidade do subjuntivo espanhol, está estreitamente ligado, por exemplo, a certas fórmulas da novela cavalheiresca, à literatura mística e à novela picaresca (CRIADO DE VAL, 1948: I, 175 e 1951: 104-5; TOGEBY, 1953: 92-7, 116-7 e *passim*). Constatamos assim que, enquanto o espanhol, neste aspecto, escolheu um caminho próprio e particular, pode-se sustentar que, tanto na língua francesa de uso comum quanto no latim vulgar, o subjuntivo está em declínio (DAUZAT, 1950: 281-3).

No que diz respeito ao subjuntivo nas interrogativas indiretas, usa-se em francês o indicativo (*dis-moi qui est venu*), em italiano o indicativo

¹⁵ “Tobler - diz Boer em outro lugar (TOBLER: 1946-7: 16) e aplica este princípio em muitos pontos - compreendeu que, no estudo da sintaxe francesa, a comparação do francês com outras línguas (o grifo é nosso) deve ocupar um lugar ao menos tão importante como uma comparação do francês com o latim. “Certamente, a sintaxe francesa deve também ser comparada com a de outras línguas, e não só com a do holandês, húngaro etc.” Sem dúvida, Tobler, ao dizer “outras línguas”, queria indicar as línguas românicas. Se é exata a afirmação de Boer, de que Tobler, em suas *Vernischte Beiträge zur französischen Grammatik* só se refere um par de vezes ao latim vulgar (cf. BOER, 1950: I, 15-20), não obstante ele compare também a sintaxe francesa com a de outras línguas românicas, e mais de um par de vezes, por exemplo, com a italiana, provençal, espanhola e portuguesa (Cf. TOBLER, 1921: I, 63, 67-8, 139-41, 176-8, 251-3, 255-6, 274-5 e 277-8). O velho Tobler (1912: V, 3-29) ainda se refere à sintaxe e confronta também, sempre, o francês com as outras línguas românicas.

(*dimmi chi è venuto*) ou o subjuntivo,¹⁶ em espanhol o indicativo (*dime qui-én ha llegado*) (TOGEBY, 1953: 16 e ss., 83 e ss., 101 e 108; BADIÁ MARGARIT, 1953: 95 e ss.). Mediante esta comparação não podemos nos remontar ao latim clássico, que nas interrogativas indiretas usava o subjuntivo (*dic mihi quis venerit*, Cícero), mas ao latim vulgar, que nas mesmas frases empregava o indicativo (*dic mihi quis venit*, Plauto). A respeito deste duplo uso sintático temos o testemunho formal do gramático latino Diomedes (século IV): *Inperitia lapsi, cum dicunt nescio quid facis, nescio quid fecisti. Eruditius enim dicitur nescio quid facias, nescio quid feceris* (BOURCIEZ, 1946: 123-4). Talvez se objetará que, neste caso, cada língua românica poderia ter-se distanciado do uso do subjuntivo independentemente do latim vulgar ou simplesmente fazer uso do indicativo, como, por exemplo, o húngaro, que também usa o indicativo nas interrogativas indiretas (*mond meg 'dize' neken 'para mim' ki 'quem' jött 'veio'*); mas esta explicação nos parece improvável, mas possível. O fato de, neste caso, o italiano e o espanhol, línguas que em geral são bastante menos contrárias que o francês ao uso do subjuntivo e, nas quais, este modo goza de certa valorização afetiva, terem escolhido o indicativo, é certamente significativo: sobretudo o italiano, que em toda interrogativa indireta anteposta, como também em toda subjuntiva ou objetiva anteposta, usa sempre o subjuntivo.¹⁷ Em resumo: não podemos pretender, no campo da sintaxe, a mesma segurança que se tem, por exemplo, no caso do francês *poil, poire*, italiano *pele, pera*, espanhol *pele, pera*, rético (engadinês) *pail, pair etc.*, formas que com toda certeza se remontam não ao latim clássico *pilum, pīra*, mas ao latim vulgar *pêlo, pêra*.

Em princípio, os fenômenos sintáticos do latim vulgar podem ser reconstruídos no campo da sintaxe como nos outros campos.¹⁸ Mas, realmente, deve-se empregar nessa tarefa muito maior atenção, como se vê pela opinião expressa a este respeito por Meyer-Lübke, que admite, em princípio, também, à semelhança das reconstruções do latim vulgar no que se refere ao léxico, a reconstrução da sintaxe do latim vulgar tendo por base as línguas românicas.¹⁹ O que Meyer-Lübke (1925: I, 20) escreveu em a propósito das

¹⁶ Em italiano o uso do subjuntivo depende do acento particular do predicado psicológico. Diz-se, por exemplo, *Gli chiesi se egli voleva essere dei nostri*; mas, quando *dei nostri* deve ser particularmente sublinhado, emprega-se o subjuntivo: *Gli chiesi se egli volesse dei nostri* (STROHMEYER, 1950: 310-1).

¹⁷ Por exemplo: *Dove potesse sedere, in quell'anticamera, un visitatore, non si riusciva a capire, o Come poi sia finita, o l'amico non lo raccontava, o m'è uscito di mente* (STROHMEYER, 1950: 298-9).

¹⁸ Não é necessário provar que nas línguas românicas tenha continuado uma tradição sintática latino-vulgar.

¹⁹ "Que na sintaxe ocorra de outro modo, é dificilmente aceitável. Em todo caso, só poderia ser aceito se existissem para isso motivos muito evidentes. Enquanto estes não apareçam, considero não só permitido, mas também necessário reconstruirmos a sintaxe românica primitiva, inclusive correndo o risco de um erro eventual" (MEYER-LÜBKE, 1895: 309). Cf., não obstante, Meyer-Lübke (1920: 10), onde ele se mostra muito mais cético.

Aufsätze zur romanischen Syntax und Stilistik de Léo Spitzer, é talvez, o que mais se aproxima da realidade:

Seguindo sua tendência de ver em todas as partes o universal humano, o autor não investiga aqui nem a questão de por que este universal humano se manifesta aqui de um modo e ali ao contrário, nem como umas línguas desenvolvem, extraordinariamente, certos tipos enquanto outras mal os conhecem.

Por muito importante que possa ser este “universal humano” no campo da sintaxe (hoje em dia deveríamos chamá-lo, com Saussure, “pancrônico” (SAUSSURE, 1949: 134 e ss.; VAN WIJK, 1939: 165-80; cf. também TERRACINI, 1949: 16-3, 183; DEVOTO, 1951: 56 e 83.)²⁰), também hoje o método histórico-comparativo mantém seu pleno valor, inclusive para a sintaxe. Seria metodologicamente um erro não exercer historicamente o método comparativo neste terreno, isto é, contentar-se em estabelecer o que é universalmente humano e ter que chegar, antes de tudo, à sintaxe comparada das línguas européias, ou melhor, à das diversas línguas românicas separadamente, comparando-as com as línguas não-românicas (BOER, 1947: 8). Pelo contrário, deve ser estabelecido não o que é “universal humano” (“pancrônico”), mas o que é panromânico. Noutras palavras: deve-se trabalhar primeiramente sobre o plano histórico-comparativo e depois sobre o plano comparativo. Se a primeira maneira de trabalhar falhar, isto é, se um fato sintático não puder, historicamente, remontar-se ao latim vulgar, a comparação com outras línguas não-românicas mostrará o que há nele de “universal”. Se a comparação histórica mostrar o contrário, e a comparação com as línguas não-românicas provar que se trata de um fato também universal, como no caso das interrogativas indiretas românicas, a explicação “pancrônica”, embora não seja impossível, terá pouca probabilidade.²¹

Vejamos outro exemplo. Afirma-se que o pronome impessoal francês *on*, provençal *hom*, não deriva do latim *homo* e tampouco foi criado sob a influência do germânico *man* (MEILLET, 1936: 95; DAUZAT, 1947: 211 e 1948: 43-4), mas que é uma criação literária do antigo francês ou do antigo provençal, e o uso do italiano *uomo*, espanhol *hombre*, português *homem* como pronome impessoal é atribuído à influência francesa e provençal res-

²⁰ É interessante, para a importância da pancronia, e digna de ser estudada mais profundamente, a participação que o ritmo e a simetria tiveram na uniformização dos tempos no período hipotético irreal, característico para as mais diversas línguas, por exemplo: latim *si habuissem, dedissem*; espanhol *si tuviera dinero, fuera rico*; *si tendría, daría*, alemão *wenn ich Geld hätte, wäre ich reich*; eslovaco *keby som mal, dal by som 'se tivesse, daría*; húngaro *ha pénzem volna, gazdag volnék* ‘se tivesse dinheiro, seria rico’ (comum em húngaro) (GARCIA DE DIEGO, 1952: 95-107).

²¹ Cf. também Lerch (1925: 84, 86 e 90) e Marouzeau (1929: 112-5), ambos são contrários ao método pancrônico, não histórico, da sintaxe.

pectivamente (WEERENBECK, 1943: 1-108). Depois que foi demonstrado, mais tarde, que o latim *homo* aparece já em Catão (*Agr.*, 157, 8 e 48, 1-2) com o sentido indeterminado de “homens”, ou melhor, de “se” (HACAMIES, 1948: 194-6), deve ser rejeitada a explicação galo-românica ou germânica e devem ser considerados os fatos históricos (latinos), além dos pancrônicos.²²

Aplicando o método histórico-comparativo às línguas românicas pôde ser postulada a existência de toda uma série de palavras e outros elementos no latim vulgar. A existência de muitas destas formas supostas pôde ser provada mais tarde com testemunhos documentais, e, assim, o método teve confirmação. Mas ficou uma parte que deve ser considerada meramente suposta e que é indicada com um asterisco. Assim, por exemplo, Gustav Gröber, entre 1884 e 1889, reconstruiu baseado em comparações românicas em seus *Vulgärlateinische Substrate romanischer Wörter*, em *ALLG*, toda uma série de palavras latinas vulgares, cuja existência foi confirmada mais tarde, por exemplo, a de *anxia*, mas não a de **acutiare*. O estudo de Gröber formou o núcleo do *Dicionário Etimológico das Línguas Românicas* redigido mais tarde por Meyer-Lübke (Cf. SPITZER, 1929-30: II, 335). No *REW* de Meyer-Lübke, as palavras que levam asterisco, ou seja, reconstruídas, foram aproximadamente 10% das 10.000 que encabeçam os artigos (BATTISTI, 1949: 60; TAGLIAVINI, 1952: 175).

A questão das formas hipotéticas, deduzidas pelo método histórico-comparativo, tem feito gastar muita tinta. O método de Meyer-Lübke toma uma posição chave na discussão. Em seu estudo *Die lateinische Sprache in den romanischen Ländern*, publicado na primeira edição do *Grundriss* de Gröber (1883-1888: 359), concede para nosso conhecimento do latim vulgar uma menor importância a todas as outras fontes (vulgarismos dos autores latinos, gramáticos, lexicógrafos latinos, inscrições latinas etc.) que à comparação das próprias línguas românicas, de modo que, segundo ele, no caso de incerteza, esta comparação é mais decisiva do que todas as demais fontes (JORDAN-ORR, 1937: 22). Desta maneira, Meyer-Lübke, como Gröber, quis separar o latim vulgar do latim clássico, e o representou como algo homogêneo, uniforme. Apesar das violentas e justas críticas dos latinistas, que protestaram em termos severos contra a confusão entre este *romanisches Konstruktionslatein* ou *Phantasielatein* e o autêntico *historisches Volkslatein* e que propuseram a denominação de *romanisch zu erschliessendes Quellaitein* que não devia confundir-se com o latim vulgar, Meyer-Lübke manteve sua extremíssima posição até em sua *Italienische Grammatik* (Leipzig, 1890) e em sua *Grammatik der romanischen Sprachen* (MEIER, 1940: 176-7). Ao final do século XIX e princípio do século XX, Meyer-Lübke modifi-

²² Os fatores históricos não são aceitos por Weerenbeck (1938: 32-62).

cou sua idéia de um latim vulgar separado e homogêneo, e aceitou a opinião, que é a única correta, ou seja, que só existe uma língua latina, da qual o chamado latim vulgar é apenas um aspecto. Esta modificação de conceito é vista melhor na segunda edição do estudo há pouco citado (cf. MEYER-LÜBKE, 1904: 451-97 e MEIER, 1940: 178).

Naturalmente, Meyer-Lübke reconstrói continuamente o latim vulgar sempre que existe motivos decisivos para isto. O fato de alcançarem as formas do latim vulgar reconstruídas em seu *REW* apenas 10% do total demonstra que a reconstrução, nas línguas românicas, tem uma importância relativamente limitada em relação com outros campos lingüísticos (línguas germânicas e eslavas). Portanto, a censura que tem sido feita à Lingüística Românica de que na reconstrução por comparação tenha ido muito longe, imitando demasiadamente a Lingüística Indo-Européia, não está justificada (TERRACHER, 1924: 341).

Sem motivos decisivos, o latim vulgar não é reconstruído. É reconstruído somente quando a palavra suposta em latim é encontrada em diversas línguas românicas e as diferentes formas românicas desta palavra não poderiam ter surgido independentemente em cada língua. Estas duas premissas estão em mútua correlação. Quanto mais numerosas são as línguas neolatinas em que é encontrada uma palavra hipotética, tanto maior é a probabilidade de se tratar de uma palavra do latim vulgar, isto é, que não tenha surgido independentemente nas línguas românicas. Se uma forma hipotética é encontrada somente numa língua românica, então é grande a probabilidade de que tenha surgido nela independentemente. A existência do latim *anxia* foi postulada com base em sete línguas românicas, e não podia tratar-se de uma palavra surgida independentemente em todas elas. Com efeito, mais tarde foi documentada. A existência de um latim vulgar **acutiare* tornou-se provável com base em seis línguas românicas, já que as formas românicas não podem ter surgido independentemente nas seis. O italiano *avanzare*, francês *avancer*, provençal *avansar*, supõem um latim vulgar **abantiare*, já que as formas italiana e francesa, por exemplo, por causa da sibilante (cf. **acutiare*.), não poderiam ter surgido diretamente do francês *avant* e italiano *avanti* (as derivações de *avant* e *avanti* teriam sido em francês e italiano **avanter* e **avantiare* respectivamente) (MEYER-LÜBKE, 1935: X). Mas seria completamente equivocado, por exemplo, supor uma forma latina vulgar *nitidiare* baseado apenas no francês *nettoyer* (de *nitidus* 'limpo' com o sufixo *-idjare* > *-oyer*) (NYROP, 1899-903: III, 202; MEYER-LÜBKE, 1921: 133-4), já que o francês *nettoyer*, documentado no século XII, pode ser uma de-

rivação do francês *net* (GAMILLSCHEG, 1928: 636; BLOCH-WARTBURG, 1932: II, 90), independentemente do latim.²³

O método histórico-comparativo, partindo das línguas românicas e convergindo para o latim vulgar, pôde demonstrar assim, por indução, que as línguas românicas derivam do latim vulgar. Se, então, ao contrário, partindo do latim vulgar, chegarmos às diversas línguas românicas e desta maneira fizermos história da língua, isto só poderá ser feito também de maneira indutiva, com o método comparativo. Coloquemos, por exemplo, o francês *miel* ao lado do latim vulgar *mel* (latim *mĕl*) e afirmaremos que o *ē* do latim vulgar passou a *ie* em francês. Se quisermos saber agora se esta mudança é casual ou não, e em que condições ocorreu, deveremos trabalhar comparativamente. Comparemos o latim vulgar *mĕl* > francês *miel* de um lado com o latim vulgar *fĕl* > francês *fiel*, latim vulgar *cĕlu* > francês *ciel*, latim vulgar *pĕde* > francês *piéd* etc., e de outro lado latim vulgar *septe* > francês *sept*, latim vulgar *tĕsta* > francês *tĕte*, latim vulgar *fĕrru* > francês *fer* etc., e concluiremos que o *ē* tônico do latim vulgar passou em francês a *ie*, não incondicionalmente, mas apenas em sílaba aberta, permanecendo imutável em sílaba fechada. Se compararmos, por exemplo, o latim vulgar *mĕl* > espanhol *miel*, de um lado, com o latim vulgar *cĕlu* > espanhol *cielo*, latim vulgar *fĕl* > espanhol *hiel*, latim vulgar *pĕde* > espanhol *pie* etc., e do outro o latim vulgar *septe* > espanhol *siete*, latim vulgar *tĕsta* > espanhol *tiesta*, latim vulgar *fĕrru* > espanhol *hierro* etc., chegamos à conclusão de que o *e* tônico do latim vulgar, em espanhol, diferentemente do francês, se converteu em *ie* tanto em sílaba aberta quanto em sílaba fechada.²⁴ Assim vemos que o método histórico em nossa ciência só pode ser comparativo e indutivo.

²³ Sobre o método de reconstrução do latim vulgar, veja também VOSSLER, 1954: 72-6.

²⁴ MEYER-LÜBKE, 1890-92: I, 142-6; BOURCIEZ, 1937: 64 e 66; NYROP, 1899-903: I, 183-4; PIDAL, 1952: 46; DAUZAT, 1949: 281 e ss..

QUARTO CAPÍTULO

A LINGÜÍSTICA ROMÂNICA NO SÉCULO XX

A Lingüística Românica como ciência histórica, praticada com o método histórico-comparativo, é uma filha do Romantismo, surgida de uma consideração histórico-evolucionista da língua. Toda a atmosfera do século XIX é positivista, e em todos os campos é possível encontrar traços de uma tendência empírica e analítica. A observação dos fenômenos que nos rodeiam, a representação cuidadosa destes segundo a realidade, caracterizam não só as ciências, mas também as artes. Pensemos simplesmente na novela naturalista que contemplava a realidade por via empírica e analítica como “documento humano”, e pensemos no Impressionismo nas artes representativas. Numa época extremamente anti-metafísica, em que se esperava tudo do empirismo, na qual o fim de toda investigação era estabelecer fatos e leis nas quais o mundo nos era representado mecanicamente ordenado e dominado pelo princípio da causalidade, também o espírito, obviamente, estava ligado pela causalidade e, por conseguinte, não era livre. É esta a idade do determinismo e do Naturalismo com suas variantes, o positivismo, o pragmatismo e o monismo naturalista.

Deve-se a W. Windelband, H. Rickert e H. Bergson que a Filosofia se libertasse do influxo das ciências naturais. Os dois primeiros constituíram sua concepção do mundo (sua *Kultur-philosophie*) sobre valores absolutos, supra-temporais; o último, ao contrário, quer pôr o instinto acima da inteligência, assim como a intuição e a simpatia adivinhadora. No sistema de Bergson, a inteligência opera analiticamente e a intuição sinteticamente, e enquanto a primeira se ocupa dos detalhes, a segunda se concentra na totalidade. Bergson deseja, não obstante, que a intuição se mantenha despertada e dirigida pela inteligência.

A aversão ao Naturalismo e ao modo naturalista e evolucionista de pensar se manifesta sobretudo na reação ao historicismo derivante do Romantismo que pode ser percebido claramente nas correntes artísticas do Expressionismo. Assim, depois de uma época característica do século XIX, de predileção pelas concepções das ciências naturais, pelos fins daquele século

e princípios do século XX, transcorre outra época em que a intuição tem o predomínio na ciência (SCHÜRR, 1925: 3-24, 89-90; IORDAN-ORR, 1937: 79-85). Durante todo o século XX pode ser notada na Lingüística, inclusive na Lingüística Românica, uma sensível tendência à síntese e ao requinte do espírito. Esta tendência deve ser considerada como uma reação contra a concepção naturalista, evolucionista, histórica, que havia dominado no século XIX. Não porque o método histórico-comparativo fosse errôneo, de modo algum; mas porque era unilateral. Na realidade, sublinhava demasiadamente o lado material, orgânico, histórico-evolucionista, e operava de maneira demasiadamente analítica e indutiva. O defeito desta tendência estava em se colocar muito cientificamente, num terreno em que têm grande participação os fatores espirituais.

A reação, não obstante, vem também de outras direções. O espírito democrático e socialista, cheio de interesse pelas linguagens populares e desejoso de explicar os fenômenos lingüísticos pela Sociologia, o apego aos usos tradicionais de cada região, o nacionalismo dos pequenos povos, profundamente embasados em sua tradição e em sua língua popular, o interesse que, por motivos de colonialismo, punham as grandes potências a estudar as línguas dos povos primitivos privados de literatura, a própria tendência para tudo que é primitivo, tendência que estava em moda na Europa desde fins do século XIX, tudo isto contribuiu para ressuscitar o interesse pelos dialetos (AUERBACH, 1948: 18). Uma concepção lingüística fundamentada principalmente na intuição e a Dialetoлогия, que estavam para ter um papel importantíssimo no desenvolvimento da Lingüística, são os fatores mais evidentes que fizeram nascer uma reação contra o espírito racionalista, exclusivista, aristocrático e literário do método histórico-comparativo.

Mas, do ponto de vista estritamente lingüístico, a reação que vem da Dialetoлогия é a mais importante. Nela, efetivamente, a matéria revela, de modo inesperado, sua mais íntima união com o espiritual, com o individual e pessoal. A razão da unilateralidade do método histórico-comparativo não estava somente no próprio método, mas no material em que se baseava. A matéria era unilateral, porque não levava suficientemente em conta a vida, porque não vinha da língua viva, falada, mas, sobretudo, da escrita, literária. Em meu entender, vemos claramente que não existe nenhum antagonismo entre alma e corpo, entre espírito e matéria, com seus aspectos humanos e metodológicos, intuição-intelecto, síntese-análise, individual-social. Ao contrário, existe uma estreita correlação.

Esta é a chave para todo o posterior desenvolvimento da Lingüística em geral e da Lingüística Românica em particular, ou vice-versa, pois esta última devia também desempenhar aqui a função de modelo.

Por que, no século XIX (e ainda mais tarde) a fonética tem o predomínio? Porque se apresenta com uma admirável regularidade. Esta regularidade se deve ao fato de que a fonética era, ou melhor, estava concebida como a emanção material de uma substância em certo modo abstraída da vida da linguagem, isto é, da língua escrita literária, e sobretudo porque se alicerçava sobre sons e não sobre palavras. Se não abstrairmos a matéria da vida, a fonética se fará tão irregular como a própria vida. Quando, em 1881, Georg Wenker se dispôs, com sua fé na regularidade da fonética, a traçar os limites dos dialetos alemães com a ajuda da mesma fonética, teve de reconhecer com desilusão que as mudanças fonéticas que tinha diante dos olhos eram diferentes, digamos, para cada palavra, e que, por exemplo, uma lei fonética que parecia operar tão regularmente como a segunda *Lautverschiebung*, pela qual os dialetos alto-alemães são separados dos baixo-alemães, manifestava-se diferentemente nas diferentes palavras (IORDAN-ORR, 1937: 146-47; TAGLIAVINI, 1952: 22-24).

Operou-se uma revolução na Lingüística quando se começou a ampliar a língua literária escrita, abstraída, em certo modo, da vida da língua, por meio dos dialetos, da língua viva. O romanista Jules Gilliéron, fundador da Geografia Lingüística, realizou uma empresa pioneira com seu *Atlas Lingüístico da França* (ALF), no qual, com ajuda de seu colaborador Edmond Edmont, registrou as respostas a 1920 perguntas, recolhidas *in loco*, em 639 pontos do território galo-românico, mediante uma coleção de mapas (POP, 1950: 117 e ss.). Depois que este trabalho pôs à disposição dos estudiosos a língua viva, isto é, a enorme massa de materiais que compreendia os dialetos galo-românicos, começou-se, graças aos estudos do próprio Gilliéron e de outros, alicerçados nesse material, a ter uma melhor compreensão do fato já constatado com base nos materiais de Wenker, de que certas mudanças fonéticas são diferentes quase em cada palavra. Mediante o material recolhido da língua viva, começou a ser compreendido como os desenvolvimentos fonéticos, que se mostravam tão regulares, por causa dos diversos fatores (cruzamentos de palavras, etimologias populares, empréstimos etc.), estavam submetidos a contínuas perturbações, e se deu conta de que os sons são alterados nas palavras e que quase cada uma delas tem o seu próprio desenvolvimento fonético: "...que seja mantido um determinado som (latino) sob certas condições, num certo lugar, ou que se torne um novo som determinado, é uma abstração. Na realidade, cada palavra tem sua própria história (JABERG, 1908: 6; Cf. PIDAL, 1929: 529 e ss.; VOSSLER, 1929: 309-10; WARTBURG., 1946: 31)..²⁵

²⁵ Sobre a segunda *Lautverschiebung*, diz Th Frings (1924: 9): "...não se deveria falar de mutação de sons, mas de palavras alteradas em seus sons".

Gilliéron opôs as perturbações do desenvolvimento fonético causadas pela etimologia popular à etimologia “dos etimologistas”. O latim **fimarium* ‘esterqueira’, derivado do latim *fimus* ‘esterco’ com o sufixo coletivo *-arium*, deu em francês antigo *femier*, no qual o *e* evolui para *ü* por influência do *m* contíguo. Esta é a explicação fonética. Mas Gilliéron supõe que o antigo francês *femier* tenha sido convertido em *fumier* porque o povo relacionou o vocábulo com *fumer* ‘fumegar’, já que do esterco, que é preparado no outono, queimando restos de folhas e de ervas, sai freqüentemente fumaça. Deixando sem discutir a exatidão da explicação de Gilliéron, que recorre à etimologia popular – pois é bem possível que a influência de *fumer* sobre *fumier* tenha ocorrido após o *e* já ter sido convertido em *ü* por influência da labial, certamente, deve-se levar em conta também a fantasia popular ao lado da explicação puramente fonética (GILLIÉRON, 1918: 249 e ss.; WARTBURG, 1928 e ss.: III, 542 e 548; BLOCH-WARTBURG, 1932: I, 320; GAMILLSCHEG, 1928: 447; TAGLIAVINI, 1952: 29).

A reação ao método histórico-comparativo do tipo naturalista veio de outras duas partes, além da Dialetologia e da Geografia Lingüística. O primeiro estudo de Geografia Lingüística de Gilliéron apareceu em 1905 (GILLIÉRON-J. MONGIN, 1905); em 1904 Karl Vossler publica seu *Positivismo e Idealismo no Desenvolvimento da Linguagem*, e em 1906 Ferdinand de Saussure começa seu *Curso de Lingüística Geral* na Universidade de Genebra, curso preparado já há muito tempo, cuja primeira edição, no entanto, só apareceu em 1916, póstuma, aos cuidados de seus discípulos (WARTBURG, 1931: 14).

Que a reação pudesse manifestar-se ao mesmo tempo de três direções diferentes e independentes, não é, certamente, uma casualidade. Contra o quê reagiram propriamente e ao mesmo tempo o biólogo da língua, Gilliéron, de mentalidade positivista-intelectualista, o esteta da linguagem, Vossler, idealista e intuicionista, e o sociólogo, Saussure, de concepções positivista-estruturalistas? Os três queriam unicamente, em minha opinião, reconstruir a relação entre espírito e matéria, cujo equilíbrio havia sido perturbado pelo método histórico-comparativo do tipo naturalista; queriam, em outras palavras, reintegrar a vida à matéria. Para chegar a este resultado seus olhos se dirigiam para a estreita relação existente entre alma e corpo, espírito e matéria, intuição e intelecto; síntese e análise; individualidade e coletividade.

Já Hugo Schuchardt distinguiu na vida da linguagem dois fatores fundamentais: o *Spaltung* e o *Ausgleich*. O *Spaltung*, a criação na língua, é individual e intuitiva; o *Ausgleich*, ou seja, a introdução da criação na comunidade, é social e intelectual. A distinção introduzida por Vossler entre “língua como criação” e “língua como evolução” (SCHÜRR, 1925: 57) corresponde definitivamente à de Saussure entre fala (*parole*), ou seja, o individu-

al, e língua (*langue*), que é social e convencional na estrutura lingüística. A diferença está em que Saussure, sociólogo da língua, considera a estrutura lingüística como um complexo de signos arbitrários fixado pela exigência da convenção comum, mas sem deixar de considerar a atividade individual, de modo que ele vai do social ao individual, enquanto Vossler, o discípulo de Vico, de Humboldt, de Hegel e de Croce, interpretando a língua como criação, como arte, percorre o caminho oposto, do intuitivo ao intelectual: a “língua como criação” é sancionada pela comunidade (“língua como evolução”) (PAGLIARO, 1930: 94, 99 e 102). Com métodos diferentes, ambos queriam descobrir os caminhos do espírito na vida da linguagem e, desta maneira, fizeram progredir na prática o estudo da sintaxe (Vossler e sua escola), da estilística (Charles Bally, discípulo de Saussure) e da fonética, sendo que nesta o espírito se manifestava melhor, ao menos em *aparência* (JABERG, 1926: 10; PAGLIARO, 1930: 88, 94 e 101; NENCIONI, 1946: 74, 143 e ss.).

Quanto ao biólogo da língua, Gilliéron, chega também, por meio da massa de materiais que lhe proporcionam os dialetos, à descoberta do espírito na vida lingüística. E sua descoberta, em meu entender, é tão rica de significado que ele trouxe à luz o espírito, ali onde este, ao que parece, mais dificilmente se mostra: não na sintaxe ou na estilística, mas precisamente na fonética. Ele mostra, por exemplo, que a mudança fonética aparentemente impossível de *fl-* > *kl-* é possível em certas palavras (GILLIÉRON-ROQUES, 1912: 49-80; Cf. WARTBURG, 1946: 19-20; TAGLIAVINI, 1952: 29) e que ao lado de uma mudança fonética, como a do antigo francês *femier* > antigo francês *fumier*, ou do latim *firmare* > francês *fermer*, deve-se levar também em conta a etimologia popular, a qual sente *fumer* em *fumier*, e *fer* (< latim *ferrum*) em *fermer* (pôr o ferro na porta, *fermer la porte*) (GILLIÉRON, 1919: 11 e ss.). Noutras palavras, ao lado da mudança fonética naturalista, histórico-evolucionista, existe também a imagem que têm propriamente de um som ou de uma palavra os que pertencem a uma determinada comunidade lingüística (SCHÜRR, 1925: 74 e ss.). Desta maneira, Gilliéron reage não só contra o método histórico, mas também, em minha opinião, é o precursor da fonologia e de nossa moderna concepção dos sons da fala como um produto do espírito.²⁶

Depois desta exposição orientadora sobre a reação contra o método histórico-comparativo, o método velho, é preciso considerar detalhadamente os três aspectos desta reação, a Geografia Lingüística, o Método Idealista e a

²⁶ “... os sons da linguagem não são fenômenos físicos, mas espirituais. Só se produzem pela escolha significativa, que naturalmente é uma atividade do espírito. Os sons não formam a palavra, como o leigo tende a crer, mas a palavra e, melhor ainda, o conjunto das palavras é que produz os sons como unidades determinadas. Até nessas formações inferiores e que parecem simplesmente naturais, a língua é espírito” (PORZIG, 1950: 54).

Linguística Estrutural, a fim de podermos tornar claro como os métodos velhos e novos revelam seus aspectos bons e maus à luz desta reação.

I. A GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA

O método de trabalho de Gilliéron, fundador da Geografia Lingüística, consistia em atacar o problema a partir de um ponto de vista completamente empírico e não estava orientado menos naturalista e positivista do que os que praticavam o método histórico-comparativo. Mas, enquanto estes deviam seu material de estudo aos documentos escritos e aos dialetos (textos dialetais, dicionários dialetais e estudos sobre os dialetos), Gilliéron observou a vida da linguagem com ajuda do *Atlas Lingüístico da França* (ALF) e praticou constantemente a Biologia da Linguagem (TERRACINI, 1949: e 213.). A evidência antropomórfica de sua terminologia, que se revela, inclusive, nos títulos de suas obras, atesta que estamos aqui colocados no meio de uma vida lingüística muito intensa, na qual as palavras vivem sua vida individual e social. Os vocábulos podem se tornar homônimos por causa de *acidentes fonéticos* e entrar em choque entre si, com a conseqüência de que os mais fracos devam ceder ante os mais fortes. Às vezes, saem da luta como *mutilados fonéticos*; às vezes, também milagrosamente incólumes, graças à *taumaturgia lingüística* (GILLIÉRON, 1923). Uma vez as palavras foneticamente enfermas se curam (*patologia e terapêutica verbais*) (GILLIÉRON, 1915 e 1921) noutros casos, são vítimas de uma fada Morgana²⁷ fonética (GILLIÉRON-ROQUES, 1907: 107-49). Além das enfermidades fonéticas, também pode ter graves conseqüências a *pletora interior ou pletora semântica* (ROQUES, 1930; A. KUHN, 1947-48: 32). Em resumo: somos espectadores de uma luta de vida ou morte.

Graças à descoberta de palavras isoladas nas áreas marginais, mediante o ALF, à observação da cristalização da vida e à da superposição de diversos estratos de palavras, Gilliéron pratica a Geologia Lingüística, e o faz com o mesmo método do geólogo que reconstitui a vida passada pela observação dos fósseis.

Segundo a obra fundamental de Gilliéron sobre a genealogia das palavras que significam ‘abelha’ (GILLIÉRON, 1918.)²⁸ e por causa de sua

²⁷ Alusão à fada (da família do Rei Artur) que aparece em romances do ciclo bretão com o poder da cura.

²⁸ Vide recensões, metodologicamente importantes em TERRACHER. 1918: 231-42; JABERG, 1920: 121-35; MEYER-LÜBKE, 1919: 371-86 e WARTBURG, 1928: I, 104-5.

excepcional importância metodológica é oportuno que seja aqui mais particularmente resumida e discutida. Segundo o mapa 1 do *ALF* existem no território lingüístico galo-românico os seguintes tipos de denominação para aquele inseto: 1. *é, és, a* (em zonas marginais completamente separadas no norte da França e na Suíça); 2. *mouche à miel* (no norte da França sobre um extenso território triangular); 3. *avette* (a oeste); 4. *mouchette* (a leste) e 5. *abeille* (ao sul do Loire até os Pireneus e o Mediterrâneo e dos Alpes até o Ródano, franco-provençal *aveille*). Ao lado destes tipos, existem pequenos, porém, compactos territórios dos tipos *mouche, essaim, essette, ruche* etc.

A presença das formas monossilábicas *é, és, a* nas ditas zonas marginais demonstra, positivamente, segundo Gilliéron, que a palavra originária para o conceito ‘abelha’ era o latim *apis* em todo o território galo-românico. Assim, para o geólogo da linguagem Gilliéron, o achado dos fósseis *é, és e a* mostra que o estrato originário *apis* aparece hoje na periferia do território. O bom senso nos diz, com efeito, que é improvável que no momento da romanização da Gália a palavra *apis* tenha sido introduzida exclusivamente nas longínquas zonas marginais separadas entre si, e em nenhum outro lugar. A exatidão desta afirmação é reforçada *a posteriori* pelo fato de que o antigo francês *ef, és* ‘abelha’ estava em circulação, segundo os textos do francês antigo, em todo o território norte da França, onde hoje se diz *mouche à miel*.

Confrontando agora o método histórico-comparativo com o da Geografia Lingüística no que se refere a este caso, constataremos que são precisamente os mesmos (MEYER-LÜBKE, 1925: 23-24). A Geografia Lingüística reconstrói a existência de um estudo anterior, baseando-se na distribuição geográfica das palavras; o método histórico-comparativo faz o mesmo mediante a comparação, e nos diz, por exemplo, que a fase anterior do sardo *ansa*, italiano *ansia*, antigo francês *ainse*, antigo provençal *aisa*, espanhol *ansia*, português *ânsia*, catalão *ànsia*, era o latim vulgar *anxia*. A comparação e a distribuição geográfica das palavras são dois meios aparentemente diversos, mas em estreita relação entre si, para estabelecer um processo histórico. Por isto, como dissemos, a reconstituição de um protótipo latino vulgar de palavras românicas conseguirá probabilidade tão maior quanto mais extenso for o material comparável em românico, isto é, quanto mais línguas românicas possam entrar na comparação, ou noutras palavras, quanto mais se encontre apoiado o material comparável pelo critério geográfico.

Depois que o geólogo lingüista pôde estabelecer que em todo o norte da França estava originariamente em uso *ef, és*, o biólogo lingüista Gilliéron se dedicou a investigar por que e como esta palavra foi vencida e eliminada por outras. O singular do antigo francês *ef* (do latim *apem*) e o plural *és* (do latim *apes*) eram palavras monossilábicas, débeis, passíveis dos efeitos da homonímia. Do plural *és* saiu diretamente um singular *é*, que foi reforçado, sendo substituído pelo plural *és* (nos textos do antigo francês encontramos

efetivamente para o acusativo singular *ef*, *é* e *és*). Os “mutilados fonéticos” *é* e *és* entraram em conflito em certos territórios por causa da homonímia com as palavras que significavam ‘pássaro’ e ‘vespa’. No norte da França, onde, às vezes, existe indecisão entre *wé* e *é*, se dizia *ézé(s)* ao lado de *wézé(s)* ao lado de *wézé(s)* ‘pássaros’. Daí surgiu uma insustentável homonímia, já que *le vol d’ézé(s)* podia significar tanto *le vol d’oiseaux* como *le vol des abeilles*. Por isto, segundo Gilliéron, nestes territórios *oiseau* foi substituído por outras palavras (por exemplo, *jeune*, *oiselet*, *moineau*) (Cf. MEYER-LÜBKE, 1920: 79-80) e *és* ‘abelha’ foi substituído por etimologia popular por *essaim* ‘enxame’, ou seja, o povo entendeu *essaim* como coletivo de *és*. Sendo assim, entraram em conflito novamente dois homônimos: *essaim* ‘abelha’ e *essaim* ‘enxame’. O fato de que, enquanto noutras zonas da França para designar o ‘enxame’ se diz *essaim* ou então *jeton*, aqui e só aqui *essaim* tenha sido substituído por outras palavras como *mouche*, *les mouches*, *jeuneau*, confirma o raciocínio de Gilliéron.

Apesar disto, Gilliéron se encontra metodologicamente em dificuldades precisamente porque quase não trabalha comparativamente. Uma das deficiências mais evidentes do método de Gilliéron é que deixa fora de consideração as outras línguas românicas. Que *essaim* no território citado signifique ‘abelha’ é um fato, mas que se trate de um coletivo por etimologia popular de *és* ‘abelha’, é uma hipótese desnecessária. Efetivamente, noutros territórios românicos, como na Itália Central (por exemplo nos dialetos de Altidona e Cupra Marítima) ‘abelha’ se chama, respectivamente *ji assāmi* e *li some*, que sem dúvida vêm diretamente do latim *examen* (> italiano *sciame*, francês *essaim* etc.).²⁹ Aqui podemos, pois, constatar novamente a estreita correlação, exposta há pouco, entre o método geográfico e o comparativo na definição de um processo histórico. Gilliéron, ao tratar das condições lingüísticas francesas deixa fora de exame as outras línguas românicas, entre outros motivos porque não quer trabalhar comparativamente e quer demonstrar que em francês não há quase nada que venha do latim. O método não-comparativo de Gilliéron é tão unilateral e equivocado quanto o método comparativo (MEYER-LÜBKE, 1925: 24) que, nas línguas românicas, quer extrair tudo ou quase tudo do latim.

No norte da França, portanto, segundo Gilliéron, *és* ‘abelha’ entra em conflito mais tarde com a denominação da ‘vespa’, *wés*, que ali existe, em consequência da insegurança indicada entre *é* e *wé*. Trata-se de um conflito não só lingüístico, mas também entomológico, posto que se trata de dois insetos diferentes. O resultado é que *és* (ou *wé*) desaparece. Em certas regiões do norte, contudo, por influência de *wep* ‘vespa’ (< latim *vespa*), *és*

²⁹ BOTTIGLIONI, 1919: 34; MEYER-LÜBKE, 1935, n° 2936; WARTBURG, 1928 e ss.: III, 257-8; TAGLIAVINI, 1949: 97.

‘abelha’ que, como vimos, estava em luta com as denominações para ‘pássaro’ e para ‘enxame’, se converte em *ep*. Este *ep* foi tomado de empréstimo do dialeto da Ilha de França. A palavra *ep* ‘abelha’, além do fato de estar completamente isolada e de poder confundir-se com *guêpe* ‘vespa’, era débil e, portanto, tinha necessidade de apoio, o que recebeu, por uma parte, de *é*, *és*, e por outra, de *mouche* (isto é, ‘mosca que pica’). Desta maneira, segundo Gilliéron, surgiram *és(s)-ep* e *mouche-ep*, compostos híbridos nos quais, com o tempo, o elemento *-ep*, que já se tornava ininteligível, foi interpretado como um sufixo, e então aqueles compostos, por influência do freqüente sufixo *-ette*, converteram-se em *essette* e *mouchette*. Porém, estas últimas formas não são diminutivos de *és* e *mouche*, já que ‘abelha’ não pode ser entendida nem como ‘pequena abelha’ nem como ‘pequena mosca’, mas que não são propriamente outra coisa senão substituto assonantes de *és-ep* e *mouche-ep*. Enquanto *és-ep* se encontra nos dialetos e nos textos, **mouche-ep* não está documentado em nenhum lugar. Por isto Gilliéron tem que recorrer ao método histórico e precisamente reconstruir uma forma principal (MEYER-LÜBKE, 1925: 24)) sem a qual não pode explicar o francês *abeille*.

Mouchette, porém, não podia sustentar-se, pois um diminutivo de *mouche* (isto é, ‘mosca pequena’) não pode significar ‘abelha’, além de que *mouchette* ‘abelha’ defrontava continuamente com *mouchette* ‘mosca pequena’. Por isto, para poder distinguir as denominações destes dois insetos, teve que se recorrer a uma cura terapêutica da “desdiminutivação” (GILLIÉRON, 1918: 128-9) combinada com composição: *mouchette* passa a *mouche à miel* ‘abelha’ e esta forma conquista a partir do século XV toda a França Setentrional.

Em Paris, *mouche à miel* é substituída por *mouche-abeille*, porque se queria estabelecer uma correspondência de *mouche à miel* com *mouche-guêpe* ‘vespa’, outra palavra que indica um inseto que pica. Desta maneira se tomou emprestado do sul o provençal *abel’o* ‘abelha’ (< latim *apicula*) para a segunda parte da composição pelo modelo de *mouche-guêpe*, assim como se havia tomado por empréstimo do norte *ep* para *mouche-ep*. **Mouche-abeille*, afinal de contas, é um mero substituto assonante de *mouche à miel* (*à miel* é assonante de *abeille*), como *mouchette* é uma derivação assonante de *mouche-ep*. **Mouche-abeille*, que não está documentado em parte alguma e que não deixou rastro senão em poucos dialetos, deixa cair a primeira parte que lhe servia de apoio, pois *abeille* é bastante claro, vital e independente, e é a palavra indicadora de ‘abelha’ limitada à capital, da qual, em suma, se pode estabelecer a genealogia e biologia seguinte: 1. *ef*, plural *és* > 2. *és* > 3. *ep* > 4. *é-ep* > 5. **mouche-ep* > 6. *mouchette* > 7. *mouche à miel* > 8. **mouche-abeille* > 9. *abeille* (GILLIÉRON, 1918: 16 e *passim*).

O método de Gilliéron e o histórico-comparativo têm em comum, portanto, que ambos reconstróem mediante a comparação, com a diferença de que o último fundamenta suas induções históricas sobre um material menos variado e mais esquemático do que o geográfico. O método comparativo, sobre a base do dalmático *yuop*, italiano *ape*, sardo (logudorês) *abe*, rético (friulês) *af*, antigo francês *ef*, por um lado, e do italiano *pecchia*, antigo provençal *abelha*, catalão *abelha*, espanhol *abeja*, português *abelha*, por outro, estabelece: 1. que as denominações para 'abelha' na segunda área vêm do latim *apicula* e na primeira do latim *apis*; 2. que o antigo francês *ef* remonta diretamente a *apis*, mas o francês *abeille* não vem diretamente de *apicula*, mas através do provençal *abel'o*. (DIEZ., 1887: 22; MEYER-LÜBKE, 1935, n° 523 e 525; WARTBURG, 1928 e ss.: I, 104-5). Esta indução do método histórico-comparativo, que é inteiramente válida cientificamente e, finalmente, até justa em parte, tem-se guiado desde o princípio pela fonética. Segundo este ponto de vista, o antigo francês *ef* não tem nada a ver com o francês *abeille*; este último é um empréstimo do provençal, porque o latim *apicula* deveria ter dado em francês não *abeille*, mas **aveille* (já que o *p* latino intervocálico passa a *v* em francês e a *b* em provençal).

Ao contrário, o método geográfico reconstrói não guiado pela fonética, que Gilliéron, exagerando, declara fracassada (GILLIÉRON, 1919), mas tendo presente o tesouro léxico, a vida inteira da língua, desde o antigo francês *ef* até o francês *abeille*. Para poder observar a força e o espírito criadores na língua, era necessário trazer à luz do dia o material lingüístico particularmente rico e variado que se refere à denominação de abelha no território galo-românico, e do qual apenas demos uma ligeira idéia. As substituições assonantes *essette*, *mouchette*, **mouche-abeille* de *és-ep*, **mouche-ep* e *mouche à miel* não têm nada a ver com a regularidade da fonética e da formação das palavras; são simplesmente criações. O método histórico-comparativo, ao afirmar que o latim *apicula* deu o francês *abeille* através do provençal *abel'o* porque o *-p-* latino pode dar *-b-* em provençal, mas não em francês, torna-se um método esquematizante e simplista, e não leva suficientemente em conta a vida da língua e o espírito criador. Isto, como vimos com base nas investigações, é errôneo em parte, porque o francês *abeille* não vem de *apicula*, mas foi criado a partir do latim *apis* através de toda uma cadeia de palavras.

Sem se perguntar por que os franceses de Paris tiveram que importar para a idéia de 'abelha' uma palavra provençal e, contentando-se com o aspecto exterior, fonético, do problema, o método histórico-comparativo afirma que o francês *abeille* é uma forma provençal por causa do seu *-b-*. Considera, pois, a fonética como algo de primeira importância. Pelo contrário, o francês *abeille*, segundo a explicação de Gilliéron, é uma criação francesa sobre a base do francês *mouche à miel* e do provençal *abel'o* (VIDOS, 1954:

269-309 e 235-273). Segundo ele, portanto, o som não é o principal, mas a palavra; ele substitui o som pela palavra e substitui pela vida a concepção de uma evolução fonética do processo mecânico (DEVOTO, 1951: 58). A diferença entre os dois métodos, no caso de *abeille*, está em que o método histórico-comparativo pretende fazer vir esta palavra foneticamente do latim *apicula* e, não sendo possível esta derivação, deve admitir uma influência provençal, enquanto a Geografia Lingüística concebe a mesma palavra não como derivada de *apicula*, mas como uma criação francesa: *ef*, saída de *apis*, se desenvolve até *abeille*. Para a Geografia Lingüística, este processo de desenvolvimento é o principal e não a derivação do latim. Daí a justa e enérgica advertência de Gilliéron:

Não vos contenteis em fazer a história de uma palavra como um historiador da literatura que traçasse a vida de um homem célebre nestes termos: Balzac, no colo de sua nutriz, usava uma veste azul com listas vermelhas. Ele escreveu a *Comédia Humana* (GILLIÉRON, 1919: 133).

A grande importância do método geográfico está precisamente no fato de ter reagido saudavelmente, com a descoberta dos fatores criativos na vida da linguagem, contra o determinismo, às vezes unilateral, do método histórico-comparativo, que pretendia poder descobrir em quase todos os aspectos das línguas românicas uma continuidade com o latim.³⁰ Ele tem também toda a razão quando demonstra que *abeille* não é uma palavra conservadora de uma herança latina. Neste caso, é o único método que pode prová-lo, enquanto o método histórico-comparativo chega precisamente ao resultado contrário.

Seria um erro, porém, pensar que o método histórico-comparativo não esteja em condições de provar, sem ajuda de outro, que uma palavra românica é uma criação independente do latim. Comparando, por exemplo, as denominações românicas de 'peixe', pode-se estabelecer que todas, exceto a francesa, vêm do latim *piscis* (italiano *pesce*, espanhol *pez*, catalão *peix*, romeno *pește* etc.). O francês *poisson* poderia derivar-se de uma suposta forma **piscionem*. Porém, se se considera que no antigo francês existia *pois* (< latim *piscis*), que aparece no francês *craspois* 'baleia' (*cras* 'grosso' + *pois* 'peixe') e *porpois* 'esturjão' (*por* 'porco' + *pois* 'peixe'), a hipótese de uma origem latina vem abaixo, e *poisson* é o resultado de uma independente derivação francesa do antigo francês *pois* (MEYER-LÜBKE, 1935, n.º 6532; GAMILLSCHEG, 1928: 706; BLOCH-WARTBURG, 1932: II, 166 e ss.). A Geografia Lingüística apóia esta afirmação mostrando que *peis* e *pois* podem ser encontradas ainda na zona marginal dos dialetos franceses (WAG-

³⁰ "A reflexão e os fatos estão de acordo para destruir esta falsa unidade lingüística chamada *patois*, essa concepção de um município ou inclusive de um grupo que teria ficado como depositário fiel de um patrimônio latino". (GILLIÉRON-MONGIN, 1905: 27).

NER, 1949: 4). Assim, podemos nos prevenir facilmente de que a comparação e a posição geográfica são dois meios aparentemente diferentes, mas em estreita correlação entre si, para estabelecer um processo histórico.

* * *

Gilliéron, recolhendo nos mapas de um atlas as denominações de certos conceitos, objetos etc. para 629 pontos do território lingüístico galo-românico, criou para este território um imponente aparato lingüístico de comparação com mais de um milhão de formas dialetais. Seu material representava ao mesmo tempo a situação de então dos dialetos galo-românicos, isto é, uma espécie de corte transversal que reproduz a situação lingüística sincrônica. Estendendo e integrando o material lingüístico com o geográfico, Gilliéron, e com ele a Geografia Lingüística, reforçou e integrou o método comparativo, sem se propor a isto, e com ele a Lingüística Românica como ciência histórica.

A história, efetivamente, deixa suas marcas no espaço. Por isso, uma visão sincrônico-comparativa organizada no espaço e, geograficamente, pode ser considerada ao mesmo tempo também diacrônica. Precisamente enquanto Saussure elaborava sua fundamental distinção entre sincronia e diacronia, Lingüística Descritiva e Lingüística Histórica a Geografia Lingüística de Gilliéron mostrou que o modo geográfico de operar, integrando o comparativo, de certo modo sincroniza a diacronia. Noutras palavras, localiza geograficamente os acontecimentos históricos e mostra que entre sincronia e diacronia existe uma estreita relação recíproca.³¹ “A Geografia Lingüística nos obriga, pois [...], a localizar e a datar os fatos, a pô-los constantemente[...] na sincronia geográfica [...]” (TERRACHER, 1924: 333).

Para demonstrar como a Geografia Lingüística localiza um acontecimento histórico e quão estreitamente estão unidas uma sucessão histórica e uma vizinhança geográfica, começamos por dar o seguinte evidente exemplo.

O francês *oublier* é semanticamente débil, sua posição na consciência não está suficientemente delimitada; entre o recordar e o esquecer completamente existe toda uma série de passos e de gradações. Além do mais,

³¹ DAUZAT, 1948: 170; WARTBURG, 1946: 132; TERRACINI, 1949:160, 168, 196 e 197; BERTOLDI, 1949: 87-88.

nem sequer se trata de um verbo necessário, porque sempre se pode substituí-lo por *je ne me rappelle pas, je n'y ai pas pensé* e outras locuções parecidas. Em certa parte da França Meridional, o conceito de ‘esquecer’ se expressa por *desmembra* (< **dis-memorare*) (MEYER-LÜBKE, 1935, n° 5489); cf. gascão *desbrenbà, desmoumbra* (< *de-exmemorare* (ROHLFS, 1935: 114) e espanhol *desmemoriarse* ‘esquecer’). A esse território segue imediatamente outro em que se diz *désoublier, doublier*. A imediata proximidade geográfica *desmembra-désoublier, doublier* é o resultado sincrônico da seguinte sucessão diacrônica: *oublier*, semanticamente débil, falando em termos biológicos, vem a ser encontrada no sul junto a *desmembra* e, por isto, para poder subsistir, tira de *desmembra* o seu *des-* ou o seu *d-* e se fortalece com ele. Linguisticamente falando, na consciência dos falantes está presente sob a influência de *desmembra* um esquema *des-, d-* (*desmembra*) que tem um sentido exclusivo neste verbo, e por meio do qual se reforça *oublier*. Contra a possibilidade de explicar de outro modo o *des-* ou *d-* de *désoublier* ou *doublier*, fala segura e indubitavelmente o fato de se encontrarem estas formas só e exclusivamente na vizinhança imediata de *desmembra* (GILLIÉRON-ROQUES, 1912, 3-4).

Um exemplo clássico é também o seguinte: Na Gasconha, o galo se chama *azã* (francês *faisan* ‘faisão’) e *bigey* (francês *vicaire* ‘vigário’). Esta situação, no plano geográfico e sincrônico, é a repercussão do seguinte processo histórico-lingüístico (GILLIÉRON-ROQUES, 1912, 121-131). No francês antigo e também nos dialetos franceses de hoje vivem as continuações do latim *gallus* ‘galo’. No gascão, em que o *ll* latino final evoluiu para *t*, *gallum* resultaria em **gat*. Mas esta palavra entrava em conflito por hominímia com o gascão *gat* (< latim *cattus*), denominação do ‘gato’, com a conseqüência de que **gat* ‘galo’, que podia encontrar apoio numa família lingüística menos numerosa que *gat* ‘gato’, desapareceu. Desta luta desigual saiu vencedor, portanto, o gato (*gat*), que no gascão assassinou o **gat* ‘galo’. E como desta maneira o galo ficou sem nome na Gasconha, foi preciso buscar-lhe um, disse Gilliéron, e se lhe chamou *faisan*, ou então *vicaire*.³²

A Geografia Lingüística reconstrói, portanto, neste caso, a existência de **gat* ‘galo’ no gascão, deduzindo-a da situação geográfico-sincrônica. A comparação reforça e sustenta esta conclusão, demonstrando que as denominações de outra ave, a *perdiz gallus* ou *perdix* **gallius*, ou seja, a ‘perdiz’, no mesmo território onde já não existe **gat*, se mantiveram como *perligal*’ (por exemplo em Sauveterre-de-Béarn, ponto 691 do mapa 1002 do *ALF*),

³² “Foi necessário - disse Gilliéron (1912: 128) - procurar para o galo do poleiro um nome que não lhe suscitasse um adversário muito próximo e perigoso. Deve ter havido alguma vacilação e diversidade para escolher esse nome. Finalmente, chegou a se fazer do galo, ambiciosamente, um ‘faisão’, ou humoristicamente um ‘vigário’, o que era preferível a deixá-lo à mercê do gato. É possível, por outro lado, que os falantes tenham se divertido com essas denominações anormais e as tenham propagado com prazer...”

ou então *perdrigat* (ponto 650). Graças a esta comparação, vemos que antes que o gato matasse o galo e *azã* e *bige* se convertessem em seus herdeiros, **gat* ‘galo’ (< *gallus*) durante um tempo mais ou menos longo havia-se empenhado na luta contra *azã* e *bige*, como o mostra claramente a presença de *perligal’* (a segunda parte *gal’* de **gallius*, derivado de *gallus*) no território em que o galo se chama *azã*. A forma *perdrigat* ‘perdiz’ (< *perdix-gallus*) mostra que *gat* ‘galo’ pode viver até hoje no gascão, quando, longe do galinheiro como *perdrigat*, já não pode chocar por homonímia com seu rival mais forte, o gato (MILLARDET, 1923: 59-61; WARTBURG, 1928 e ss.: VIII, 227-229).

Assim como o método geográfico integra o histórico-comparativo. Veja o que dissemos a respeito do francês *abeille* e *poisson*, a diacronia pode apoiar a sincronia. O ponto de vista, neste caso puramente sincrônico, de Gilliéron (1915: 124), encontrava-se com limitadas soluções para *gal’o* ‘galo’, que aparece uma só vez (em Sauveterre-de-Béarn, ponto 691 do mapa 320 do ALF) em território exclusivo de *azã* ‘galo’. Efetivamente, a sincronia é incapaz de decidir se aqui *gal’o* é um resíduo de um originário *gallus* ou se vem de algum outro lugar (encontramo-nos aqui no sul da Gasconha, e *gallus* está bem vivo em toda a Península Ibérica: espanhol *gallo*, catalão *gall*).³³ O método comparativo já nos demonstrou que no mesmo ponto onde se encontra *gal’o* encontra-se também *perligal’* ‘perdiz’, e, portanto, que a palavra não está aí isolada.

Estendendo agora geograficamente esta comparação, ou seja, trabalhando mais amplamente no plano sincrônico, chegamos à conclusão diacrônica de que *gal’o* (ou melhor *gal’*) e a segunda parte de *perligal’* no Béarn, junto com outras palavras de territórios românicos distantes entre si, como *gagghiu* ‘manchado’ em siciliano, *gaio*, *pernis gaja* ‘perdiz’ em piemontês, *gailg* ‘matizado’, *sgaglier* ‘matizar’ no reto-românico ocidental etc. representam o latim *gallius* (por se haver denominado **gallius* as penas ou plumas manchadas da perdiz e outros animais, comparando-as com as plumas multicores do galo (*gallus*)) (MEYER-LÜBKE, 1935, n° 3663; WARTBURG, 1928 e ss.: IV, 42 e 47-48). O método comparativo e o sincrônico-geográfico mostram-nos assim que *gal’o* ou *gal’* no Béarn deve ser originário e antigo, e que representa o latim **gallius*, *gallus*. Os instrumentos de trabalho históricos confirmam este resultado e deixam clara ao mesmo tempo a unilateralidade dos atlas lingüísticos, pois, segundo os dicionários dialetais, *gal’o* e *gal’* não estão totalmente isolados no bearnês, mas são palavras comumente em circulação, e *lo galh* já estava documentado no século XV (MILLARDET, 1923: 58-63; PALAY, 1932: 40; WARTBURG, 1928 e ss.: IV, 47).

³³ O vocábulo gascão *gãhou* ‘galo’ (em Arrens), distante deste ponto, é considerada efetivamente como um empréstimo do espanhol (ROHLFS, 1935: 63).

Em resumo, vemos que a Geografia Lingüística e a História Lingüística, atlas lingüísticos, textos e dicionários dialetais se complementam mutuamente.

Para terminar, eis um caso análogo: O latim *mulgere* ‘ordenhar’, que deveria ter dado foneticamente em francês **moudre*, já não vive em francês, segundo Gilliéron (GILLIÉRON-ROQUES, 1912: 10-18), porque se teria tornado homônimo do francês *moudre* ‘moer’ (< latim *molere*). Como não é possível, sobretudo num ambiente de camponeses, usar a mesma palavra para ‘ordenhar’ e para ‘moer’, em território lingüístico francês para expressar a idéia de ‘ordenhar’ se diz (entre outras coisas) *traire* ou *tirer*.

As denominações para ‘galo’ e ‘ordenhar’ nos demonstram claramente que por causa de uma mutação histórico-lingüística, ou seja, por causa da dinâmica, havia-se produzido uma situação insustentável e que, por conseguinte, devia mudar-se. Noutras palavras: podemos constatar como a sincronia vai além da diacronia, ou vice-versa, como uma situação histórico-geográfica converte em sincronia a diacronia lingüística. A Geografia Lingüística, representando sinoticamente sobre os mapas a extensão geográfica das palavras, nos proporciona um meio sintético, como não se encontraria de outro modo, para nos introduzir na vida da linguagem. Podemos ver onde *bigey* ‘vigário’ e *traire* ‘ordenhar’ substituíram a **gat* ‘galo’ e a *moudre* ‘ordenhar’, respectivamente. À pergunta “por que se produziram estas substituições?”, Gilliéron responde de modo racionalista, físico-matemático: **gat* ‘galo’ e *moudre* ‘ordenhar’ durante a sua vida, encontraram-se em conflito de homonímia com *gat* ‘gato’ e *moudre* ‘moer’ e, por isso, viram-se condenados a desaparecer. À questão de como se realizaram efetivamente estas substituições, responde que, no primeiro caso, se buscou uma denominação, e depois de certa vacilação na “escolha”, experimentou-se certo prazer no gracejo de chamar ‘vigário’ ao galo; no segundo caso, os substitutos de *moudre* ‘ordenhar’, ou seja, *traire* e *tirer*, são considerados simplesmente como paliativos lexicológicos.³⁴

Não há dúvida de que a Geografia Lingüística, neste caso como em outros, por meio de uma visão sincrônica da diacronia, nos revela a vida da linguagem e, reagindo assim saudavelmente contra o método histórico, integrou-o produtivamente. Não obstante, teve de se comprovar que a vida da linguagem, tal como a revela o método da Geografia Lingüística e, sobretudo, como Gilliéron a interpreta, é representada de um modo demasiado unilateral e intelectualista. Que certas palavras, fisicamente débeis ou insufici-

³⁴ “Palavras secundárias e da espécie semântica mais mediocre, pobre recurso de uma língua agonizante que perdeu o termo correspondente a uma operação perfeitamente determinada, singular, incomparável, verdadeiro ‘mal menor’ lexicológico” (GILLIÉRON-ROQUES, 1912: 12-13).

entes, sejam rechaçadas por outras mais fortes e que outras sejam obrigadas a desaparecer em consequência da homonímia, é um fato que já havia sido constatado por Diez (1882: I, 42 e ss). Mas já se estabeleceu há tempo que seria desconhecer a vida da linguagem e de sua qualidade afetiva o querer supor com Gilliéron que os falantes esperam até o momento de extrema necessidade, até à debilitação de uma palavra ou até à homonímia, para substituir um vocábulo por outro.

O francês *choir* 'cair', por exemplo, que ainda estava vivo no século XV e que a partir daquela época perdeu, primeiro, o imperfeito e, depois, gradualmente, as outras formas, até chegar a ser usado hoje apenas esporadicamente no infinitivo, foi substituído por *tomber*. Ao contrário, o verbo *voir*, que é igualmente débil, vive até hoje. Embora Gilliéron admita que ao lado de *choir* estava preparado um substituto, mas não ao lado de *voir*, opina, entretanto, que para adotar *tomber* se esperou que *choir* se debilitasse. Mas o momento mais importante deste caso não era aquele em que *choir* estivesse forte ou débil, visto que *tomber* já aparece a partir do século XV e *choir* só começou a se debilitar depois de 1500. Por outro lado, é preciso notar o fato de que *tomber* como palavra onomatopaica, graças ao seu valor afetivo e psicológico, diz para os falantes muito mais do que *choir*, de modo que pôde substituí-lo, quando *choir* ainda não era débil ou, pelo menos, não era mais débil do que *voir*, o qual vive ainda hoje, precisamente porque, no que se refere a seu valor afetivo, não tinha junto a si nenhum substituto apreciável (GILLIÉRON, 1919: 50 e ss.; MEYER-LÜBKE, 1925: 25 e ss. e 1935, n° 8975; GAMILLSCHEG, 1928: 220 e 847; WARTBURG, 1928 e ss.: II, 29-30; BLOCH-WARTBURG, 1932: I, 147-8 e 1950: 607).

O mesmo exatamente ocorre com a denominação do 'galo' na Gasconha. Assim como *tomber*, rico de valor afetivo, não esperou que *choir* se debilitasse e desaparecesse, assim também o povo da Gasconha, tão atrevido e galhofeiro, pôde chamar metaforicamente *bigey* 'vigário' ao galo e, certamente não esperou que **gat* como nome do galo entrasse em conflito de homonímia com *gat*, nome do gato, e, conseqüentemente, tendesse a desaparecer, para substituí-lo. Quanto aos substitutos de **moudre* 'ordenhar', *traire*, *tirer* e *ajuster*, Gilliéron considera os dois primeiros como paliativos lexicológicos, enquanto concebe o substituto local *ajuster* 'preparar' como denominação de uma ação (o ordenho) mediante o nome da operação preparatória (GILLIÉRON-ROQUES, 1912: 13). Enquanto julga correto *ajuster* 'ordenhar', porque pensa que se trata de preparar as tetas para o ordenho, ou seja, a operação preparatória, vê em *traire* e *tirer* unicamente paliativos lexicológicos, equivocadamente, por certo, já que estes dois verbos, como *ajuster*, representam as operações que preparam o ordenhado e, em parte, também a própria operação de tirar o leite. Em conclusão, para o caso de 'ordenhar' os falantes não tiveram de esperar, como tampouco no de 'cair' e de

'galo', que a palavra originária desaparecesse por homonímia, já que *traire*, *tirer* e *ajuster* estiveram sempre presentes no campo significativo de 'ordenhar' com o sentido de operações preparatórias. O caso de **gat-bigey* se distingue enquanto *bigey* 'vigário' não pertence ao campo significativo do conceito 'galo', mas sempre pôde ser criado por via afetiva. Dá-se, entretanto, um momento evidentemente importante nestes dois casos quando os atuais substitutos *bigey* e *traire* acabam por passar ao primeiro plano, isto é, quando passam a ser as palavras normais, enquanto **gat* e *moudre* desaparecem (WARTBURG, 1931: I, 15-19 e 21-22, 1937: 297-8 e 1946: 125-6 e 130-2).

Os casos *bigey*, *traire* e *tomber* significam, ademais, outra coisa. Quando **gat* 'galo' e *moudre* 'ordenhar' desapareceram, segundo Gilliéron, os falantes "procuraram" substitutos e, depois de certa "vacilação na escolha" fizeram do galo "ambiciosamente" um faisão e "por zombaria" um vigário e, no segundo caso, procuraram um paliativo *traire* para preencher o vazio produzido pelo desaparecimento de **moudre*. Esta é uma concepção puramente teleológica, que atribui aos falantes uma escolha consciente e orientada para um determinado fim. Neste ponto, o biólogo da linguagem, Gilliéron, de pensamento racionalista-matemático, é o precursor da concepção finalista da língua de Trubetzkoy e do estruturalismo. Os exemplos examinados são surpreendentes refutações de semelhante concepção. Nem no caso de criação de um metafórico *bigey* 'vigário' nem no de *traire* 'tirar', sempre presente no campo semântico de 'ordenhar', pode-se falar de uma finalidade. No caso de *tomber*, está ainda mais claramente em oposição à teleologia, pois a criação afetiva *tomber* foi usada ao lado de *choir* ainda antes que este começasse a se debilitar. A criação não espera, portanto, neste caso, restabelecer um equilíbrio conturbado numa situação lingüística, e até no caso de *bigey* e *traire* não representa uma tendência finalista e preventiva que queira reconstituir um equilíbrio conturbado, mas apenas uma tendência compensadora (TERRACINI, 1949: 213; DEVOTO, 1951: 62-6.).

Fazendo agora o balanço da Geografia Lingüística, chegamos à conclusão de que "Geografia Lingüística e História Lingüística são partes da investigação da linguagem que se completam mutuamente e que são inseparáveis" (MEYER-LÜBKE, 1920: 80). Vimos, no caso de *abeille* e *poisson*, como a Geografia Lingüística complementa a História Lingüística, e vice-versa no caso de *gal'o* e *perligal'* como a História completa a Geografia. Não há propriamente nenhuma diferença entre os dois métodos, mas somente entre o material em que se baseiam; o que corresponde à tese de que o método não existe por si só, mas que resulta de nossa posição diante do material.

Poderíamos melhor caracterizar o material da Lingüística Histórico-comparativa como analítico e o da Geografia Lingüística como sintético. O material de um atlas lingüístico, por perfeito que seja, não pode ser senão a

coleta sinóptica de dados instantâneos. Estes dados representam a língua de um único indivíduo exclusivamente no momento em que se recolheu o material.

É experiência geral que os atlas lingüísticos quase sempre nos dão a palavra corrente, usual, e descuidam dos sinônimos afetivos, burlescos, familiares etc. Para poder captar estes últimos, ter-se-ia de poder viver longo tempo com os que falam o dialeto e esperar os momentos felizes em que estes sinônimos, sob a influência de certa emoção etc. viessem espontaneamente à tona. Mas um atlas lingüístico de países como a Itália ou a França jamais poderia ser realizado desta maneira. As mesmas considerações são válidas para a riquíssima terminologia que se refere à vida, à atividade, aos móveis etc., de camponeses, pastores e profissionais similares, que geralmente não utilizam palavras normais e de uso geral.

No entanto, se não houvesse ocorrido que por causa da homonímia o nome do galo (**gat*) e o nome do gato (*gat*) e, ainda, a denominação de ‘ordenhar’ (**moudre*) e a de ‘moer’ (*moudre*) já não se distinguissem entre si, nem a denominação burlesca *bigey* ‘vigário’ para o galo nem a palavra subsidiária *traire* ‘tirar’ para ‘ordenhar’ teriam subido ao grau de palavras normais, com a conseqüência de que não se teria podido conhecer nunca a existência destas palavras por meio do *ALF*. Este atlas registra, por exemplo, 30 tipos diversos de palavras para ‘avaro’, e só registra uma para ‘rico’, enquanto por outras fontes se sabe que no território galo-românico podem ser encontradas até 200 para o primeiro conceito e 80 para o segundo. Os outros atlas lingüísticos românicos, por exemplo o *AIS*, que é metodologicamente mais perfeito, também não conseguiram reunir os sinônimos afetivos e, com efeito, para um conceito como ‘cabeça’ na Itália, foram recolhidas sete denominações em um ponto, seis noutra, dois em 200 pontos, e em 400 pontos apenas uma, quando é certo que este conceito, tanto na Itália quanto em outros territórios lingüísticos, é o centro de toda uma série de sinônimos afetivos, jocosos e familiares (WARTBURG, 1937: 299-301 e 1946: 133-5; K. JABERG, 1943-4: 282-3; KUHN, 1947-8: 36-41).

Isto provém de que o material de que se serve a Geografia Lingüística é sintético. A sistematização sinóptica (geográfica e sincrônica) de toda uma massa de formas para um determinado conceito nos dá uma visão lingüística geral, mas, por causa de seu caráter sintético, é, naturalmente, unilateral. O que aparece à superfície por meio do material intelectualista pode representar um único aspecto da vida da linguagem: o aspecto intelectualista. Das 200 palavras para ‘avaro’ e das 80 para ‘rico’, em território galo-românico podem ser colhidas apenas trinta e uma, respectivamente, segundo o *ALF*. Tudo o que o entendimento não pode trazer à superfície, tudo o que, por particulares sucessos, incidentes, choques etc., não está ao alcance do entendimento, fica oculto. Para poder vir à luz as 170 denominações que fal-

tam para 'avaro' e as 79 que faltam para 'rico', necessita-se, além do atlas lingüístico, de um instrumento analítico, que podemos encontrar nos vocabulários dialetais, nos textos e nas várias monografias sobre os dialetos. Vimos, por exemplo, que o corte transversal efetuado pela Geografia Lingüística separou e isolou, por assim dizer, a palavra *gal'o, gal'* e a fez aparecer à superfície, sem saber o que fazer com ela, enquanto uma visão vertical, com ajuda dos vocabulários dialetais e dos textos, pode mostrar-nos as continuações deste estrato superficial em profundidade, e, ao mesmo tempo demonstrar que a palavra é antiga e ainda viva em bearnês. Como a análise deve complementar a síntese se não quiser chegar a resultados errôneos, os vocabulários dialetais, instrumentos de trabalho analítico-histórico, complementam o sintético-sincrônico dos atlas lingüísticos.

Os atlas lingüísticos, que trabalham com o geral, reproduzem comumente uma língua padronizada, não querem nem podem tampouco descer aos detalhes da vida da linguagem, oferecem apenas uma seleção dos fatos lingüísticos. Ao contrário, os vocabulários dialetais põem as diversas palavras à luz justa do ponto de vista semântico, cultural e histórico, e dão todos os detalhes referentes ao uso, ao significado etc. As palavras afetivas, jocosas, familiares etc., para 'avaro', 'rico', 'cabeça', a vitalidade e a antiguidade de *gal'o, gal'*, se revelam antes de tudo neste material analítico que se encontra nos vocabulários dialetais. Entretanto, também estes têm o seu ponto fraco, que é o fato de estarem neles isoladas as palavras (IORDAN-ORR, 1937: 238 e 253; JABERG-JUD, 1928: 232-3 e 238-41). Os atlas lingüísticos complementam, por sua vez, com seu material sintético e sinóptico, os vocabulários dialetais.³⁵

O método da Geografia Lingüística procura, como nenhum outro, uma penetração imediata e geral na vida contemporânea da língua. Ele reforça a autonomia da palavra perante o som, mostra que os sons mudam nas palavras, que cada palavra tem o seu especial desenvolvimento fonético, que são as palavras e não os sons que ocupam o primeiro plano. Faz ver, através das palavras que podem migrar, debilitar-se, chocar entre si, desaparecer e surgir a despeito de todo o determinismo, ou seja, de toda a tradição latina etc., a atividade da força criadora, do espírito; numa palavra, a vida da língua. A Geografia Lingüística pode descobrir esta vida mais fácil e diretamente do que a História Lingüística, porque sua atenção, graças a seu instrumento de trabalho sincrônico-sintético (os atlas lingüísticos), está orientada para o macrocosmo da linguagem. A História Lingüística, no entanto, orienta-se conforme o seu instrumento de trabalho diacrônico-analítico e, por-

³⁵ "O atlas tira a palavra de seu isolamento no vocabulário, onde surge ao azar da ordem alfabética, recoloca-a em seu verdadeiro ambiente regional e proporciona ao linguista uma grande quantidade de fatos sincrônicos devidamente transcritos e exatamente localizados" (JUD, 1928: 266).

tanto, isolante (os textos, dicionários dialetais, as investigações dialetológicas particulares), primeiramente para o microcosmo, e procede, por conseguinte, em direção oposta. O equilíbrio conturbado se restabelece entre o espírito e a matéria, e a autêntica vida da linguagem se descobre, enquanto a Geografia Lingüística estende a mão à História Lingüística através de um material mais perfeito.

A alta importância da Geografia Lingüística está, além disso, por um lado, em ter feito progredir consideravelmente as correntes lingüísticas já existentes, *Wörter und Sachen* [Palavras e Coisas] e *Onomasiologia* e, por outro, no fato de que ela se desenvolveu e aperfeiçoou nas novas direções da chamada *Geologia Lingüística* e *Estratigrafia Lingüística*, e de *Neolingüística* ou *Lingüística Espacial*. Contribuiu poderosamente, com estas novas correntes, para o esclarecimento da origem e da estrutura das línguas românicas.

1. *Wörter und Sachen e Onomasiologia*

A corrente chamada de *Wörter und Sachen* (*Palavras e Coisas*) veio precisamente também da reação contra o predomínio da fonética e da investigação da vida na linguagem. Já antes da Geografia Lingüística e dos estudos de Gilliéron, foi possível constatar que, sem um preciso conhecimento das realidades, da natureza, das medidas, do uso etc., dos objetos não era possível aproximar-se bem da vida da palavra e fixar sua história e sua origem. Logo, destacar o conhecimento das coisas, das *Sachen*, é uma reação contra as chamadas “leis fonéticas” e contra o que na corrente “neogramática” havia de não vida. Toda a corrente de *Palavras e Coisas*, ou melhor, de *Sachen und Wörter* (*Coisas e Palavras*), como a chamou Schuchardt (SCHUCHARDT, 1922: 114 e ss.), propõe como finalidade levar o aspecto semântico ao primeiro plano na vida da linguagem, mediante o estudo profundo das “coisas”, e desta maneira não só restabelecer o equilíbrio entre som e significado, mas também, quando for possível a escolha, dar preferência à “Senhora Semântica” sobre a “Senhora Fonética”.³⁶ Que significado e *coisa* se correspondem é um fato que podemos ver em quase todos os problemas etimológicos. Mas, deve-se entender *coisa* num sentido muito amplo. Segundo Schuchardt, a “coisa” “se refere tanto a acontecimentos e estados como a objetos, ao sensível como ao insensível, ao real como ao irreal” (SCHUCHARDT, 1922: 118).

A etimologia pretende chegar ao conhecimento do verdadeiro, do correto (ÉTYMOS) significado (LOGOS) de uma palavra. O correto e verdadeiro significado de uma palavra é o originário, ainda não mudado, ou seja, a palavra originária (*T’O ÉTYMON*) com a qual se indicou uma determinada coisa (*Sache*) (THOMAS, 1905: 2-3, 27 e ss.; MILLARDET, 1923:

³⁶ A semântica, que aqui é considerada ainda em relação à fonética, desde então está predestinada (graças também à fonologia) a se converter numa ciência independente, inclusive no que se refere às línguas românicas. Veja-se o informe de Fourquet-Matteus (1956: 103-5 e 108). Quanto à semântica histórica das línguas românicas, deve recuperar ainda muito terreno perdido. “Parece-me que a fonética românica hoje em dia é conhecida e superconhecida; mas a semântica medieval não nos entregou ainda todos os seus segredos” (SPITZER, 1951: 100-7), enquanto a semântica descritiva no terreno românico se encontra ainda em seu estado inicial.

369; WARTBURG, 1931a: 222; PAGLIARO, 1930: 189; WAGNER, 1943: 15 e ss. e 23).

Enquanto não se soube, por exemplo, o que significava originariamente o italiano *fégato*, francês *foie*, catalão *fetge*, espanhol *hígado*, português *figado*, romeno *ficát* etc., ou seja, as palavras românicas que significam 'fígado' ou, dito de outro modo, enquanto não se sabia que coisa (*Sache*) havia significado o latim *ficatum*, donde procedem as palavras românicas, não se conhecia a origem destas. A *coisa*, o significado originário, estava no costume dos gregos de engordar gansos e porcos com figos para obter um fígado maior e de melhor qualidade. Este costume, esta *coisa*, era indicado no grego por *HEPAR + SYKOTÓN* (< *SYKON* 'figo'), ou simplesmente por *SYKOTÓN*, isto é, "fígado engordado com figos". Os romanos importaram o *SYKOTÓN* da refinada arte culinária dos gregos, e o latinizaram, traduzindo-o por *ficatum*, com base no latim *ficus* 'figo', no sentido de "fígado de animal engordado com figos" (MEYER-LÜBKE, 1920: 178; SCHUCHARDT, 1922: 126; MEYER-LÜBKE, 1935, n°8494; WARTBURG, 1928 e ss.: III, 490).

Sendo assim, em romeno, para designar o fígado, ao lado de *ficát* (no sul, na Valáquia e no Banato Meridional, existe também a palavra *maiu* (no norte) (PUȘCARIU, 1943: 231). Quem conhecer o húngaro e os *Zustände* (as "coisas"), logo verá que o romeno *maiu* vem do húngaro *máj* 'fígado'. Para ele, a origem de *maiu* é evidente. Porém, se alguém conhece o húngaro, mas não os *Zustände*, e, portanto, não sabe que os húngaros são grandes produtores e criadores de gansos e consumidores e exportadores de fígado de ganso, não verá imediatamente a origem do romeno *maiu*. Entre húngaros e romenos existem hoje, *mutatis mutandis*, os mesmos *Zustände* a respeito deste assunto, que existiam na Antiguidade entre gregos e romanos. No caso de *ficatum* tivemos que dar preferência à "Senhora Semântica", ao significado, à *coisa*, à síntese, por assim dizer. Mas quando nos perguntamos por que precisamente o fígado em certas línguas românicas é designado por continuções do latim *ficatum* que apresentam o acento ora na primeira, ora na segunda sílaba e que, às vezes, têm um *e* e outras um *i* na primeira sílaba,³⁷

³⁷ A opinião de Wartburg (1928 e ss.: III, 491 e ss.), segundo a qual *ficátum* é a forma mais antiga e *ficatum* a mais recente, não é compartilhada por Wagner (1952: 405-408. Wartburg (1954: 65-71) defende sua posição contra Wagner. Este último sustenta com outros argumentos seu ponto de vista na resposta (WAGNER, 1955: 371-3). Veja a tréplica em WARTBURG, 1956: 295-7.

A forma *ficatum* mostra na realidade uma maior dependência do grego *SYKOTÓN*, porque, como noutros casos, as palavras gregas com o acento sobre a última sílaba se tornaram proparoxítonas em latim. Por exemplo: *ORPHANÓS* > *órfanus*, *MONAKÓS* > *mónachus*.

Ficátum é, pelo contrário, o resultado de uma latinização mais tardia, e é, portanto, mais recente. A forma *ficátum* vive no romeno *ficát*, venesiano *figà*, friulês *fiát*, engadinês *fió* e nos dialetos sardos meridionais (*fi-gáu*). Todos os demais territórios românicos (italiano meridional *ficatu*, sardo central *figadu*, italiano *fégato*,

não nos podemos descuidar da “Senhora Fonética”, pois esta última deve tomar a si o trabalho mais pesado do ponto de vista científico, ocupando-se da análise.³⁸

Para Schuchardt, que junto com o indo-europeísta Rudolf Meringer é o pioneiro do método *Palavras e Coisas*, as *coisas* vem em primeiro lugar, e ela existe efetivamente, inclusive por si só, completa e em sua integridade, enquanto a palavra depende dela, está ligada a ela e é um satélite seu. Por isso, ao contrário de Meringer, ele fala de *Sachen und Wörter*, e não *Palavras e Coisas*: uma concepção em que os dois termos são entendidos não como conceitos independentes, mas em estreita correlação entre si. O *Sachforschung* (estudo das coisas), para ele, não deve estar ao lado do *Wortforschung* (estudo das palavras), mas ambas devem interpenetrar-se mutuamente. A conjunção das mesmas em *Sachen und Wörter* deve ser considerada não como um signo de adição, mas de multiplicação: “que se desenvolva uma *Sachwortgeschichte* (história da coisa-palavra)” (SCHUCHARDT, 1922: 116-7). Desta *Sachwortgeschichte* nos dão testemunho seus clássicos trabalhos neste campo. Já em 1904 ele fala com entusiasmo de um *Bilderatlas* (atlas de imagens) com fotos e desenhos dos objetos comuns referentes à vida cotidiana dos povos neolatinos, e considera desejável que se constituam museus etnológicos para cada povo românico e um museu românico geral no qual o romanista pudesse familiarizar-se com as *coisas* da România (SCHUCHARDT, 1922: 111; Cf. IORDAN-ORR, 1937: 67). Em 1909 começa a ser publicada a revista *Palavras e Coisas*, *Kulturhistorische Zeitschrift für Sprach- und Sachforschung*, por obra de Rudolf Meringer e Wilhelm Meyer-Lübke, entre outros. A denominação do novo movimento foi *Palavras e Coisas* precisamente por influência daquela revista, em vez de adotar o nome de *Sachen und Wörter* lançado por Hugo Schuchardt (IORDAN-ORR, 1937: 64-8; GRIERA, 1941: 42-3).

Graças aos estreitos laços de *Sachforschung* e *Wortforschung*, graças à *Sachwortgeschichte* de Schuchardt, graças a seu credo metodológico traduzido na prática, de que “jamais se deve cometer um erro de método por

português *figado*, espanhol *higado*, aragonês *figado*, catalão *fetge*, francês meridional *fege* (*fedge*), gascão *hidge*, francês *foie*) conservaram a forma *ficatum*. É evidente que precisamente os territórios linguisticamente mais arcaicos (Sardenha Central, Itália Meridional, Península Ibérica) haviam conservado a forma mais antiga. *Ficatum*, pronunciado com *ī* [i longo], deu lugar ao espanhol *higado*, português *figado*, gascão *hidge* etc., enquanto o italiano *fégato*, francês meridional *fege*, francês *foie* etc. vêm de *ficatum* com *ī* [i breve] da antepenúltima sílaba breve. A abreviação do *ī* [i longo] e do *ū* [u longo] na antepenúltima sílaba parece ter existido já em latim na Itália Meridional (segundo os dialetos atuais) sobre um extenso território (“*pūlice*, *cimice*, *līmīte*, em lugar de *pūlice*, *cimice*, *līmīte*) (ROHLFS, 1954: 18-9 e 1949-54: I, 65. Cf. também BERTOLDI, 1952: 37-42).

³⁸ “... a Fonética é somente um acréscimo: as ‘leis fonéticas’ são sinais que nos guiam através do espesso bosque” (SCHUCHARDT, 1922: 127).

excesso, mas somente por defeito” (SCHUCHARDT, 1922: 108), graças a que ele reunia em grandes massas não só formas (palavras) “massa de formas”, e fatos fonéticos, mas também fatos semânticos (*coisas*), “massa semântica” (ROQUES, 1905: 425 e ss.; TAPPOLET, 1905: 101 e ss.), obteve-se, em meu entender, precisamente este resultado: que o equilíbrio entre matéria e espírito, conturbado pelo predomínio da fonética, ficou estabelecido e foi descoberta a autêntica vida da linguagem. Já que o fim do movimento *Palavras e Coisas* e o da Geografia Lingüística é o mesmo, revelar a vida na linguagem, é evidente desde logo que a Geografia Lingüística devia acrescentar outras partes ao edifício, e ao lado da Geografia da Língua devia juntar uma Geografia das Coisas.

Um exemplo clássico dos estreitos laços da Geografia Lingüística e da História Lingüística com a geografia e a história das *Sachen* é o das denominações para ‘serrar’, ‘segar’ e ‘colher’ nas línguas românicas. Para ‘serrar’ se dizia em latim *serrare*, uma forma que só esporadicamente continua nas línguas neolatinas porque se tornou homônima de **serrare (serare)* ‘cercar’ (> francês *serrer*, italiano *serrare*, espanhol *cerrar*); além do sardo (logudorês) *serrar* e do espanhol *serrar* ou *aserrar*, a idéia de ‘serrar’ se expressa também muito esporadicamente no sul e sudeste da França com *serrá*, enquanto, por outro lado, se usam as continuações do latim *secare* ‘cortar’ (> italiano *segare*, francês *scier*, no sul e sudeste da França *segá* ‘serrar’) para ‘serrar’, ou então os compostos *résecare*, *resecáre* (> na França do sul e do sudeste *résega*, *resegá* ‘serrar’).

Mas as continuações românicas de *secare* não significam somente ‘serrar’, mas também ‘segar’ e ‘colher’ (antigo francês *soier* ‘colher’, italiano *segare*, antigo provençal *segar*, espanhol *segar*, catalão *segar*, todos com o significado de ‘segar’ e de ‘colher’, que estão presentes também nos dialetos do oeste, leste e sudeste da França). Nestas continuações, entretanto, ainda não está explicado como o latim *secare* ‘cortar’ pôde indicar nas línguas românicas ações tão diferentes como ‘segar’ e ‘colher’. Aqui chega uma contribuição decisiva da *Sachforschung*, quando nos informa que, em certa época, em território românico (e ainda hoje em certos territórios românicos) se usava para segar e para colher a foice dentada em lugar da foice de folha lisa. Como antigamente eram cortadas as plantas com a foice dentada como se fossem serradas, compreende-se que o latim *secare* ‘cortar’, além do significado de ‘serrar’, tenha tomado também o de ‘segar’ e o de ‘colher’. Quando a foice dentada foi substituída pela foice de folha lisa, os novos significados ‘segar’ e ‘colher’ puderam ficar sem dificuldade ao lado do de ‘serrar’.³⁹ Assim as vicissitudes da ‘foice’ deixaram atrás de si traços lin-

³⁹ GILLIÉRON-MONGIN, 1905: 3-30; cf. SCHUCHARDT, 1922: 126; MEYER-LÜBKE, 1925, n° 7764 e 7867; GAMLLSCHEG, 1928: 790 e 799; BLOCH-WARTBURG, 1932: II, 260-1 e 271-2; TERRACINI, 1949: 193-4; KRÜGER, 1949-50: 63-9; SCHEUERMEIER, 1953: 150-1.

güísticos no espaço⁴⁰ e o conhecimento preciso, como também a história de um objeto (*Sachgeschichte*) se converteram em premissas indispensáveis para a Geografia Lingüística.

A Geografia Lingüística não só tem levado em conta, como merecia o movimento *Palavras e Coisas*, como o impulsionou vigorosamente. Entre os atlas de línguas românicas realizados até o início da segunda metade do século XX, o mais perfeito, o *AIS* (um *Sprach und Sachatlas*) com as centenas de desenhos que ilustram os objetos, os costumes, as ocupações etc. da população do território estudado, e com o suplemento publicado por um dos colaboradores do atlas com numerosas gravuras, desenhos e fotografias que mostram os trabalhos agrícolas e os instrumentos das populações da Itália e do território lingüístico reto-românico (SCHEUERMEIER, 1945 e 1956), representa o passo mais significativo nesta direção.

Com o movimento de *Palavras e Coisas* está estreitamente ligada à chamada Onomasiologia, que estuda as diversas denominações de um objeto, animal, planta, conceito etc., num só território lingüístico ou em vários. Como a corrente de *Palavras e Coisas*, ela põe em primeiro plano o aspecto semântico da palavra (a *Sache*), e não a fonética, e, como *Palavras e Coisas* e a Geografia Lingüística, esforça-se por descobrir a vida da linguagem e as forças criativas na língua.

Quando, por exemplo, um passarinho como a alvéola tem em francês e provençal nomes como *saute-mottes* (*motta* ‘torrão’), *lami de laraire* ‘o amigo do lavrador’ (< latim *arator*), *pastourello* (< latim *pastor* + *-ella*), *bouyèro* (< latim *boarius* ‘boiadeiro’), *vacher*, *vachère* (< **vaccaria*), *pourquiéy’reto* (< **porcaria*), *aouillère* (< **ovicularia*) etc., enquanto no espanhol encontramos *pajarita de las nieves*, *nevatilla*, *nevereta*, ou seja, ave de arribação que ao vir do norte traz a neve, e no provençal *galopastre* (provençal *gala* ‘divertir’), *gagne-pastou* (provençal *gagna* ‘ganhar’)⁴¹ etc., todas estas denominações nos introduzem na alma dos camponeses e dos pastores. O passarinho segue o lavrador no seu trabalho, é o companheiro inseparável, a alegria do pastor, e convive com ele. Além do aspecto psicológico, também o lado cultural é iluminado pela Onomasiologia. As divisões geográficas das várias denominações da alvéola dependem estreitamente das condições da região em que estes nomes se encontram; esta avezinha recebe o nome de *bovarina* na Planície do Pó, uma zona dedicada à criação de gado vacum. Na Úmbria e nas Marcas, onde se criam ovelhas, encontram-se no-

⁴⁰ “... é o objeto real [ou seja, a ‘foice dentada’] do qual partem os impulsos lingüísticos cujos traços se prolongam e se perpetuam, inclusive depois que o objeto real desaparece” (GILLIERON-MONGIN, 1905: 23).

⁴¹ [Ou melhor, uma deformação do catalão *enganyapastor* (adaptado a *gagna*) nome de diversos pássaros que enganam o camponês, e entre eles a alvéola ou alvéola, pequeno passarinho que parece ser presa fácil, mas no último momento levanta voo e não se deixa pegar.] (*Nota do tradutor espanhol*).

mes com as continuações de **pecoraria*. Na Gasconha encontramos reflexos de **ovicularia* e na região de Alto Loire e do Lozère os de **vaccaria*, em ambos os casos completamente de acordo com a condição local de ambas as zonas (HALLIG, 1933).

Nos dialetos reto-românicos centrais, o lagarto se chama *varDaomu* (D = *th* do inglês *that*), *salvaón* (< rético *vardá* ou *salvá* ‘salvar’ + *om* ‘homem’) (TAGLIAVINI, 1926: 149 e 183; MEYER-LÜBKE. *REW*, n° 9502, 7557 e 4170), na Lombardia se chama *salva-christiàn*, e nos dialetos franceses *éveillette*; todas estas denominações correspondem à *Sache*, isto é, às crenças populares. Na Itália, França e Catalunha é corrente a tradição popular de que o lagarto adverte e desperta os que dormem ao ar livre, para salvá-los da mordida das cobras (TAGLIAVINI, 1946: 117; GRIERA, 1928: 30; ROHLFS, 1928: 23).

A Onomasiologia, que inicialmente era praticada com a ajuda de dicionários e de vocabulários dialetais, textos, monografias dialetais etc., recebeu poderoso impulso graças aos atlas lingüísticos. Um atlas, com efeito, não é outra coisa senão uma coleção de mapas onomasiológicos. O mapa n° 1 do *ALF*, por exemplo, não é mais que um estudo sobre as denominações da ‘abelha’ no território galo-românico (JABERG, 1936: 42), pois o dito mapa responde à pergunta: Como se chama este inseto e onde leva os nomes de *ef*, *mouchette*, *mouche à miel* etc.? À pergunta de “por que se usa um determinado nome”, “por que, por exemplo, no território galo-românico tenham sido dados à abelha os sobreditos nomes”, pode responder a Onomasiologia Diacrônica, porque as denominações mesmas e sua distribuição geográfica foram determinadas por um processo histórico.

Desta maneira, os atlas lingüísticos favoreceram poderosamente os estudos do tipo *Palavras e Coisas* contribuíram eficazmente para o nascimento de toda uma série de estudos onomasiológicos. Estes estudos onomasiológicos, ou monografias sobre as palavras, que em certo sentido são as enciclopédias dos objetos usuais, atividades etc., da população românica, referem-se, entre outras coisas, à casa, ao curral, à agricultura, à apicultura, ao pastoreio, aos instrumentos agrícolas, ao mobiliário e utensílios das casas, aos fenômenos atmosféricos etc. Em lugar de um só objeto ou conceito, ou de poucos, pode ser investigada onomasiologicamente toda a cultura popular, todo o caráter folclórico de uma região ou de um país. Pode, além disso, priorizar o aspecto diacrônico ou o sincrônico, isto é, pode focalizar o assunto mais lingüisticamente com etimologias e reconstruções, ou mais descritivamente do ponto de vista dos objetos e da cultura popular.

Aplicando o primeiro método,⁴² pôde-se demonstrar que a população da Ilha da Sardenha, que é bastante conservadora e que hoje em dia está formada em grande parte por camponeses e pastores, era originariamente só de pastores. Com efeito, foi provado que as palavras sardas referentes ao pastoreio, à criação e à vegetação dos pastos são freqüentemente de origem pré-romana (BERTOLDI, 1949: 130), enquanto só com a ocupação romana foram introduzidos na ilha objetos e conceitos referentes à agricultura, à viticultura, aos cereais etc. Instrumentos agrícolas como o sardo *aratra* 'arado', *yugu* 'jugo' e *farke* 'foice', conceitos relativos à viticultura (sardo *bide* 'videira', *binza* 'vinhedo', *sarmentu* 'sarmento') e ao cultivo dos cereais e sua moedura, sardo *pod d ine* 'farinha fina', *simula* 'sêmola', *kribardzed d u* 'sêmola fina', vêm respectivamente do latim *aratum*, *jugum*, *falcem*, *vitem*, *vineam*, *sarmentum*, *pollen*, *similam*, *cibarium* (WAGNER. M.-L., 1921: 15, 20, 27, 47, 48, 49, 58, 76 e 77). No sardo se reflete também outra influência cultural, muito mais tardia e muito diferente; por exemplo, a origem do uso de abrir janelas nas casas, vindo do continente. A originária simples abertura na porta que servia de janela, chamada em sardo *enniceddu* 'portinha' (diminutivo do sardo *emma* 'porta' do latim *janua*) foi substituída pelo sardo *ventana* (< espanhol *ventana*) como conseqüência da ocupação espanhola que introduziu as verdadeiras janelas (BERTOLDI, 1949:132).

Com o segundo método se põe em relevo mais o aspecto folclórico e descritivo (*Gegenständlich-Volkskundliche*) (POP, 1950: I, 333) do que o lingüístico-etimológico. Antes de tudo, estuda-se a fundo a cultura popular de uma determinada zona, para depois cultivar o aspecto lingüístico. Assim, produziram-se monografias sobre a *Gegenstandskultur* de diversas regiões românicas, como a de Sanábria (o ângulo norte-ocidental da Espanha) e da zona de alta montanha dos Pireneus (KRÜGER, 1925 e 1935-9 em 6 vol.),⁴³ as quais nos mostram que quanto mais exaustivo é o nosso conhecimento das *coisas*, tanto melhor se pode explicar o aspecto lingüístico, e que, sem a *Sachforschung* levada até os detalhes (trocando-se realmente *Palavras e Coisas* por *Sachen und Wörter*) (KUHN, 1941: 396), não se teriam podido explicar nunca as denominações que aparecem em certas zonas românicas.

Inicialmente, e ainda mais tarde, a Onomasiologia foi praticada com método diacrônico (QUADRI, 1952: 46 e ss.). Junto à diacronia, existe também uma Onomasiologia Sincrônica. Uma de suas correntes, orientada em sentido estruturalista, ou seja, o estudo dos chamados "campos lingüísticos" (*sprachliche Felder* (QUADRI, 1952: 27) *champs linguistiques, linguistic fi-*

⁴² O exemplo mais notável deste método se encontra ainda na obra de Wagner (1921).

⁴³ Esta última obra representa o tratado integral da *Gegenstandskultur* da região de alta montanha pirenaica (casa, curral, pastoreio, trabalhos campestres, transportes, cultivo de cereais, sega do feno, produção do vinho e do azeite, indústrias domésticas etc.).

elds), deveria poder ser praticado utilmente também no domínio da Lingüística Românica. Analogamente ao *Kraftfeld* da física e à *Feldtheorie* da *Gestaltpsychologie*, fez-se uso do conceito de *Feld* (= campo) também na Lingüística, e foi utilizado pela primeira vez pelos não-romanistas G. Ipsen, W. Porsig, A. Jolles e, sobretudo, Jost Trier (TRIER, 1934: 430 e ss.; WARTBURG, 1946: 148 e ss.; ÖHMAN, 1951: 72-89 e 1953: 125). A teoria dos *sprachliche Felder* aplica os fundamentos da *Gestaltpsychologie* à estrutura do léxico (ÖHMAN, 1951: 81-2; ULLMANN, 1952a: 173; ÖHMAN, 1953: 128.). Segundo Trier (TRIER: 1931: 1-26), nenhuma palavra vive em estado de isolamento na consciência dos falantes, antes está rodeada de toda uma série de expressões ligadas por significado, que formam, no interior de todo o tesouro lexical, um *Wortfeld* (= campo de palavras) mais ou menos fechado.⁴⁴ Na base deste método são estudadas de modo sincrônico em certo período de tempo as palavras de um campo conceitual determinado, como, por exemplo, no início do século XIII, as palavras alemãs que pertencem ao círculo conceitual do entendimento, como “sabedoria” (*Wisheit*), ‘arte’ (*Kunst*) e ‘astúcia’ (*List*) (TRIER, 1934: 432-8). Como o mesmo “campo lingüístico” é estudado em diversas épocas porque são feitos diversos cortes horizontais, a sincronia se torna diacronia, o trabalho se faz comparativo e, desta maneira, como conseqüência do confronto de cortes sincrônicos sucessivos, as mudanças lingüísticas e estruturais do léxico de uma época para outra são tomadas em consideração (QUADRI, 1952: 118 e ss., 149 e ss). Deste modo, a Onomasiologia, graças a este método que foi aplicado nas investigações de Trier e de sua escola, é praticada com uma combinação de diacronia e sincronia (ÖHMAN, 1953: 128). As investigações sobre os “campos lingüísticos” (*sprachliche Felde*) de Trier aperfeiçoaram o método da Onomasiologia, originariamente diacrônica, também porque tornaram possível o exame científico não só das denominações de conceitos em campo material (por exemplo, ‘arado’, ‘mão’, ‘foice’), mas ainda de conceitos dificilmente delineáveis no campo espiritual (como ‘beleza’, ‘orgulho’ e ‘pícaro’), que são objeto de grandes mudanças. Criticou-se com razão, como acabamos de ver, que a teoria dos “campos lingüísticos” se tenha restringido exageradamente apenas ao campo espiritual (QUADRI, 1952: 149-54). Enquanto para o território germânico possuímos toda uma série de trabalhos referentes às investigações sobre os “campos lingüísticos”, tanto sincrônicas como diacrônicas (QUADRI, 1952: XVII, 152, 154, 231-2), no território românico tivemos até a metade do século XX apenas três estudos no total (SKKOMMODAU, 1933; BECHTOLD, 1935: 21-180; FISCHER, 1938). Fora destes estudos, no que se refere às línguas românicas, os “campos lingüísticos” só têm sido

⁴⁴ Nolem-se as justas objeções de Wartburg (1937: 296-312, e 1946: 142 e ss.) contra o caráter demasiado absoluto do conceito de *Feld* segundo Trier e sua aplicabilidade em campo exclusivamente espiritual (cf. KRÖLL, 1950: 32-34 e BALDINGER, 1952: 80).

tocados diacronicamente.⁴⁵ O único estudo diacrônico seriamente delineado para um *Wortfeld*, o que trata das denominações das árvores frutíferas nas línguas românicas (SCHÖNEWEISS, 1955), demonstra que é preciso distinguir claramente entre um *dingliches Wortfeld* (“campo léxico de objetos”), ao qual pertencem os nomes das árvores frutíferas, e um *Intellektualwortfeld* como aqueles com que trabalha Trier. Além disso, faz ver que, no campo lingüístico das árvores frutíferas, a palavra possui, contudo, certa independência; que é membro, mas não fragmento, do *Wortfeld*, e que o mesmo *Wortfeld* neste caso não tem um ponto central, um *Feldkern*, de modo que todos os seus membros são equivalentes.⁴⁶

* * *

Outra tentativa para estudar com um método algo afim aos campos lingüísticos, os chamados “campos nocionais” (MATORÉ, 1953: 63-65),⁴⁷ em sua ambientação social, é o da *lexicologia social*⁴⁸ de Georges Matoré. Este autor propõe “considerar a palavra não como um objeto isolado, mas como um elemento no interior de conjuntos mais importantes, que classificamos hierarquicamente, partindo de uma análise das estruturas sociais” (MATORÉ, 1951).⁴⁹ Seu ponto de partida é, portanto, estruturalista, como o de Trier.

⁴⁵ Veja-se, no entanto, a tentativa de Tinsley (1953); e para o tratamento sincrônico e diacrônico de um problema sintático-lexicológico no quadro da *Feldforschung* o estudo de Baldinger (1954: 305-40).

⁴⁶ Embora Schöneweiss (1955: 183-203) reconheça a validade da teoria do *Wortfeld*, segundo ele, somente com base em muito material lingüístico e em numerosos estudos particulares deveria ser possível explicar a estrutura lingüística.

⁴⁷ Nas páginas 99-117 dá um exemplo, no caso dos conceitos *art* e *artiste* entre 1827 e 1834, do modo como, segundo ele, deveria ser estudado um “*campo nocional*”. Infelizmente não é possível tirar daí uma idéia precisa do método.

⁴⁸ “A sociologia oferece múltiplas semelhanças com a lexicologia... A lexicologia tem por objeto, portanto, como a sociologia, o estudo dos fatos sociais, e utilizará sempre que puder as contribuições de sua irmã mais velha. Tanto ou mais que sobre os estudos sintáticos e fonéticos, é sobre a sociologia que a lexicologia deve abrir suas portas...” (MATORÉ, 1953: 49-51; mas, veja também p. 30, 39, 40, 91 e 92).

⁴⁹ “Não há explicação se não for *total*. Também nossos estudos serão fundamentados não em palavras isoladas, mas em conjuntos, em *organismos* lexicológicos...” “Não estando isolada, a palavra não pode dissociar-se em nenhum caso do grupo a que pertence. As palavras no interior do grupo não têm todas o mesmo valor: constituem uma estrutura hierarquizada. Esta estrutura é móvel; os movimentos a que obedecem as palavras e os grupos de palavras têm uma maneira correlativa: um vocabulário é um todo como a época que ele representa” (MATORÉ, 1953: 6 e 62).

Os cortes sincrônicos de Matoré não são feitos, como faz Trier, seguindo certas épocas ou séculos, mas na base de uma teoria das gerações bem conhecida na literatura e em outras ciências (MATORÉ, 1953: 57-8). No que se refere ao francês, por exemplo, segundo este método, o período entre 1520 e 1887 se divide em onze gerações (para uma geração se calcula de 30 a 36 anos), e dentro destas “gerações lingüísticas” se estuda sincronicamente a estrutura lexicológica (MATORÉ, 1953: 59-61). No quadro dos cortes históricos e dentro do “campo nocional” Matoré sublinha os chamados *mots-témoins* e os *mots-clés*.

Os *mots-témoins*, ou neologismos, deveriam ser os símbolos ou os comentários às mudanças na estrutura social.⁵⁰ A introdução da palavra *coke*, por volta do ano de 1770, deveria ser, por exemplo, o primeiro sinal do nascimento do capitalismo industrial na França, já que desde o tempo em que o carvão coque substituiu a lenha na indústria metalúrgica, deve ter começado a grande indústria. O aparecimento da palavra *magasin*, ao contrário, deveria mostrar, segundo Matoré, que entre 1820 e 1825 uma nova concepção comercial fez surgir esta instituição. O aparecimento de palavras como *employé*, *commis*, *rayon*, *facture*, *client* etc. deveriam estar em relação com o aparecimento de *magasin* (MATORÉ, 1951: 30-2 e 1953: 66). Mas a grave insuficiência do método dos *mots-témoins* aparece, por exemplo, pelo fato de que *magasin* não pode, na verdade, refletir o nascimento de uma nova concepção comercial entre 1820 e 1825, porque esta palavra, já em 1723, significava, num decreto real, tanto *boutique* como *magasin*.⁵¹ Assim, temos *magasin* “armazém”, “depósito”, no sentido de ‘barraca’, ‘bazar’, e ‘grande armazém’, usado cem anos antes do que supõe Matoré (KRAUSS, 1955: 384-90).

Às vezes, os *mots-témoins* refletiriam as rápidas mudanças no campo dos costumes e das modas e emanariam, com certa nostalgia, “nos léxicos em que dormem, esse perfume rançoso que é a graça das coisas tristes”, como *dandy*, ou então *lion*, *lionne* (MATORÉ, 1951: 13-4, 45, 46, 56 e 228).

O *mot-clé*, ou seja, uma “unidade lexicológica que expressa uma sociedade”, indicaria, finalmente, segundo Matoré, um ideal ao qual se aspira numa certa sociedade, como *honnête homme*, *philosophe*, que representam a

⁵⁰ As palavras não são “os testemunhos da história”, segundo o ponto de vista histórico (cf. BRUNOT, 1928), mas, conforme o ponto de vista sociológico-estruturalista, “o reflexo de um estado da sociedade” (MATORÉ, 1953: 43-65).

⁵¹ “As livrarias não poderão ter mais de uma *Boutique* ou de um *Magasin* aberto para a venda de seus livros... Quer S. M. que diante de cada *Boutique* ou *Magasin* aberto, sejam colocados cartazes ou quadros (indicando)... que ali se vendem livros...” (KRAUSS, 1955: 385).

“consciência viva de seu tempo”, até a metade do século XVII e no século XVIII, respectivamente (MATORÉ, 1953: 67-9).⁵²

Concluindo, a realização de uma semântica estrutural, baseada nos “campos lingüísticos” (*champs linguistiques*) ou seus “campos nocionais”,⁵³ de uma Onomasiologia Estrutural e de uma história estruturada do léxico, pertence, por enquanto, a coisas do futuro,⁵⁴ já que antes disso precisamos de uma grande quantidade de monografias sincrônicas e diacrônicas, solidamente construídas (ULLMANN, 1952: 303-9; ÖHMAN, 1953: 134; GUIRAUD, 1955: 68-82; BALDINGER, 1956: 387-8).

A semântica estrutural entendida noutro sentido, ou seja, como estando em relação com a estrutura, com o contexto social, é posta em prática com um método diacrônico seguro no trabalho de K.-J. HOLLYMAN. *Le développement du vocabulaire féodal en France pendant le Haut Moyen Age* (Étude sémantique). Societé de publications romanes et françaises, LVIII. Gênova-Paris, 1957

...as palavras estudadas neste trabalho se referem todas à estrutura social do feudalismo. Traçando de novo sua história semântica, reconhece-se que esta forma parte da mudança geral que vê a sociedade antiga ser fundida, vê nascer a sociedade feudal e vê como o latim da Gália se transforma no francês.

A noção de estrutura semântica é frutífera, portanto, se for utilizada como complemento da concepção de uma semântica funcional [entendendo-a não no sentido fonológico e estruturalista]... É o contexto social que propõe o neologismo semântico; é a estrutura semântica que ajuda a sua definição e se acomoda a sua expressão.

⁵² Quanto aos *campos nocionais*, às *palavras-testemunho* e às *palavras-chave*, veja também GUIRAUD (1955: 77-9).

⁵³ Sobre o estado atual da semântica estrutural em geral, veja HJELMSLEV, 1957: 272-3 e BALDINGER, 1957: 15-19.

⁵⁴ Segundo Ullmann (1957: I, 289-303), o método estrutural pode ser aplicado com êxito à semântica histórica.

2. Geologia Lingüística e Estratigrafia Lingüística

Vimos como a Geografia Lingüística, mediante a observação de diversos estratos de palavras, se converteu em Geologia Lingüística, e como, por exemplo, os fósseis *é, és* (< latim *apis*), na periferia do domínio lingüístico francês, puderam indicar que o estrato, que remonta a *apis*, cobriu originariamente todo o território francês, uma constatação geográfico-sincrônica que mais tarde foi confirmada pelo fato de que no antigo francês *ef, és* ‘abelha’ estiveram realmente em uso. Desta maneira, a Geografia Lingüística restabelece, com ajuda da História sobre a base de uma situação sincrônica, a continuidade, a coesão de um estrato de palavras (Cf. DAUZAT, 1948: 42). Os resíduos de uma palavra não devem, necessariamente, como neste exemplo, encontrar-se numa posição periférica. Sempre que se puder encontrar uma ou várias pequenas zonas de palavras espalhadas numa posição geográfica qualquer, é possível restabelecer a continuidade, a coesão das zonas dessas palavras.

Assim, por exemplo, levando em consideração a área muito fragmentada do nome *èga* ‘égua’ em alguns territórios mais ou menos dispersos da França Meridional e dos Alpes e, baseando-nos no fato de que no norte da França já estava em uso, no século XIII, o antigo francês *ive* ‘égua’ e no sul *èga*, podemos chegar à conclusão de Geologia Lingüística de que a palavra originária com este significado no território galo-românico era o latim *equa* (> antigo francês *ive*, na França meridional *èga*, antigo provençal *èga*). Este estrato originário foi recoberto no sul pelo estrato *cavala, cavale*, derivado do italiano *cavalla* (< latim *caballa*) e no norte pelo estrato *jument* (< latim *jumentum* ‘besta de carga’), porque aqui se usava como besta de carga quase exclusivamente a égua; por conseguinte, a partir do século XIV já não se pode descobrir em francês nenhum traço de *ive* ‘égua’ (DAUZAT, 1948: 34-8; WARTBURG, 1928: II, 2-3, III, 233; V, 63-4; BLOCH-WARTBURG, 1932: 402; ROHLFS, 1954: 74-6).

Deste modo, a Geografia Lingüística, aplicada por Gilliéron ao domínio lingüístico francês, desenvolveu-se e se aprofundou posteriormente numa Geologia Lingüística (*Meisterw.*, I, 367; HATZFELD, 1932: 435; I-ORDAN-ORR, 1937: 153, 158 e 209; KUHN, 1947-8: 36). Gilliéron, não obstante, por haver-se limitado exclusivamente ao francês, não pôde mani-

festar suficientemente a importância do método geológico introduzido por ele na Linguística Românica.

Se nos dedicamos a examinar o estrato de uma palavra ou a difusão geográfica de certas palavras fora dos limites do domínio lingüístico francês, noutras línguas românicas ou não-românicas, valendo-nos dos princípios de coesão e continuidade das áreas de palavras, podemos chegar a confirmar a existência de palavras que já não existem em francês nem nas outras línguas românicas. Para ‘paróquia’, por exemplo, se diz em francês *paroisse* (do latim eclesiástico *parochia*). Nas outras línguas neolatinas se empregam para este conceito também as continuações do latim *plebs*, que tomou o significado de ‘paróquia’: italiano *pieve* (até nos dialetos setentrionais), rético (engadinês) *plaiif*, (friulês) *plef*. Enquanto nem nos topônimos é possível descobrir marca alguma do latim *plebs* com este significado nem na Itália Meridional, nem na França, nem na Península Ibérica, encontra-se ainda hoje vivo nas línguas célticas, como, por exemplo, no cimbriaco (de Gales) *plwyf*, *plwy* ‘comunidade, paróquia’ (e dali foi importado no século VI pela Bretanha). Como o latim da Britânia é a continuação do latim da Gália, é bastante provável que o latim *plebs*, no sentido de ‘paróquia’, estivesse presente, noutra tempo, também em território francês. Devemos concluir, pois, que o estrato *plebs*, que noutra tempo se estendia pela maior parte da Itália, da Suíça, França e Inglaterra, foi coberto pelo estrato mais recente *parochia* (> francês *paroisse*, italiano *parrocchia*, inglês *parish*) de tal maneira que não ficou nada do estrato anterior em território lingüístico francês (JUD, 1917: 22-3 e 1934: 46. Cf. também DAUZAT, 1948: 40; TAGLIAVINI, 1952: 133 e SERRA, 1952-3: 3 e ss.).

Inclusive, há palavras latinas, das quais não se encontra rastro nas línguas românicas, como o latim *Saturni dies*, a palavra originária com que os romanos indicavam o sexto dia da semana e que, acolhida nas línguas germânicas já no século IV depois de Cristo, deu ali o médio holandês *saterdag*, holandês *zaterdag*, médio e baixo alemão *sater(s)dach*, inglês *saturday*. Como os germanos tomaram dos romanos os nomes dos dias da semana já no século IV, é seguro que *Saturni dies* existia também em território românico. Aqui foi substituído, por influência do Cristianismo, no século IV, pelo latim *sabbatum*, *sambatium*, um empréstimo do hebraico *schabbat* através do grego *SABBATON*. Esta palavra greco-hebraica chegou, ao longo do Ródano, do Danúbio e do Reno até a România e a Alemanha (romeno *sâmbătă*, italiano *sab(b)ato*, francês *samedi*, antigo provençal *disapte*, catalão *dissabte*, espanhol *sábado*, português *sábado*, alemão *Samstag*) (JUD, 1917: 33; MEYER-LÜBKE, 1935, n° 7479; FRINGS, 1932: 26, 27, 29, 35, 36, 47, 50, 54 e 55; DAUZAT, 1948: 39, 40 e 200; BLOCH-WARTBURG, 1932: II, 252; BLOCH-WARTBURG, 1950: 534; WARTBURG, 1956: 44 e ss.).

Assim como *Saturni dies*, faltam também, por exemplo, as continuações românicas do latim *catillus* (espalhol *lebrillo*, ‘espécie de vaso grande e vidrado para diversos usos domésticos’), diminutivo do latim *catinus* ‘alguidar’ (> romeno *căt ăn*, sardo (logudorês) *kadinu*, lombardo *kadin*, rético (friulês) *k’adin* etc.). Em vista da falta de *catillus* nas línguas românicas, poderíamos ser tentados a supor que esta palavra latina não era usada na linguagem popular. Mas nos equivocariamos, como o demonstra o fato de que em dois territórios românicos, muito distantes entre si e marginais, em território alemão e basco, o latim *catillus* está presente respectivamente nas formas *Kessel* e *gatulu*, ‘alguidar’ (JUD, 1917: 31; MEYER-LÜBKE, 1935, n° 1769; FRINGS, 1932: 58 e 191-2.).

Vemos, portanto, como é possível, aplicando o método da Geologia Lingüística, tendo por base elementos latinos vindos à tona em territórios marginais não românicos (címbrico *plwyf*, holandês *Zaterdag*, inglês *Saturday*, alemão *Kessel*, holandês *ketel*, basco *gatulu*), concluir pela existência de áreas de palavras latinas sepultadas em território românico (*plebs*, *Saturni dies*, *catillus*). Estes elementos latinos no címbrico, inglês, alemão, holandês e basco são as relíquias *Wortrelike*, *Reliktwörter*, da inundação lingüística latina (românica) que noutra tempo cobriu inteiramente ou em parte aquelas terras e mais tarde se retirou delas (JUD, 1917: 2).

Contudo é necessário distinguir *Reliktwort* de empréstimo. *Reliktwort* é um resíduo de uma comunidade lingüística vencida, no qual esta mantém palavras da própria língua, ou melhor, a comunidade lingüística vencedora toma elementos da vencida. A diferença mais evidente entre *Reliktwort* e empréstimo está no fato de que o primeiro está sempre geograficamente limitado a um território em que ocorreu uma vitória lingüística ou uma superposição, enquanto o segundo não tem necessidade de estar geograficamente limitado. *Zaterdag* e *Kessel* vivos somente em área germânica, *plwyf* somente em área címbrica, *gatulu* só no basco, não são empréstimos, mas *Wortrelike* latinas. O francês *sillon* ‘sulco’, que se encontra exclusivamente em território galo-românico e catalão, de **selione*, é uma *Reliktwort* gálica, enquanto *carrus* na România fora do território gálico, difundido nele a partir de sua pátria de origem (a Gália), é um empréstimo gálico (JUD, 1938: 327 e 1945-6: 70-1). No caso de uma *Reliktwort*, trata-se de uma palavra tomada da língua do substrato ou da do superestrato (FRINGS, 1932: 38-9, 41-2, 57, 72, 110 e 190-1; WARTBURG, 1950: 156; GAMILLSCHIEG, 1950: 2, 38). Deste modo, a Geografia Lingüística, aprofundada na Geologia Lingüística, nos conduz ao problema do substrato e do superestrato e ao mesmo tempo aos problemas da romanização. A existência de *Reliktwörter*, que pudemos conhecer graças à Geografia e à Geologia Lingüística, nos faz ver, com efeito, que ao lado dos territórios ganhos para a România (por exemplo, a Gália), há outros territórios romanizados (por exemplo, a Germâ-

nia e a Britânia) que foram perdidos, mas com alguns traços lingüísticos românicos.

Os dados sincrônicos de um atlas lingüístico nos mostram que áreas de palavras periféricas ou interrompidas, como, por exemplo, *é, és* (< *apis*) e *èga* (< *equa*), representam a área originária de certas palavras, uma constatação que é confirmada pelos dados históricos. Os atlas nos mostram também quais os estratos de palavras que se superpuseram aos originários. Mas não nos esclarecem como puderam realizar esta superposição de vários estratos, uma circunstância que tem sua importância quando se trata da origem e das migrações das palavras. É, pois, a chamada Estratigrafia Lingüística que leva em consideração a história desta superposição de estratos de palavras. Ela aperfeiçoa o método da Geografia Lingüística com o histórico, e se dedica à procura sistemática das palavras que aparecem nos mais antigos documentos medievais. A Estratigrafia Lingüística é, portanto, a Geografia Lingüística Medieval (ROHLFS, 1950-52: 24).

Pode-se assegurar, por exemplo, com base nos dados do mapa 530 do AIS, que o italiano *bosco* se usa hoje em todas as partes da Itália e que *selva* (< latim *silva*) se encontra só esporadicamente na Campânia, no Lácio Meridional e nas Marcas, ou seja, na Itália Centro-Meridional. Posto que sabemos que a palavra originária para ‘bosque’, na Itália como na França, era *silva* (cf. o antigo francês *selve*) (BLOCH-WARTBURG, 1932: I, 308), chegamos, evidentemente, à conclusão de que como no caso de *é, és* (< latim *apis*) e de *èga* (< *equa*), o estrato *selva* foi coberto na Itália por um estrato *bosco*.

Para a origem da forma vencedora, italiano *bosco*, não se pôde escolher entre o grego *BOSKÉ* ‘pasto’ e o germânico ocidental **bosk* ‘bosque’. A dificuldade estava em que os dados sincrônicos do AIS constatam somente a superposição de *bosco* a *selva*, mas não podem responder à pergunta de como pôde ser realizada esta superposição. É a palavra grega que subira do sul para o norte ou é a germânica que descera do norte para o sul? Mas, uma vez que se pôde estabelecer, com base nos mais antigos documentos medievais, que na parte meridional da Itália (a partir de Gúbio) o conceito de ‘bosque’ não se encontra nunca representado por *bosco*, mas por *silva* ou *selva*, enquanto *boscum* só pôde ser lido em documentos da Itália Setentrional, e que quanto mais se avança do norte para o sul mais tardiamente se encontra *boscum* (em Asti e Cremona em fins do século IX; em Monza, Milão e Parma na primeira metade do X; em Bréscia, Novara, Bóbis e Emília na segunda metade do X; em Florença em 1038; em Gúbio em 1121), foi necessário renunciar à origem grega do italiano *bosco* e aceitar a origem germânica. Se a palavra tivesse sido de origem grega, deveria ter vindo do sul para o norte; mas, já que não ocorre nos documentos medievais procedentes da Itália Meridional, enquanto *bosco* se encontra somente nos que procedem da Itália Se-

tentrional, é seguro que se trata de uma palavra de origem germânica (AE-BISCHER, 1939: 417-30).

Desta maneira a Estratigrafia Lingüística, combinando os dados sincrônicos dos atlas lingüísticos com os dados históricos, pode completar o método da Geografia Lingüística, precisar qual foi a estratigrafia dos diversos estratos de palavras e, por conseguinte, esclarecer a origem das mesmas (IORDAN-ORR, 1937: 209; BARTOLI-VIDOSI, 1943: 17; KUHN, 1947-8: 36 e **In**: BOLÉO, 1951: 403-10).

3. *Neolingüística ou Lingüística Espacial*

A chamada Neolingüística não é outra coisa senão a corrente Neogramática alicerçada nos princípios da Geografia Lingüística. A Neolingüística, cujo nome aparece pela primeira vez em 1925 (BARTOLI, 1925), tem sido considerada em princípio como uma reação contra os neogramáticos, e mais exatamente contra o predomínio das “leis fonéticas” na doutrina destes últimos. Mas, assim como os neogramáticos, também os neolingüistas, na prática, caíram em contradição com sua teoria. Eles, com efeito, não eram contrários às “leis fonéticas”, antes, até haviam estabelecido outras leis parecidas. Não há nada na Neolingüística que mereça o nome de “nova”, e no que se refere à Lingüística, comparada com a *Grammatik* da corrente Neogramática (*Junggrammatische*), ela é nova unicamente no fato de se basear em fundamentos geográficos. Enfim, quer representar a mesma reação que representou a Geografia Lingüística contra a escola Neogramática. Por isto Bartoli é mais exato quando, mais tarde, prefere o nome de Lingüística Espacial ao de Neolingüística (IORDAN-ORR, 1937: 273-8; BARTOLI, 1945: 177, nota 14; TAGLIAVINI, 1952: 34-5).

A Lingüística Espacial, servindo-se da Geografia Lingüística, consegue estabelecer certas *normas areais*, que derivam da posição da palavra no espaço. Ela, como a Geografia Lingüística, nos faz ver de que modo a história lingüística deixa suas próprias marcas no espaço. O método da Lingüística Espacial pode prestar serviços úteis ao estabelecer as relações cronológicas entre diversos fenômenos lingüísticos. Antes da Geografia Lingüística e da Lingüística Espacial, para se poderem estabelecer as relações cronológicas entre dois fenômenos lingüísticos era indispensável referir-se exclusivamente à documentação. Por exemplo, se uma palavra estava documentada mais cedo do que outra, supunha-se que era mais antiga (BARTOLI, 1925: 3; PAGLIARO, 1930: 174).

Graças à lingüística Espacial, podem ser estabelecidas as seguintes cinco normas a respeito das relações cronológicas entre as palavras:

1. Quando, de duas fases cronológicas de uma palavra, uma se encontra numa área isolada ou distante das correntes de tráfico e de difícil acesso, esta costuma ser a mais antiga. A fase latina mais antiga *haedus*

'cabrito' está presente na isolada Sardenha, na forma do sardo (logudorês) *edu*, e no romeno, separado do resto da România, na forma *ied*. A fase mais recente *caprittus* continua num território não isolado, acessível ao tráfico, na Itália (italiano *capretto*). Comparem-se, por exemplo, as fases latinas mais antigas *domus*, *magnus*, *agrestis* e *ianua* com as mais recentes *casa*, *grandis*, *silvaticus* e *porta*, respectivamente, em sardo (logudorês) *domo* 'casa', *mannu* 'grande', *arèste* 'selvagem', *gi-ànnna* 'porta', e em italiano (*casa*, *grande*, *selvatico*, *porta*). Naturalmente, ocorrem também casos contrários, nos quais a fase mais recente aparece em sardo (logudorês) e a menos recente em italiano, que não está isolado (por exemplo, italiano *volere* < *velle*, *volere*, e sardo (logudorês) *kèrrere* 'querer' < *quaerere*), mas são menos numerosos (BARTOLI, 1927: 3-6; DAUZAT, 1927: 107; PUŞCARIU, 1943: 255; BARTOLI-VIDOSSA, 1943: 35-6).

2. Se de duas fases cronológicas, uma aparece (ou apareceu) em áreas laterais e a outra na área central, a primeira costuma representar a fase mais antiga e a segunda a mais recente. A fase mais antiga do latim *fervere* se encontra, por exemplo, nas áreas laterais (Península Ibérica, Dácia) (> português *ferver*, espanhol *hervir*, romeno *a fierbe*); a mais recente *bullire*, cheia de expressividade, encontra-se em territórios que são relativamente mais centrais, como na Catalunha, na Gália, nos Alpes reto-românicos e na Itália (> catalão *bullir*, provençal *boulhir*, francês *bouillir*, rético (friulês) *bòli*, italiano *bollire*). O latim *arena* 'areia' conservou-se, por exemplo, nas áreas laterais (romeno *arină*, espanhol *arena*, português *areia*), enquanto no centro se encontra a fase latina mais recente *sabulum* (> francês *sable*, italiano *sabbia*). Num limitado território românico podemos constatar a mesma situação: na Romênia se encontra *arină* (ou *anină*) 'areia' no norte e no sul, isto é, nas áreas laterais, enquanto no centro se usa para areia o romeno *nisip* (de origem eslava) ou romeno *homoc* (que vem do húngaro) (BARTOLI, 1927: 6-8; PUŞCARIU, 1943: 252 e 255).
3. Quando de duas fases cronológicas, uma aparece (ou apareceu) num território mais extenso que a outra, a que está mais amplamente difundida costuma ser a mais antiga. Das palavras latinas *causa* e *lucrum*, *frigidus* e *recens*, *findere* e *crepare*, *frater* e *fratellus*, por exemplo, as fases mais antigas *causa*, *frigidus*, *findere* e *frater*, estão presentes num território mais extenso (português *coisa*, espanhol *cosa*, francês *chose*, italiano *cosa*; português *frio*, espanhol *frío*, francês *froid*, italiano *freddo*; português *fender*, espanhol *hender*, francês *fendre*, italiano *fendere*; napolitano *frate*, antigo italiano *frate*, siciliano *frati*, sardo *fradi*, rético ocidental *frar*, *fra*, friulês, *fradi*, piemontês *fràire*, provençal *fraire*, francês *frère*, romeno *frate* 'irmão') do que as mais recentes *lucrum*,

recens, *crepare* e *fratellus* (romeno *lucru* ‘coisa’, *rece* ‘frio’, a *crapă* ‘fender’; italiano *fratello*, lombardo *fradèl*, venesiano *fradelo*, còrsico *fratellu*, sardo (galurês) *frateddu*). O caso contrário, isto é, que a fase mais recente pode ser encontrada em território mais extenso, também se realiza, embora menos freqüentemente (por exemplo, a fase mais antiga do latim *li(n)gula*, *densus*, só no romeno *lingură* ‘colher’, *des* ‘denso’, enquanto a mais recente, *cochlearium* e *spissus*, se encontra no português *colher*, espanhol *cuchara*, francês *cuiller*, italiano *cucchiaio*; português *espesso*, espanhol *espeso*, francês *épais* e italiano *spesso*) (BARTOLI, 1927: 10-2; MEYER-LÜBKE. *REW*, 1781, 3312, 3512, 3485, 5146, 7109 e 2313; DAUZAT, 1927: 107; PUŞCARIU, 1943: 256; BARTOLI-VIDOSSÌ, 1943: 38-9; BERTOLDI, 1949: 110-3).

4. Territórios colonizados (romanizados) mais tarde costumam conservar uma fase mais antiga do que a Itália; ou seja, o latim da Itália costuma ser menos arcaico do que o das províncias do Império. A fase mais antiga *comedere*, *avunculus*, *lingula*, se conserva, por exemplo, no latim das províncias, Ibéria, Gália, Dácia (espanhol e português *comer*, francês *oncle* ‘tio’, romeno *lingură* ‘colher’); a mais recente *manducare*, *thius*, *cochlearium*, no latim da Itália (italiano *mangiare*, *zio*, *cucchiaino*). O caso oposto, que a fase mais antiga esteja presente na Itália e a mais recente nas colônias, pode também ocorrer (Cf. a fase mais antiga *volere* no italiano *volere* e a mais recente *quaerere* no espanhol e no português *querer*) (BARTOLI, 1925: 13-5; PUŞCARIU, 1943: 256; BARTOLI-VIDOSSÌ, 1943: 39-40).
5. De duas fases, a desaparecida ou menos vital costuma ser a mais antiga. Para ‘fogo’ ficou nas línguas românicas a forma recente do latim *focus* (> português *fogo*, espanhol *fuego*, francês *feu*, italiano *fuoco*, romeno *foc*, catalão *foc*) e a fase antiga *ignis* desapareceu (BARTOLI, 1925: 15-7).

Destas cinco normas chamadas *normas areais*, as três primeiras são evidentes por si mesmas depois da Geografia Lingüística e dos estudos de Gilliéron (cf., por exemplo, a presença da fase mais antiga *apis* nas áreas laterais da França). Todas estão cheias de exceções e de contradições, inclusive as duas primeiras, que são, contudo, as mais utilizáveis. Enquanto no geral (por exemplo, na França e na Romênia) as áreas laterais conservaram a fase arcaizante e o centro a mais recente (cf. *apis* e *arena*); na Sardenha, pelo contrário, o centro é mais arcaizante do que as áreas laterais (BERTOLDI, 1949: 136.). As razões deste fato deveriam ser buscadas, segundo a Lingüística Espacial, no maior isolamento em que se encontra o centro da ilha em relação às áreas laterais, nas quais estão situados os portos mais acessíveis ao tráfico (BARTOLI, 1925: 7; BARTOLI-VIDOSSÌ, 1943: 36). Assim vemos que a segunda norma deve combinar-se com a primeira.

Mas a validade demonstrativa das mesmas normas é bastante relativa. A fase antiga do latim *equa*, por exemplo, segundo a Lingüística Espacial, conserva-se nas áreas laterais da România, no português *égua*, no espanhol *yegua*, romeno *iapă*, e a fase recente do latim *caballa* no italiano *cavalla* e na França Meridional (*cavale*) (BARTOLI, 1925: 7). Mas já vimos (p. 78) que o latim *equa* havia sido usado originariamente em todo o território galo-românico, e que o antigo francês *ive* 'égua' (< latim *equa*) estava vivo ainda no século XIV. Por isto as normas espaciais dever ser controladas com os dados cronológicos.

A maior insuficiência metodológica da Lingüística Espacial é a sua tendência a esquematizar e a expressar tudo com fórmulas. Quase não leva em conta as grandes variações dos fenômenos lingüísticos, suas normas são demasiadamente rígidas para poderem ser utilizadas sem distinções, e são completamente insuficientes para determinar tantos fatores múltiplos, sociais, biológicos e estilísticos, na vida da linguagem. As normas espaciais, combinadas entre si e com outros métodos, podem prestar bons serviços como critérios de orientação geral, quando se trata de estabelecer correspondências muito gerais entre as línguas neolatinas (observe-se, por exemplo, a norma terceira, que só pode ser aplicada ao conjunto das línguas românicas). Na reação contra o método demasiadamente mecânico e esquemático dos neogramáticos, na qual teve parte tão importante a Geografia Lingüística, a chamada Lingüística Espacial não significa certamente um avanço, mas, pelo contrário, um passo atrás. Em vez de descobrir a vida da linguagem, a Lingüística Espacial, na realidade, apenas sistematizou o aspecto exterior, o puramente geográfico, da Geografia Lingüística (DAUZAT, 1927: 106-8; IORDAN-ORR, 1937: 276; BARTOLI-VIDOSSO, 1943: 45-6; BERTOLDI, 1946: 69-72; BOTTIGLIONI, 1948: 9-11; BERTOLDI, 1949: 154; JABERG, 1950: 99-100; TAGLIAVINI, 1952: 34-5).

4. A Importância da Geografia Lingüística

Resumindo os resultados da Geografia Lingüística, podemos dizer que modificou radicalmente o método da Lingüística Românica. Reagindo saudavelmente contra o esquematismo e o mecanicismo dos neogramáticos, ela, em oposição a estes, reabilitou a palavra perante o som e pôs os estudos das palavras acima dos que versam sobre os dialetos. Estabeleceu o equilíbrio entre espírito e matéria, conturbado pela corrente anterior, e descobriu o espírito na vida lingüística, situando-se num ponto de vista biológico, sociológico e semântico. No que se refere a este último aspecto, vimos quão eficazmente a Geografia Lingüística favoreceu o movimento *Palavras e Coisas* e a Onomasiologia e quão intensamente se ocupa das relações entre a palavra e a coisa por ela indicada. A Geografia Lingüística opera biologicamente quando se ocupa do contraste entre elementos tradicionais e elementos novos da língua, do desaparecimento dos primeiros e do triunfo dos últimos, e quando se pergunta por que são criadas outras novas, quais são os fatores que determinam seu êxito etc. Ela se situa num ponto de vista sociológico quando considera a vitalidade dos dialetos, as relações entre os falares locais socialmente superiores e inferiores, os movimentos lingüísticos etc. (JABERG, 1936: 14, 15 e 19).

A Geografia Lingüística, aprofundada em Geologia e Estratigrafia Lingüística, não só nos faz penetrar no problema do substrato e do superstrato, como também no da romanização. Efetivamente, mostra-nos que as palavras migram e se irradiam a partir de centros determinados. No francês moderno, por exemplo, o latim *sitem* poderia ter dado *soi* (sem *f*) (cf. antigo francês *soi*, e *sé* no sul e no oeste). O *f* foi acrescentado à palavra no século XIII em Paris por analogia com as palavras de radical terminado em *f* junto a um radical sem *f* ante a desinência *s* (exemplos: antigo francês *noif* < latim *nivem*, *clef* < latim *clavem*, ao lado do antigo francês *nois*, *cles*), formando-se por isso *soif* ao lado do nominativo *sois*. A partir de Paris, o francês *soif* se difundiu nos dialetos não muito distantes da capital ao longo do curso superior e inferior do Sena, pelos vales do Aube e do Armançon, até Orleans, a província do Borbonês e ao longo do curso inferior Loire até Nantes. O francês *il faut*, por exemplo, teve muito maior força de difusão do que *soif*. A partir da Idade Média, usava-se em francês *il faut* (< antigo francês *faillir* <

latim vulgar **fallire* < latim *fallĕre*), em provençal *cal* 'é preciso' (< antigo provençal *caler* < latim *calere*). Por influência de Paris, *il faut* se estendeu até o sul e, empurrando cada vez mais o provençal *cal*, assenhoreou-se do território situado ao norte do maciço central, do franco-provençal e, abrindo-se um caminho para o sul ao longo do vale do Ródano, estendeu-se até a sua foz, no Departamento de Gard e na Provença. No sudoeste, *il faut* se estendeu na zona de Bordéus e na Gasconha (neste último território se trata, portanto, de um elemento estrangeiro, não só por sua expansão geográfica, mas também pela presença do *f* em vez de *h*.) (JABERG, 1908: 6-7 e 9; DAUZAT, 1948: 212-6; MEYER-LÜBKE, 1935: 3167, 1510; GAMILLSCHEG, 1928: 804 e 402; WARTBURG, 1928 E SS.: III, 386-91 e II, 82-5; BLOCH-WARTBURG, 1932: II, 279-80 e I, 287).

Assim se difundem as palavras há vinte e um séculos, ao longo dos vales do Sena e do Ródano, primeiro do sul ao norte (cf. *abeille*) e depois do norte ao sul a partir de Paris (cf. *soif* e *il faut*). Além desta direção, a expansão lingüística se moveu também ao longo do Mosa, na direção de Châlons-Nancy-Metz e na de Orleans-Nantes (DAUZAT, 1948: 176).

Partindo de Paris, o francês se estendeu primeiramente às grandes cidades (Bordéus, Marselha e Tolosa) e daqui às menores, que atuam como centros de expansão de segunda ordem. De Leão o francês se expande à Provença, em direção a Genebra e Clermont-Ferrand. Graças à Geografia Lingüística podemos observar como as palavras de todas as zonas foram difundidas da capital francesa para as províncias.

Como as províncias francesas foram afrancesadas a partir de Paris, também foram romanizadas as *provinciae* romanas a partir de Roma, porque, como Paris para a França, Roma, durante vários séculos, e sobretudo do tempo de Augusto até o de Diocleciano, foi não só o centro geográfico, mas também o centro espiritual e econômico do mundo romano. A grande importância metodológica da Geografia Lingüística está precisamente em poder mostrar-nos em pequena escala (a expansão do francês de Paris, o afrancesamento do território galo-românico a partir da capital) de que maneira, naturalmente em direção oposta, se desenvolveu a romanização da Gália e, em geral, a de toda a România por parte de Roma. (DAUZAT, 1948: 199 e 210-6; BERTOLDI, 1946: 113 e ss.e 1949: 139).

A Geografia Lingüística, sendo capaz de esclarecer os centros de irradiação e as zonas de difusão das palavras, pode mostrar a estrutura lingüística de diferentes países. Quando, por exemplo, guiando-nos pelo *ALF* (mapa 1274) e pelo *AIS* (VIII, mapa 1573) examinamos as denominações do 'a-vental' em território francês e italiano, constatamos que na França se encontram para este conceito três grandes zonas: 1. no sudeste, *faudal*, *fauder*, *faudil* (do germânico *falda*); 2. na maior parte do território lingüístico fran-

cês, *devantier*, *devantal* (derivados de *devant*) etc.; 3. sobretudo no norte, com Paris como centro de irradiação, *tablier* (derivado de *table*). O êxito dos dois últimos tipos, *devantier* e *tablier*, se deve à capital francesa, donde se irradiaram e rechaçaram cada vez mais para a periferia o provençal *fald-* e outros tipos.

Temos, na Itália, para o mesmo conceito, cinco zonas claramente circunscritas: 1. a zona piemontesa *fald* (continuação da zona provençal); 2. a zona lombarda *scossal* (do longobardo *skauz*); 3. a zona toscana (latim *gremium* e seus derivados), que compreende a Toscana, a Romanha, parte da Emília e alguns territórios de dialetos vênéticos; 4. o tipo *zinale*, *sinale* (derivações do latim *sinus*) em Roma, no Lácio, na Úmbria, no sul das Marcas, no norte de Abruzos e na maior parte da Apúlia; 5. zona meridional *vandera*, *mandera*, *vantile*, *mantile*, *vandesino*, *mandesino* (derivados de (*a*)*vanti* ou de *mant-*).

Neste caso, como noutros, a diferença de aspecto das zonas de palavras na França e na Itália é notável. Na França predominam os tipos procedentes de Paris *tablier* e derivados de *devant*. A palavra literária *tablier* penetra nos dialetos de todas as partes, inunda todo o país, por assim dizer. Ao contrário, na Itália, diversas zonas dialetais estão claramente delimitadas; podemos falar de tipos de palavras piemontesas, lombardas, toscanas etc. A palavra literária *grembiale* fica aqui limitada à Toscana e alguns outros territórios. A influência da língua literária e o da Florença não sufocam na Itália os outros centros lingüísticos como o fazem na França o francês e a influência de Paris. A estrutura lingüística na Itália é mais simples, mais evidente do que a da França, os dialetos italianos estão difundidos e precisamente limitados. Embora Florença tenha dado a forma definitiva à língua literária italiana, não pôde obscurecer a influência de outros centros lingüísticos e culturais, como Milão, Veneza, Bolonha, Roma, Nápoles etc.

A Geografia Lingüística pode, portanto, iluminar a estrutura lingüística de certos países (neste caso a da França e a da Itália) porque ela, por meio da difusão, irradiação e constituição de diversos tipos de palavras, nos mostra como a antiga centralização política, administrativa e cultural da França, com a supremacia de Paris, e a multiplicidade e diversidade política e cultural da Itália, com um grande número de centros lingüísticos e culturais, estamparam seu selo sobre as línguas destes países (JABERG, 1936: 31-42. Cf. também REICHENBERGER, 1957: 52-9).

II. O MÉTODO IDEALISTA

A Geografia Lingüística forma uma reação involuntária contra o método histórico-comparativo. Pode-se dizer que é involuntária porque parte da matéria sem saber de antemão onde irá parar. A Geografia Lingüística descobriu desta maneira o espírito na língua, baseada na matéria lingüística; estendeu a mão à História Lingüística, integrou-a e reconstituiu o equilíbrio conturbado pelo método naturalista histórico-comparativo entre matéria e espírito. Ambos os métodos focalizam seu trabalho do ponto de vista estritamente positivo, isto é, baseiam-se em materiais atentamente recolhidos e examinados, os quais, no caso da Geografia Lingüística, são mais completos do que no caso do método histórico-comparativo.

Enquanto a Geografia Lingüística descobre involuntariamente o espírito na vida da linguagem baseada num método indutivo-positivista, e desta maneira exerce uma reação contra o método histórico-comparativo, de outra direção veio uma reação consciente, que buscou expressamente o espírito na língua. A reação contra o método histórico-comparativo tem sido chamada “Idealismo”, cuja concepção de língua parte da intuição, do individual, do criativo, e na qual se manifesta uma aspiração ao espiritual. O paladino deste idealismo é Karl Vossler, cuja concepção de linguagem procede da de Giam Battista Vico, Wilhelm von Humboldt e Benedetto Croce.

A intuição de Giam Battista Vico, que identifica a língua com a poesia, com a arte, foi posteriormente elaborada por Wilhelm von Humboldt sobre fundamentos lingüísticos mais sólidos (PAGLIARO, 1930: 45). Segundo Humboldt, a língua é o produto do espírito humano, que se manifesta na língua como na sociedade, nas ciências e nas artes. Porque o espírito só existe como atividade, a língua não pode ser considerada como um produto (*ERGON*), mas como uma criação (*ENÉRGEIA*).⁵⁵ A língua, concebida como criação, não reproduz as coisas, segundo Humboldt, tais como são na reali-

⁵⁵ “Ela mesma [a língua] não é uma obra (*ERGON*), mas uma atividade (*ENÉRGEIA*)... Ela é, com efeito, o trabalho do espírito que se repete perpetuamente, capaz de converter o som articulado na expressão do pensamento (HUMBOLDT, 1836: 41). Quanto à esterilidade atual do dilema de Humboldt, cf. DEVOTO (1951: 86).

dade, mas tais como o falante ou os falantes as representam.⁵⁶ A visão pessoal, a *Weltanschauung* (TERRACINI, 1949: 226-7), segundo a qual o falante ou os falantes de uma comunidade lingüística representam a realidade que os circunda, é a *innere Sprachform*, ou forma lingüística interior (HUMBOLDT, 1836: 91-101); a forma lingüística externa ou *äussere Sprachform* (HUMBOLDT, 1836: 103) é a constituição fonética, morfológica etc. da língua (HUMBOLDT, 1836: 101-4: “Relação do som com a forma lingüística interior”). Ao lado desta *forma lingüística interior* considerada do ponto de vista sintético, a *forma lingüística interior* do ponto de vista analítico é um sistema de morfemas (TERRACINI, 1949: 226-7), “o esqueleto das possibilidades de expressão em que, simplesmente, devem ser introduzidos os semantemas [as palavras] para obter uma manifestação lingüística concreta. Ela corresponde mais ou menos ao campo da morfologia, da sintaxe e da formação de palavras” (WIJK, 1939: 8).

Embora ainda hoje possa parecer simplista o retorno à *forma lingüística interior*, ela reflete, não obstante, a disposição espiritual e a vida interior do falante (PAGLIARO, 1930: 56; TERRACINI, 1949: 39 e 176).⁵⁷ A título de ilustração, observe-se, por exemplo, a riqueza das denominações que o gaúcho ou o boiadeiro dos pampas sul-americanos tem para o cavalo, as quais se referem à cor do pêlo, e por outro lado sua indiferença e sua conseqüente extrema pobreza de terminologia referente ao mundo vegetal.⁵⁸ O caso do cavalo é exatamente o mesmo que para o criador da *puszta* húngara, e os ricos matizes de denominações pare este animal que se referem entre outras coisas à cor do pelo, reproduzem a atitude espiritual dos magiães, entre os quais ele tem tido sempre uma participação muito importante, tanto na poesia popular quanto fora dela. O reconhecimento e a representação do animal se explicam assim na *innere Sprachform*, que em sua essência profunda e inexplicável se aproxima de um conceito do tipo artístico (HUMBOLDT, 1836: 103). Segundo a concepção de língua de Humboldt, é a *forma lingüística interior* o que caracteriza a língua de um povo, pois um povo pode ser considerado como uma individualidade, tendo por base diversos fatores comuns, como sua origem, sua cultura etc., uma individualidade que

⁵⁶ “Pois a língua não representa nunca os objetos, mas sempre as imagens dos mesmos formadas automaticamente pelo espírito na criação lingüística” (HUMBOLDT, 1936: 96). Cf. PAGLIARO, 1930: 56-7 e ÖHMAN, 1951: 34-6.

⁵⁷ Acerca dos laços da *forma lingüística interior* com o método dos *sprachliche Felder* (p. 66 e ss), veja TRIER, 1931: 20: “É certo que as futuras doutrinas da forma interna da língua deverão aceitar como elemento importante a idéia da divisão de campos lingüísticos. Investigar a divisão de campos significa investigar num lugar limitado uma parcela da forma interna da língua, e precisamente uma forma interna ordenante, na qual, em contraposição à forma interna meramente figurada das palavras isoladas (Marty), a visão do mundo de uma língua se manifesta num determinado momento de maneira que não pode ser mal compreendido.”

⁵⁸ A respeito desta preferência espiritual do boiadeiro na América do Sul, as “preferências mentais na fala do gaúcho”, veja ALONSO, 1935: 148-50, 155, 164-8, 174-7 e 1953: 73-101.

possui lingüísticamente determinadas capacidades criadoras comuns, a mesma *forma lingüística interior* (PAGLIARO, 1930: 56-7). Enfim, deriva dele a idéia de considerar a língua como uma manifestação da “maneira de ser” (*Eigenart*) nacional (JABERG, 1926: 5).

A concepção de língua de Benedetto Croce, que se apóia na teoria da intuição de Bergson, identifica a impressão, a imagem, com a expressão. Daí se segue que a expressão lingüística é uma contínua criação, uma contínua impressão, um fenômeno estético. A língua, segundo Croce, é uma expressão estética, uma arte, e a Lingüística é a ciência da expressão, a estética. O Idealismo Lingüístico de Croce deve ser posto, naturalmente, como uma negação ao método lingüístico positivista do século XIX (CROCE, 1928; JABERG, 1926: 5-7; PAGLIARO, 1930: 92 e 102; IORDAN-ORR, 1937: 81-2, 115-20; HALL, 1948: 24-35; TAGLIAVINI, 1948-9: 6-7; DEVOTO, 1950: I, 361).

Esta concepção “idealista” da linguagem foi posta em prática depois de 1904 por Karl Vossler, e num terreno mais propriamente lingüístico do que o fez o filósofo Benedetto Croce. Como Croce havia feito, também Vossler combateu o “positivismo”, ou seja, o método naturalista histórico-comparativo e, em geral, os procedimentos positivistas na Lingüística, que consistiam na coleta dos fatos lingüísticos, dos materiais, no exame da evolução e, sobretudo, do desenvolvimento fonético, e que, naturalmente, haviam adotado o método indutivo. Contra este método indutivo-analítico que, hoje em dia, é chamado “atomístico”, palavra que não significa nada, mas que está na moda (Cf. TERRACINI, 1952: 84), Vossler apresenta o método intuitivo-sintético, que busca por todas as partes o espírito na vida lingüística. Segundo ele, o objetivo da Lingüística não pode ser outro senão demonstrar que o espírito é a única causa real de toda mudança lingüística.⁵⁹

Ele faz todo o possível para demonstrar que as mudanças fonéticas dependem do acento e do ritmo e que estes, por sua vez, dependem do estado de espírito de quem fala. Ocorre uma mudança fonética quando se realiza nossa intuição por meio de nosso aparelho articulatório. “Encarnação fonética da alma: isto é a mudança fonética, e precisamente mudança fonética como criação lingüística.” (VOSSLER, 1905: 58). Das inúmeras mudanças fonéticas individuais, ficam e se desenvolvem posteriormente aquelas que estão na atmosfera, por assim dizer, e para as quais existe na comunidade lingüística certa inclinação coletiva (VOSSLER, 1905: 118). Nesta afirmação vaga vemos o incerto oscilar de Vossler entre o individual e o coletivo na

⁵⁹ “A causa [de todas as mudanças lingüísticas] é o espírito humano com suas inesgotáveis intuições individuais, com sua *AISTHESIS*; e a rainha absoluta da Filologia é a Estética... Lingüística no sentido puro da palavra não é mais que a Estilística. Mas esta pertence à Estética. Lingüística é História da Arte” (VOSSLER, 1904: 63 e 42).

vida da linguagem. Por um lado está sua insegurança a respeito do coletivo, do aspecto social das mudanças fonéticas; por outro, a respeito do individual, sua atitude absolutamente negativa no que se refere ao fator psicológico. Com a Psicologia, segundo ele, não se pode empreender nada em Lingüística; como na concepção croceana da linguagem, tudo é expressão, estética e estilística.⁶⁰ Ao mesmo tempo se vê também como ele segue cuidadosamente a tese de Humboldt referente à *forma lingüística interior* e a de Croce referente à identificação da impressão com a expressão,⁶¹ ao estabelecer a participação do espírito na determinação das mudanças fonéticas.

Como para Vossler toda expressão lingüística é uma criação do espírito, a História Lingüística, ou seja, a história das formas de expressão lingüística, só pode ser a história das criações do espírito; noutras palavras, história do espírito, história da cultura (JABERG, 1926: 11). Vossler expôs na forma mais concretamente lingüística sua teoria referente à coesão da língua com a mentalidade e a cultura de um povo em 1913, no livro *Frankreichs Kultur im Spiegel seiner Sprachentwicklung*.⁶² Empreende nesse livro uma tentativa para explicar as mudanças na língua francesa literária no período citado mediante o mutável “espírito dos tempos” (*Zeitgeist*) da comunidade lingüística e cultural francesa; mais precisamente, mediante as variáveis posturas sociais, culturais e espirituais. Ele tenta fixar, antes de tudo, o espírito de um determinado período lingüístico, tendo por base uma visão total das condições culturais, políticas, literárias e de toda a vida daquele período. Com o espírito dos tempos conhecido desta maneira foi estabelecido um paralelo com as mutações lingüísticas. Trata-se de determinar metodologicamente as *formas lingüísticas interiores* que mudaram, que são diferentes, e das quais brotam as formas de expressão lingüística e toda a evolução lingüística (SCHÜRR, 1925: 68-9, 86-7; ROHLFS, 1950: 459; KÜCHLER, 1950: 33 e ss.).

Ele quer chegar à língua, portanto, através do espírito, através da cultura: “Cultura da França refletida em sua evolução lingüística”, ou melhor “Cultura e língua da França”. Afirma, por exemplo (VOSSLER, 1929: 163 e ss.), que na França, pelos fins da Idade Média (séculos XIV e XV), iniciou-se uma mentalidade comercial limitada e calculadora, afirmação que foi

⁶⁰ “Os sentimentos da humanidade permaneceram psicologicamente os mesmos, mas foram buscadas outras formas de expressão. Sua mudança é uma modificação estética. Uma nova prova de que em Lingüística não se pode fazer nada baseado na Psicologia. Uma simples passagem pela estilística e pela estrutura da frase conduz ao laboratório do espírito e mostra os últimos e verdadeiros fundamentos das mudanças fonéticas” (VOSSLER, 1905: 132).

⁶¹ ROHLFS, 1928: 6; PUŞCARIU, 1937: 141-2; IORDAN-ORR, 1937: 111 e ss.; TERRACINI, 1949: 30; ROHLFS, 1950: 458; DEVOTO, 1946: 75, 1950: 367 e ss. e 1951: 62).

⁶² Reelaborado e publicado em 1929 com o título modificado: *Frankreichs Kultur und Sprache. Geschichte der französischen Schriftsprache von den Anfängen bis zur Gegenwart*.

também confirmada por outros (HUIZINGA, 1921: 38-41, 118-9, 155, 175-6). Com este espírito dos tempos ele põe em correlação o fato de que enquanto o artigo partitivo era raro no francês antigo, no século XIII (Cf. BRUNOT, 1905: I, 235 e 1936: 110-1 e VOSSLER, 1929: 164), por exemplo, seu uso ganha tanto terreno nos séculos XIV e XV que é usado inclusive em casos como: *Des évesques ont riches chappes* (por Eustache Deschamps, século XIV).⁶³ O artigo partitivo conseguiu firmar-se em francês como consequência deste espírito materialista dos séculos XIV e XV.

Contra semelhante raciocínio, a crítica⁶⁴ objetou justamente perguntando: Como, se o uso do partitivo em francês se deve ao espírito mercantil da Idade Média tardia, para a qual tudo era divisível, em italiano antigo, por exemplo, o partitivo estava mais em uso do que atualmente (antigo italiano *fu dato d'un bonissimo vino, mangiare del buono cogliesse dei frutti*)? (MEYER-LÜBKE, 1890-92: III, 387-8) Ou seja, por que ocorreu exatamente o contrário que em francês? E a mentalidade dos italianos é hoje menos materialista do que no passado? Como, pois, na língua de povos como os espanhóis e romenos, sobre os quais não se pode sustentar que tenham uma “concepção prática, medida, classificada e calculada das coisas” (VOSSLER, 1929: 165), também está presente a tendência à partição (por exemplo, espanhol *unas cartas, unos huevos*, romeno *niște pâine* ‘um pouco de pão’, *niște lapte* ‘um pouco de leite’), se bem que não em forma de artigo partitivo (exceto em relação com a água e com as coisas comestíveis, como no espanhol *cogió del agua* no *Cantar de mio Cid*, *dar de la fruta* em Santa Teresa (WAGNER, 1951: 372)? E como se explica que comunidades linguísticas como a inglesa ou a americana, onde o espírito prático, realista, está muito desenvolvido, não cheguem a conhecer o artigo partitivo propriamente dito?

O aparecimento do partitivo em francês evidentemente não tem nada a ver com a mentalidade mercantil da Idade Média tardia. O erro do método idealista consiste em considerar o aparecimento do partitivo francês como uma criação súbita do século XIV, sem levar em conta que na realidade surgiu em francês de maneira gradual e não por um golpe de mágica de um fator espiritual. O método positivista, ao contrário, investigará como estão realmente as coisas a respeito do partitivo em francês, nas outras línguas românicas e no latim, e não andarás ecleticamente, como o idealista, em busca de exemplos para sustentar a sua intuição.

⁶³ “Isto só é possível numa língua que se acostumou a contemplar as coisas com olhos de comerciante ou de político, para quem todas as qualidades podem ser medidas e trocadas. É um realismo tão prático, calculador, racional, que estendeu o genitivo partitivo às idéias concretas como às abstratas, às determinadas como às indeterminadas” (VOSSLER, 1929: 165).

⁶⁴ SPITZER, 19145: 141-2; HATZFELD, 1932: 439-40; ROHLFS, 1950-2: I, 74-5 e 1928: 7-8.

O latim dizia *bibere aquam, panem edere*; o latim vulgar começou a introduzir o partitivo-objeto com *de (bibere de aqua)*,⁶⁵ um procedimento que se fez cada vez mais comum e que, graças a sua expressividade, predominou na língua popular sobre o genitivo partitivo. O genitivo partitivo, já desde os tempos mais remotos, havia encontrado um competidor no ablativo com *de (multum temporis* em Cícero, *Ac. 2,12; pauci de nostris cadunt* em César, *Gall. I, 15,2*). Segundo a língua de Gregório de Tours, a construção com a preposição obteve a supremacia na Gália antes do século VI a mais tardar (*parietes de cellola in qua Ioseph tenebatur*, Gregorius Turonensis, *Franc.*, I,21) (VÄÄNÄNEN, 1954: 192-8). No antigo francês se dizia *boire eau, mangier pain* (espanhol *comer pan*), ‘beber água’, ‘comer pão’, mas já no século XIII e ainda antes, primeiramente de uma maneira esporádica na língua falada, por desejo de maior precisão, usou-se o partitivo (*boire de l'eau*). Já a partir de fins do século XIII, encontram-se nos textos substantivos com ou sem partitivo. Os escritores do século XV usam tão frequentemente o substantivo com partitivo como sem ele. Havendo-se empregado as duas construções uma junto à outra durante longo tempo, por associação, o uso do partitivo se fez geral. Quando no século XIV Eustache Deschamps usou *desevesques* na frase citada, já ninguém sentia o valor partitivo nesta expressão; é, pois, impossível que ela reflita o espírito calculador que surgia nos séculos XIV e XV (ROHLFS, 1928: 8 e 1950-2: I, 75.; SPITZER, 1914: 142; WARTBURG, 1946: 139; DAUZAT, 1950: 240).

Finalmente, contra a explicação idealista deste fenômeno fala o fato de que o aparecimento do partitivo em francês se deve, entre outras coisas, ao desaparecimento do -s final de palavra e a que o partitivo queria eliminar a confusão entre o singular e o plural (francês antigo *conquerrai citez*, francês *je conquerrai des villes*). Vimos também naquela passagem que o uso do partitivo em italiano também não tem nada a ver com o espírito calculador, mas que tem uma causa puramente lingüística: o interesse em evitar a confusão entre singular e plural (italiano *conquisterò delle città*, junto a *conquisterò villaggi*).

Em resumo: o erro do raciocínio idealista consiste em querer descobrir frequentemente o reflexo do espírito dos tempos em fatos lingüísticos incompletos e mal comprovados. Com efeito, sustenta que em francês antes do século XIV ou XV o partitivo não aparecia nunca ou quase nunca, e que de improviso se fez comuníssimo seu emprego a partir daquela época. Se isto fosse exato, deveria ser admitido, naturalmente, que o partitivo é uma criação daquele período. Mas não é assim. Não se trata de uma contraposição,

⁶⁵ A tradição sintática do latim vulgar permanece neste caso na mais conservadora das línguas românicas, o sardo, que atualmente usa ainda o *de* sem artigo: sardo *de ábba vriska* ‘água fresca’, *de binu* ‘vinho’ (WAGNER, 1951: 372)

mas de um acompanhamento, durante um tempo mais ou menos longo de substantivos com partitivo ou sem ele. Vossler imagina, em sua concepção freqüentemente equivocada da língua, um falante que cria livremente e não ligado à tradição de sua língua. Leva em conta apenas um aspecto da linguagem, e o considera como algo individual, como expressão, criação, “fala” (*parole*), e não também como “língua” (*langue*) (SPITZER, 1917, col. 148; WARTBURG, 1946: 90-1).

Depois do livro *Frankreichs Kultur und Sprache* de Vossler, Walter von Wartburg, em sua *Évolution et structure de la langue française*, desenvolveu, do mesmo modo que Vossler, a relação entre comunidade e língua, e baseado em cortes sucessivos verticais (históricos) e horizontais (descritivos), demonstrou como a evolução moral, política, social e literária da nação francesa está enlaçada com a estrutura do francês. A síntese de Wartburg é, não obstante, muito mais positivista, ou seja, mais lingüística do que a de Vossler; leva devidamente em conta os fatos lingüísticos e os coletivos e sociais na vida da linguagem, isto é, a *langue*, e não os despreza, como faz o idealista Vossler, em benefício do individual, do criativo, da *parole*.

Outro procedimento idealista baseado na tese de Humboldt, que pretende considerar a língua como uma manifestação de *Eigenart* (maneira de ser) nacional, não vai do espírito e da cultura à língua, como Vossler, mas, ao contrário, quer chegar a conclusões, a partir da língua, sobre as condições culturais e a atitude espiritual de um povo. Neste ponto devemos introduzir uma clara distinção entre as conclusões tiradas sobre a língua de um lado pela cultura e de outro pela atitude espiritual de um povo. Para esta última, devemos nos perguntar se é possível tirar conclusões a respeito da mentalidade de um povo através das considerações sobre a sua língua. É possível chegar à maneira de ser – *Wesensgestalt* ou *Wesensart*⁶⁶ – de um povo a partir da língua? É possível praticar a *Wesenskunde* (conhecimento da essência do caráter) com base na linguagem? A esta pergunta se deve responder melhor negativa do que afirmativamente, pois a *Wesensart* de um povo não é nunca uma coisa homogênea e porque se tem de considerar que colaboram na formação de uma língua diversos fatores: períodos diferentes, regiões diferentes, temperamentos diversificados (escritores, pensadores, políticos etc.) (KUEN, 1950: 125) e, finalmente, o que não se deve esquecer nunca, diversificadas influências do exterior (empréstimos em todos os campos: lexicais, morfológicos etc.). Apesar disso, os idealistas crêem poder obter resultados positivos em sua incansável busca do espírito.

A *Wesenskunde* afirma, por exemplo, baseada nas expressões do antigo francês *plurent si oil* (literalmente ‘seus olhos choram’) e *pluret des oilz*

⁶⁶ Esta expressão foi formada por Lewy (1922: 71 e ss., reeditado em *Meisterw.*, II, p. 299 e ss.).

(literalmente ‘ele chora com os olhos’), usadas na *Vida de Santo Aleixo* e na *Canção de Rolando*, que em certa época os franceses choravam mais por meio de ruídos do que de lágrimas, porque de outra maneira não deveria dizer ‘seus olhos choram’ e ‘ele chora com os olhos’.⁶⁷ Ao dizer isto, parte-se da suposição de que no tempo em que foram escritos aqueles dois textos o antigo francês *plorer* tinha ainda o significado do latim *plorare* ‘lamentar-se’. Como o latim *lacrimare* já não vive em francês, para expressarem o mais moderado ‘soluçar’, os franceses tiveram que acrescentar a *plorer* (‘chorar ruidosamente’) *des oilz*.

Esta afirmação está completamente carente de base porque não se fundamenta em fatos lingüísticos. No francês antigo, *plorer* nunca significou ‘chorar ruidosamente’, mas ‘chorar’. De outro modo, não se poderia ler nos textos do francês antigo *plorer soef et tendrement* ‘chorar suave e ternamente’. O erro metodológico não está somente em não haver estudado suficientemente o significado do francês antigo *plorer*, mas também em que tendo por base o latim *plorare* ‘lamentar-se’, se supôs que o francês antigo *plorer* devia significar ‘lamentar-se, chorar ruidosamente’: ou seja, apóia-se no fato de que se considerou o problema do ponto de vista puramente francês, e não românico. Caso a investigação tivesse sido dirigida por este último ponto de vista, teria sido visto que o descolorido verbo latino *flere* não aparece em lugar algum nas línguas românicas, e que já bem cedo no latim popular havia sido substituído pelos verbos *plorare* (> francês *pleurer*, provençal e catalão *plorar*, espanhol *llorar*, português *chorar*) e *plangere* ‘lamentar-se em voz alta’ (> sardo *pranghiri*, italiano *piangere*, daco-romeno *plungre*, romeno *plânge*), ambos mais ricos em força e em fantasia, e o segundo particularmente mais forte do que *plorare* e mais distante que este do significado de *flere*. As formas monossilábicas, ou seja, as mais débeis, de *flere*, foram substituídas já no século V (por exemplo, nas *Vitae Patrum*) pelas formas de *plorare* (*ploro*, *ploras*, *plorat*, *flemus*, *fletis*, *plorant*). O que ocorreu, portanto, é que para um conceito como ‘chorar’ (latim *flere*) foi escolhido o conceito ‘lamentar-se’ (latim *plorare*), que é mais rico de tonalidades afetivas (JABERG, 1926: 13-4; ROHLFS, 1926: 126-8 e 1954: 33).

O absurdo da afirmação de que os franceses noutra tempo ‘choravam ruidosamente’, ou melhor, ‘soluçavam’ (afirmação feita com base em sua língua), manifesta-se também pelo fato de que na poesia épica espanhola aparece repetidas vezes a expressão *llorar de los ojos*. Será por acaso que o poema d’*El Cid*, em cuja vida tanto participaram as lágrimas, começa com o

⁶⁷ “... devemos concluir daqui que noutra tempo na França Setentrional se ‘uivava’ em vez de ‘chorar’” (LERCH, 1924: 111-2).

verso *De los sos oios tan fuertementre lorando...?*⁶⁸ Também neste caso, seguindo o método idealista, dever-se-ia concluir que os espanhóis, como os franceses, antigamente choravam ruidosamente em vez de soluçarem. Esta e outras tautologias semelhantes não nos dizem nada realmente a respeito dos conceitos ‘chorar ruidosamente’ e ‘chorar’. Pode ser que os poetas das *chansons de geste*, que bastante raramente usam as simples locuções *Roland pleure, Charlemagne pleure, Marsile pleure*, tenham introduzido *plorer des oilz* para tornar a frase mais decorativa, e como fórmula fixa ao serviço do verso decassilábico (BESZARD, 1903: 666-7). Mas é muito mais provável que, tanto aqui quanto no espanhol, estejamos na presença de uma simples tautologia, como também são encontradas amiúde no francês antigo para outros conceitos como ‘dormir’, ‘ver’ e ‘falar’ (*dormir de l’oil, veoir des oilz* em Marie de France, *dire de boche* em Yvain) (ROHLFS, 1926: 127).

Este exemplo, tomado entre muitos, mostra-nos suficientemente com quanta preocupação devem ser considerados os resultados de uma *Wesenskunde* que, tendo por base a língua francesa, a respeito da “maneira de ser própria dos franceses” (*seelische Eigenart der Franzosen*), chega à conclusão de que estes têm qualidades contraditórias: são impulsivos e racionalistas.⁶⁹ Então, a julgar pela ordem das palavras, que em espanhol goza de grande liberdade, dever-se-ia concluir que também os espanhóis são impulsivos, o que não impede, naturalmente, que sejam também estóicos segundo a calma e tranqüilidade espanhola (espanhol *sosiego*) e até realistas, já que mediante o acusativo com preposição fazem uma distinção entre o animado e o inanimado (LERCH, 1932: 147-200).

Mas o maior perigo, ao se descobrirem semelhantes conseqüências, esconde-se no fato de que nenhuma língua é pura, estando todas expostas aos empréstimos. Guiando-nos pelo espanhol *querer* ‘amar’ (< latim *quaerere*) e pelo catalão *estimar* ‘amar’ (palavra erudita tomada do latim *aestimare*) (MEYER-LÜBKE, 1935: 246), dever-se-ia poder afirmar, por exemplo, que quando um espanhol ama, deseja, e quando um catalão ama, estima (aprecia). Admitamos uma influência preponderante do espanhol sobre o catalão, e poderia suceder que os catalães terminassem por usar o verbo espanhol para este conceito de ‘amar’, com a conseqüência de que, segundo a *Wesenskunde*, também os catalães amariam desejando (SPITZER, 1917, col. 147).

⁶⁸ Cf. *Cid.*, verso 277 *Lora de los oios...*, 375 *Lorando de los oios...*, 1601 *Del gozo que avien de los sos oios loraban* etc. (BESZARD, 1903: 529-31).

⁶⁹ “Especialmente na época dos clássicos, mas concretamente até mesmo no século da Ilustração, mostra-se uma repugnância à impulsividade e à fantasia, aquela enorme consideração à inteligência do ouvinte, que se costuma chamar racionalismo” (LERCH, 1933: 284-5).

Eis aqui um exemplo de como um empréstimo pode anular completamente as conclusões da *Wesenskunde*. Em latim se fazia uma clara distinção entre tios e tias paternos e tios e tias maternos (irmão da mãe *avunculus* e do pai *patruus*; irmã do pai *amita*, e da mãe *matertera*). As línguas românicas não conservaram esta distinção, e o francês possui para estes quatro nomes de família unicamente duas palavras: *oncle* (< *avunculus*) e (*tante* (< *amita*), e o italiano, como o português, uma só palavra: *zio*, *zia*. Pos bem. Se quiséssemos afirmar, seguindo o método da *Wesenskunde*, que os italianos se interessam menos pelos irmãos do pai e da mãe do que os franceses, chegaríamos a uma conclusão completamente equivocada. Os italianos tinham por estes nomes de família tanto interesse quanto os franceses; porém, durante o período bizantino, seguindo a moda, os italianos introduziram os empréstimos *zio* e *zia* (< grego **THEÍOS**, **THEÍA**),⁷⁰ assim como o francês *oncle*, em virtude da moda, foi tomado de empréstimo ao alemão (*Onkel*) e o francês *tante* foi introduzido no mesmo alemão e no holandês (WARTBURG, 1937: 305; 1946: 92 e 14 e 1928 e ss.: I, 188, 189, 88 e 89; KLUGE-GÖTZE, 1934: 426 e 611; FRANCK-WIJK, 1929: 688).

O método da *Wesenskunde* chega, finalmente, a resultados completamente errôneos quando opera com um *argumentum ex silentio*. O francês moderno, por exemplo, não possui um adjetivo correspondente ao contrário de *ivre* 'ébrio'. Para designar o que não está bêbado se diz que *il n'a pas bu*, *il est à sec*, *il n'est pas ivre*, *il est à jeun*. Naturalmente, seria absurdo querer deduzir disto que os franceses não conhecem a condição de quem não está bêbado (BUYSSSENS, 1956: 168-9). Facilmente se pode imaginar o riso que tal dedução provocaria nos estrangeiros, que estão bem inteirados da grande difusão do alcoolismo naquele país.

Após a Primeira Guerra Mundial e por volta de 1930 a *Wesenskunde* alcançou seu apogeu no campo das línguas românicas. Nos círculos romanistas alemães, sobretudo, falava-se de *Frankreichskunde*, *Spanienkunde* etc. Bem cedo ressoaram, de procedências autorizadas, os protestos contra o perigoso método de querer reconstruir o espanhol típico (*den spanischen Menschen*) e o francês eterno (*den Dauerfranzosen*) (HATZFELD, 1932: 445), tendo por base a língua. No lugar desta *Etikettierung* que brotava do romantismo alemão e da tendência decadentista francesa, opôs-se, individualizando, *ein spanischer Mensch* etc. (SPITZER, 1928, col. 114. CARO BAROJA, 1951: 254-65 e JUNKER, 1956: 357-8).

Por outro lado, como se poderia chegar à *Wesenskunde* do francês, ao francês eterno (ao *Dauerfranzosen*), partindo da língua, quando nem sequer com a ajuda de critérios extralingüísticos é possível aproximar-nos da

⁷⁰ AEBISCHER, 1936: Cf. BERTOLDI, 1939: 71-80; ROHLFS, 1954: 16-8

definição do tipo do homem francês? De outro modo, não se poderiam ter adiantado num período de vinte anos afirmações opostas, como a de que os franceses são frívolos, superficiais, volúveis (WECHSSLER, 1927), e de outro lado modestos, amáveis, moderados e sérios (DISTELBARTH, 1947, *apud*. ROHLFS: 1950: 150-1). Por outra parte, nos últimos tempos, foram levantadas objeções também a partir de círculos não romanistas, e inclusive não lingüísticos, contra a palavra de ordem “racionalismo” como traço característico (*Wesenszung*) dos franceses e contra a afirmação de que os franceses não são líricos (*Le Français n'est pas lyrique*, Lanson) (LERCH, 1933: 223), e se demonstrou que a união de racionalismo e irracionalismo é um dos traços característicos do “racionalista” Descartes (WUNDT, 81-100, *apud* ROHLFS, 1948: 169-70).

Voltando agora aos citados nomes de família em latim e em francês, podemos tirar conclusões do fato de que na primeira destas línguas se fazia uma quádrupla distinção e na segunda uma distinção dupla, não certamente referentes à atitude espiritual ou *Wesensart* dos romanos e dos franceses, mas a respeito de certas condições culturais. Desta maneira, voltamos novamente à distinção que estabelece uma separação entre as conclusões tiradas da Lingüística pela cultura e, de outro lado, pela atitude espiritual de um povo. O fato de terem os romanos feito uma clara distinção entre tio e tia paternos e maternos depende de que a posição legal dos descendentes dos dois sexos era diferente entre os romanos. Quando, mais tarde, deixou de existir esta diferença, abandonou-se também a quádrupla distinção lingüística (WARTBURG, 1946: 92-141). Em tal caso não tiramos conclusões com base na língua sobre a atitude espiritual ou *Wesensart* de um povo, mas sobre situações culturais concretamente jurídicas. Nem sequer chegamos tão longe. Na realidade, só afirmamos que os fatos lingüísticos estão de acordo com as condições culturais, o que podemos fazer por conhecermos a posição jurídica dos membros da família por parte paterna e materna entre os romanos.

Enquanto é difícil, e amiúde impossível, tirar conclusões lingüísticas a respeito da atitude mental de um povo (Cf. SAUSSURE, 1949: 310-1), uma vez que esta última não é uniforme e resulta dos mais diversos fatores, é certamente possível identificar conseqüências lingüísticas referentes a certas condições culturais. As conseqüências que identificamos, o quadro que desenvolvemos da cultura de um povo, torna-se tanto mais rico e se aproxima tanto mais da realidade quanto melhor compreendemos em nossa investigação a natureza geográfica do país onde vive ou viveu aquele povo, as notícias sobre a sua história, seu modo de viver, sua poesia popular etc. (Cf. BLESSE, 1956: 167).

Afirmamos, por exemplo, que em romeno o latim *via* não se conservou, sendo substituído por *cale* (< latim *callis* ‘vale estreito por lugares altos e bosques’), e que quando mais tarde o romeno *drum*, de origem eslava, foi

introduzido principalmente com o significado concreto de ‘rua’ e tomou o lugar de *cale*, este último se conservou num sentido abstrato de ‘direção’, ‘modo de agir’, e em toda uma série de expressões populares. Afirmamos também que o latim *pons* significa ‘ponte’ nas línguas românicas ocidentais, e só em romeno significa ‘passarela’, ‘pinguela’. Sabendo que os romenos, os *pastores romanorum*, são um povo de pastores que vive e viveu entre montanhas, e sendo conhecida por nós a migração desse povo ao longo dos vales entre os montes dos Cárpatos e pelos montes balcânicos, o romeno *punte* ‘passarela’ pode demonstrar-nos que se trata de uma população cujos antepassados, durante suas migrações pelas montanhas, não construíram pontes, mas passaram as torrentes com a ajuda de um tronco deixado cair sobre estas. A rica terminologia em que aparece o romeno *cale* podia nascer unicamente do fato de se tratar de um povo que faz uso do vale em numerosas ocasiões, por estar continuamente em movimento numa terra montanhosa (PUȘCARIU, 1943: 190 e 409-10).

Mas, apesar disso, devemos prestar muita atenção ao *argumentum ex silentio*. O fato de não possuírem os romenos, salvo as denominações gerais *mare* ‘mar’ (< latim *mare*), *luntre* ‘barca’ (< latim *lūnter* (*līnter*)), *pește* ‘peixe’ (< latim *piscis*), nenhuma outra palavra de origem latina que se refira ao mar, ao transporte por via aquática, e às diversas espécies de peixes, e o de faltarem em romeno as continuações de palavras latinas que se encontram nas outras línguas românicas como, por exemplo, *insula*, *portus*, *navis* etc., diz-nos que os antepassados dos romenos, enquanto pastores e camponeses, não tiveram contato com o mar, mas, inclusive, como os albaneses, estavam distanciados do mar e dos grandes rios (PUȘCARIU, 1943: 454). Esta conclusão, tirada dos fatos lingüísticos, é reforçada também por nosso conhecimento da geografia, da história e da civilização da Romênia. Mas, se a palavra romena *geam* ‘janela’, de origem turca, que hoje se estende cada vez mais no romeno da Transilvânia como neologismo procedente da Velha Romênia (Valáquia e Moldávia) e regionaliza a antiga *fereastră* ‘janela’ (< latim *fenestra*), chega a ser introduzida aqui em total substituição a *fereastă*, poder-se-ia tirar disso a conclusão, completamente equivocada, de que os romenos só aprenderam a abrir janelas em suas casas pelo contato com os turcos (PUȘCARIU, 1943: 453). Portanto, vemos nisto quão inexato é afirmar que *quod non est in vocabulario, non est in mundo* (VOSSLER, 1940: I, 102-3).

* * *

Resumindo a reação que se exerceu por parte do Idealismo contra o método positivista histórico-comparativo, podemos dizer que ela tem metodologicamente um significado importante. Efetivamente, mostra-nos que o método idealista, sem uma maneira positiva de operar, conduz-nos na maioria dos casos, a resultados totalmente inexatos e infundados. As causas destas conclusões equivocadas se devem ao fato de que o modo idealista de trabalhar não costuma ter nenhum contato direto com os fatos lingüísticos. Fundamenta-se em fatos incorretos em incompletos que, amiúde, toma de segunda mão e sem controle. Deste material se escolhe ecleticamente o que pode ser utilizado para os fins de uma determinada conclusão, e desta maneira se tiram unilateralmente conclusões a partir da língua, sobre o caráter espiritual e cultural de um povo, e vice-versa, sem levar em conta as outras línguas românicas ou não românicas em que ocorreram fenômenos absolutamente paralelos (JABERG, 1926: 18). O fato de não ter podido trabalhar o “idealista” Vossler sem as investigações de Meyer-Lübke, Brunot e outros “positivistas” que lhe procuram os materiais e o fundamento científico sobre os quais constrói, amiúde, de maneira eclética e unilateral as suas conclusões, é prova evidente do quanto o método idealista está enraizado nos resultados do positivista (SPITZER, 1914: 140).

Apesar de todas as suas deficiências, o método idealista tem o grande mérito de ter fixado a atenção sobre quanto há de individual e de criativo na vida da linguagem. Cooperou eficazmente para fazer vir à luz os fatores artísticos, estéticos e espirituais na língua. Indicando a estética como a “rainha absoluta da Filologia”, o Idealismo fez justiça à estilística, até então descuidada, na qual o caráter estético, as possibilidades individuais de expressão da língua aparecem mais claramente, e com ela também a sintaxe.⁷¹ Desta maneira, o Idealismo reagiu saudavelmente contra o excesso de fonética por parte do método histórico-comparativo, contra o “positivismo fonetizante” (PUŞCARIU, 1943: 59-60; DEVOTO, 1946: 75), que muito positivamente queria considerar a analogia na fonética como um fator de perturbação e não como uma força diretriz de origem espiritual (SCHÜRR, 1925: 39).

O Idealismo, por sua vez, exagera a importância da estilística, do individual e do singular na vida lingüística com sacrifício da fonética. Sublinhando exageradamente o aspecto estético, graças ao subjetivismo estético de Croce e de Vossler, distancia a língua de tudo que há nela de objetivo, de espiritual, de tradicional e de coletivo (NENCIONI, 1946: 170). Esta insegura oscilação entre o individual e o coletivo na língua, o ceticismo do artista da *parole*, Vossler, a respeito do caráter social e coletivo da língua, em ne-

⁷¹ JABERG, 1926: 10; PAGLIARO, 1930: 93-4; IORDAN-ORR, 1937: 125; NENCIONI, 1946: 74.

nhum lugar se manifesta melhor do que na seguinte passagem escrita em 1946, admirável do ponto de vista poético e individual, equivocado lingüísticamente, mas metodologicamente instrutivo:

A idéia de que a língua é primeiramente uma criatura e uma ferramenta de nossa fantasia crente e observante; a idéia de que a língua serve não só para a comunicação e debate de opiniões entre os homens, mas também para a explicação com o nosso eu, com Deus e o universo, com os astros, com a terra e com o além; a idéia de que a língua cumpre fins mais antigos, mais altos e mais íntimos do que os meramente sociais e reflexivos (a grande idéia que Giam Battista Vico, o mais poderoso adversário de Descartes, lançou ao mundo), não chegou até hoje, pelo que vejo, à plena consciência de nenhum lingüista francês. Saussure, Meillet, Gilliéron, para não nomear senão os mais destacados, por mais diversamente que tenham pensado em detalhe sobre a essência da língua e por mais variados que sejam os aspectos em que a tenham iluminado, nenhum deles, nem sequer Bergson, que tão profundamente explorou o conceito da intuição, concebeu uma produtiva dúvida sobre a essência social da linguagem e sobre o caráter sociológico da Lingüística. Esta interperurbabilidade é para mim (que tenho seguido a escola de Vico, de Wilhelm von Humboldt, de Benedetto Croce e de Erns Cassirer) algo tão grandioso e elegante quanto desesperador (VOSSLER, 1946: 42).

III. LÍNGUA E LINGUAGEM LINGÜÍSTICA SÍNCRÔNICA E DIACRÔNICA

A respeito desta dúvida sem esperanças de Vossler em relação ao elemento social na língua, sua oscilação entre o coletivo e o individual e a incerteza que existia neste “idealista” que admitia na língua, ao lado do individual, o fator histórico-cultural e um vago “sentido da língua” (*Sprachgefühl*.) (DEVOTO, 1951: 62, 52) trinta anos antes Ferdinand de Saussure já havia introduzido na Lingüística a palavra de ordem lógica (*logisches Machtwort*): *langue* = língua, *parole* = fala; *synchronie* e *diachronie* (Lingüística Sincrônica e Lingüística Diacrônica). Segundo Saussure, a “língua”, que é um produto social, representa a sociedade, a comunidade, o sistema, enquanto a “fala”, o ato individual, é o exercício daquele sistema (WARTBURG, 1946: 7; ROGGER, 1941: 161 e ss.).

Com esta distinção se estabelece uma diferença entre o aspecto social e essencial por um lado, e por outro o individual, acessório e mais ou menos ocasional (SAUSSURE, 1949: 30). A “língua” é uma “instituição social” da qual a “fala” é a realização concreta, e por isso entre estes dois conceitos existe uma relação de reciprocidade. A “língua” existe em estado virtual, e a “fala” num estado realizado; a primeira é, como sistema-memória, de natureza puramente psíquica; a segunda, de natureza psico-física (SAUSSURE, 1949: 37). Como a *parole* é uma atividade individual e a *langue* uma totalidade de convenções sociais, a primeira é livre e a segunda está fixada e imposta de fora, é “exterior ao indivíduo, que por si só não pode nem criá-la nem modificá-la” (SAUSSURE, 1949: 30-1). É compreensível por si mesmo que todas as mudanças lingüísticas têm seu princípio na “fala”, nesta manifestação concreta da “língua”, pois, como disse Saussure, “nada entra na língua sem ter sido ensaiado na fala” (SAUSSURE, 1949: 231); mas para começar a fazer parte do sistema estas iniciativas individuais devem difundir-se por imitação e passar a ser de uso comum.

Saussure parte da Sociologia, e daí vem sua distinção de “língua” e “fala”. A língua é social enquanto é um sistema de signos que serve à compreensão recíproca, e como tal pode ser confrontada com outros sistemas de signos, como o alfabeto dos surdos-mudos, as fórmulas de cortesia, as senhas militares, etc. (SAUSSURE, 1949: 33; JABERG, 1926: 20).

Também da Sociologia tirou Saussure a distinção entre Lingüística estática, descritiva, sincrônica por uma parte, e histórica, evolutiva, diacrônica, dinâmica, por outra. Nisto segue a Augusto Comte, que havia introduzido a distinção entre sociologia estática e dinâmica (SCHUCHARDT, 1917, col. 4). Antes de Saussure, já em 1884, A Marty, partindo do ponto de vista filosófico,⁷² havia feito a mesma distinção entre Lingüística Estática e Histórica, mas sua tese, num período positivista e antifilosófico como era o século XIX, não teve continuidade (WARTBURG, 1946: 9; cf. também HALLIG, 1957: 160-4). Quando, no século XX, a filosofia exerceu sua influência no campo da Lingüística, como em todos os demais da ciência, a exigência da totalidade, das grandes conexões, da estaticidade, da estrutura, se fez sentir cada vez mais vigorosamente (PUŞCARIU, 1937: 320 E 1943: XV; TERRACINI, 1949: 57; HEILMANN, 1957: 18-9.). O dualismo entre Lingüística Estática e Dinâmica se identifica com o de *Formproblem* e *Kausalproblem*, em torno do qual, segundo o referido pensamento filosófico, gira toda a representação que formamos do mundo.⁷³

A distinção entre “língua” e “fala” está em estreitíssima relação, segundo a concepção saussureana de língua, com a consideração sincrônica e diacrônica da língua, até o ponto em que Schuchardt se pergunta com razão (SCHUCHARDT, 1917), col. 6) se “língua” e “fala” não se identificam por inteiro com a Lingüística Sincrônica e com a Diacrônica, respectivamente. Com efeito, quando Saussure e Bally afirmam que a “língua” precede à “fala” e que esta última pressupõe sempre a primeira ou, em outras palavras, que conceitos virtuais numa condição de virtualidade, ou seja estaticidade, por exemplo *homme* e *mourir*, mediante os chamados *actualisateurs* (artigos, pronomes, casos, tempos, modos, etc.) se atualizam em *cet homme* e *mourut*; dito ainda de outro modo, que uma condição estática, isto é, a “língua”, se atualiza numa frase por meio da fala, por meio da dinâmica, de tudo isso resulta que a “Lingüística da Língua” e a “Lingüística da Fala” se identificam, respectivamente, com a Lingüística Sincrônica e com a Lingüística Diacrônica (SAUSSURE, 1949: 37, 127, 138; BALLY, 1944: 80 e ss.).⁷⁴ A

⁷² Sobre Marty e a Filosofia da Linguagem, veja OTTO (1954: 3 e ss.); sobre a Filosofia da Linguagem em geral, consulte-se Heilmann (1957: 5, 11).

⁷³ “O que queremos reconhecer na Lingüística, na ciência da arte, na ciência da religião, são certas ‘formas’ que precisamos entender em seu estado puro antes de podermos fazê-las voltar a sua causa...” (CASSIRER, 1942: 96-112; cf. MALMBERG, 1945: 23-4).

⁷⁴ Todo o processo de atualização com que Bally quer sustentar a distinção entre “língua” e “fala”, feita por Saussure, é rechaçada por ROGGER (1954: 341-75). Mas leva sofisticadamente muito longe sua interessante e aguda discussão crítica, com a qual quer demonstrar a “inconcebibilidade de uma atualização”. “Toda a atualização nos parece especialmente problemática quando pensamos que só se fala do nome e do verbo, (do qual, por outro lado, se admite que já está atualizado na *langue*). Sobre a atualização da qualidade, Bally não chega a tomar posição no citado capítulo. Mas, por que não devem ser atualizadas também todas as

Linguística Sincrônica, segundo Saussure, descreve um estado da língua no presente ou no passado sem se preocupar com o modo pelo qual surgiu,⁷⁵ enquanto a Linguística Diacrônica se dedica à história dos vários elementos da linguagem.⁷⁶

Com base neste dualismo, Saussure estabelece os seguintes princípios fundamentais. Primeiro: dado que para o falante não existe a sucessão dos fatos lingüísticos no tempo e que aquele está colocado frente a uma situação lingüística determinada, o aspecto sincrônico deve ser colocado antes do diacrônico (SAUSSURE, 1949: 117, 128). Segundo: o método sincrônico e o diacrônico devem estar nitidamente separados um do outro; sua contra-posição é “absoluta”, “irredutível”, “sem compromisso” (SAUSSURE, 1949: 119, 122). Terceiro: a diferença entre os dois métodos é fundamental, porque o método sincrônico se ocupa dos sistemas lingüísticos enquanto o diacrônico examina a história dos elementos particulares da linguagem (SAUSSURE, 1949: 119 e ss.).

As duas primeiras declarações de Saussure (para a terceira, veja-se mais adiante, isto é, que o método sincrônico tem a precedência e que ambos os métodos devem manter-se nitidamente separados, são refutadas pelo método histórico-comparativo e pelo geográfico. Com efeito, o modo de operar da Linguística Histórico-Comparativa e da Geográfica Linguística nos demonstrou que o método sincrônico e o diacrônico são membros equivalentes de uma correlação, que se determinam reciprocamente e realizam uma mútua integração. Podem separar-se, naturalmente. Um fenômeno lingüístico pode ser considerado do ponto de vista exclusivamente sincrônico. Em tal caso, nosso modo de operar não é equivocado, mas simplesmente incompleto (DEVOTO, 1951: 42). Com efeito, temos visto repetidamente que o método comparativo e o geográfico são uma consideração da língua no plano estático (sincrônico) e que a comparação e a posição geográfica das palavras são dois meios aparentemente distintos, mas ao mesmo tempo estreitamente correlacionados, para constatar um processo histórico.

Como reconhece, por outro lado, o mesmo Saussure (1949: 193), “o rio da língua flui sem interrupção”, a comparação e a Geografia Linguística fixam a língua, que por si mesma se encontra num incessante dinamismo e mutação, por um período de tempo mais ou menos longo, e desta maneira

outras classes de palavras, os advérbios, as preposições, as conjunções? Por que não também os mesmos atualizadores? Por que não os atualizadores dos atualizadores?”

⁷⁵ Ela estuda “... as relações lógicas e psicológicas que envolvem termos coexistentes e formando sistema, tal como são percebidos pela mesma consciência coletiva” (SAUSSURE, 1949: 140).

⁷⁶ Ela estuda “... as relações que envolvem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva, e que são substituídos uns pelos outros sem formar entre si um sistema” (SAUSSURE, 1949: 140).

projetam diante de nossos olhos uma situação lingüística. Vimos também que quanto mais extenso é o nosso material comparativo, ou seja, nossa visão sincrônica, tanto melhor podemos fixar uma situação lingüística. É verdade que o discípulo de Saussure e defensor da clara separação entre Lingüística Sincrônica e Lingüística Diacrônica, Charles Bally, em seu livro *Linguistique générale et linguistique française*, teve de fazer uso repetidas vezes do método comparativo (WARTBURG, 1939: 9), isto é, teve de combinar o método sincrônico com o diacrônico.⁷⁷ Os dois métodos devem complementar-se mutuamente, tanto que podemos afirmar continuamente que a história, a evolução, a dinâmica, deixam marcas no espaço ante nossos olhos, e que uma sucessão lingüística se liga estreitamente com uma contigüidade geográfica, com uma *synchronie géographique*. O método sincrônico e o diacrônico, na realidade, integram-se reciprocamente também de fato, fazem-nos ver continuamente como uma situação estática surge, por um lado, da dinâmica, e como, por outro lado, pode lançar luz sobre o futuro histórico. Contudo, na prática, o método sincrônico se torna mais difícil pelo fato bem conhecido de que, por causa de seu caráter mais concreto, estamos mais facilmente dispostos a compreender e reter uma evolução do que uma condição estática (SAUSSURE, 1949: 141-2; cf. PUŞCARIU, 1937: 131).

Se quiséssemos adotar um ponto de vista puramente sincrônico, deveríamos afirmar, por exemplo, que entre o francês *voler* ‘voar’ e *voler* ‘roubar’ não existe nenhum laço de união e que se trata de dois verbos diferentes. Se nos perguntarmos se realmente o são, devemos dizer precisamente, fundamentados na divisão introduzida por Saussure entre “língua” e “fala”, que são diversos somente quando, como conceitos pertencentes à “língua” e que, encontrados virtualmente numa situação estática, são atualizados por intermédio da “fala”, da dinâmica. Vemos que *voler* representa dois conceitos diversos, não através da Lingüística Sincrônica, mas da Lingüística Histórica, isto é, enquanto *voler* se atualiza mediante a “fala”. Quando dizemos *l’oiseau vole du pain* ao lado de *l’oiseau vole*, usamos a forma virtual *voler*, que pertence à “língua”, à estática num contexto, e o atualizamos com a ajuda da “fala”, da dinâmica, colocamo-lo dentro de duas realidades distintas; isto é, completamos a consideração lingüística estática com a dinâmica, e depois, seguindo a lição da Lingüística Sincrônica, constatamos mediante a Diacrônica que se trata realmente de dois verbos diversos. Desta maneira, inclusive quando partimos de uma posição exclusivamente estática, não podemos desligar-nos da dinâmica.

⁷⁷ Para a combinação de sincronia e diacronia e para a posição de diversos lingüistas a seu respeito, veja VITALE, 1955: 152-3; BALDINGER, 1956: II, 346-7, 353. A recíproca integração da lingüística sincrônica e diacrônica é sublinhada também do ponto de vista da Psicologia da Linguagem. Veja-se KAINZ, 1946: 91 e ss.

Se, pelo contrário, no caso de *voler*, nos situamos num ponto de vista exclusivamente histórico, chegamos à consideração lingüística estática, e daí novamente à dinâmica. O latim *volare* ‘voar’ deu em francês *voler*. A forma virtual, pertencente à ‘língua’, francês *voler*, resulta de uma evolução (dinâmica), que foi atualizada no século XVI numa situação determinada, a caça com falcão, no contexto *le faucon vole la perdrix*. Da atualização ‘o falcão voa sobre a perdiz’, ou seja ‘o falcão agarra voando a perdiz’, surgiu *voler* no sentido de ‘roubar’. Trata-se aqui de um fato dinâmico, de um sucesso histórico, biográfico: o nascimento do francês *voler* ‘roubar’ no século XVI. A partir deste mesmo século, o francês *voler* ‘roubar’ e *voler* ‘voar’, considerados estaticamente, são dois homônimos, mas desde o momento em que os dois verbos virtuais, pertencentes à “língua”, são atualizados pela História, pela dinâmica, mediante determinadas situações (*l’oiseau vole dans l’air*, *l’oiseau vole du pain*), deixam de ser homônimos.

O caso do francês *louer* ‘dar ou tomar em aluguel’, ‘louvar’, é a mesma coisa. A única diferença está em que para *voler* a homonímia é o resultado de uma divergência semântica, enquanto *louer* é o resultado de uma convergência fonética: latim *locare* ‘dar em aluguel’ e *laudare* ‘louvar’ são a dupla base do francês *louer* ‘dar ou tomar em aluguel’ e *louer* ‘louvar’. Assim, graças à evolução (dinâmica), uma situação passa a outra. *Louer* ‘tomar em aluguel’, *louer* ‘dar em aluguel’ e *louer* ‘louvar’ são homônimos se forem considerados estaticamente, mas quando histórica ou biograficamente são postos numa situação determinada, graças à dinâmica, ao contexto, à “fala”, deixam de ser homônimos (*je loue une maison* ‘alugo (dou ou tomo em aluguel) uma casa’, *je loue un élève* ‘louvo um aluno’).⁷⁸ É evidente que a atualização pode ter lugar na frase, mas, naturalmente, também no contexto, e como contexto devem ser entendidas também determinadas situações. Uma frase como *je loue une maison* (como proprietário) pode ser atualizada também graças a uma situação determinada (cf. à *louer* num cartaz).⁷⁹

Toda a Lingüística Diacrônica tem por base a Sincrônica. Resolver um problema da História Lingüística significa provar, reduzindo, por um

⁷⁸ Sobre *voler* e *louer*, veja GAMILLSCHEG, 1928: 896, 571; WARTBURG, 1928 e ss.: IV, 805; V, 206-8, 387-90; DAUZAT, 1938: 756, 443; BLOCH-WARTBURG, 1950: 646, 209, 457; BALLY, 1944: 119, 172, 175, 176, 190; ULLMANN, 1952: 221 e ss.; BENVENISTE, 1954: 251-2. Sobre a importância do contexto, cf. VERDRYES, 1953: 81 e ss.

⁷⁹ O princípio correto da “atualização implícita” de Bally (1944: 83 e ss., 294 e ss.), foi considerado de novo sofisticamente por Rogger (1954: 371-2). “Imparcialmente deveria ter sido dito que não é permitido supor, na língua, uma maneira de agir quando não existe nenhuma pista da mesma. É evidente que se vai além da língua quando se indica que neste caso precisamente o contexto ou a indicação demonstrativa substitui a atualização. Devemos considerar como língua a frase isolada. Se a atualização só ocorre no conjunto do “texto”, já não se dá lingüisticamente, visto que resulta da conexão ideológica, não lingüística, pois entre frases não existe nenhuma conexão lingüística, mas unicamente objetiva”.

tempo mais ou menos longo, uma dinamicidade à imobilidade, ou seja, reduzindo-a à sincronia. O que na Linguística se chama visão histórica é a fixação e a projeção diante de nós de uma situação em que ocorreu um acontecimento lingüístico, por meio de uma intuição baseada nos dados disponíveis.⁸⁰

Tomemos um problema de lingüística puramente histórica, como o do termo português comercial e de seguros *bomeria*, *bodemeria* (VIDOS, 1954: 258-68). Esta palavra aparece esporadicamente nos dicionários portugueses na primeira metade do século XIX, atualmente já não vive e não se sabe se viveu antes do tempo indicado. Sem dúvida vem de um típico termo comercial e de seguros do holandês século XVI, *bomerije*, *bodemerije* que também já não está em uso. Situando-nos num ponto de vista puramente histórico, devemos dizer que, na primeira metade do século XIX (ou talvez antes), comerciantes holandeses levaram o vocábulo para Portugal, ou então, comerciantes portugueses o recolheram em Portugal ou na Holanda. Existe também a possibilidade de ter sido registrado o vocábulo holandês no dicionário português de comércio e jurisprudência, no século XIX, pela primeira vez, sem jamais ter sido usado em Portugal na forma portuguesa. Assim nos convencemos de que exclusivamente com o método histórico não podemos resolver a realidade humana deste problema.

Enquanto sobre a base da situação no século XIX, português *bomeria*, *bodemeria*, que é o resultado de um acontecimento histórico, de uma dinâmica, não pudermos remontar-nos a uma situação mais antiga, isto é, enquanto não pudermos fixar esta dinâmica, não estaremos em condições de resolver o problema e, portanto, devemos aceitar as quatro possibilidades mencionadas. A situação mais antiga, a estática relativa, que nos traz a solução do problema, é a seguinte. Na segunda metade do século XVI estabeleceram-se, em Lisboa, comerciantes bilíngües holandeses, cuja correspondência comercial demonstra que, além de sua língua materna, escreviam e falavam correntemente o português. Com base nesta correspondência pode ser demonstrado que os ditos comerciantes substituíram a desinência *-ije* do holandês *bomerije*, *bodemerije* (que indica uma operação comercial lucrativa), pelo sufixo português *-ia*, e usaram repetidas vezes estas palavras nas formas *bomeria*, *bodemeria*. Desta maneira, haviam aportuguesado uma palavra holandesa e a haviam lançado em Portugal. Esta situação, esta estática relativa, nos oferece a solução do problema visto que nos dá a conhecer o ponto em que a dinâmica, ou seja, a criação, neste caso, começa a agir. Indi-

⁸⁰ "... seu objeto [da nova Linguística] será a "visão histórica" dos diversos períodos da língua. Ela deverá organizar os resultados analíticos e conceptuais obtidos pela inteligência, enchê-los de vida e reuni-los pela intuição numa visão histórica da criação lingüística. Esta intuição não é outra senão... explicação do passado, compreensão histórica" (SCHÜRR, 1925: 80).

camos apenas a visão histórica, sob cujo nome não entendemos senão a detenção virtual no espírito humano, ou seja, no de um investigador, da dinâmica, da História. A experiência prática nas investigações lingüísticas nos ensina que na realidade só existe a situação, a estática, mas que nesta realidade estática só podemos observar a dinâmica, a mudança, que liga as situações mais abstratas, virtuais. “Com efeito – diz Meillet, *BSLP*, XV (1907-1908: 24) – não se observa nunca uma língua em estado de fixidez; ... uma Lingüística estática não pode resultar, portanto, da observação.”

O método estático-histórico e o histórico-estático nos manifestam, portanto, a realidade lingüística. Por isso, para se poder praticar com êxito a Lingüística Românica nos parece indispensável uma combinação destes dois métodos. Em ninguém podemos observar melhor esta combinação do que no grande lingüista e romanista Hugo Schuchardt (*BERDOLDI*, 1946: 22), que se manteve afastado de todas as correntes e de todas as escolas. Todo o método da Geografia Lingüística, como vimos, a Estratigrafia que dele deriva e a Lingüística Espacial projetam a situação estática, horizontal, geográfica, mediante uma perspectiva histórica.

Parece paradoxal, portanto, que Saussure seja o defensor da clara separação entre o método diacrônico e o método sincrônico, pois ele, como “neogramático consequente” (*SECHEHAYE*, 1939: 25) com sua formação “neogramática”, (*MEILLET*, 1936: 174 e ss.) estava profundamente arraigado na História (Cf., entre outras passagens, *SAUSSURE*, 1949: 105, 108 e ss.), e esta orientação histórica demasiadamente pronunciada foi causa de que se separasse mais ainda o aspecto estático da língua.⁸¹ Daí vem sua reiterada contradição a respeito da “autonomia e da interdependência do sincrônico e do diacrônico” (*SAUSSURE*, 1949: 124). Umas vezes sublinha a absoluta separação, e pouco depois a estreita correlação de ambos os métodos (*SAUSSURE*, 1949: 119, 122, 136). Embora entre seus alunos Charles Bally, em princípio, lute em favor da separação destes, na prática trata a Lingüística Sincrônica historicamente. Os termos que aparecem repetidamente em seus escritos, como *tendance*, *tendre à prédilection*, *poussée intéressante* etc., com referência à língua, demonstram, entre outras coisas, que sua consideração estática da linguagem foi perturbada pela perspectiva histórica (*WARTBURG*, 1939: 9; *ROGGER*, 1941: 194 e 1952: 313). Outro discípulo seu, Antoine Meillet, em oposição à doutrina abstrata de seu mestre, colocando a língua ininterruptamente em sua realidade humana, isto é, histórica, fez História Lingüística e demonstrou os laços existentes entre o método sincrônico e o diacrônico (*SECHEHAYE*, 1939: 26). A combinação dos dois métodos foi posta devidamente em relevo também, por exemplo, na sín-

⁸¹ Nos lingüistas mais arraigados na História, como, por exemplo, Brunot (1936: XII-XIII, 6) e Meillet, a sincronia está sempre presente, e o dualismo entre os dois aspectos não existe (*TERRACINI*, 1949: 168-9).

tese *Évolution et structure de la langue française*, de Wartburg, em que umas seções verticais (históricas) e horizontais (descritivas) mostram como a estrutura resulta da dinâmica, e no *Tableau de la langue française*, de Albert Dauzat, em que ao lado das origens, leva em conta também a evolução e a estrutura atual do francês.

O gênero dos fenômenos lingüísticos que devem ser tratados segundo este duplo método, por uma parte, e por outra o ponto de vista de quem fala ou de quem realiza a investigação, são significativos para os fins da valorização da relação entre consideração estática e consideração histórica da língua. Destes dois aspectos, o primeiro é menos importante do que o segundo, porque, como se sabe, não existem limites rigorosos entre fenômenos lexicológicos, morfológicos e sintáticos.⁸² No que se refere aos lexicológicos e sintáticos, que à primeira vista parece que deveriam separar-se claramente entre si (por exemplo, BOER, 1947: 5), atribuindo melhor os primeiros à competência do método histórico e os segundos à do sincrônico, o grande perito em sintaxe, Adolf Tobler, que começando com a lexicologia se tornou estudioso da sintaxe, mas continuando também lexicólogo, afirmou, faz já bastante tempo, com base em sua prática, que no francês a maior parte dos fenômenos sintáticos pertencem propriamente à lexicologia.⁸³ Nós mesmos, com efeito, podemos constatar imediatamente que um artigo qualquer de um dicionário descritivo, dedicado, por exemplo, à preposição francesa *à* ou à romena *în*, é mais um capítulo de sintaxe do que de lexicologia (PUȘCARIU, 1937: 382-3). Por isto, seria errôneo afirmar que nas investigações lexicológicas e sintáticas possa ser separado o método histórico do sincrônico, aplicando exclusiva ou principalmente o primeiro à lexicologia e o segundo à sintaxe, dedicadas ao método da sintaxe histórica). É óbvio, naturalmente, que a consciência adquirida da consideração sincrônica da linguagem, graças à doutrina de Saussure, acabou por beneficiar a sintaxe, na qual se manifesta principalmente o aspecto universalmente humano, “pancrônico” e a-histórico. Já antes de Saussure se sabia que na sintaxe convém levar devidamente em conta o aspecto sincrônico e a-histórico. Com efeito, já em 1909, J. Haas escreveu sua *Neuf Französische Syntax*, em que se situa num ponto de vista estático, e só mais tarde (1916) sua *Französische Syntax* numa base histórica (LERCH, 1922: 82).

A separação entre Lingüística Sincrônica e Diacrônica é possível e, às vezes, inevitável, não nos fenômenos lingüísticos, neste caso lexicológicos e sintáticos, que melhor nos revelam a realidade lingüística, ou seja, a

⁸² SAUSSURE, 1949: 185-7; BALLY, 1919-21: I, 260 e ss.; PUȘCARIU, 1937: 382-3, 386; PAGLIARO, 1930: 140; TERRACINI, 1949: 213; FUNKE, 1956: II, 255-6.

⁸³ TOBLER, 1912: V, 477; cf. BALLY, 1919-21: I, 259 e ss.; BOER, 1947: 1 e ss.

estreita correlação entre o método diacrônico e o sincrônico, mas no falante e no próprio estudioso.

Quando certo significado vem expresso com diversas palavras, que só juntas têm esse significado, trata-se, segundo Bally, do chamado *signe fractionné*. Uma expressão como *tout à coup*, por exemplo, só pode ser compreendida como um todo único e significa ‘de uma vez’, enquanto subdividida em seus elementos é incompreensível.⁸⁴ A este propósito queríamos observar que o francês *tout à coup* pode ser considerado estática ou historicamente. No primeiro caso significa ‘de uma vez’; no segundo caso é dividida em três elementos separados. Pode ser “considerado” estática ou historicamente, mas lingüisticamente (ou seja, estático-historicamente) é uma composição do século XVI: de *tout*, *à* e *coup* ‘golpe’ (cf. com o mesmo significado o francês *à coup* a partir do século XIII, e *tout d’un coup* a partir de 1611) (WARTBURG, 1928 e ss.: II, 867).

A respeito do modo de considerar uma realidade lingüística (em nosso caso a do francês *tout à coup*), devemos fazer a seguinte distinção. É considerada por um lingüista ou por alguém que não o é? No primeiro caso, seria considerada do ponto de vista exclusivamente sincrônico na hipótese de desconhecer o lingüista outra língua além do francês, o que é um suposto impossível. Um lingüista não pode se livrar de suas associações, e se tem como língua materna, por exemplo, o italiano, pensará, em seguida no italiano *colpo*, *di colpo*, *a un colpo*, e, portanto, operará comparativamente, isto é, historicamente. Um lingüista cuja língua materna é o holandês também terá dificuldades para situar-se num ponto de vista estritamente sincrônico e em não se deixar guiar por uma comparação com o holandês *klap* ‘golpe’, *slag* ‘golpe’ (cf. o holandês *enmsklaps* ‘de uma vez’, *op slag dood blijven* ‘cair morto no ato’). Charles Bally, o defensor da distinção entre os dois métodos, cuja língua materna era o francês, encontrou-se no mesmo caso, porque deixou que sua visão sincrônica a respeito do francês fosse continuamente perturbada por comparações com o alemão e também com outras línguas. Sua afirmação de que “o método separatista” deriva do princípio de que “*a Lingüística das evoluções é assunto do lingüista com exclusão do sujeito falante, e o estudo sincrônico é assunto do falante com exclusão do lingüista*” (BALLY, 1937: 348) só é correta parcialmente, tanto no que se refere ao lingüista (entenda-se Bally) como no que diz respeito ao falante (com efeito, quantas vezes o falante está pensando na evolução de sua língua?).

⁸⁴ “A incompreensão dos fragmentos é, portanto, o critério do signo fracionado, e nisso está uma diferença essencial entre a sincronia e a diacronia: a Lingüística Histórica procura explicar o que os usuários não compreendem; a Lingüística Estática vê na incompreensão dos usuários um princípio de explicação” (BALLY, 1944: 146).

Deve-se fazer uma distinção fundamental entre um falante que só conhece a sua língua materna e outro que conhece outra ou outras além desta. Somente no primeiro caso um fenômeno lingüístico (aqui concretamente *tout à coup*) pode ser considerado do ponto de vista puramente sincrônico; no segundo caso, com associações e comparações se dá em seguida o primeiro passo no sentido de uma perspectiva histórica. Daí se conclui que uma consideração lingüística estritamente sincrônica somente é possível por parte de uma pessoa não lingüista que fale unicamente a língua materna.⁸⁵

A significação fundamental da doutrina de Saussure consiste em que ele nos fez tomar *consciência* da Lingüística Sincrônica, e desta maneira abriu à Lingüística novas perspectivas.⁸⁶ Graças ao fato de ter ele proclamado a “Lingüística da Língua” como único e exclusivo assunto da Lingüística e ter constituído como sua contrapartida a “Lingüística da Fala”, sem havê-la praticado nunca ou haver precisado exatamente o que com isto queria dizer (SAUSSURE, 1949: 36-9, 197; SCHUCHARDT, 1917: col. 6), ele deu ao mundo a “Lingüística da Fala”.

A concepção sociológica da língua de Saussure com o predomínio total do “produto social”, do que é coletivo, teve como conseqüência entre seus discípulos (Charles Bally e Albert Sechehaye) precisamente o contrário: o estudo do “ato individual”. Ambos procuraram determinar a influência do falante sobre o sistema lingüístico; o primeiro do ponto de vista afetivo; o segundo, do intelectual. Como todo fato lingüístico é uma mescla de afetivo e intelectual, segundo Bally deve ser determinado “qual é o elemento que predomina na consciência... A dose é tal que a expressão pareça essencialmente afetiva? Eis aqui, reduzido a sua fórmula mais geral, o objeto da estilística” (BALLY, 1919-21: I, 158). Segundo Bally, o fundador da estilística em base afetiva,⁸⁷ o caráter social da língua se manifesta no fato de que o falante ao escolher seus meios de expressão umas vezes concentra “seu esfor-

⁸⁵ Sobre a importância da língua materna para a Lingüística Sincrônica, veja BALLY, 1919-21: I, 60 e ss., 78 e 1937: 348.

⁸⁶ “... se F. de Saussure foi um inovador, não foi tanto por ter emitido opiniões revolucionárias quanto por haver sistematizado sob uma forma muito densa umas noções que antes dele estavam um pouco flutuantes” (WAGNER, 1947: 21).

⁸⁷ Até recentemente não se pôde chegar a um acordo sobre a definição, teoria e método da Estilística, ciência criada há pouco; cf., além de BALLY, 1935: 79-109; MALMBERG, 1945: 14; ROQUES, 1946-7: 282; TERRACINI, 1949: 56; ROHLFS, 1950-2: I, 81-4 E II, 78-9; GUIRAUD, 1954: 94, 107; BRUNEAU, 1956: 65-8, sobretudo a discussão entre Bruneau (1951: 1 e ss.) e Spitzer (1952: 165-8). Naquele artigo o “criticismo estilístico” de Spitzer (nos Estados Unidos *Stylistic Criticism*), tal como está tratado em seu *Linguistics and Literary History. Essay in Stylistics*, Princeton (New Jersey), 1948, é criticado por Bruneau. O objetivo do criticismo estilístico (a Estilística dos Autores, a Estilística Literária, Estética) é lançar uma ponte, com ajuda da Estilística, entre a Lingüística e a História da Literatura, mas o método aplicado para este fim se distancia da Lingüística e se torna demasiadamente subjetivo (cf. GUIRAUD, 1954: 70-81; SCHIAFFINI, 1954: 2, 9, 19; SCHIAFFINI, 1953: 165-86).

ço sobre a ação que ele quer produzir...”, e outras vezes, ao contrário, com base numa certa reserva diante do interlocutor, determina seu esforço (isto é, modifica-o).⁸⁸

De Sechehaye nos vem a definição da “Lingüística da Fala”, mal definida por Saussure. Segundo Sechehaye (1940: 1-48), Saussure entendia com isso a “Lingüística da fala organizada”. Noutras palavras, a Lingüística da “fala” gramatical, organizada. Antes da “fala organizada, existe, segundo Sechehaye, a “fala propriamente dita”, o instinto humano de expressão, a “expressão pré-gramatical”, que é a origem de todo o processo lingüístico. Por isto o estudo que reúne a Lingüística Sincrônica e a Diacrônica (ou seja, o fator que atualiza os elementos virtuais presentes na “língua”, não é a Lingüística da *parole*, que existe antes de qualquer coisa, mas a da *parole organisée*.

Uma consideração lingüística sincrônica que nos distancie do método histórico pode, quando é feita muito abstratamente, distanciar-se da realidade lingüística e converter-se numa “psicologia sublingüística” ou “psico-sistemática” (WAGNER, 1947: 48; YVON, 1952: 101-6; DAUZAT, 1951: 29 e 1953: 307). Este é o caso de Gustave Guillaume, o qual, situando-se num ponto de vista puramente sincrônico, procura os caminhos do espírito, o processo do pensamento, que levam à língua (de maneira apenas aparente, entretanto, na mesma linha de *La pensée et la langue*, de Ferdinand Brunot); em suma, procede de modo oposto a Damourette-Pichon, que vão “das palavras ao pensamento” (TOGEBY, 1951: 213; YVON, 1951: 161 e ss.).

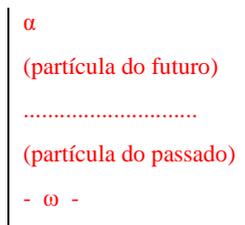
O mesmo Guillaume, inspirado nos métodos da análise matemática, chama a seu método *Lingüística de Posição* (analogamente à *Álgebra de Posição*), e à ciência que ele construiu com base neste método, umas vezes chama *psico-sistemática*, outras *psico-mecânica* ou *mecânica intuicional*. Estas três denominações significam que nós, graças a uma análise cada vez mais profunda, descobrimos na língua, em primeiro lugar, uns sistemas, que estes sistemas têm um “caráter mecânico” e que “esta mecânica é uma mecânica da *intuição* que tem sua fonte nas faculdades misteriosas que confe-

⁸⁸ “No primeiro caso, empurrão, impulso, ataque; no segundo, retirada e reserva prudente” (BALLY, 1935: 29). Cf. JABERG, 1926: 21; IORDAN-ORR, 1937: 327-35; ROGGER, 1941: 161 e ss.; NENCIONI, 1946: 144; PAGLIARO, 1930: 88; BRUNOT, 1936: 539-40; DAUZAT, 1947: 279.

rem seu poder ao pensamento humano” (VALIN, 1955: 29). Neste caso temos que nos haver com a consideração lingüística alicerçada em fundamentos fechados, puramente matemáticos, de alguém que desde o princípio maneja os problemas lingüísticos com os métodos severos da Matemática e da Física, e que jamais rompeu os contatos com estas ciências (VALIN, 1955: 11).

A Lingüística exercida com este método totalmente teórico e abstrato deve abandonar, evidentemente, qualquer empirismo e corroborar suas conclusões abstratamente alcançadas de modo puramente especulativo (imaginário). Uma tal “verificação mental” e o “caráter obrigatoriamente abstrato de tal verificação”, não só não podem tranquilizar os que praticam a Lingüística (VALIN, 1955: 21-2), mas até, amiúde, os impedem de poder seguir as demonstrações do método psico-sistemático e, finalmente, de entendê-los. As declarações do representante deste método (VALIN, 1955: 47) de que não se deve insistir em querer compreender imediatamente ponto por ponto, e a citação de Chrystal de que um trabalho científico deve ser lido “em todos os sentidos”, e a de Humboldt, de que “em ciência as luzes do final iluminam as trevas do princípio”, não são muito adequadas para tranquilizar o leitor.

Esta *psycho-système* de Gustave Guillaume (1951: 122, 123 e 1953: 135) afirma, entre outras coisas, que o presente em francês está construído por duas partículas de tempo, das quais, uma tira o presente do futuro e a outra do passado. Ele as chama de “cronotipos”: cronotipo α (alfa), a partícula que tira o presente do futuro, e cronotipo ω (ômega) que o tira do passado.



O presente, quando está completo, une os dois cronotipos (isto se indica no esquema com a linha horizontal).

Esta representação não pode, naturalmente, ser estática, mas “de acordo com a realidade”, dinâmica. De fato, o cronotipo α se renova ininterruptamente no cronotipo ω (GUILLAUME, 1951: 135). Com base nesta representação, afirmou-se depois (GUILLAUME, 1951: 117; 1951: 134 e ss., e .1955: 11-2, 21-2) que no sistema verbal do francês o futuro e o *passé simple* têm um ponto de origem comum, ou seja, o cronotipo α , que passa cons-

tantemente ao cronotipo ω . Em suma, expressando-se lingüísticamente, *j'aimerai* e *j'aimai* têm uma origem comum, precisamente o cronotipo α , simbolizado por meio da letra *r*. A supressão do *r* deveria ser suficiente para passar do futuro ao *passé simple*.

Todo o raciocínio de Guillaume, que, abstratamente, talvez seja correto, é completamente errôneo do ponto de vista lingüístico (sincrônico e diacrônico). Qualquer um que pratique esta “psico-sistemática”, ou melhor diríamos *mnemotécnica*, quando começa a estudar o francês, e observa que na primeira conjugação as pessoas do singular do futuro se distinguem das do *passé simple* unicamente por um *r*, o que não é correto nem sequer do ponto de vista mnemotécnico, porque **j'aim-e-ai* (de *j'aimerai*) não é ainda o todo *j'aimai*, ao menos ortograficamente. Do ponto de vista estático esta afirmação é equivocada também porque no uso lingüístico francês os dois tempos têm atualmente um valor completamente diferenciado. O futuro no francês de hoje é de uso geral em todas as partes, enquanto o *passé simple* já não está em uso em grande parte do território lingüístico francês. Se aceitássemos a idéia de que a única diferença entre estes dois tempos é a presença ou ausência do *r*, isto não seria aplicável às pessoas do plural da mesma primeira conjugação (*aimerons* dá **aimeons*, e não *aimâmes* etc.), nem ao paradigma inteiro de todas as outras conjugações, porque as desinências do futuro em todas as conjugações francesas são *-rai*, *-ras*, *-ra*, *-rons*, *-rez*, *-ront*, mas somente na primeira conjugação o *passé simple* tem as desinências *-ai*, *as*, *-a*, (*fini-r-ai* – *finis*, *recev-r-ai* – *reçus*, *rend-r-ai* – *rendis*). Do ponto de vista histórico não é menos evidente que os dois tempos, um dos quais, *aimai* (do latim *amavi*) é mais antigo que a forma analítica *aimerai* (< latim *amare* + *habeo*), não têm nada em comum entre si.⁸⁹

O fato de não ter tido êxito neste caso o método “sublingüístico”, exercido de maneira abstrata, não exclui, no entanto, que seus princípios fundamentais, a respeito da presença e estrutura potencial latente da língua no subconsciente e de seu caráter constrictivo para o falante, possam ser corretos. Não obstante, antes deve demonstrar se e até que ponto esta concepção é lingüísticamente aceitável.⁹⁰ Segundo a “psico-sistemática” a língua (*langue*) compreende de maneira virtual e provisória o discurso (*discours*), a linguagem real. A língua, permanente e inseparável do pensamento, está sempre presente em nós, está ativa em nós, inclusive durante o sono. A relação entre língua (*langue*) e discurso (*discours*) é a mesma entre condição e consequência, ou entre potencial e atual. Enfim, deveríamos defrontar-nos com uma oposição entre língua (“potencialidade permanente”) e discurso (“efeti-

⁸⁹ Veja-se a crítica que da tese de Guillaume faz Yvon (1952: 101 e ss.) e cf. também Poerck (1953: 51 e ss.).

⁹⁰ WAGNER, 1947: 47, 48, 52; CRIADO DE VAL, 1948: 35-6; LERCH, 1949: 31-2; WAGNER, 1951: 243; DAUZAT, 1953: 306-7; GOUGENHEIM, 1954: 75.

vidade momentânea”).⁹¹ A “psico-sistemática” trata, portanto, de penetrar na esfera sublingüística das representações lingüísticas na mente do falante. O maior problema, no entanto, é o de saber se esta consideração lingüística pré-existencial deve ainda ser vista como parte da Lingüística.

O terceiro princípio fundamental de Saussure, de que toda mudança, todo dinamismo, atinge somente um ponto particular, não o sistema inteiro, de que “...os fatos diacrônicos têm sempre um caráter acidental e particular” (SAUSSURE, 1949: 131) e de que, em suma, o método diacrônico pesquisa a história de elementos particulares enquanto o sincrônico estuda sistemas lingüísticos (SAUSSURE, 1949: 124-34), deve ser repellido com base nas considerações referentes à combinação dos dois métodos requerida pela realidade lingüística.

Para demonstrar que o dinamismo, a evolução, atinge somente os elementos isolados da linguagem e não o sistema, Saussure usa uma comparação, como faz amiúde (Cf. SAUSSURE, 1949: 43, 153), com o que ocorre no jogo de xadrez, no qual, exatamente como na linguagem, a cada movimento se move uma só peça, um elemento isolado (SAUSSURE, 1949: 126). Mas a comparação não é válida, pois no xadrez, ao mudar de posição uma peça, todas as outras ficam absolutamente imóveis, enquanto na linguagem, pelo contrário, uma mudança ou movimento vai acompanhado de toda uma série de outros movimentos. Saussure, o sociólogo da língua orientado geométrica e sistematicamente (JABERG, 1926: 22), comete aqui, metodologicamente, o mesmo erro que o idealista e artista da linguagem Vossler, com quem o espírito aparentemente diverso de Saussure se encontra mais de uma vez em concordância, no caso em que Vossler considera como algo improvisado o aparecimento do partitivo em francês nos séculos XIV e XV sem levar em conta que já séculos antes em francês eram usados substanti-

⁹¹ “A manifestação mais impressionante e mais facilmente compreensível desta oposição está, sem dúvida, no fato de aparecer o *discurso* como uma realidade alternativamente presente e ausente, cuja existência – essencialmente intermitente – engendra no contínuo desenvolvimento do tempo descontinuidades mais ou menos longas, enquanto a *língua*, como aquisição permanente e inalienável do pensamento, é em nós uma presença de todos os instantes... A LINGUA, que é *fala em potência*, contém virtual e provisoriamente a *fala efetiva*, que é o DISCURSO. A língua chega a estar assim, no que diz respeito ao discurso, numa relação como a da *condição* para a *conseqüência*, ou se se prefere, do *potencial* para o *atual*... Portanto, a dicotomia língua-discurso... se resume, essencialmente, na oposição de uma *potencialidade permanente* (língua) e de uma *efetividade momentânea* (discurso)” (VALIN, 1955: 32-9).

vos com e sem partitivo isto é, sem levar em conta a simultaneidade das mutações lingüísticas.

O que é exatamente o sistema que aparece repetidamente na concepção lingüística de Saussure, e qual é o seu significado? A língua, segundo ele, é um sistema de signos fundado em unidades que estão em oposição entre si. Todo membro deste sistema é mutuamente dependente, ligado a todos os demais, e recebe um valor relativo da totalidade, do próprio sistema (SAUSSURE, 1949: 106 e ss., 158 e ss.). Não é novidade que Saussure considere a língua como um sistema, pois também os neogramáticos que operavam com o método positivista, haviam visto na língua um sistema a que chamaram organismo (TERRACINI, 1949: 160). Seu sistema era um organismo em evolução, um sistema dinâmico. O significado da concepção saussureana do sistema é que este é estático, o sistema é o resultado de uma consideração estática da linguagem.

A busca de uma estrutura, de um sistema sincrônico, é uma tendência profundamente presente no método da Geografia Lingüística, que está tão decididamente orientada contra o método positivista, unilateralmente fonético, e que reabilitou a palavra perante o som. Já vimos o predomínio exercido pela Fonética no século XIX, e como graças à Geografia Lingüística foi obrigada a ceder. A Fonética prevaleceu até o aparecimento da Geografia Lingüística, porque, em consequência da mentalidade positivista do século XIX predominava na Lingüística um método muito evolucionista e exageradamente histórico. Este operava analiticamente, subdividia a língua em sons e em grupos de sons, e declarava que estes estavam submetidos a uma contínua mudança. (“A evolução dos sons é incompatível com a noção de estado”), dizia Saussure (SAUSSURE, 1949: 194). Resumindo: a Lingüística orientada dinamicamente viu na língua, sobretudo evolução, mudança, isto é, sons, e por isto se fez Fonética (SAUSSURE, 1949: 194, 198). Nesta maneira de ver dinâmico-evolucionista, o primeiro veto estático-sincrônico está representado pela *analogia*,⁹² cuja influência, por parte dos estudiosos de Lingüística orientados exclusivamente para a História, foi aceita em teoria, mas não na prática. Efetivamente, de seu ponto de vista dinâmico, podiam ver um fator estático como a analogia, que tendia a remediar as perturbações produzidas na gramática pela Fonética, precisamente ao contrário, um fator de perturbação (SAUSSURE, 1949: 221 e ss.), e consideravam possível descurar da palavra historiando os seus sons. O grande mérito da Geografia Lingüística e da corrente de *Palavras e Coisas* (*Wörter und Sachen*) que dela brotou, foi ter demonstrado, com a introdução da Lingüística Sincrônica,

⁹² “Eis aqui porque dizemos que ela [a analogia] é inteiramente gramatical e sincrônica” (SAUSSURE, 1949: 228).

que os sons mudam nas palavras, que a palavra é mais importante do que o som e que cada palavra tem uma evolução fonética particular.

À medida que a Lingüística Estático-Sincrônica ganhava maior terreno, isto é, à medida que se ia orientando cada vez mais para a palavra e seu significado, para a totalidade, via-se um número crescente de perturbações e de exceções na Fonética Histórica. O sinal deste desenvolvimento está, por exemplo, na relação entre as evoluções fonéticas regulares e as perturbações e exceções na quinta edição (1921) e na primeira (1889) do *Précis historique de phonétique française*, de Édouard Bourciez. Enquanto na primeira edição as evoluções fonéticas regulares ocupam seis ou oito vezes o espaço ocupado pelas irregulares, postas sob a rubrica de “notas”, trinta e dois anos depois, na quinta edição, para as “notas”, ou seja, para as perturbações e exceções, se reservou um espaço oito a dez vezes maior do que o destinado às mudanças fonéticas “segundo as leis”. É típico para todo o desenvolvimento futuro a pergunta esboçada em 1924 por Terracher, (1924: 313), com referência a esta constatação: “... Qual será, para o francês, a proporção da constância e da inconstância, da generalidade e da particularidade das leis fonéticas diacrônicas em 1950 ou no ano 3000?”

Em resumo, podemos dizer que a razão pela qual a Fonética Histórica unilateral foi obrigada a ceder, é o fato de que se foi reconhecendo cada vez mais que a Lingüística Sincrônica é uma parte integrante da Lingüística Diacrônica. Neste processo de desenvolvimento a Geografia Lingüística de Gilliéron, com sua visão estático-sincrônica, constitui um elo entre a língua concebida como um organismo em evolução e a concepção de Saussure que a considera um sistema estático, como uma estrutura (WARTBURG, 1937: 297-9 e 1946: 122 e ss.; NENCIONI, 1946: 127). O chamado “atomismo” fonético se converteu em “estruturalismo” fonético, em Fonologia, precisamente porque Saussure introduziu a fundamental distinção entre “língua” e “fala” e ao mesmo tempo fez tomar consciência da Lingüística Sincrônica, até então inconsciente. Mas, em nosso modo de ver, foi novamente Gilliéron quem previu o nascimento da Fonologia. Com efeito, ele, sem ter usado o nome de Fonologia no sentido atual nem sequer havê-lo conhecido, pôs em evidência que ao lado da mudança fonética naturalista, histórico-evolucionista, existe a representação que todos os que pertencem a uma comunidade lingüística têm precisamente a respeito de um som ou um fenômeno fonético.

Com a introdução da distinção entre “língua” e “fala”, dando consciência à Lingüística Sincrônica e com a busca da estrutura, Saussure, juntamente com Gilliéron e Vossler, está sob a influência do espírito de nosso século, que poderia ser caracterizado com a afirmação de que em todos os campos há um esforço para a síntese.⁹³ Esta busca da síntese, das grandes conexões, da totalidade, da generalização, da estática, da estrutura, está ligada ao ingresso da Filosofia no campo lingüístico como em todos os outros campos científicos. Em vez de análise, dinamismo, evolução *Kausalproblem*, introduz-se agora a síntese, a estática, a estrutura, *Formproblem*.

Da introdução da Filosofia na Lingüística brota, naturalmente, o fato de que o espírito e o homem são situados no centro de interesse. O equilíbrio entre matéria e espírito, perturbado pela Lingüística Histórico-Evolucionista unilateral, foi reconstruído porque a Lingüística foi levada para mais perto do espírito, do homem, ou seja, porque a Lingüística Sincrônica e Estática, latente na Histórico-Dinâmica, se fez consciente. Por haver feito consciente este aspecto humano, Saussure alcançou méritos imperecíveis.⁹⁴

A Geografia Lingüística de Gilliéron, o Idealismo de Vossler e a concepção sócio-estrutural de Saussure são, em suma, uma busca do espírito, do humano na língua, que precisamente nestes três autores se baseia no dualismo de individual e social. A concepção lingüística de Gilliéron é tão sociológica como a de Saussure. Quando Gilliéron fala da vida na linguagem, quer significar sua função sociológica. Quando afirma que umas palavras se entrecrocaram e, por conseguinte, desaparecem e cedem o lugar a outras, quer dizer, naturalmente, apesar da unilateralidade desta afirmação, que os homens criam as palavras e as fazem durar ou desaparecer no quadro das mudanças sociais (JABERG, 1926: 23). Com a etimologia popular, a que ele dá tanta importância, e com a sensação indicada há pouco, da representação que os falantes têm de um som ou de um fenômeno fonético, ele faz ressaltar o elemento humano na Lingüística.

O Idealismo de Vossler parte do individual, da criatividade, da “língua como criação”; mas não pode chegar nunca verdadeiramente até à socialidade por meio de sua pouco clara “língua como evolução”. Ele descobre, partindo da intuição para a inteligência, os caminhos do espírito; chega ao homem, ao espírito, andando em direção oposta à de Saussure, que parte da socialidade, da coletividade, da “língua”, para a individualidade, a criativi-

⁹³ “Naquele tempo [a terceira década do século] a Psicologia da Estrutura (*Gestaltpsychologie*) ganhava cada vez mais terreno à antiga Psicologia Atomística. A ‘consideração da totalidade’ estava, por assim dizer, no ambiente” (ÖHMAN, 1951: 75). A teoria dos “campos lingüísticos” provém do mesmo espírito.

⁹⁴ Wagner, em *Les temps modernes*, março de 1948 (citado em SAUSSURE, 1949: 6), diz do *Curso de Lingüística Geral*: “... sua característica preeminente é ter aproximado a língua do homem e ter levado em conta – sem ceder por isso em nada ao princípio de autonomia da Linguística – a função humana da linguagem”.

dade, a “fala”, ou seja, indo da inteligência para a intuição. Por isto, a escola de Vossler e a de Saussure promoveram, a primeira, a sintaxe, e a segunda, a estilística, mais que a Fonética, porque naquelas o espírito parece revelar-se melhor. Também é por isto que Saussure estabeleceu os fundamentos para uma Fonética mais “humana”, funcional, isto é, para a Fonologia.

IV. LINGÜÍSTICA ESTRUTURAL, FONOLOGIA, ESTRUTURALISMO

De qualquer modo, se quiséssemos representar uma estrutura obtida mediante a consideração estática da linguagem em forma tão simples como o faz Saussure, estaríamos enormemente enganados. A estrutura de uma língua, e particularmente de uma língua de cultura, não pode nunca ser homogênea, visto que é sempre heterogênea; “nenhum sistema lingüístico chega a ser perfeito” (MEILLET, 1928: 234). Um sistema lingüístico, já que não existe uma língua pura, é o resultado da influência de diversos fatores. Ainda que não se levem em conta as importantes influências exteriores, que se manifestam em empréstimos e relíquias, e os arcaísmos, vulgarismos, etc., a estrutura de uma língua pode ser modificada, e na realidade o é, pelas influências que vêm das falas locais, além de outros fatores. Portanto, que uma estrutura lingüística, mesmo sem levar em conta os fatores acima indicados, não pode nunca ser homogênea, é uma premissa e uma constatação básica, que se deve ter sempre presente na consideração lingüística estrutural e na Fonologia e Estruturalismo que dela derivam (STEN, 1944: 7; MALMBERG, 1945: 49; B e 1957: 166; GOUGENHEIM, 1952: 240).

Assim como na Lingüística Diacrônica, o som está no centro também na Sincrônica. Mas enquanto, do ponto de vista dinâmico, só as mudanças de sons são observadas, ao considerá-los estaticamente atenta-se para suas relações recíprocas, para sua estrutura. Do ponto de vista dinâmico, o som é separado da palavra e considerado sob o aspecto material, fonético. Do ponto de vista estático-sincrônico, observa-se que entre os sons existem relações mútuas que tornam possível distinguir as palavras entre si, de maneira que no primeiro caso o som não tem significado semântico algum, enquanto no segundo caso o tem.

Saussure demonstrou claramente que o mais importante nas palavras não são os sons, mas as “diferenças fônicas”, que tornam possível a distinção de uma palavra entre todas as demais; que para os elementos fônicos não é característico seu lado material e positivo, mas o serem substituíveis uns pelos outros (SAUSSURE, 1949: 163-4). Ele destaca a diferença entre “ato de fonação” (a formação do som, o lado material) e “lado acústico”, “impressão acústica” (o lado ideal) (SAUSSURE, 1949: 63 e ss., 74-5). A impressão, a sensação que o falante tem do som, o significado do que ouve é o

mais importante. Desta maneira, Saussure aproximou mais a língua do homem, tornando-se o fundador de uma Fonética mais humana: da Fonologia (MALMBERG, 1945: 5). Apesar de Saussure ter posto os fundamentos da Fonologia com estas idéias, não entendeu com a palavra “fonologia” senão “fisiologia dos sons”, em oposição à “Fonética”, nome com que ele designava a evolução dos sons, ou seja, a Fonética Histórica (SAUSSURE, 1949: 55-6).

O fundador da Fonologia no sentido atual foi Nicolai S. Trubetzkoy, que, partindo da distinção entre som como elemento físico e fonema como elemento psíquico, estabelecida já por Jan Baudouin de Courtenay em 1895 (TAGLIAVINI, 1949: 119-20, 244, 322), insistiu, com outros lingüistas, no Congresso de Lingüistas de 1928, no estudo dos sistemas fonológicos. Fundamenta-se na distinção feita por Saussure entre “língua” e “fala”, e estabelece diferença entre a ciência dos sons, da fala, e a da língua (*science des sons de la parole* e *science des sons de la langue*), diferença que foi certamente pressentida, mas não manifestada explicitamente por Saussure quando afirmou que o “significante lingüístico” não é material, mas “incorpóreo”, ideal.⁹⁵ Saussure considerava esta distinção menos importante do que a que existe entre Fonética Histórica e fisiologia dos sons (Fonética Descritiva). Trubetzkoy chama Fonética à ciência dos sons da “fala”, e Fonologia à da “língua”. A Fonética, segundo ele, é a ciência do aspecto material dos sons; a Fonologia, no entanto, estuda os sons enquanto cumprem certa função na língua (TRUBETZKOY, 1949: 11-2). Daí se segue que o resultado material de uma articulação na “fala” é um som. Os sons que são os signos distintivos da palavra, isto é, signos ideais, que a língua usa para distinguir as palavras entre si, chamam-se “fonemas”. “Os fonemas são, pois, as *marcas distintivas* das silhuetas dos vocábulos” (TRUBETZKOY, 1949: 33 e ss.). O fonema é o fundamento de toda a Fonologia, ainda que sua definição seja discutida (Cf. TWADDELL, 1935; JAKOBSON, 1949: 205 e ss.; JONES, 1949.).

O reconhecimento, por parte dos foneticistas, da consciência de um conceito fonêmico no falante e, simplesmente, de toda a consciência fonética a respeito do que pronuncia, e sua afirmação de que, exceto em casos muito particulares, ninguém sabe verdadeiramente como ele mesmo e os demais falam,⁹⁶ foram repelidos pelos fonologistas com a demonstração de que a maior parte das pessoas não tem a menor idéia das regras gramaticais e, não obstante, fala corretamente, porque as regras gramaticais, que, como os fo-

⁹⁵ “O significante lingüístico, em sua essência..., não é de nenhuma maneira fônico: é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as demais” (SAUSSURE, 1949: 164).

⁹⁶ GRAMMONT, 1938: 205-11; POP, 1950: I, 688 e II, 1164-5; Cf. STRAKA, 1942: 65 e ss.; MARTINET, 1939: 5 e 1943: 197 e ss.; DAUZAT, 1943: 75-6.

nemas, pertencem ao sistema da língua, estão presentes no subconsciente dos falantes (SEIDEL, 1943: 24).

Quando, por exemplo, pronunciamos o francês *cage*, *comme*, *cou*, articulamos três diversas espécies de *c*, mais ou menos anterior ou posterior na boca, segundo seja seguido por um *a*, um *o* ou um *u*. Aqui se trata de três variantes do mesmo som, que, como qualquer outro som, pode ter ainda outras variantes, já que nenhum falante articula exatamente igual a outro. Tudo isso acontece individualmente, em determinadas situações; na “fala”, portanto. Qualquer que seja a variante do som *c* que possa ser pronunciada neste caso, na “língua” se pronunciam as mesmas três palavras com o mesmo significado. Não se levando em conta as inúmeras variantes de som *c*, fazendo-o abstrato e idealizado, por assim dizer, fazemos dele um fonema e dizemos que por maior que seja a variedade de *c* que possa ser pronunciado em *cage*, *comme* e *cou*, o significado destes vocábulos permanece invariável (PUŞCARIU, 1937: 244 e 1943: 99). O fonema *c* é o signo distintivo ideal, a *marque distinctive*, que usamos na “língua” para distinguir, por exemplo, *cage*, *comme* e *cou* dos vocábulos *gag*, *gomme* e *goût*, as quais, segundo a Fonologia, nos são apresentadas ao mesmo tempo com *cage*, *comme*, *cou*.⁹⁷ Falando foneticamente, neste caso nos defrontamos com diferentes consoantes, com um *c* surdo e com um *g* sonoro, fonologicamente com uma “oposição distintiva” (TRUBETZKOY, 1949: 33). Esta oposição, que serve para diferenciar palavras, é paralela às oposições entre *t* e *d* (*tout* – *doux*), *p* e *b* (*pain* – *bain*), *f* e *v* (*fin* – *vin*), etc., que em Fonologia se chamam “correlações” (TRUBETZKOY, 1949: 87 e ss.).

É evidente que entre a Fonética e a Fonologia pode haver um estreito laço. Efetivamente, a Fonologia foi definida como “Fonética Funcional”, como doutrina do significado dos sons, “Fonética Significativa” (GOUGENHEIM, 1935: 1-4; PUŞCARIU, 1943: 59; MARTINET, 1943: 197, 205), como “o complemento indispensável da Fonética Clássica” (MARTINET, 1943: 205), e se afirmou que não é possível separar a Fonética da Fonologia e que elas são apenas dois aspectos de uma mesma disciplina (MALMBERG, 1943: 3; COSERIU, 1954: 147 e ss., 153, 163, 174, 177, 199, 207, 214). Entretanto, é mais correto afirmar que entre Fonética e Fonologia não é necessário que exista laço algum ou que não se pode fazer Fonologia sem Fonética Descritiva, mas que sempre pôde e poderá fazer Fonética Descritiva e Histórica sem Fonologia (GOUGENHEIM, 1948: 324). Como poderia o fonologista falar de “oposição distintiva” e correlações entre oclusivas surdas e oclusivas sonoras sem saber qual é a diferença entre uma oclusiva surda e uma sonora? O mesmo Trubetzkoy (1949: 93-246) se serviu para sua

⁹⁷. Este fato foi negado resolutamente por Grammont (1938: 205-6).

classificação das “oposições distintivas”, dos dados da Fonética Descritiva de toda uma série de línguas.

Parece claro que a Fonética pode ser praticada sem a Fonologia, se se observa mais de perto quais são precisamente os campos de trabalho destas duas disciplinas. A Fonética estuda o lado material, isto é, o que realmente se pronuncia; a Fonologia procura determinar o que precisamente se pensa pronunciar (MARTINET, 1938: 131), isto é, não objetivamente o que é pronunciado, mas subjetivamente o que se ouve dizer (PUŞCARIU, 1943: 61). Assim como ao lado da Mecânica existe uma Mecânica Aplicada, junto à Fonética, que se enquadra na “fala”, existe uma Fonética aplicada à comunidade, que desta maneira se enquadra na “língua” (GOUGENHEIM, 1948: 324 e ss.). A Mecânica pode existir sem Mecânica Aplicada, mas não o contrário. Vemos a exatidão da afirmação de que a Fonologia é uma Fonética mais humana, ao confrontarmos a Fonética com a técnica de um pianista, e a Fonologia com a interpretação de uma peça de música (PUŞCARIU, 1943: 78). Sem técnica não existe nenhuma interpretação; sem interpretação, a técnica, a execução da música ao piano, pode existir, mas se torna completa ou mais completa com a interpretação. O mesmo ocorre com a Fonética. Existiu e continuará existindo sem a Fonologia, mas pode tornar-se mais completa com o concurso desta última.

Na realidade, a Fonologia pode completar utilmente a Fonética. Hoje em dia, por exemplo, em Paris, em lugar da vogal nasal *ɛ*, pronunciada com os lábios arredondados, se pronuncia amiúde um *ẽ* sem arredondamento dos lábios (*lẽndi*, em vez de *lëndi*), pronúncia que era condenada já na segunda metade do século XIX (NYROP, 1914: 78).⁹⁸ A Fonética Descritiva explica este fenômeno com o relaxamento do arredondamento dos lábios e, naturalmente, com razão (NYROP, 1914: 78). No entanto, não pode explicar como foi possível que no francês de Paris, durante longos anos, repetida e continuamente, se tenha pronunciado um *ẽ* ao lado de um *ɛ*. A Fonologia explica estruturalmente o fenômeno: como *ɛ* e *ẽ* estão muito raramente em correlação, e se o estão, a correlação é de tal natureza (por exemplo, em *brun: brin, alun: alain*) que não é possível nenhuma confusão, as duas vogais nasais podem sempre ser identificadas uma com a outra sem que por isso perigues no mínimo a possibilidade de distinguir as palavras (GOUGENHEIM, 1935: 33 e ss.; MARTINET, 1945: 148, 1952: 8-9 e 1955: 56, 194-5; ALARCOS LLORACH, 1954: 107). Assim, a oposição *ɛ: ẽ* não tem nenhuma função na economia da língua, as duas vogais não representam nenhuma “marca distintiva”, sua diferenciação não é necessária como para os fonemas *c: g* em *cage*

⁹⁸ Trata-se de uma pronúncia parisiense que, segundo Martinet (1945: 147 e ss.), se difundiu a partir da capital, sobretudo na bacia fluvial do Sena e ao longo do Canal da Mancha. Segundo Pottier (1953-5: 33, *ε* desapareceu em 1952 na maior parte dos parisienses, e já não existe como fonema em Paris.

– *gage*, etc. A Fonologia explica, portanto, que *ε* e *ẽ* podem coincidir sempre, porque falta o freio estrutural da correlação. E porque a Fonologia pode completar utilmente a Fonética, ao fazer Fonética é bom ter sempre em conta a Fonologia; melhor dito, a Fonética deve ser observada também sob o aspecto estrutural, um ponto de vista que já era levado em conta antes da Fonologia.

A Fonologia ainda deve por natureza simplificar, abstrair e representar o fato esquematicamente. O próprio conceito de fonema não pode ser mais que uma abstração. Se nós, das numerosas variantes de um som, no caso do *c* (veja mais acima), realizamos um fonema *c*, fazemo-lo por abstração. Além do mais, a letra *c* já reproduz na grafia, por sua parte, esta abstração (PUŞCARIU, 1943: 99). Na prática da Fonologia é necessário estar sempre muito prevenido contra esta abstração e compreender bem que uma estrutura lingüística, ou seja, um sistema fonológico, não pode ser nunca verdadeiramente homogêneo; este é um princípio que nunca se pode deixar de ter presente.⁹⁹

Podemos afirmar, por exemplo, que no mesmo sistema fonológico a mesma correlação produz umas vezes uma distinção e outras não, isto é, que umas vezes possui e outras não possui valor funcional. Uma clara oposição entre *e* aberto e *e* fechado em final de palavra existe hoje em francês somente nestes casos: *dé: dais, fée: fait, clef: claie, ré: raie*. Uma das tendências mais evidentes do francês contemporâneo é precisamente a de eliminar a oposição entre *e* aberto e fechado no final de palavra (MARTINET, 1955: 183-4). Desta maneira, na língua popular francesa a importante distinção entre a primeira pessoa do singular do futuro e do condicional (*j'irai* com *e* fechado, *j'irais* com *e* aberto) foi abandonada (no futuro também aparece com o *e* aberto muito freqüentemente em Paris e em províncias).¹⁰⁰ Que a sensibilidade para a oposição entre o *ε* e o *ẽ* finais vai sendo debilitada, se vê, entre outras coisas, pelo fato de que alguns pronunciam *je vais, je sais* como *v ε, s ε*, e outros pronunciam *v ẽ* diante de *s ε*. Se neste caso o francês tivesse podido levar a termo sua tendência natural, a oposição *ε: ẽ* haveria desaparecido há muito tempo. Isto não pôde ocorrer porque a oposição se manteve graças à tradição, à influência da escola, dos círculos cultos, das academias e da grafia, isto é, graças à influência dos setores de maior prestígio. Entre as pessoas cultas de Paris esta oposição é mantida tenazmente, porque para o francês culto se cria desta maneira uma possibilidade de distinguir a primeira pessoa do futuro e do perfeito simples (*irai, donmai*) da primeira do condi-

⁹⁹ A Fonologia, com efeito, descuida dos empréstimos, não leva em conta os “fatores externos”, “não lingüísticos” e de substrato e deve trabalhar sempre com “exemplos imaginários simplificados até o extremo” (MARTINET, 1955: 46, 175, 186, 191-3).

¹⁰⁰ Hoje em dia o *e* no futuro e no condicional está cada vez mais em uso em Paris (DAUZAT, 1953: 237).

cional e do imperfeito (*irais, donnais*), distinção que por outra parte se tornou mais fácil por causa do desaparecimento, na língua falada, do perfeito simples (PICHON, 1938: 112, e sobretudo MALMBERG, 1940-1: 232 e ss. Cf. tb; MARTINET, 1945: 113 e ss.).

Este exemplo nos mostra claramente que se o método fonológico tivesse de demonstrar que atualmente em francês existe uma oposição entre *ɛ* e *e* em final de palavra, deveria apresentar o fato esquematizando-o muito simplistamente, porque em certos casos (*dé: dais* etc.) nos encontramos com uma verdadeira oposição, mas noutros (até em sua maior parte) se trata simplesmente de variantes ou matizes característicos, de certos ambientes, de certos indivíduos ou de modos estilísticos (*irai, irais, vais*, etc.). Também vimos que a crítica do foneticista Grammont, que mais de uma vez previu o surgimento da Fonologia (GRAMMONT, 1939: 39-40 e **In**: BOLÉO, 1951: 144), não estava completamente carente de fundamento quando se perguntava se uma “oposição” não era simplesmente uma “diferença”.¹⁰¹ Vimos, ao mesmo tempo, que, se em francês existe uma oposição *ɛ: e* em final de palavra, isto pode ser atribuído ao sistema fonológico não do francês contemporâneo, mas a um anterior, ou seja, que um sistema fonológico não é homogêneo, mas uma mescla de diversos sistemas historicamente diferenciados, que estão em oposição entre si e nos quais, neste caso concreto, está desaparecendo o velho e surgindo o novo. No que se refere ao método, este exemplo nos faz ver também que uma língua de cultura como o francês é consideravelmente mais viva, mais complicada e dependente de um grande número de fatores muito diversificado para poder ser fechada no padrão de esquemas abstratos.

Finalmente, a respeito deste caso, não podemos esquecer que a manutenção ou a eliminação da oposição *ɛ: e* está sendo desenvolvida sincronicamente, por assim dizer, perante nossos olhos. Dentro de trezentos a quatrocentos anos, se quisermos estabelecer o sistema fonológico do francês atual, deveremos referir-nos, entre outras coisas, às seguintes declarações, que provêm de fontes absolutamente competentes: uma que a respeito da distinção entre *j'irai* e *j'irais* manifesta não ter notado nada disto,¹⁰² e outra que afirma que em Paris os círculos cultos, ligados à tradição, se mantêm tenazmente fiéis à pronúncia de *j'irai* com *e* fechado.¹⁰³ Isto demonstra, por um

¹⁰¹ “Quanto às ‘oposições’, atenho-me ao que tenho dito: são *diferenças*” (GRAMMONT, 1939: 38).

¹⁰² “Eu não percebo nenhuma diferença entre estas duas formas do verbo, e esta distinção é tão rara que eu não suspeitava de sua existência antes de ler obras de fonética francesa” (DURAND, 1936: 264).

¹⁰³ “... Proclamo em voz alta... que existe um setor muito denso de parisienses de linguagem depurada que receberam por tradição lingüística a pronúncia em *é* [e fechado], e não só a transmitem a seus filhos, mas também por meios educativos conscientes procuram impedir que a percam no contato com elementos sociais menos refinados...” (PICHON, 1938: 112).

lado, quão difícil, e melhor diríamos impossível, se torna estabelecer o sistema fonológico de uma língua sincronicamente, e pior ainda no passado, e por outro, quão indispensável é a perspectiva histórica para a Fonologia Sincronica.

Um sistema fonológico não é, porém, só uma mescla dos sistemas anteriores, mas também a de diversos sistemas procedentes dos dialetos. Quando a Fonologia afirma que em italiano a oposição *e: e* “é sempre fonologicamente pertinente” (Cf. TRUBETZKOY, 1949: 34, nota) e que a oposição *o: o* “tem quase sempre valor fonológico” (PORRU, 1939: 189-90), esta constatação esquemática não corresponde à situação real. A oposição em questão é pertinente somente em Florença, mas ainda ali raramente. Por exemplo: *pešca: pešca, ešca: ešca, çoło: çołło* etc. (TAGLIAVINI, 1949: 325) É um fato estreitamente ligado à origem do italiano e às condições lingüísticas da Itália, que o dialeto de Florença, que forma a base do italiano, não pôde apagar totalmente a influência dos outros dialetos, numerosos e muitos vivos. A língua da própria capital da Itália é essencialmente florentina em sua gramática e em seu léxico, enquanto na pronúncia o é apenas imperfeitamente (MALMBERG, 1942-3: 34). É inútil dizer que este estado de coisas trouxe como conseqüência a distinção característica para o dialeto de Florença se tornou vacilante fora de Florença e da Toscana por causa das influências dialetais. Na Itália Setentrional o e *e o o* prevalecem entre os dois pares opostos indicados acima (PORRU, 1939: 189-90); em Trieste e na maior parte de Veneza Júlia a oposição entre *e* e *o* abertos e fechados não existe em absoluto, e inclusive pessoas que têm algum preparo chegam a não fazerem qualquer distinção e pronunciam os dois sons mais freqüentemente abertos. Em Emília, na Bolonha, o *e* aberto do florentino se pronuncia fechado, e em vez de *bene* se diz *bene*. Em Roma há toda uma série de palavras em que o *e* e o *o* se pronunciam de maneira diferente da que se pronunciam na Florença.¹⁰⁴ É compreensível que quando em diversas partes da Itália e até na capital o sentido do valor distintivo desta oposição se debilita, isto não pode deixar de exercer influência sobre o florentino. Que a grafia tenha contribuído, como muitas vezes na Fonologia, para debilitar esta oposição, compreende-se facilmente, desde que seja considerado que para *e: e* e para *o: o* se empregam as mesmas formas gráficas (*e* e *o*), enquanto a oposição entre *i: e* e entre *o: a*, por exemplo, é indicada por sinais diferentes *i: e*, *o: a* (MALMBERG, 1942-3: 37).

Se a Fonologia no esquema do vocalismo italiano

¹⁰⁴ *Alle gro, centro, esempio, intero, lettera, feroce, corico, porgo, colonna, dopo*, etc., em Florença: *allegro, cenro, esempio, intero, le ttera, fero ce, co rico, po rgo, colonna, dopo* etc., em Roma (BERTONI, 1940:101-3; MALMBERG, 1942-3: 38; TAGLIAVINI, 1949: 325-6).

a
 ó é
 ô ê
 u i

tivesse que atribuir às oposições ϵ : e , ρ : o , o mesmo valor funcional que as outras oposições, operaria de uma maneira esquemática, concebendo abusivamente o sistema vocálico italiano como algo homogêneo, e não como uma mescla de diversos sistemas vocálicos dialetais (MALMBERG, 1942-3: 36, 39, 43). Pois como no caso das oposições ϵ : e no francês em final de palavra, também ϵ : e e ρ : o em italiano formam verdadeiras oposições num caso, e noutro são simples matizes ou variantes individuais, ou estilísticas, ou dialetais, etc. Ambos os casos são metodologicamente instrutivos, porque nos demonstram que a situação lingüística real de línguas como o italiano ou o francês é muito mais complicada e diversificada do que a Fonologia nos quer apresentar, e, ao mesmo tempo, com quanta precaução devemos manejar os sistemas fonológicos. Nada mostra melhor quão sérias são as deficiências do método fonológico neste aspecto do que a conclusão do fonologista Malmberg: “Vemos, pois, novamente a impossibilidade de fazer entrar num esquema todos os matizes e variações que a análise de um sistema fônico de uma língua nos revela. O esquema fonológico rigoroso só é exato até certo ponto, mas não está bastante matizado para refletir todos os aspectos variados e complexos que uma língua de cultura oferece” (MALMBERG, 1942-3: 43).¹⁰⁵

Mais, porém, do que numa língua de cultura, a deficiência do método esquemático da Fonologia se faz patente nos dialetos, nos quais, como se sabe, podemos encontrar toda uma série de gradações fônicas e nos quais certos sons estão surgindo sem que os falantes do dialeto dêem conta disso (STRAKA, 1942: 65 e ss.; Veja-se DAUZAT, 1943: 75-6). Finalmente, a grafia, como vimos, tem na Fonologia uma participação mais importante do que normalmente se admite. Nos dialetos, efetivamente, as contínuas criações e desaparecimentos de sons, todas as inúmeras variantes e gradações sutis não podem ser fixadas gramaticamente e reguladas ou, ao menos, não

¹⁰⁵ Acerca das deficiências da Fonologia para o francês e para as línguas românicas, veja-se uma advertência do fonologista G. GOUGENHEIM, em *FM*, XVIII (1950), p. 150, em sua resenha dos *Principes* de Trubetzkoy: “... ou a Fonologia de Trubetzkoy será o ponto de partida de uma nova escolástica que se distanciará da realidade tangível sobre a qual o autor edificou seu sistema e se encalhará nas abstrações, ou os lingüistas renovarão e impulsionarão as investigações de Trubetzkoy, não vacilarão em fazer notar tal ou qual insuficiência do mestre, enfrentarão os problemas que Trubetzkoy não abordou, as línguas que deixou de lado e que eles estudarão em sua própria singularidade. Assim, a Fonologia progredirá e se renovará, como toda ciência, e será para Trubetzkoy a glória de havê-la criado”. Assim pode ser compreendido que um romanista menos orientado estruturalmente tome uma atitude negativa diante da Fonologia (RO, 1955: 621-6).

na mesma medida que na língua literária (GILI GAYA, 1950: 78). A grafia, naturalmente, tem sobre o falante de um dialeto influência muito mais reduzida do que sobre o de uma língua literária. Nesta, a grafia representa as abstrações dos sons, os sons idealizados. Uma língua literária é, por assim dizer, uma língua “embalsamada” (PISANI, 1950: 188), já fonologizada. Por isto é que, no que se refere às línguas românicas, o campo de atividade da Fonologia está limitado quase exclusivamente às línguas literárias,¹⁰⁶ e a própria Fonologia reconhece que o seu método não é aplicável aos dialetos (GOU-GENHEIM, 1935: 3-4). Não ocorrerá à Fonologia, *mutatis mutandis*, exatamente o mesmo que ocorreu à unilateral Fonética Histórica? Não são, por acaso, os dialetos que se opõem de um lado à regularidade e às leis fonéticas dos neogramáticos e de outro às abstrações fonéticas da Fonologia? Por acaso, uma e outra não se baseiam exclusiva e unilateralmente na língua literária?¹⁰⁷

Estes obstáculos e outros parecidos deviam ser apresentados aos fonologistas, e na realidade já foram apresentados aos fundadores desta disciplina. Vimos repetidas vezes que um sistema fonológico não pode jamais ser homogêneo, visto que consiste numa mescla de sistemas diferentes cronológica e dialetalmente (Cf. WIJK, 1937: 99). Daí se segue que uma Fonologia rigorosamente sincrônica na realidade não pode nunca explicar um sistema fonológico, porque este deve ser mostrado numa perspectiva histórica, e ao mesmo tempo se vê o ponto fraco da tese de Saussure, que insistia numa separação absoluta entre a Linguística Sincrônica e a Diacrônica. Em nada se vê melhor do que na Fonologia a necessidade de combinar o ponto de vista sincrônico com o diacrônico. O mesmo Trubetzkoy, que, segundo Roman Jakobson (outro dos fundadores da Fonologia), era “historiador por todo o seu passado e por suas preferências” (TRUBETZKOY, 1949: XXVI), desde a fundação da nova disciplina, viu a necessidade de uma Fonologia Histórica (TRUBETZKOY, 1949: XXV). Já em 1928, Roman Jakobson, Serge Karcevsky e Nikolai Trubetzkoy defendiam a oportunidade de combinar o método sincrônico com o diacrônico e o estudo da história dos sistemas fonológicos.¹⁰⁸ Desde então, diversos lingüistas não orientados estruturalmente se expressaram confiantemente a respeito da Fonologia Histórica (MARTINET, 1955: 15-7).

A missão da Fonologia Histórica é investigar cuidadosamente os fenômenos fonológicos sob o aspecto geográfico e cronológico. Em oposição

¹⁰⁶ Martinet (1939: 1-86) é, que saibamos, a única tentativa para estudar o sistema fonológico de um dialeto românico. Veja-se, porém, o estudo fonético-fonológico de Heilmann (1955a)

¹⁰⁷ Objeções que, não obstante, segundo recentes investigações, deveriam poder ser superadas.

¹⁰⁸ “A Fonética Histórica se transforma assim numa história da evolução de um sistema fonológico” (*Actes du Premier Congrès International de Linguistes à La Haye*, de 10 a 15 de abril de 1928, p. 33).

ao método isolante dos neogramáticos, ela aplica o “método integral”, ou seja, o método adaptado ao conjunto, à estrutura; sua primeira afirmação básica é que “toda modificação deve ser tratada em função do sistema em cujo interior se realiza.” (JAKOBSON, 1931, reimpresso em TRUBETZKOY, 1949: 315-6) Desde 1931 a Fonologia Diacrônica¹⁰⁹ se tornou firme companheira da Fonologia Sincrônica fora do campo das línguas românicas (WIJK, 1939: 5-7) e os romanistas orientados para a Fonologia consideraram a Fonologia Histórica como a premissa necessária da Sincrônica, que sem aquela está destinada a um seguro fracasso.¹¹⁰

O postulado da Fonologia Histórica é que todo sistema fonológico tende a manter-se em equilíbrio, a harmonizar-se no que for possível (WIJK, 1937: 93; MARTINET, 1938: 143; MALMBERG, 1945: 49), e que esta tendência ao equilíbrio e à harmonia deve ser, naturalmente, explicada com a tendência à economia dos recursos lingüísticos (MARTINET, 1938: 144 e 1955: 42 e ss.). A Fonologia Histórica deve, pois, conceber as mudanças fonéticas, não como algo isolado, mas explicá-los partindo do equilíbrio, da harmonia e da economia de todo o sistema fonológico (WIJK, 1937: 96).

Vejamos agora se a Fonologia Histórica cumpriu até hoje sua missão a respeito das línguas românicas e se conseguiu explicar fonologicamente as evoluções fonéticas, isto é, partindo do sistema integral da língua.

A perda do elemento labial no italiano *chi, che* (< latim *qui, quid*) foi explicada pela Fonologia Histórica do seguinte modo.¹¹¹ Palatalizando-se *ke* e *ki* em latim, formaram-se duas casas vazias (*cases vides, holes in the pattern*).¹¹² Para restabelecer o equilíbrio, a harmonia do sistema, *qui* e *que* perderam seu elemento labial e passaram a ocupar os lugares de *ki* e *ke* que haviam ficado vagos por causa da palatalização¹¹³:

¹⁰⁹ À Fonologia Diacrônica dedicou Wijk uma parte importante de sua *Phonologie* (WIJK, 1939: 144 e ss.) e o ensaio *Umfang und Aufgabe der diachronischen Phonologie*, em *Mélanges van Ginneken*. Paris, 1937, p. 93-9.

¹¹⁰ “Pois felizmente a Fonologia não ficou detida numa sincronia estimuladora da paródia. Se não quer definitivamente acabar em métodos superficiais e em resultados banais, e certos produtos da ciência sincrônico-estrutural justificam este temor, deve buscar um aprofundamento histórico” (LAUSBERG, 1949: 257).

¹¹¹ MARTINET, 1952: 11-2; 1955: 60-2; em HAUDRICOURT-JUILLAND, 1949: XIII e *Où en est la phonologie?* em *Lingua*, I, p. 55; HAUDRICOURT-JUILLAND, 1949: 86-90.

¹¹² Referente às expressões *pattern, holes in the pattern, cases vides, casillas vacías*, vejamos-se, entre outros, SAPIR, 1921: 57, 58, 61, 63 e ss.; MARTINET, 1956: 121 e ss. e 1955: 80-1; HEILMANN, 1955a: 153.

¹¹³ Para o esquema abaixo, cf. HAUDRICOURT-JUILLAND, 1949: 87-8.

		Tya	tyo	tyu
Ki	ke	Ka	ko	ku
qui	que	Qua	quo	

A objeção mais evidente contra esta explicação é que quando no início do século III de nossa era se palatalizaram *ki* e *ke*, não somente em geral, mas na mesma cidade, até na mesma família, por parte da mesma pessoa, durante longos anos em latim ao lado de *ke* e *ki* se pronunciaram *če* e *či* palatalizados; isto é, existiu uma flutuação na pronúncia (PISANI, 1950: 187-8). Tais mudanças fonéticas não podem vir nunca de chofre; noutras palavras: as “casas” *ki* e *ke* não ficaram vazias longo tempo. Mas se tivéssemos de admitir que imediatamente depois que a indicada palatalização aconteceu, no início do século III, se começou imediata e exclusivamente a pronunciar *či*, *če* e que os lugares de *ki*, *ke* ficaram vazios, deveríamos perguntar-nos como é possível que este sistema desarmônico, privado de seu equilíbrio, durante tão longo tempo, provavelmente durante séculos, tenha podido existir e esperar que, por fim, *qui* e *que* preenchessem suas “casas vazias”, isto é, até o momento em que o latim *qui* e *quid* dessem em italiano *chi* e *che*. A deficiência mais notável do método fonológico é, pois, neste caso, que espera esquematicamente e não leva em conta a realidade lingüística.

Finalmente, vejamos um exemplo metologicamente instrutivo. A Fologia Histórica quer considerar a palatalização do latim *ū* em *ü* em território galo-românico, nos dialetos galo-italicos (excetuando os de Emília e Romanha), em parte do reto-românico e localmente nos dialetos portugueses, que até hoje havia sido atribuída com certas reservas a uma tendência palatalizadora procedente do substrato céltico,¹¹⁴ de um ponto de vista estrutural, eliminando o substrato céltico. Quer também demonstrar a possibilidade de uma “solução lingüística” deste problema, sobre o que já se discutiu muito. Para demonstrá-lo, Haudricourt e Juilland afirmam (HAUDRICOURT-JUILLAND, 1949: 100 e ss) que no suco e no grego, línguas cujos sistemas vocálicos apresentam quatro graus de abertura, o *u* se muda em *ü*, e que junto com esta mudança ocorre a de *o* em *u*. Elas crêem poderem admitir o mesmo para o galo-românico do século VIII, aproximadamente, no qual também o sistema vocálico apresenta quatro graus de abertura, o *u* se muda

¹¹⁴ MEYER-LÜBKE, 1901: 127 e ss.; GIERACH, 1912-3: 103 e ss.; MEYER-LÜBKE, 1913: 1 e ss. e In: SPITZER (org.), 1929-30: I, 354; JACOBY, 1916; MEYER-LÜBKE, 1920: 227-33; ROHLFS, 1952: 77-8; RICHTER, 1934: 254-6; WARTBURG, 1950: 36-51; TAGLIAVINI, 1952: 88-100

em *ü* e esta mudança é seguida também pela de *o* em *u*.¹¹⁵ Nas três línguas, portanto, a palatalização de *u* em *ü*, ou seja, o deslocamento da articulação da parte posterior à anterior do palato, é explicada como uma conseqüência da desigualdade dos órgãos articuladores.

Efetivamente, é bem sabido que o espaço articulatório e a possibilidade de deslocar a língua para as quatro vogais *a*, *e*, *e*, *i*, ou seja, ao longo da linha A—C, é quase duas vezes maior do que para as vogais posteriores *a*, *o*, *o*, *u* ao longo da linha B—D.¹¹⁶

IMAGEM
(copiar da página 132)

Para ampliar o espaço de articulação ao longo da linha B—D e, desta maneira, fazer mais clara a articulação da série das vogais posteriores apertadas umas com as outras pela disposição anatômica dos órgãos fonadores, o fonema *u* se desloca, segundo Haudricourt-Juilland, ao longo da linha A—B para diante no palato até o ponto E, de modo que o espaço de articulação originário B—D se prolongue com o espaço B—E. A conseqüência do deslocamento do fonema *u* para diante, segundo estes autores, é que se produz uma “casa vazia”, a qual é preenchida com o fonema *o*,¹¹⁷ que eles representam por meio do esquema anterior e do seguinte:

¹¹⁵ Para uma análoga explicação fonológica, cf. LAUSBERG, 1947: 296 e ss. Veja-se também SCHÜRR, 1954: 133-40.

¹¹⁶ O esquema que segue é de HAUDRICOURT-JUILLAND, 1949: 111.

¹¹⁷¹¹⁷¹¹⁷ Já Bourciez (1937, § 73, na reimpressão de 1926), havia observado que o *o* francês em sílaba fechada ocupou o lugar vago de *ü*. Mas por que o *o* ocupou o lugar de *u* em sílaba fechada? Em sílaba aberta, de fato, o *o* francês se ditongou primeiro em *ou*, daí resultando *eu* e mais tarde *ô* (*florem* > *fleur*). De qualquer modo, no normando o *ô* em sílaba aberta não se ditongou, e talvez tenha sido convertido desde o primeiro momento em *u* (normando *flur*) (BOURCIEZ, 1937: 102; NYROP, 1899-903: I, 199-200; SCHÜRR, 1954:135-6; LAUSBERG, 1956: I, 112). Também noutros territórios o *u* se mudou em *ü*, e precisamente no dialeto de Castelnuovo (Província de Reggio Emilia), no reto-românico (por exemplo, no sobresselvano) e no dialeto português de São Miguel, nos Açores parece que *ô* ocupou o lugar vazio de *u* (HAUDRICOURT, 1947-8: XLVI-XLVII; LAUSBERG, 1956: I, 111-4; MARTINET, 1955: 52-3). Ou também, ao contrário, segundo Poerck (1953: 84 e ss.), onde o *ô* latino se fechou em *u*², ocorrendo a palatalização de *u*¹.

IMAGEM

(copiar da página 132)

O ponto mais fraco de toda a explicação estrutural da palatalização de $u > \ddot{u}$ é a pressuposição esquemática e equivocada de que em galo-românico temos que operar somente com u ou com \ddot{u} , ou seja, a dita explicação não admite, com base no método fonológico, nenhuma fase intermediária de palatalização e a representa como uma mudança de fonema efetuada de uma vez. Inclusive, no sueco, ao qual se referem os dois autores, o \ddot{u} tem duas variantes, uma das quais é mais vizinha do u e a outra mais vizinha do i (WARTBURG, 1936: 41-2). Pode ser demonstrado que os autores descuidaram, neste processo, da fase intermediária com o fato de que em alguns casos no francês a palatalização de k diante de \ddot{u} não se realizou logo; o latim *cūra*, *cūprum*, *cūlus*, *cūpa* deram em francês *cure*, *cuivre*, *cul*, *cuve*. Se no tempo da palatalização de k ou u se pronunciasse \ddot{u} , ou seja, como palatal, deveríamos ter obtido nesses casos, em vez de k , uma consoante palatalizada, como, por exemplo, no francês *cire* (< latim *cera*). Por isto devemos admitir, com A. Wallensköld (1930: 387-91), que na época da palatalização de k , o \ddot{u} não se pronunciava ainda como uma verdadeira palatal, como o i ou o e , mas parecida ao u longo do sueco *hus* ‘casa’, entre u e \ddot{u} . É claro, portanto, e até fica provado que o u se alongou em direção ao \ddot{u} , ocupando diversas posições intermediárias e durante algum tempo. Visto que a situação real é esta, a “casa” do u em galo-românico não ficou vazia de chofre e desta maneira não surgiu uma *hole in the pattern* que tivesse de ser preenchida com o o para restabelecer o equilíbrio do sistema.

Mas toda a explicação estrutural dos autores, que se funda no sistema de quatro graus de abertura dos fonemas em galo-românico, é inaceitável. Efetivamente, afirma-se que o \ddot{u} se propagou da França Meridional para a Setentrional e para os dialetos do norte da Itália, mas não ao italiano nem ao valão, porque estes, graças a seu sistema de fonemas de três graus de abertura, ofereceram resistência à palatalização. Ambas as afirmações são inteiramente errôneas. Tanto o italiano como o valão têm, como o francês, um sis-

tema não de três, mas de quatro graus de abertura.¹¹⁸ Todavia, o italiano e o valão, apesar de seu sistema fonológico de quatro graus de abertura não tiveram necessidade de converter o *u* em *ü*, nem aceitaram a importação deste último som de suas comunidades lingüísticas norte-italianas e francesas. Assim como no caso da palatalização de *ke* e *ki*, também no do *u*, a deficiência mais notável do método fonológico é que volta a operar muito esquematicamente, e desta maneira não pode levar em conta a realidade lingüística. No entanto, a tentativa da Fonologia Histórica de dar uma explicação científica e de nos aproximar mais de uma solução, é preferível à simples afirmação que não diz nada, de que o *ü* francês corresponde ao *ü* latino.¹¹⁹

Cabe-nos ainda ilustrar outra tentativa histórico-estruturalista para explicar a palatalização do *u* em *ü* no galo-românico. A mudança de *u* em *ü* havia posto fim à insustentável situação fonológica produzida pela coincidência de \bar{u}^2 (= latim clássico \bar{o}) e de \bar{u}^1 (= latim clássico \bar{u}) (POERCK, 1953: 23-92). Esta teoria construída sobre base funcional, historicamente bem fundada e metodologicamente digna de consideração, parte, no entanto, de duas premissas discutíveis e concretamente contraditórias entre si: que nos textos escritos no latim da época merovíngia, em que o \bar{o} aparece muitas vezes como \bar{u}^2 , tal grafia represente a efetiva pronúncia do galo-românico,¹²⁰ mas que, por outro lado, nos mesmos textos, a grafia *o* por *ü* não represente nenhum desenvolvimento fonético, mas um valor puramente gráfico (POERCK, 1953: 41). Na rara forma gráfica *o* por *ü* dos textos merovíngios, no entanto, se reflete a mudança fonética $\bar{u} > \bar{o}$ e o *u* que aparece amiúde nos mesmos textos em vez de *o* é uma forma gráfica inversa, devida ao hiperurbanismo. Sobre o fato de que a língua dos diplomas merovíngios é um latim artificial e áulico e não representa em nenhum caso a pronúncia do galo-

¹¹⁸ Para o que se refere ao italiano, veja mais adiante; para o valão, cf. REMACLE, 1951: 532.

¹¹⁹ "Compreende-se que os bloomfieldianos sejam, entre os estruturalistas, os menos inclinados e os menos preparados para ultrapassar a fase das equações metacrônicas do tipo \bar{u} latino = \bar{u} francês" (MARTINET, 1955: 14-5 e 1952: 1). O estruturalismo americano de Bloomfield e de sua escola identifica, equivocadamente, a ciência com a descrição. Mas a Linguística não pode ser exclusivamente descrição de fatos objetivos (Veja COSERIU, 1954: 153-61, 213, onde a doutrina de Bloomfield é submetida a uma crítica benévola e objetiva). A respeito da admiração demasiadamente unilateral por Bloomfield na América, o presidente da Linguistic Society of America disse: "Raramente se vê, em escritos americanos sobre teoria linguística, uma referência às obras de Saussure, Trubetzkoy ou outros europeus, apesar de terem sido eles os pensadores que nos deram os instrumentos com que trabalhamos. Não abro mão de minha admiração por Bloomfield e Sapir; mas me parece algo provinciano supor que toda a Fonética começou com eles" (HAUGEN, 1951: 211).

¹²⁰ "Cremos, portanto, numa identidade absoluta entre a pronúncia da língua falada (ou galo-românico) e a da língua escrita (ou latim), identidade que justifica ao historiador do francês que pesquisa nos textos da latindade merovíngia indícios da pronúncia do galo-românico" (POERCK, 1953: 44).

românico, mas que, não obstante, se mostram através dela os vulgarismos da língua popular.¹²¹

Finalmente, preparemo-nos para considerar ainda mais de perto a Lingüística Estrutural. Tem sido observado, há tempos, que como o resultado da evolução podem ocorrer vazios num sistema lingüístico e que voltam a ficar cheios no quadro de uma estrutura lingüística. Já em 1905, e, portanto, antes que o conceito de estrutura entrasse em circulação, Gilliéron, com base em sua reflexão lingüística sincrônica, surgida da “sincronia geográfica”, pôde observar vazios numa situação lingüística, que haviam sido preenchidos novamente no quadro da estrutura lingüística.¹²² Ninguém, com efeito, pode duvidar da existência de tais vazios. No entanto, metodologicamente, tudo depende de que um vazio na estrutura — tanto fonológica como não fonológica¹²³ — seja verdadeiramente um vazio.

Já pudemos constatar que Gilliéron atribui uma tendência teleológica aos falantes quando afirma que, desaparecendo *gat* ‘galo’ e *moudre* ‘ordenhar’ por homonímia, os falantes procuraram meios de preencher os vazios e chamaram ao galo *bigey* (*vicaire*) ‘vigário’ e ao ordenhar *traire* ‘tirar’. A posição de Gilliéron é equivocada, porque nestes dois casos, como também em outros, não se pode falar de vazios, já que para os conceitos ‘galo’ e ‘ordenhar’ estavam sempre presentes, respectivamente, a palavra jocosa ‘vigário’ (*vicaire*) e o verbo ‘tirar’ (*traire*).

A este propósito vimos no mesmo lugar que *tomber*, por exemplo, foi introduzido no lugar de *choir* ‘cair’ antes mesmo que este último desaparecesse. Gilliéron é aqui o predecessor involuntário do ponto de vista teleológico, que evidentemente é inseparável do método fonológico.¹²⁴ Os casos *bigey*, *traire* e *tomber* são refutações luminosas de uma consideração lingüística teleológica, já que aqui não se pode falar, em absoluto, de uma tendência a restabelecer uma situação lingüística que tenha perdido o equilíbrio e que aja segundo determinado fim, pois não se trata de vazios produzidos na estrutura da língua.

¹²¹ Acerca da tese de Poerck, leia-se também LÜDTKE, 1956: 69 e ss.

¹²² Observe-se, por exemplo, a seguinte afirmação: “*Ser(r)are*, cansado de expressar um duplo sentido, deixa escapar um, o de *serrar*. Este vazio é preenchido por *sectare*” (GILLIÉRON-MONGIN, 1905: 16). Veja-se também MEILLET, 1925: 99.

¹²³ O francês *dame*, por exemplo, pôde sobreviver. No entanto, *dan* desapareceu motivado pela casa vazia (*senior* no galo-românico sem feminino) na estrutura semântica (HOLLYMAN, 1957: 95-7, 102-3, 107-9, 168; cf. WARTBURG, 1928 e ss.: III, 131; BLOCH-WARTBURG, 1950: 553).

¹²⁴ “Quando consideramos uma mudança lingüística no contexto da sincronia lingüística, nós a introduzimos na esfera dos problemas teleológicos” (JAKOBSON em TRUBETZKOY (1949: 334). “O ponto de vista teleológico é o da Fonologia” (WUJ, 1939: 156-7).

Assim também, os casos tratados há pouco de *ki*, *ke* e *u*, não se tornaram vazios na estrutura, porque ao lado de *cī*, *cē* e *ī* se pronunciou por longo tempo *ki*, *ke* e variantes de *u*; daí se segue que *qui*, *que* e *o* não tinham necessidade de vir a ocupar os lugares deixados vagos por *ki*, *ke* e *u*. A explicação fonológica e teleológica é, portanto, também aqui equivocada,¹²⁵ e seria correta somente se fôssemos obrigados a admitir mudanças fonéticas improvisadas e a saltos, o que nos casos examinados está em contradição com a situação real, ou melhor, mudanças fonológicas graduais, o que seria o mesmo que admitir termos contraditórios.¹²⁶ Finalmente, teria que ser demonstrado ainda que se trata de uma tal mudança fonológica “a saltos” quando realmente se apresenta um vazio de uma estrutura fonética. Meillet, por exemplo, explica que o lugar vazio do *v*, existente até fins do século I de nossa era, ao lado do *f* no sistema das consoantes latinas, foi ocupado mediante a evolução fonética do *u* e não com mudanças fonológicas “a saltos”, e muito antes da Fonologia já fala de uma “casa vazia”.¹²⁷

Se quisermos fazer agora o balanço da Linguística Estrutural no tocante às línguas românicas, deveremos dizer que a Linguística Estrutural e a Fonologia Sincrônica, que dela deriva, podem integrar a Fonética, como vimos, de maneira útil e dar um sentido ao “positivismo fonetizante”, aproximando-o do homem. No entanto, a Fonologia Sincrônica, a julgar pelos casos tratados, não pode explicar as estruturas fonológicas estáticas sem perspectiva histórica, e, portanto, deve ser complementada pela Fonologia Diacrônica.

Se a Fonologia adota, como princípio fundamental, que um fonema é um som abstrato, idealizado, do seu ponto de vista tem razão. Também tem

¹²⁵ Para sua atitude negativa a respeito das explicações teleológicas, cf., entre outros, DEVOTO, 1951: 62 e ss.; WARTBURG, 1946: 123 e ss. e 1936: 19 e MARTINET, 1955: 17-8.

¹²⁶ Sobre isto, veja como Malmberg (1945: 38) interpreta a opinião de Trubetzkoy “Do ponto de vista fonológico, toda mudança se faz de maneira brusca; um fonema cede seu lugar a outro...” “A mudança de sons da fala pode ser realizada por partes, paulatinamente. Isto eu admito. A mudança de fonemas é sempre brusca, pela simples razão de que não existem fonemas de transição” (e eu acrescentaria: “nem pode havê-los”).

¹²⁷ “O *u* consoante se fez também mais consoante. Mas o latim já possuía o *f* labiodental. A sonora correspondente, *v*, não existia. A forma consonântica do *u* veio preencher esta casa vazia [o negrito é meu] do sistema fonético” (MEILLET, 1923: 99).

razão ao sustentar que não há fonemas de transição e que não pode havê-los, e que, por isto, as mudanças fonológicas devem sempre ser feitas “a saltos”. Mas com a série de exemplos apresentados pôde ser visto que a Lingüística Diacrônica e a Fonética Histórica, operando com variedade de sons, com sons de transição e com mudanças fônicas graduais, dificilmente podem trabalhar partindo de semelhantes posições. Quando muito, a Fonologia Histórica poderia existir no domínio das línguas românicas somente se sobre a base dos dados concretos pudesse ser demonstrado com segurança que certas mudanças fonéticas são devidas à estrutura lingüística, isto é, a determinados sistemas fonológicos, o que até agora não se conseguiu em nenhum caso no domínio das referidas línguas.¹²⁸

Não obstante, foi conseguida — e precisamente no campo da Dialectologia Românica, onde não era absolutamente de se esperar — a demonstração, com base em certos dados concretos, de como o sistema fonológico de um dialeto românico, concretamente o de Moena, reagiu contra fatores extra-estruturais, ou seja, contra a admissão de fonemas estranhos procedentes de outro dialeto, e como restabeleceu o equilíbrio fonológico.

O dialeto de Moena, que pertence ao reto-românico central é falado no vale do Avísio, nas fronteiras com o dialeto de Val di Fassa ao norte e de Val di Fiemme ao sul. Estando situado, portanto, numa zona de transição dialetal, o dialeto de Moena nos fornece dados preciosos para solucionar o problema de como um sistema lingüístico reage contra fatores não lingüísticos, por cuja causa havia sido posto em movimento. Os fatores não lingüísticos que entram em consideração neste caso são: 1. que Moena, no século XI, é o ponto extremo da colonização em direção ao sul em Val di Fassa (uma colonização que vem de Bressanone, mais ao norte, e, portanto, de um território lingüisticamente reto-românico); 2. que mais tarde Moena pertence ao Principado de Trento (ao sul) e, por isto, constitui parte do Município de Fiemme.

Eis aqui como o sistema lingüístico reto-românico de Moena reagiu contra a perturbação do equilíbrio provocada pela penetração que vinha do sul (de Trento e de Veneza). Uma das características mais evidentes do reto-românico é a conservação dos grupos de consoantes latinas *PL-*, *BL-*, *FL-*, *CL-*, *GL-* em início de palavra. No dialeto de Val di Fassa e no de Moena,

¹²⁸ O trabalho orientado em sentido estrutural, de JUNGEMANN. *Teoria*. p. 417-26, se fecha de modo bastante desfavorável a respeito da importância dos fatores estruturais internos, e atribui uma importância muito maior aos fatores extralingüísticos, ao substrato. De todos os problemas que trata, só há um — o da articulação ápico-alveolar de *ś* e *ź* (espanhol *casa* [kaśa], catalão *casa* [kaʒeɔ] em ibero românico e gascão — que não pode ser explicado pelo substrato, é certo, mas para o qual, por outro lado, não existe tampouco uma explicação estruturalista segura. Todos os outros problemas de que trata podem ser explicados, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, pelo bilingüismo celto-latino ou basco-latino.

em conseqüência de uma inovação do século XIX procedente do sul (Val di Fiemme), estes grupos de consoantes com exceção de *CL-* foram mudados por *pi-*, *bi-*, *fi-*, *ġ-*. Enquanto, *CL-*, que no dialeto de Trento deu ‘c, teve o mesmo resultado no dialeto de Val di Fiemme, o dialeto de Val di Fassa (Moena) ficou na fase *ki* – sem chegar à fase *ć-*.

pi-	bi-	fi-	ki-	ġ	FASSA (Moena)
↑	↑	↑	↑	↑	
pi-	bi-	fi-	ć-	ġ	TRENTO – FIEMME
↑	↑	↑	↑	↑	
PL-	BL-	FL-	CL-	GL-	

O sistema do dialeto de Moena se defendeu também contra o desenvolvimento tardio de *ki* – a *ć*, porque este poderia ter posto em perigo no mesmo dialeto as seguintes oposições fonológicas: *ki ar* ‘claro’ (< *claru*): *ćar* ‘carro’ (< *carru*); *ki ara* ‘clara de ovo’ (< *clara*): *ćara* ‘cara’ (< *cara*); *ki au* ‘chave’ (< *clave*): *ćau* ‘cabeça’ (< *capu*); *ki au ć* ‘cravo’ (< *cla(v)u*): *ćau* ‘cal’ (< *calce*). Pelo contrário, não se resistiu à admissão do som *ġ* (< *GL-*), procedente do tridentino, porque, como este fonema só se encontra pouquíssimas vezes e sua genuinidade não é segura no dialeto de Moena e de Fassa, o rendimento da oposição *ġ-*, **gi* – (< *GL-*): *ġ-* (< *GL-*) não teria corrido perigo, como no caso de **ć*, *ki* – (< *CL-*): *ć-* (< *CA-*) (HEILMANN, 1955a: 151-6; HEILMANN, 1955: 119 e ss.).

Por isto nós nos vemos obrigados a estabelecer uma distinção clara entre as explicações de mudanças fonéticas provocadas por fatores estruturais, internos, puramente lingüísticos e as provocadas por fatores não lingüísticos, por exemplo, históricos (veja a convincente explicação da conservação da fase *ki* – no dialeto de Moena) (MARTINET, 1955: 54, 191-2; HEILMANN, 1955a: 155-6).

A maior dificuldade no campo da Fonologia Histórica advém do fato de ser quase impossível estabelecer a estrutura fonológica de uma língua românica num tempo determinado.¹²⁹ Para os períodos mais antigos devemos satisfazer-nos com a interpretação das grafias medievais, o que em diversos aspectos, por exemplo, no referente aos ditongos, é bastante difícil (GOUGENHEIM, 1939: 262). Logo, temos como meio o estudo das assonâncias e das rimas, no qual, evidentemente, em muitos casos não pode conduzir a resultados seguros. Finalmente temos as observações dos filólogos e outros especialistas sobre a pronúncia própria ou de outrem. Ao tratar da o-

¹²⁹ Veja-se também de uma língua não românica (Cf. JUNGEMANN, 1955: 81, 98).

posição *e*: *e* no francês atual vimos quão contraditórias e inseguras são semelhantes declarações. Se não podemos ter nenhuma noção segura referente às condições fonológicas que se desenvolvem, por assim dizer, sob nossos ouvidos, que deveremos pensar desses esquemas que querem representar-nos as condições fonológicas de cinco, nove e até vinte séculos atrás?

No latim clássico, o sistema das vogais fundamentais, no qual podiam ser encontradas em oposição as palatais com as velares, as longas com as breves e, inclusive, as fechadas com as abertas, era um sistema triangular:

	a	
	e	o
i		u

No latim vulgar, o mesmo sistema continuou triangular, com a diferença de que as correlações de quantidade foram eliminadas e só manteve seu significado fonológico o grau de abertura das vogais:

	a	
	ê	ô
	é	ó
i		u ¹³⁰

No século XI, o sistema vocálico do francês, em consequência da palatalização do *u* em *ü*, é o seguinte:

	a	
	e	o
i		ü

(com *e* e *o* abertos e fechados e com *e* de qualidade insegura). O sistema vocálico do francês do século XVI é mais ou menos o mesmo de hoje:

	a		
	e	oe	o
i		ü	u

(GOUGENHEIM, 1939: 263-5)

¹³⁰ Cf. GOUGENHEIM, 1939: 262-3; ALARCOS-LLORACH, 1951: II, 12-3; BRANDENSTEIN, in: ALTHEIM, 1951: 481-4; ALARCOS LLORACH, 1954: 180-4; LÜDTKE, 1956: 51 e ss.

Estes e outros esquemas parecidos, triangulares ou quadrangulares, quando muito, podem nos informar foneticamente alguma coisa, mas fonologicamente não podem nos dizer quase nada. Qual era, por exemplo, a frequência e o rendimento da correlação entre vogais abertas e fechadas (por exemplo, entre *e*: *ɛ*) no latim vulgar e no francês do século XI? Não sabemos absolutamente nada (ALARCOS LLORACH, 1954: 129). E como poderíamos saber algo disse se no francês moderno, conforme vimos, nos encontramos na incerteza diante de problemas do mesmo tipo?

A deficiência metodológica mais evidente na Fonologia Histórica é que é muito pouco concreta e em suas demonstrações quase nunca se apóia nas palavras, mas exclusivamente nos fonemas, como se o fonema pudesse existir sem a palavra. Quando se opera deste modo, os representantes da Linguística Estrutural não têm direito a estigmatizar com o nome de “atomismo” (HAUDRICOURT-JUILLAND, 1949: 1) o método dos positivistas e o aproveitamento dos *petits faits*. Ambos os métodos são “atomísticos”, com a diferença de que ao menos o “atomismo” dos positivistas se baseia em exemplos.

Apesar de todas as deficiências, a tentativa da Linguística Estrutural de explicar as mudanças e, em particular, as mudanças fonéticas das línguas românicas de um ponto de vista fonológico, partindo da estrutura, é certamente justo e digno de avaliação ou apreço. Não obstante, ainda se deverá esperar que a Fonologia Histórica alcance também aqui alguns resultados. Disso depende ainda, naturalmente, a importância que a Fonologia Sincrônica poderá ter para a Linguística Românica. No entanto, até hoje, a Fonologia, este promissor capítulo da Linguística Estrutural, não conseguiu em nosso domínio nenhum resultado digno de menção. Por isto também, recentemente, por parte dos mesmos romanistas orientados em sentido estrutural, só se falava, ao lado das “aquisições da Linguística Histórica”, das “tarefas da Linguística Estrutural” (WAGNER, 1947: 29 e ss., 37 e ss.).

Quanto à Fonologia Sincrônica e Diacrônica, estas duas importantes criações da Linguística Estrutural (a primeira não podia e a segunda não queria libertar-se da perspectiva histórica), desde 1931 está a caminho um movimento lingüístico que não só a libertou da sincronia e da diacronia, mas também, em última análise, por paradoxal que pareça, de toda a Linguística. Este movimento, denominado “fonemática” em sua fase inicial, e posto em

evidência por parte de um grupo de lingüistas de Copenhague com o fim de precisar sua posição a respeito da Fonologia ortodoxa, foi introduzido definitivamente em 1935 com as comunicações de Louis Hjelmslev e H. J. Uldall, respectivamente, sobre *The Principles of Phonematics* e *The Phonematics of Danish*, no *II International Congress of Phonetic Sciences* de Londres (MARTINET, 1942-5: 20-1; SIERTSEMA, 1954: 14-6). Logo que apareceu, a chamada “fonemática” recebeu o nome de “cinemática”, entrando a fazer parte de um estudo mais extenso, o da “glossemática”

Nesta terminologia, a substituição de fonemas por “cenemas” (ou seja, as unidades da língua que não têm significado, grego *keros* ‘vazio’) significa que a Glossemática, fundamentando-se na afirmação de Saussure “A língua é uma forma e não uma substância” (SAUSSURE, 1949: 169), está posta numa base mais ampla do que a Fonologia. A Glossemática deveria, efetivamente, estudar não só os elementos da língua falada, os fonemas concebidos com a máxima exatidão, mas ainda os “cenemas”, a língua que se manifesta com a escrita e com os gestos. Já que a língua deveria ser forma e não substância, é absolutamente indiferente, segundo a Glossemática, que seja usada uma matéria ou substância visível, audível ou sensível (por exemplo, os gestos são a substância da expressão para os surdos-mudos). Diante da “cinemática” está o estudo do conteúdo, a “Pleremática” (*plérématique*, *plerematics*), cujas unidades, os “pleremas” (*pléremes*, *pleremes*) (do grego *pleres* ‘cheio’) possuem, no entanto, um significado.

Quando forem encontrados os diversos “cenemas” e “pleremas” de uma língua, devem ser indicadas todas as possíveis combinações de cada “cenema” ou “plerema” com uma espécie de notação algébrica; noutros termos, eles poderão ser descritos. Segundo Louis Hjelmslev (1953: 50),

Uma tal Lingüística, distinta da Lingüística convencional, seria aquela cuja ciência da expressão não é uma Fonética e cuja ciência do conteúdo não é uma Semântica. Uma tal ciência seria uma *Álgebra da Linguagem* operando com entidades anônimas, isto é, entidades nomeadas arbitrariamente sem designação natural, que só receberia uma designação motivada ao ser confrontada com a substância (MARTINET, 1949: 21; SIERTSEMA, 1954: 17-22).

Enquanto não considera qualquer substância, seja fonética, seja semântica,¹³¹ a Glossemática se move sobre terreno absolutamente platônico, não é uma ciência de realidades concretas e históricas, mas somente de possibilidades (COSERIU, 1954: 201 e ss., 195). Toda a Lingüística é posta pe-

¹³¹ “Hjelmslev e seus discípulos pretendem estudar os fatos da expressão sem qualquer referência à sua substância fônica, assim como focalizam as unidades de conteúdo fazendo abstração da substância a que correspondem, isto é, de seu significado” (MARTINET, 1949: 21). Com razão, L. L. Hammerich, em sua discussão com P. Diderichsen sobre a Glossemática (*Acta Philologica Scandinavica*, XXI, 1952, p. 104), chega à seguinte conclusão: “A Glossemática é uma teoria formalista que não facilita a observação dos fenômenos lingüísticos”. Veja-se a crítica negativa de Hammerich (1952: 1-21) a respeito da Glossemática.

la Glossemática numa esfera vazia, completamente abstrata. A Glossemática faz o mesmo que faria um botânico que, ao estudar as plantas, só estudasse algumas formas universais de vida que elas têm em comum inclusive com o reino animal, como o nascimento, o crescimento, a fecundação, a multiplicação, deixando deliberadamente fora de consideração a essência específica (*substance*) e as propriedades particulares das mesmas plantas. Um botânico desse quilate não praticaria a Botânica, mas muito mais a Biologia, isto é, uma ciência que não está em contradição com a Botânica (COSERIU, 1954: 211). Assim também a Glossemática é uma ciência mais geral do que a Lingüística. Enquanto estas duas ciências são consideradas separadamente, não há conflito entre elas, e a teoria de Hjelmslev não tem por que ser combatida. Mas quando a Glossemática se aplica à Lingüística, quando esta é reduzida à Glossemática, as duas ciências se chocam, porque se trata de duas ciências diferentes.¹³²

Por isto não devemos estranhar que nos falte completamente a demonstração de como seja na prática esta Álgebra Lingüística, mesmo depois do aparecimento da *Outline of Glossematics* (ULDALL. *A study in the methodology...*; HJELMSLEV-ULDALL. 1957).¹³³

O modo de operar da Lingüística Estrutural é, na prática, absolutamente abstrato, teórico, esquemático e dedutivo, apesar de, em princípio, parecer não se separarem os que a praticam, ao menos no início, do método empírico e de quererem evitar um modo esquemático de trabalhar.¹³⁴ Não se

¹³² Coseriu (1954: 204, 211, 214) diz muito bem: "Portanto, a teoria de Hjelmslev seria inatacável, do ponto de vista da experiência, se se mantivesse em seu apriorismo declarado (o que Hjelmslev chama de sua "arbitrariedade") e não se lhe acrescentasse a "aplicabilidade". Se os glossematistas não pretendessem identificar a *Glossemática* (teoria *a priori* da essência) com a Lingüística (teoria da experiência), melhor dito, converter esta naquela... *A Glossemática se justifica plenamente, mas num plano de abstração posterior ao plano em que se coloca a Lingüística propriamente dita* (ciência da linguagem fônica)... A Glossemática se coloca num plano de formalização posterior ao plano da Lingüística. Logo, não pode haver conflito entre as duas ciências, desde que se mantenham distintas. Os conflitos que se registram se devem a uma contradição interna da Glossemática, entre o plano da teoria e o plano da aplicação". Vejam-se as benévolas e não preconceituosas críticas de Coseriu (1954: 178-212) à Glossemática.

¹³³ A primeira parte desta obra, *General principles* (p. 1-35), trata da metodologia das ciências do espírito, sobretudo da Lingüística, e representa uma elaboração e de um certo modo uma popularização de alguns dos princípios fundamentais de *Omkring...* (*Prolegomena*) de Hjelmslev. É significativo que na segunda parte, *Glossematic algebra* (p. 36-87), que deveria ter a aplicação da Glossemática aos fatos lingüísticos como finalidade, assim como a demonstração do procedimento com exemplos, os autores, segundo a nota 1 da p. 39, não se considerem responsáveis pela validade conclusiva dos exemplos que dão. ("Deve ficar claro de uma vez por todas que os autores não se responsabilizam pela validade decisiva de seus exemplos. Se dão exemplos aqui e ali, fazem-no não por seu próprio valor, como "fatos", mas para clarificar o caminho para o leitor, para fazer-lhe mais fácil e agradável a tarefa, que, às vezes, devemos reconhecer que é árdua, de seguir a exposição do método...") (cf. SIERTSEMA, 1954: 15, 27).

¹³⁴ Hjelmslev, em seu primeiro trabalho (HJELMSLEV: 1928), no capítulo *Grammaire inductive et empirique*, sustenta ainda inteiramente o empirismo e o método indutivo na Lingüística. Disse literalmente (p. 39, 41, 42): "As categorias que constituem o sistema desta ciência [a Lingüística] devem ser estabelecidas segundo

têm levantado, portanto, tão negativamente contra os *petits faits vrais*, contra o concreto, contra o chamado “atomismo” dos positivistas (BRÖNDAL-HJELMSLEV, 1939: 2). Mais tarde, a Glossemática, com a aplicação do chamado método estritamente “imane” e com o rompimento dos laços com os pontos de vista fonético, psicológico, sociológico e, naturalmente, também histórico,¹³⁵ se converteu numa Álgebra Linguística (“Álgebra da Linguagem”), uma ciência de caráter matemático construída com método dedutivo (ALARCOS LLORACH, 1951: 25, 28, 44).

O chamado método “imane”¹³⁶ só foi aplicado uma vez até hoje para o estudo de uma língua românica, concretamente do francês (TOGEBY, 1951).¹³⁷ Da leitura da obra de Knud Togeby não se torna claro o que é exa-

um método *indutivo*... O método indutivo é uma condição indispensável para poder tornar clara a verdade gramatical. Colocando-nos fora do terreno próprio da Linguística para estabelecer categorias gramaticais, nós nos servirmos, pelo contrário, de um método de *dedução*. Mas a Linguística propriamente dita não pode jamais ser uma ciência *a priori*... Os princípios não devem nunca indicar o ponto de partida, mas, ao contrário, o fim das investigações... O método puramente indutivo nos parece, portanto, o único possível em gramática...” Dez anos mais tarde parece que ainda não desvaloriza a importância do empirismo: “Não se segue de modo algum que menosprezemos o empírico: observações cada vez mais minuciosas, uma verificação cada vez mais completa, serão exigidas, pelo contrário, para preencher e verificar os quadros delineados pela construção teórica. Dos esquemas desta, forçosamente abstratos, não pretendemos de modo algum deduzir toda a diversidade dos fatos linguísticos (BRÖNDAL-HJELMSLEV, 1939: 9). Mas rechaça completamente o método indutivo em HJELMSLEV, 1939: 69: “As formas gramaticais e seus significados constituem em qualquer língua uma hierarquia que não se esclarece senão dedutivamente”. Seu ponto de vista completamente modificado reaparece depois nos *Prolegomena*, 1943 [tradução 1953. (“Somente a experiência é suficiente para demonstrar claramente o curto alcance deste método [do método indutivo]”), p. 19-20, 39-40.

Quando depois Guevara (1953: 29) afirma que para Hjelmslev o método deve ser indutivo e empírico e que para ele uma Linguística apriorística é inconcebível, fundamenta-se exclusivamente no primeiro trabalho de Hjelmslev, sem conhecer o método puramente apriorístico e dedutivo da Glossemática e sem levar em conta a radical mudança nas concepções metodológicas de Hjelmslev nos últimos vinte e cinco anos (cf. SIERTSEMA, 1954: 31, 32, 48).

¹³⁵ Os representantes deste método “imane” devem reconhecer, ao contrário, que não podem ser deixadas fora de consideração as explicações linguísticas, e que “a Queda do Império Romano e as invasões bárbaras tiveram seu papel, assim como os substratos” (TOGEBY, 1952: 88; cf. NIELSEN, 1952: 1-7). Recentes investigações orientadas estruturalmente mostram com evidência que uma parte muito grande das mais notáveis mudanças fonéticas do ibero-românico e do gascão pode ser explicada pela influência do substrato, mas não exclusivamente por fatores estruturais (JUNGEMANN, 1955: 205-26, 227-43, 244-72, 273-88, 318-35, 336-61, 362-416).

¹³⁶ O método “imane”, segundo Hjelmslev (1935: 49-50), é “um método *exclusivamente* linguístico que se limita a buscar, por um procedimento empírico, as categorias refletidas diretamente na língua”. Agora ele diz sobre isto: “Iludindo o transcendente ponto de vista dominante até hoje, buscando uma compreensão imane da língua como uma estrutura específica subsistente por si mesma e buscando uma constante não fora da própria língua, mas dentro dela, a teoria linguística começa circunscrevendo a finalidade de seu objeto” (HJELMSLEV, 1953: 11).

¹³⁷ Veja as resenhas de HALLIG, 1952: 362-5; JUILLAND, 1953-4: 354-60 e LAUSBERG, 1954: 156-7.

tamente este “método imanente”.¹³⁸ Parece ser sinônimo de “funcional” (TOGEBY, 1951: 171), exceto nas últimas páginas da obra, em que é interpretado como característico para o estudo do francês em comparação com outras línguas e se diz que serve para estabelecer “uma tipologia das línguas independente de seu parentesco e de fatores exteriores” (TOGEBY, 1951: 266). O prognóstico do autor desse trabalho (TOGEBY, 1950: 80) de que a influência da Glossemática “se fará certamente sentir um dia sobre o estudo das línguas românicas”, deve ser considerado demasiadamente otimista, ao menos por enquanto.

¹³⁸ Pela simplíssima razão de, tratando-se de fatos concretos, só a duras penas poder ser realizado um método que foi construído abstratamente. Um método que não brote da experiência e da prática, na realidade não existe .

QUINTO CAPÍTULO

REVISÃO E PREVISÕES (REFERENTES À METODOLOGIA)

Uma revisão sobre o desenvolvimento dos vários métodos da Lingüística Românica nos faz ver claramente que esta é uma ciência histórica e que ao praticá-la é conveniente a aplicação do método histórico. Já que sincronia e diacronia são inseparáveis, o método sincrônico forma a natural integração do histórico. Esta integração sincrônica da diacronia, que já foi apresentada no aspecto comparativo do método histórico-comparativo, realiza-se por meio da Geografia Lingüística derivada da Dialectologia. A Geografia Lingüística é, sem dúvida, o passo mais importante no desenvolvimento metodológico de nossa disciplina. A realização do método sincrônico aproxima da vida da linguagem o método histórico-comparativo, que é amiúde fundamentado unilateralmente na língua literária e nos aspectos fonéticos, positivistas e evolucionistas, e põe em relevo os aspectos individuais, sociais e humanos e o espírito. O aspecto sincrônico do método histórico foi posto em evidência pela primeira vez pela Geografia Lingüística de Gilliéron, pelo método idealista de Vossler e pelo sociológico-estruturalista de Saussure.

Com a Fonologia, chegamos ao ponto extremo deste processo de desenvolvimento. A Fonologia puramente sincrônica deve ser completada, por sua vez, pelo método histórico. Assim, portanto, todo o processo de desenvolvimento metodológico pode ser resumido como se segue. O método histórico, unilateral, foi completado por meio da Geografia Lingüística, da Lingüística Idealista e da Lingüística Estrutural, ou seja, no plano sincrônico, enquanto o método unilateral sincrônico, por sua vez, é obrigado a recorrer ao histórico, e desta maneira passamos da diacronia à sincronia e desta voltamos de novo à diacronia: a Fonética Histórica se faz Fonologia Sincrônica, e esta, por sua vez, Fonologia Histórica. Todo o processo de desenvolvimento nos faz ver claramente que não podemos praticar a Lingüística Românica sem o método histórico. Se o método se distancia completamente da perspectiva histórica, se a rompe com a diacronia, naturalmente, já nem sequer

pode ser sincrônica, e se torna “Psicologia Sublingüística” Glossemática, Álgebra Lingüística etc.

A Lingüística Românica é mais histórica do que todas as outras disciplinas lingüísticas, porque neste caso o ponto de origem, o latim, é conhecido, ao contrário do que ocorre nas demais. Esta orientação demasiadamente diacrônica tem como consequência que a integração sincrônica da diacronia vem, praticamente, das línguas românicas. A importância metodológica desta disciplina é, portanto, decisiva neste aspecto.

Eis aqui como, na prática, a Lingüística Românica faz a sincronia progredir. O método comparativo é uma visão sincrônica, praticado na Lingüística Românica, cujo ponto de partida, o latim, é conhecido, demonstrou a importância deste método para os outros domínios lingüísticos, nos quais a língua primitiva (*Ursprache*) é desconhecida.¹³⁹ A reação contra os neogramáticos e seu método unilateralmente histórico vem da Lingüística Românica (Ascoli, Schuchardt, Gillieron). À Lingüística Românica devem, ainda, a Dialectologia como ciência, a Geografia Lingüística e a corrente *Palavras e Coisas* (*Wörter und Sachen*), a Onomasiologia, a Estratigrafia Lingüística e a Lingüística Espacial que derivam da Geografia Lingüística. Ainda que de um ponto de vista teórico a diacronia tenha sido completada com a sincronia, não pela Lingüística Românica, mas pela Geral e Indo-Européia, mais concretamente, por Saussure, e pela importante contribuição deste à Lingüística Sincrônica, antes inconsciente, se tenha tornado consciente, a Lingüística Românica favoreceu efetivamente esta integração. A situação privilegiada da Lingüística Românica tem como consequência o fato de esta disciplina ser considerada a *Praeceptrix Lingüisticae*.¹⁴⁰

No que diz respeito à Fonologia, para a qual, em princípio, a Lingüística Românica devia ser súdita de outras disciplinas, já existem sinais

¹³⁹ Meillet (1923: 13) pergunta que valor tem a reconstrução de uma “língua primitiva” ou *Ursprache*, e responde que “quase nunca é possível comparar a reconstrução com a realidade conhecida. Mas há um caso em que é possível: o das línguas românicas”.

¹⁴⁰ “O indo-europeísta pode citar o romanista para um suposto fenômeno semântico ou fonético, porque precisamente a Romanística é a *praeceptrix lingüisticae*...” (SPITZER, 1925: 149). Schuchardt, apesar de seus múltiplos interesses e sua variada produção, permaneceu sempre fiel à Lingüística Românica. Em seu *Brevier* (SCHUCHARDT, 1922: 92, 93, 104, 252 e 256), entre outras coisas, diz desta ciência: “Só as línguas românicas tomam como objeto científico uma posição especial: elas oferecem à investigação, como há muito tempo se tem dito..., condições mais favoráveis do que qualquer outro grupo... Efetivamente, penso que também na ciência etimológica como em toda a Lingüística, corresponde aos romanistas a direção, porque eles chegaram à posse das medidas mais firmes e dos instrumentos de maior precisão... De todos os grupos lingüísticos, nenhum é mais instrutivo que o românico, graças às circunstâncias especiais de sua tradição histórica... Decididamente há um grupo de línguas cuja investigação deveria servir de modelo em todas as partes graças a circunstâncias exteriores: é o grupo românico”. Leia-se também, sobre o que a Lingüística deve à Lingüística Românica, as opiniões de SAUSSURE, 1949: 18; MEILLET, 1925: 12 e ss., 1923: 80 e MILLARDET, 1923: 4-5. Wagner (1943: 26) declara sua esperança de que “também aqui [na disciplina etimológica] a Lingüística Românica siga atuando como *praeceptrix*”.

evidentes de que nossa disciplina, graças a seu método histórico rigoroso, está predestinada, nas investigações fonológicas, a representar papel inverso com a integração da sincronia na diacronia, e a dar as diretrizes também neste caso, ou seja, na Fonologia Histórica.

Se levarmos em conta que, no terreno das línguas românicas – pelo fato de ser conhecido o latim, que é seu ponto de origem, e por ser riquíssimo seu material documental –, tudo ou quase tudo acontece às claras e controlado pela história e que, por conseguinte, só resta um espaço mínimo para reconstruções, suposições e hipóteses, fica claro que no futuro, como no passado, o método que tiver de ser aplicado na Lingüística Românica deverá seguir a direção do concreto para o abstrato,¹⁴¹ como toda ciência indutiva – e a Lingüística é indutiva sem dúvida alguma –, a Lingüística Românica deve operar empiricamente; noutras palavras, deve partir da observação dos fatos e esforçar-se para chegar ao conjunto, ao geral (DAUZAT, 1949: 200, 274 e ss.).

Assim, portanto, do particular ao geral, do “microscópico” ao “macroscópico”.¹⁴² Também o ideal da Lingüística Românica foi e continuará sendo o de chegar à síntese, mas o caminho para chegar a ela deve partir, como em qualquer outra ciência indutiva, da análise. Esta era a convicção de Wilhelm von Humboldt (TERRACINI, 1949: 68), lingüista de ampla visão sintética, ao qual apelam satisfeitos os que desejam pôr a síntese acima da análise (JABERG, 1926: 18).

O caminho da análise à síntese, ao conjunto, ao geral, foi e ainda deverá ser seguido metodologicamente na Lingüística Românica: deverão ser resguardados o amor aos detalhes e à matéria e a admiração e o desejo de chegar ao geral, à síntese (Veja SHUCHARDT, 1922: 253). Quem quer que se ocupe seriamente dos problemas de nossa disciplina deverá chegar a esta convicção metodológica, uma convicção que é exclusivamente o resultado da prática e nunca da teoria. Este caminho a seguir metodologicamente pode muito bem ser assinalado pelos representantes da Lingüística Estrutural como “positivista” e “atomista”, mas não pode ser estigmatizado como um interesse exclusivo e como um contentamento e uma diversão com os *petits*

¹⁴¹ “... os romanistas se encontravam em condições privilegiadas, desconhecidas dos indo-europeístas; pois, além de ser conhecido o latim, protótipo das línguas românicas, a abundância de documentos permitia seguir detalhadamente a evolução dos idiomas. Estas duas circunstâncias limitavam o campo das conjeturas e davam a toda esta investigação uma fisionomia particularmente concreta” (SAUSSURE, 1949: 18).

¹⁴² “A união paritária de microscopia e macroscopia forma o ideal do trabalho científico...” (SHUCHARDT, 1922: 2 e 346). O método de Schuchardt consistiu, efetivamente, em admitir que antes do geral existiram as infinitas variações dos fenômenos lingüísticos” (cf., por exemplo, NENCIONI, 1946: 119, e MIGLIORINI, 1948: 209 e ss.).

faits vrais.¹⁴³ Para o método verdadeiramente positivo, ao contrário, tratados de caráter geral e investigações detalhadas são companheiros inseparáveis e de igual valor.¹⁴⁴

No entanto, se quiséssemos empreender o caminho oposto e chegar na Linguística Românica do abstrato ao concreto, e aplicar, como nas ciências exatas (por exemplo, na Matemática), o método dedutivo (DAUZAT, 1949: 313 e ss.), chegaríamos, em consequência de um modo de operar esquemático e generalizador, ao método esquemático da Linguística Espacial, às generalizações idealistas, à “Psicologia Sublingüística”, aos esquemas da Fonologia, ou então às abstrações estruturalistas, mas em tal caso nosso método se tornaria de todo especulativo, já não observaríamos os *petits faits vrais*, o que teria como consequência o nosso completo distanciamento da realidade lingüística. Se a Linguística Românica é a *Praeceptorix Linguisticae*, devemos, em seu nome, pôr-nos de sobreaviso sobretudo contra o estruturalismo exagerado, para o qual a Linguística pode ser desnaturalizada num abstrato e especulativo “conceptualismo formalista.” (LEROY, 1952: 529 (cf. DAUZAT, 1953: 307-8)).¹⁴⁵

Enfim, é importante reconhecer metodologicamente (o que uma vez mais nos ensina a prática e não a teoria) que o método indutivo aplicado na Linguística Românica está continuamente em estreita correlação com o dedutivo. Esta correlação, no entanto, é tal que a dedução recebe da indução sua razão de ser, podendo também ser dito que o método a ser seguido em nossa disciplina é a intuição baseada nos fatos. Entendendo-se assim, a afirmação de que “a indução é no fundo uma dedução disfarçada” (BRÖNDAL, 1939: 4) é na verdade justa, e até se confirma pela prática. Efetivamente, cada vez que se começa a observação, a análise dos fenômenos lingüísticos, começa-se ao mesmo tempo com a experimentação, a generalização, a abstração, a síntese, que, no entanto, por sua vez, é guiada e moderada pela indução. No quadro desta concepção metodológica fundamental podem ser revividos os fenômenos lingüísticos das mais diferentes maneiras (*Methoden der Erlebnisse*), positivista, idealista, sociológica, estruturalisticamente etc., e com qualquer outro método até hoje desconhecido, inclusive, amiúde, com a

¹⁴³ “Inspirada no interesse pelos ‘pequenos fatos verdadeiros’, pela observação exata e minuciosa..., a gramática comparada (e histórica) se torna nitidamente positivista... Em qualquer lugar, o concreto é tomado como ponto de partida e, geralmente, nisso se compraz e nisso permanece” (BRÖNDAL, 1939: 2).

¹⁴⁴ “O ideal... me parece que seria a união de discussões gerais com a investigação de problemas científicos especiais ou a dedicação alternativa a questões gerais e especiais” (JABERG, 1926: 224). Um ideal, mas “na realidade, uma se torna, geralmente, muito curta diante da outra” (SCHUCHARDT, 1922: 346).

¹⁴⁵ Por outro lado, é um indicio favorável o desejarem os estruturalistas chamados ‘unitaristas’, apesar dos numerosos ‘extremistas’, unir a sincronia à diacronia, fundamentando-se tanto nos neogramáticos e nos neolingüistas quanto nos estruturalistas (LÜDTKE, 1956: 8-9).

combinação de diversos métodos,¹⁴⁶ desde que não nos distancie da realidade lingüística.

¹⁴⁶ Acerca da coordenação dos diversos métodos, cf. MILLARDET, 1923: 54 e ss.; MILLARDET, 1924: 31; MILLARDET, 1933: 56; BOTTIGLIONI, 1946: 20-1; WAGNER, 1948: 9.

BIBLIOGRAFIA

ACTA Philologica Scandinavica.

ACTES du Premier Congrès International de Linguistes à La Haye, de 10 a 15 de abril de 1928.

AEBISCHER, P. “Vetus” et “vetulus” dans le latin des chartes médiévales d’Italie. Essai de stratigraphie linguistique. **In:** *CN*, IV-V(1945).

———. Les dénominations des ‘céréales’, du ‘blé’ e du ‘froment’ d’après les données du latin médiéval. Étude de stratigraphie linguistique. **In:** *Essai de philologie moderne*, 1951. Bibl. de la Faculté de Philosophie et Lettres de l’Université de Liège, CXXIX. Paris, 1953.

———. Les dénominations du ‘cousi’ en Italie et dans les dialectes actuels et les chartes médiévales. Étude de stratigraphie linguistique. **In:** *Annali della R. Scuola Normale Superiore di Pisa*, XII(1943).

———. Les origines de l’italien bosco. Étude de stratigraphie linguistique. **In:** *ZRPh*, LIX(1939).

———. Les origines de l’italien bosco. **In:** *ZRPh*, LIX(1939).

———. Latin médiéval et problèmes de géographie linguistique italienne. **In:** *Études de lettres*, n° 41. Lausanne, 1940.

———. Protohistoire de deux mots romans d’origine grecque thius ‘oncle’ et thia ‘tante’. **In:** *Annali della R. Scuola Normale Superiore di Pisa*, série II, tomo V(1936).

AGI = Archivio Glottologico Italiano.

AHLBORN, G. *Le patois de Ruffieu-en-Valromey (Ain)*. Göteborg, 1946.

AIS = Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz, de K. Jaberg e J. Jud. Zofingen, 1928-40.

AL = Acta linguística.

ALARCOS LLORACH, E. *El sistema fonemático del catalán*. **In:** *Archivum*, III(1953).

———. El sistema fonológico español. *RFE*, XXXIII(1949), p. 265-96.

———. Esbozo de una fonología diacrónica del español. **In:** *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*. Madrid, 1951.

———. *Esbozo de una fonología diacrónica del español, em Estudios dedicados a Menéndez Pidal*. Madrid, 1951.

———. *Fonología española. Según el método de la escuela de Praga*. Madrid, 1950.

———. *Fonología española*. 2ª ed. Madrid, 1954.

———. *Gramática Estructural según la escuela de Copenhague y con especial atención a la lengua española*. Madrid, 1951.

ALF = Atlas linguistique de la France, publicado por J. Gilliéron e E. Edmont. Paris, 1903-10.

ALLG = Archiv für Lateinische Lexicographie und Grammatik.

ALONSO, A. *El problema de la lengua en América*. Madrid, 1935.

———. *Estudios lingüísticos. Temas españoles*. Madrid, 1951.

———. *Estudios lingüísticos. Temas hispanoamericanos*. Madrid, 1953.

———. *Notas de fonemática*, I, Una ley fonológica del español; 2. Nota sobre lo mismo; 3. La identidad del fonema.

———. *Notas de Fonética*, 1. Una ley fonológica del español; 2. Nota sobre lo mismo.

ALVAR, M. *El dialecto aragonés*. Madrid, 1953.

AMMER, K. *Proceedings of the Seventh International Congress of Linguists*, II. Londres, 1956.

AR = Archivum Romanicum. Nuova rivista di filologia romanza.

ArL = Archivum Linguisticum.

ASNSL = Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen.

- ASNSP = *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*.
- AUERBACH, E. *Introduction aux études de philologie romane*. Frankfurt am Main, 1948.
- BENDER, B. W.; FRANCESCATO, G.; SALZMAN, Z. Fonologia Friulana. Tradução italiana de G. FRANCESCATO **In:** *Ce fastu?*, XXVII-XXVIII(1953), separata.
- . Friulian Phonology. **In:** *Wo.*, VIII(1952).
- BADÍA MARGARIT, A. El subjuntivo de subordinación en las lenguas romances y especialmente en iberorománico. **In:** *RFE*, XXXVII(1953).
- . *Gramática histórica catalana*. Barcelona, 1951.
- BALDINGER, K. Der Begriff "während". Ein Beispiel syntaktischer Feldforschung pendant-durant-constant. **In:** *ZRPh*, LXX(1954).
- . Die Gestaltung des wissenschaftlichen Wörterbuchs. **In:** *RJ*, V(1952).
- . *Die Semasiologie Versuch eines Überblicks*. Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, Vorträge und Schriften, fasc. 61. Berlin, 1957.
- . *Proceedings of the Seventh International Congress of Linguists*. Londres, 1956..
- . Grundsätzliches zur Gestaltung des wissenschaftlichen Wörterbuchs. **In:** *Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, 1946-56*. Berlin, 1956.
- . Die sprachliche Gliederung der Pyrenäenhalbinsel und ihre historische Begründung. Versuch eines Querschnittes. **In:** *Wissenschaftliche Zeitschrift des Humboldt- Universiät zu Berlin. Gesell schafts- und sprachwissenschaftliche Reihe*. N. 1. Jahrg. IV (1954-5).
- BALLY, Ch. *Le langage et la vie*. Zúrique, 1935.
- . *Précis de stylistique française*. Genebra, 1905.
- . *Traité de stylistique française*. Heidelberg, 1919-21.
- . Synchronie et diachronie. **In:** *VR*, II(1937).
- . *Linguistique générale et linguistique française*. Berna, 1944.
- BALLY, Ch.; RICHTER, E.; ALONSO, A.; LIDA, R. El impresionismo en el lenguaje. **In:** *Co-lección de estudios estilísticos*. II. Buenos Aires, 1942.
- BAR = *Biblioteca dell'Archivum Romanicum*.
- BARTOLI, M. *Introduzione alla Neolinguistica*. Genebra, 1925.
- . Das Dalmatische. Altro manische Sprachreste von Veglia bis Ragusa und ihre Stellung in der apennino-balkani schen Romania **In:** *Kaiserlicher der Wissenschaften. Schriften der Balkankommission. Linguistische Abteilung*. Bd. IV, V. Viena, 1906.
- . *Introduzione alla neolinguistica. Principi. Scopi*. Metodi. Gênova, 1925.
- . *Saggi di linguistica spaziale*. Turim, 1945.
- ;VIDOSSI, G. *Lineamenti di linguistica spaziale*. Milão, 1943.
- BATTISTI, C. *Giuglielmo Meyer-Lübke e la linguistica contemporanea*, em *AR*, XXI (1937), separata.
- . *Avviamento allo studio del latino volgare*. Bari, 1949.
- BDC = *Bulletí de Dialectologia Catalana*.
- BDR = *Bulletin de dialectologie romane*.
- BECHTOLD, H. Der französische Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes. Die Geistliche und lehrhafte Literatur von ihren Anfängen bis zum Ende des 12. Jahrh. **In:** *RF*, XLIX(1935).
- BELARDI, W. *Introduzione alla fonologia*. Roma, 1954.
- BENVENISTE, E. Problèmes sémantiques de la reconstruction. **In:** *Wo.*, X (1954).
- BERTOLDI, V. *L'art dell' etimologia*. Nápoles, 1952.
- . *Linguistica storica: questioni di metodo*. Nápoles, 1942.
- . Onomasiologia. **In:** *Enciclopedia Italiana*, tomo XXV.

- . *Questioni di metodo nella linguistica storica*. Nápoles, 1939.
- . Storia d'un dialettismo nel latino dell'Urbe. **In:** *Rivista di filologia e d'istruzione classica*, LXVIII (1940), p. 28 e ss..
- . *La glottologia come storia della cultura. Principi, Metodi, Problemi. Con particolare riguardo alla latinità del Mediterraneo occidentale*. Nápoles, 1946.
- . *Il linguaggio umano. Nella sua essenza universale e nella storicità dei suoi aspetti*. Nápoles, 1949.
- BERTONI, G. *I nuovi problemi della linguistica romanza*, em *RLiR*, IX (1933).
- . *Introduzione alla filologia*. Moderna, 1941.
- . *Profilo linguistico d'Italia*. Módena, 1940.
- ; BARTOLI, M. *Breviario di Neolinguistica*. Módena, 1928.
- BESZAARD, L. Les larmes dans l'épopée, particulièrement dans l'épopée française jusqu'à la fin du XII siècle. **In:** *ZRPh*, XXVII(1903).
- BF* = *Boletim de filologia*.
- BH* = *Bulletin Hispanique*.
- Bi* = *Biblos*.
- BL* = *Bulletin linguistique*.
- BLESSE, E. *Proceedings of the Seventh International Congress of Linguists*. Londres, 1956.
- BLOCH, O.; WARTBURG, W. von. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Paris, 1932. (2^e ed. 1950).
- BLOOMFIELD, L. *Language*. Nova Iorque, 1954.
- BOER, C. de. Un grand syntacticien suisse: Adolf Tobler. **In:** *RV*, IX(1946-7).
- . Adolf Tobler et le latin. **In:** *Mélanges de linguistique et de littérature romanes offerts à M. Roques*. Paris, 1950.
- . *Essai de syntaxe française moderne*. Groninga, 1922.
- . *Essai sur la syntaxe moderne de la préposition en français et en italien*. Paris, 1926.
- . *Introduction à l'étude de la syntaxe du français*. Paris, 1933.
- . *Essais de syntaxe française moderne*. I. Groninga, 1922.
- . *Introduction à l'étude de la syntaxe du français. Principes et applications*. Groninga-Paris, 1933.
- . *Syntaxe du français moderne*. Leiden, 1947.
- . Un grand syntacticien suisse: Adolf Tobler. **In:** *VR*, IX (1947).
- BOLELLI, T. La partizione del territorio linguistico romanzo secondo una recente pubblicazione. **In:** *ASNSP*, tomo XX, fasc. 3-4.
- BOLÉO, M. de Paiva. *Os estudos de lingüística românica na Europa e na América desde 1939 a 1948. Suplemento bibliográfico a RPF* vol. I. Coimbra, 1951.
- . *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. Lisboa, 1946.
- BONNARD, H. Fonctionnalisme et pédagogie. **In:** *FM*, XXIV (1956).
- BOTTIGLIONI, G. Il problema glottologico nei suoi orientamenti. **In:** *Rediconto delle Sessioni della Accademia delle Scienze dell'Istituto di Bologna. Classi di scienze morali, série IV*, vol. IX(1946).
- . *L'ape e l'alveare nelle lingue romanze*. Pisa, 1919.
- . La geografia linguistica (Realizzazioni, metodi e orientamenti). **In:** *RLiR*, XVIII(1954).
- . Matteo Bartoli e i suoi studi di linguistica spaziale. **In:** *Rendiconto delle sessioni della Accademia delle scienze dell'Istituto di Bologna, Classe di scienze morali. Série IV, parte X* (1948).
- BOURCIEZ, É. Un centenaire: La Grammaire de F. Diez en 1836. **In:** *ASNSL*, CLXX (1936).

- . *Élém. Éléments de linguistique romane*. Paris, 1946.
- . *Précis historique de phonétique française*. Paris, 1937.
- BRANDENSTEIN, W. *Einführung in die Phonetik und Phonologie*. Viena, 1950.
- . Kurze Phonologie des Lateinischen. **In:** ALTHEIM, F. *Geschichte der lateinischen Sprache von den Anfängen bis zum Beginn der Literatur*. Frankfurt a.M., 1951.
- BRÉAL, M. *Essai de Sémantique. Science des significations*. Paris, 1921.
- BRÖNDAL, V. *Essais de linguistique générale*. Copenhague, 1943.
- . Linguistique structurale. **In:** AL, I(1939).
- ; HJELMSLEV, L. Editorial. **In:** AL, I(1939).
- ; V.; HJELMSLEV, L. *Linguistique structurale*. **In:** AL, I (1939).
- BRUNEAU, Ch. La science de la stylistique: problèmes de vocabulaire. **In:** CN, XVI (1956).
- . La Stylistique. **In:** RPh, V (1951).
- BRUNOT, F. *Histoire de la langue française des origines à nos jours*. Paris, a partir de 1905.
- . *La pensée et la langue*. Paris, 1936.
- . *Les mots témoins de l'histoire*. Paris: Institut de France, 1928
- BSLP = *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*.
- BUYSENS, E. *Proceedings of the Seventh International Congress of Linguists*, parte I. Londres, 1956.
- CAHIERS de linguistique structurale publiés sous les auspices de la Faculté des Lettres de l'Université Laval, numéro 4. Quebec, 1955.
- CARO BAROJA, J. Sobre psicología étnica. **In:** RDTP, VII(1951).
- CARVALHO, Gonçalo C. Herculano de. *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e lingüísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*. Coimbra, 1953.
- CASSIRER, E. Zur Logik der Kulturwissenschaften. Vierte Studie. Formproblem und Kausalproblem. **In:** Göteborgs Högskolas Arsskrift, XLVIII (1942).
- CHAPPELLI, F. *Langage traditionnel et langage personnel dans la poésie italienne contemporaine*. Neuchâtel, 1951.
- CLÉDAT, L. *Chrestomathie du moyen-âge*. Paris, [s. d.].
- CN = *Cultura Neolatina*.
- CORTI, M. *Studi sulla sintassi della lingua poetica avanti lo stilnuovo*. Florença, 1953.
- COSERIU, E. Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje. **In:** *Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias*. N. XII. Montevideo, 1954.
- . La Geografía Lingüística. **In:** *Publicaciones del Departamento de Lingüística*, II, Universidad de la República, Instituto de Filología. Montevideo, 1956.
- CRESSOT, M. *Le style et ses techniques*. Paris, 1947.
- CRIADO DE VAL, M. *Sintaxis del verbo español moderno*. I, Metodología; II, Los tiempos pasados del indicativo. Madri, 1948.
- CROCE, B. *Eстетica come scienza dell'espressione e linguistica generale*. Bari, 1928.
- CURTIUS, E. R. Bonner Gedenkworte auf Friedrich Diez. **In:** RF, LX (1947).
- D = Dacoromania*.
- DAMOURETTE, J.; PICHON, E. *Des mots à la pensée, Essai de grammaire de la langue française*. Paris, 1927-40.
- DARMESTER, A. *La vie des mots étudiée dans leurs significations*. Paris, 1889.
- DAUZAT, A. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Paris, 1938.
- . *Le génie de la langue française*. Paris, 1947.

- . *La géographie linguistique*. Paris, 1948.
- . *Histoire de la langue française*. Paris, 1930.
- . *Les étapes de la langue française*. Paris, 1948.
- . *Les Patois. Évolution-Classification. Étude*. Paris, 1927.
- . *La philosophie du langage*. Paris, 1949.
- . *Phonétique et grammaire historique de la langue française*. Paris, 1950.
- . *Précis d'histoire de la langue et du vocabulaire français*. Paris, 1949.
- . Structuralisme et doctrinarisme dans la linguistique contemporaine. **In:** *FM*, XXI (1953).
- . *Tableau de la langue française*. Paris, 1939.
- DAVID, R. *Über die Syntax des Italienischen im Trecento*. Genebra, 1887.
- DBR = Les dialectes belgo-romans.*
- DEVOTO, G. Cinquant'anni de studi linguistici italiani. **In:** *Cinquant'anni di vita intellettuale italiana, 1896-1946*. Nápoles, 1950.
- . *I fondamenti della storia linguistica*. Florença, 1951.
- . La lingua individuale. **In:** *LN*, VII(1946).
- . *Studi di stilistica*. Florença, 1950; B.
- DIAS, Epifânio da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. Lisboa, 1945.
- DIEZ, F. *Grammatik der romanischen Sprachen*. Bonn, 1882.
- . *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen*. Bonn, 1887.
- DISTELBARTH, P. *Franzosen und Deutsche: Bauern und Krieger*. Calw. 1947.
- DRĂGANU, N. *Elemente de sintax ă a limbii române. Lucrare postumă. Societatea română de lingvistică. Série I, Memória 4.*
- DURAND, M. *Le genre grammatical en français parlé à Paris et dans la région parisienne*. Paris, 1936.
- EGE, N. *Le signe linguistique est arbitraire*, em *Recherches structurales*, 1949. *Interventions dans le débat glossématique. Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague*, V. Copenhague, 1949.
- ELWERT, Th. Hilfsmittel für den italienischen Unterricht. **In:** *ASNL*, CLXXXIII(1943).
- EM = Emerita. Boletín de lingüística e filología clásica.*
- ENTWISTLE, W. J.. *The Spanish Language together with Portuguese, Catalan and Basque*. London, 1951.
- ER = Estudis Romànics.*
- ETTMAYER, K. *Analytische Syntax der französischen Sprache mit bes. Berücksichtigung des Altfranzösischen*. Halle, 1930-36.
- FELICE, E. de. *La terminologie linguistica di G. I. Ascoli e della sua scuola*. Utrecht-Amberes, 1954.
- FISCHER, H. *Der Intellektualwortschatz im Deutschen und Französischen des 17. Jahrhunderts, untersucht an Gerzans und Zesens "Sofonisbe"*. Berlin, 1938.
- FM = Le français moderne.*
- FORNACIARI, R. *Sintassi italiana dell'uso moderno* Florença, 1881.
- FOULET, L. *Petite syntaxe de l'ancien français*. Paris, 1930.
- FOURQUET, J.; MATTEWS, W. K. **In:** *Proceedings of the seventh international congress of linguists*. Londres, 1956.
- FRANCK; WIJK, N. Van. *Etymologisch woordenboek der Nederlandse taal*. Haia, 1929.
- FRINGS, Th. *Mitteldeutsche Studien*, fasc. 2ª Germania Romana. Halle, 1932.
- . *Rheinische Sprachgeschichte*. Essen, 1924.
- . *Germania Romana*. Halle, 1932.

- FUNKE, O. *Proceedings of the Seventh International Congress of Linguists*. Londres, 1956.
- GAMILLSCHEG, E. *Die Sprachgeographie und ihre Ergebnisse für die allgemeine Sprachwissenschaft*. Bielefeld-Leipzig, 1928.
- . *Etymologisches Wörterbuch der französischen Sprache*. Heidelberg, 1928.
- . *Französische Bedeutungslehre*. Tübingen, 1951.
- . *Historische Französische Syntax*. Tübingen, 1957.
- . *Romania Germanica. Sprach- und Siedlungsgeschichte der Germanen auf dem Boden des alten Römerreichs*. I, II, III. Berlin Leipzig, 1934-6.
- . *Romanen und Basken*. In: *Akademie der Wissenschaften und der Literatur in Mainz, Abhandl. d. Geistes- und Sozialwissenschaft. Kl.*, 1950, n° 2.
- GARCÍA DE DIEGO, V. *Manual de dialectología española*. Madrid, 1946.
- . *Gramática histórica española*. Madrid, 1951.
- . La uniformación rítmica en las oraciones condicionales. In: *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, III, 1952.
- GARTNER, Th. *Rätoromanische Grammatik*. Heilbronn, 1883.
- . *Handbuch der rätoromanischen Sprache und Literatur*. Halle, 1910.
- GAUCHAT, L. *Friedrich Diez*, em VR, I (1936), p. V.
- . *L'unité phonétique dans le patois d'une commune, Festschrift für H. Morf*. Halle, 1905.
- GIERACH, E. *Das älteste französische Lautgesetz*, em ZFSL, XL (1912-3).
- GILI GAYA, S. *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona, 1951.
- . *Elementos de Fonética General*. Madrid, 1950.
- GILLIÉRON, J. *Étude de géographie linguistique: Pathologie et thérapeutique verbales*. I. Neuveville, 1915; II. Mirages étymologiques. Neuveville, 1915; III. Paris, 1921.
- . *Généalogie des mots qui désignent l'abeille d'après l'Atlas linguistique de la France*. Paris, 1918.
- . *La faillite de l'étymologie phonétique*. Neuveville, 1919.
- . *La faillite*. Paris, 1919.
- . *Thaumaturgie linguistique*. Paris, 1923.
- ; MONGIN, J. *Étude de géographie linguistique: Scier dans la Gaule romane du sud et de l'est*. Paris, 1905.
- ; ROQUES, M. Études de géographie linguistique (plumer = peler). Mirages phonétiques. In: *Revue de philologie française et de littérature*, XXI(1907).
- . *Études de géographie linguistique d'après l'Atlas linguistique de la France*. Paris, 1912.
- . *Études de géographie linguistique. Mirages phonétiques*. Paris, 1912.
- . *Études de géographie linguistique d'après l'Atlas linguistique de la France*. Paris, 1912.
- GOSSSEN, C. T. *Studien zur syntaktischen und stilistischen Hervorhebung im modernen Italienisch*. In: *Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, Institut für romanische Sprachwissenschaft*, número 12. Berlin, 1954.
- . *Quelques aspects de la relief d'une idée italienne et en français*. In: *ZRPh.*, LXVII (1951).
- GOUGENEHEIM, G. *A Syntaxe du français moderne*. Leiden, 1947.
- . *Éléments de phonologie française*. Strasbourg, 1935.
- GOUGENEHEIM, G. *Éléments de phonologie française. Étude descriptive des sons du français du point de vue fonctionnel*. In: *Publications de la Faculté des Lettres de l'Université de Strasbourg*. Strasbourg, 1936.
- . *Points de vue nouveaux en sémantique*. In: *Critique (Revue générale des publications françaises et étrangères)*, maio de 1953.

- . Réflexions sur la phonologie historique du français. Études phonologiques dédiées à la mémoire de N. S. Trubetzkoy. **In:** *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, VIII(1939).
- . *Système grammatical de la langue française*. Paris, 1939.
- Gr. I. = Grundriss der romanischen Philologie*, org. por G. Gröber, tomo I. Strasburg, 1904-6.
- GRAMMONT, M. La Néophonologie. **In:** *FM*, VI(1938).
- . *La phonologie*, em *FM*, VII (1939).
- GRANDGENT, C. H. *Introducción al latín vulgar*. (Traduzido do inglês por Fr. de B. Moll). Madrid, 1928.
- GRIERA, A. El estado de los estudios de filología románica en España. **In:** *Boletín de dialectología española*, XXV(1941).
- . Entorn de l'Atlas linguistique de l'Italie et de la Suisse méridionale de K. Jaberg i J. Jud. **In:** *Anuari de l'Oficina Romànica*, I(1928), p. 30.
- GRM = Germanisch-romanische Monatsschrift*.
- GRÖBER, G. *Geschichte der romanischen Philologie*, em *Gr.*, I.
- . *Vulgarlateinische Substrate romanischer Wörter*. **In:** *ALLC*, I (1884), p. 204-54, 539-57; II (1885), p. 100-07, 276-88, 424-43; III (1886), p. 138-43, 264-75, 507-31; IV (1887), p. 116-36, 422-54; V (1888), p. 125-32, 234-42, 453-86; VI (1889), p. 117-49, 377-97.
- . *Vulgarlateinische Substrate romanisches Wörter*. **In:** *ALLG*, I(1884) e V(1888).
- GUEVARA, A. Llorente Maldonado De. *Los "Principios de Gramática General" de Hjelmslev e a Lingüística*, em *Colección Filológica*, V, Universidade de Granada, 1953.
- GUILLAUME, G. *De la double action séparative du présent dans la représentation française du temps*, em *Mélanges de Linguistique offerts à A. Dauzat*. Paris, 1951.
- . La représentation du temps dans la langue française. **In:** *FM*, XIX (1951).
- . Le problème de l'article et sa solution dans la langue française. Paris, 1919.
- . *Psycho-systématique et psycho-sémiologie du langage*, em *FM*, XXI (1953).
- . *Temps et verbe, théorie des aspects, des modes et des temps*. Paris, 1929.
- GUIRAUD, P. *La sémantique*. Paris, 1955.
- . *La Stylistique*. Paris, 1954.
- . *Stylistiques*, em N, XXXVIII.
- HAAS, J. *Französische Syntax*. Halle, 1916.
- HACAMIES., R. "Homo" dans la langue de Caton. **In:** *NM*, XLIX(1948).
- HALL, R. A. Bartoli's "Neolinguistica", em *Lang.*, XXII (1946).
- . Benedetto Croce and "idealistic" linguistics. **In:** *Studies in Linguistics*, tomo 6, n° 2 (1948), p. 24-35.
- HALLIG, R. *Die Benennungen der Bachstelze in den romanischen Sprachen und Mundarten*. Leipzig, 1933.
- HAMMERICH, L. L. *Les glossématistes danois et leurs méthodes*, em *Acta Philologica Scandinavica*, XXI (1952).
- HARRIS, Z. S. *Methods in structural Linguistics*. Chicago, 1951.
- HATZFELD, H. *A critical Bibliography of the new Stylistics, applied to Romance Literatures, 1900-1952*. Chapel Hill, 1953.
- . *Bibliografía crítica de la nueva estilística, aplicada a las literaturas románicas*. Biblioteca Románica Hispánica. Madrid, 1955.
- . Neuere Aufgaben der romanischen Philologie. **In:** *NJWJ*, VIII(1932).
- . Nuevas investigaciones estilísticas. **In:** *Boletín del Instituto de Filología de la Universidad de Chile*, parte IV(1946).

- . *The Development of Stylistic Studies in the Romance Literatures, 1900-1952, A critical bibliography*. Genebra, 1953.
- HAUDRICOURT, A. G. Un exemple d'évolution phonologique dans le vocalisme du dialecte de Reggio. **In:** *BSLP*, XLIV(1947-8).
- ; JUILLAND, A. G. *Essai Essai pour une histoire structurale du phonétisme français*. Paris, 1949.
- HAUGEN, E. *Directions in modern linguistics*, em *Lang.*, XXVII (1951).
- HEILMANN, L. *La parlata di Moena nei suoi rapporti con Fiemme e con Fassa. Saggio fonetico e fonemático*, em *Studi e ricerche*, Nova série, 1, *Università degli studi de Bologna, Facoltà di lettere e filosofia*. Bolonha, 1955.
- . *Linguística e Filosofia*, em *Quaderni dell' Istituto di Glottologia*. Universidad de Bolonia, II (1957).
- . *La parlata di Moena nei suoi rapporti con Fiemme e con Fassa. Saggio fonetico e fonemático*. *Università degli Studi di Bologna, Facoltà di Lettere e Filosofia. Studi e ricerche*, N.S. 1. Bolonha, 1955a.
- . *Orientamenti strutturali nell'indagine linguistica*, em *Accademia Nazionale dei Lincei. Rendiconti della Classe di Scienze morali, storiche e filologiche*. Série VIII, vol. X, fasc. 3-4. 1955a.
- HJELMSLEV, L. Dans quelle mesure les significations des mots peuvent-elles être considérées comme formant une structure. **In:** *Reports for the international Congress of linguists*, II. Oslo, 1957.
- . *La catégorie des cas. Étude de grammaire générale*, em *Acta Jutlandica*, VII, 1. Aarhus, 1935.
- . *La structure morphologique (Types de système)*, no V. *Congrès Intern. des Linguistes, Rapports*. Bruxelles, 1939.
- . *Omkring sprogtæoriens grundlaeggelse*. Copenhagen, 1943 (*Prolegomena to a theory of language*. (Traduzido por F. J. Whitfield). Baltimore, 1953; *Supplement to International Journal of American Linguistics*, vol. XIX, nº 1, Indiana University Publications in Anthropology and Linguistics, Memória 7).
- . *Principes de grammaire générale*. Copenhagen, 1928.
- . *Prolegomena to a theory of language*. Trad. por F. J. Whitfield. Baltimore, 1953. *Supplement to International Journal of American Linguistics*, vol. 19, número 1, Indiana University Publications in Anthropology and Linguistics, Memória 7.
- ; ULDALL, H. J. *Outline of Glossematics...* Copenhagen, 1957.
- HOLLYMAN, K.-J. *Le développement du vocabulaire féodal en France pendant le Haut Moyen Age. Étude sémantique. Société de publications romanes et françaises*, LVIII. Genebra-Paris, 1957.
- HORNING, A. *Über Dialektgrenzen im Romanischen*, em *ZRPh*, VII (1893), p. 160-87 (reimpresso também em *Meisterw.*, II, p. 264-98).
- HR* = *Hispanic Review*.
- HUBER-SAUTER, M. *Zur Syntax des Imperativs im Italienischen*. Berna, 1951, em *RH*, 36.
- HUIZINGA, J. *Herfstij der Middeleeuwen. Studie over levens- en gedachtenvormen der veertiende en vijftiende eeuw in Frankrijk en de Nederlanden*. Haarlem, 1921.
- HUMBOLDT, W. von. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues*. Berlim, 1836.
- ID* = *Italia Dialectale*.
- JORDAN, I. *Stilística limbii române. Societatea română de lingvistică*, série II. Bucareste, 1944.
- ; ORR, J. *An introduction to romance linguistics. Its schools and scholars*. Londres, 1937.
- JABERG, K. *Aspects géographiques du langage*. Paris, 1936.
- . *Innovations relatives dans l'Italie du Nord*. **In:** *VR*, XI(1950).

- . *Idealistische Neuphilologie. (Sprachwissenschaftliche Betrachtungen)*, em *GRM*, XIV (1926).
- . Sprache als Ausserung und Sprache als Mitteilung. Grundfragen der Onomasiologie. **In:** *ASNSL*, CXXXV(1917).
- . *Sprachegeographie, Beitrag zum Verständnis des Atlas linguistique de la France*. Aarau, 1908.
- ; JUD, J. *Der Sprachatlas als Forschungsinstrument. Kritische Grundlegung und Einführung in den Sprach- und Sachatlas Italiens und der Südschweiz*. Halle, 1928.
- JACOBY, E. *Zur Geschichte des Wandels lat. ū zu y im Galloromanischen*. Berlin, 1916.
- JAKOBSON, R. *On the identification of phonemic entities*, em *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague*, tomo V, *Recherches structurales*, 1949. *Interventions dans le débat glossématique*. Comenague, 1949.
- . *Principes de Phonologie historique*, em TRUBETZKOY. *Principes*, p. 334.
- . Prinzipien der historischen Phonologie. **In:** *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, IV(1931).
- JONES, D. *The Phoneme: its nature and use*. Cambridge, 1949.
- JUD, J. La valeur documentaire de l'Atlas linguistique de l'Italie et de la Suisse méridionale (AIS). **In:** *RLiR*, IV(1928).
- . Probleme der altromanischen Wortgeographie. **In:** *ZRPh*, XXXVIII(1917).
- . Sur l'histoire de la terminologie ecclésiastique de la France et de l'Italie. **In:** *RLiR*, X(1934).
- . Zur Geschichte der romanischen Reliktwörter in den Alpenmundarten der deutschen Schwetz. **In:** *VR*, VIII (1945-6).
- JUILLAND, A. G. A bibliography of diachronic phonemics. **In:** *Wo.*, IX(1953).
- JUNGEMANN, F. H. *La teoría del sustrato y los dialectos hispano-romances y gascones*. Biblioteca Románica Hispánica. Tratados y monografías, 7. Madri, 1955 (Tradução espanhola feita do original inglês por Emilio Alarcos Llorach).
- JUNKER, A. Die Bedeutung französischen Geistes im Rahmen der europäischeN Kultur. **In:** *GRM*, XXXVII(1956).
- KAINZ, F. *Einführung in die Sprachpsychologie*. Viena, 1946.
- KANY, Ch. E. *Amerian-Spanish Syntax*. Chicago, 1951.
- KENISTON, H. *The Syntax of Castilian Prose, the sixteenth century*. Chicago, 1937.
- KLUGE, F.; GÖTZE, A. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*. Berlin-Leipzig, 1934.
- KOHLER, E. *Le sens large du vocabulaire espagnol*. **In:** *R*, LXXV(1954).
- KRAUSS, W. *Zur Lexikologie der Aufklärung, I*. **In:** *RF*, LXVI(1955).
- KRÖLL, H. Ein Beitrag zur portugiesischen Wortgeschichte. **In:** *RF*, LXII(1950).
- KRÜGER, F. Alte Erntgeräte in der Romania. **In:** *ER*, II(1949-50).
- . *Die Gegenstandskultur Sanabrias und seiner Nachbargebiete*. Hamburgo, 1925.
- . *Die Hochpyrenäen*. Hamburgo, 1935-9 (6 vol).
- KUEN, H. *Die sprachlichen verhältnisse auf der Pyrenäenhalbinsel*, em *ZRPh*, LXVI (1950), p. 95-125.
- . 60 Jahre Sprachgeographie in der Romania. **In:** *RJ*, I(1947-48), p. 32.
- KUHN, A. *Romanische Philologie. I. Die romanischen Sprachen*. Berna, 1951.
- . Sechzig Jahre Sprachgeographie in der Romania. **In:** *RJ*, I(1947-8).
- L = Lingua.*
Lang. = Language.

- LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. Lisboa, 1945.
- LAPESA, R. *Historía de la lengua española*. Madri, 1955.
- LAUSBERG, H. Über Wesen und Aufgaben der Phonologie – Eine Einführung. **In:** *Zeitschrift für Phonetik und Allgemeine Sprachwissenschaft*, III(1949).
- . Zum französischen Vokalismus. **In:** *RF*, LX(1947).
- . Zum romanischen Vokalismus. **In:** *RF*, LX(1947).
- . *Romanische Sprachwissenschaft. I Einleitung und Vokalismus, II. Consonantismus*. Sammlung Göschen, vol. 128/128a, 250. Berlin, 1956.
- LE BIDOIS, G.; BIDOIS, R. *Syntaxe du français moderne, ses fondements historiques et psychologiques*. Paris, 1935-8.
- LECOUTERE, C. P. F.; GROOTAERS, L. *Inleiding tot de taalkunde en tot de geschiedenis van het Nederlands*. Lovaina-Groninga, 1948.
- LERCH, E. *Die Aufgaben der romanischen Syntax*, em *Hauptfragen der Romanistik. Festschrift für Ph. Aug. Becker*. Heidelberg, 1922.
- . *Die neuere Sprachwissenschaft. Sprachgeschichte und Naationenkunde*. **In:** *Die Neueren Sprachen*, XLII(1934).
- . *Historische Französische Syntax*. Leipzig, 1925-34.
- . Spanische Sprache und Wesensart. **In:** *Handbuch der Spanienkunde*. Frankfurt a.M., 1932.
- . Zu den Anfängen der französischen Literatur. **In:** *Vom Geiste neuer Literaturforschung, Festschrift für O. Walzel*. Wildpark-Potsdam, 1924.
- . *Französische Sprache und Wesensart*. Frankfurt, 1933.
- LEROY, M. Tendances au doctrinarisme dans la pensée linguistique contemporaine. **In:** *Mélanges Georges Smets*. Bruxelles, 1952.
- LEWY, E. Zur Wesensgestalt des Französischen. **In:** *ZRPh*, XLII(1922), p. 71 e ss. (reeditado em *Meisterw.*, II, p. 299 e ss.).
- LGRPh* = *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie*.
- LN* = *Lingua nostra*.
- LOMBARD, A. *Le verbe roumain. Étude morphologique*, em *Acta Reg. Societatis Humaniorum Litterarum Lundensis*, LII, vol. I, II. Lund, 1954-5.
- LR* = *Limba română*.
- LÜDTKE, H. *Die structurelle Entwicklung des romanischen Vokalismus*. Bonn, 1956.
- LÜDTKE, H. Fonemática portuguesa. I, Consonantismo; II, Vocalismo. **In:** *BF*, XIII(1952) e XIV(1953).
- . Il sistema consonantico del sardo. **In:** *Or.*, II(1953).
- M* = *Museum*.
- MALMBERG, B. *A propos du système phonologique de l'italien*, em *AL*, III (1942-3).
- . Bemerkungen zum quantitativen Vokalsystem im modernen Französisch. **In:** *AL*, III(1942-3).
- . *La coupe syllabique dans le système consonantique du français contemporain. Témoignages recueillis en 1941 dans un camp d'officiers prisonniers*. Société de publications romanes et françaises, XXIII. Paris, 1945.
- . *Le système consonantique du français moderne*, em *Études romanes de Lund*, VII. Lund-Copenhague, 1943.
- . *Le système consonantique du français moderne. Étude de phonétique et de phonologie*. **In:** *Études Romanes de Lund*, VII. Lund-Copenhague, 1943.
- . Observations sur le système vocalique du français. **In:** *AL*, II(1940-1), p. 232-46.

- . *Système et méthode. Trois études de linguistique générale*. Lund, 1945.
- MARGARIT, A. BADÍA. El subjuntivo de subordinación en las lenguas romances y especialmente en el iberorománico. **In:** *RFE*, XXXVII(1953).
- MAROUSZEAU, J. *Précis de Stylistique française*. Paris, 1950.
- . *Aspects du français*. Paris, 1950.
- . Principes et méthodes de la Syntaxe. **In:** *Donun natalicium Schrijnen*. Nimega-Utrecht, 1929.
- MARTINET, A. Au sujet des Fondements de la théorie linguistique de Louis Hjelmslev. **In:** *BSLP*, XLII(1942-5).
- . Recherches structurales. Interventions dans le débat glossématique. **In:** *Travaux de Cercle Linguistique de Copenhague*, V. Copenhague, 1949.
- . *Au sujet des Fondements de la théorie linguistique de Louis Hjelmslev*, em *BSLP*, XLII (1942-5).
- . *Description phonologique du parler franco-provençal d'Hauteville (Savoie)*, em *RLiR*, XV (1939).
- . *Description phonologique du parler franco-provençal d'Hauteville (Savoie)*. **In:** *RLiR*, XV(1939).
- . *La description phonologique avec application au parler franco-provençal d'Hauteville (Savoie)*. Société de publications romanes et françaises, LVI. Geneva-Paris, 1956.
- . *Diffusion of language and structural linguistics*, *RPh*, V (1952).
- . *Économie des changements phonétiques. Traité de phonologie diachronique*. Bibliotheca Romanica, série I, Manualia et Commentationes, X. Berna, 1955.
- . *Function, structure and sound change*, em *Wo.*, VIII (1952).
- . La phonologie synchronique et diachronique. **In:** *Conférences de l'Institut de Linguistique de l'Université de Paris*, VI(1938).
- . *La prononciation du français contemporain. Témoignages recueillis en 1941 dans un camp d'officiers prisonniers. Société de publications romanes et françaises*, XXIII. Paris, 1945.
- . *Le phonème et la conscience linguistique*, em *FM*, XI (1943).
- . Les traits généraux de la phonologie du français. **In:** *Publications of the Philological Society*, XV(1949).
- . Note sur la phonologie du français vers 1700. **In:** *BSLP*, XLIII(1946).
- . *Proceedings of the seventh International Congress of Linguists*, parte I. Londres, 1956.
- . Remarques sur le système phonologique du français. **In:** *BSLP*, XXXIV(1933).
- ; GRAMMONT, M.; DAUZAT, A. La phonologie, Discussion. **In:** *FM*, VII(1939).
- MARX, F. *Die Beziehungen des Altlateins zum Spätlatein*, em *Neue Jahrbücher für das klassische Altertum. Geschichte und Deutsche Literatur*, XII (1909).
- MATORÉ, G. *La méthode en lexicologie Domaine français*. Paris, 1953.
- . *Le vocabulaire et la soviète sus Louis-Philippe*. Société de publications romanes et françaises, XXXIII. Genève-Lille, 1951.
- MEIER, H. *Die Entstehung der romanischen Sprachen und Nationen*. Frankfurt am Main, 1941.
- . *Über das Verhältnis der romanischen Sprachen zum Lateinischen*, em *RF*, LIV (1940).
- MEILLET, A. *Esquisse d'une histoire de la langue latine*. Paris, 1928.
- . *Introduction à l'étude comparative des langues indoeuropéennes*. Paris, 1922.
- . *Langues* = A. MEILLET. *Les langues dans l'Europe nouvelle*. Paris, 1928.
- . *Linguistique historique et linguistique générale*. Partie II. Paris, 1936.
- . *La méthode comparative en linguistique historique*. Oslo, 1925.

- Meisterw. = SPITZER, L. (org). *Meisterwerke der romanischen Sprachwissenschaft*, I, II, München, 1929-30.
- MÉLANGES linguistiques publiés à l'occasion du VIII Congrès International des Linguistes à Oslo, pela Academia da República Popular Romena. Bucareste, 1957.
- MERLO, C. *I nomi romanzi delle stagioni e dei mesi studiati particolarmente nei dialetti ladini, italiani, franco-provenzali, Saggio di onomasiologia*. Turim, 1904.
- . *La Francia linguistica odierna e la Gallia di Giulio Cesare*, em *Reale Accademia d'Italia. Rendiconti*, série VII, tomo II (1940), p. 63-73.
- . *L'Italia linguistica odierna e le invasioni barbariche*, em *Reale Accademia d'Italia. Rendiconti*, Série VII, tomo III (1941), p. 63-72.
- MEYER-LÜBKE, W. *Die rom. Sprachw.* **In:** *RLiR*, I(1925).
- . Einführung in das Studium der romanischen Sprachwissenschaft. Heidelberg, 1901.
- . *Zur u-y-Frage*, em *ZFSL*, XLI (1913), p. 1 e ss. (cf. Meisterw., I, p. 354).
- . *Die romanische Sprachwissenschaft der letzten zwölf Jahre.* **In:** *RLiR*, I(1925).
- . *Einführung in das Studium der romanischen Sprachwissenschaft*. Heidelberg, 1920.
- . *Grammatik der romanischen Sprachen*. I, II, III, IV. Leipzig, 1890-92.
- . *Historische Grammatik der französischen Sprache*, parte II. Heidelberg, 1921.
- . *Introducción a la lingüística Románica*. (Tradução da 3ª ed. alemã, com notas e adições, por Américo Castro.) Madri, 1926.
- . *Katalanische. Seine Stellung zum Spanischen und Provenzali schen sprachwissenschaftlich und historisch dargestellt*. Heidelberg, 1925.
- . *Die lateinische Sprache in den romanischen Ländern*, em *Gr.* I, 1904.
- . *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg, 1935.
- . *Die romanischen Sprachen*, em *Die Kultur und Gegenwart*. 2ª ed. Leipzig, 1925.
- . *Die Ziele der romanischen Sprachwissenschaft*. Wiener Rectoria trede, 1906.
- MIGLIORINI, B. *Italian language.* **In:** *The year's work in modern language studies*. "Modern Humanities Research Association". Cambridge, 1955.
- . *Lingua contemporanea*. Florença, 1943.
- . *Lingua e cultura*. Roma, 1948.
- ; CHIAPPELLI, F. *Lingua e stile. Nozioni de grammatica, stilistica e versificazione*. Florença, 1951, p. 105-65.
- MILLARDET, G. *Ling.* = G. MILLARDET. *Linguistique et dialectologie romanes. Problèmes et méthodes*. Montpellier-Paris, 1923.
- . Linguistique et dialectologie romanes. Réponse à quelques critiques. **In:** *RLR*, LXII(1924).
- . Philologie, littérature et linguistique romanes. Leçon d'ouverture de cours de Philologie Romane donnée à la Sorbone le 8 décembre 1933. **In:** *Annales de l'Université de Paris*, p. 56.
- MOLL, F. de B. *Gramática histórica catalana*. Madri, 1952.
- . *Zur sprachlichen Gliederung Frankreichs*, em *Abhandlungen der Kgl. Preussischen Akademie der Wissenschaften. Phil. Hist. Classe, 1911*, memória II.
- MORF, H. *Mundartenf.* = MORF, H. *Mundartenforschung und Gessaichte Auf romanischen Gebiet*, em *Aus Dich tung und Sprache der Romanen. Vorträge und Skizzen*. Terceira série. Berlin-Leipzig, 1922.
- N* = *Neophilologus*.
- NA* = *Nuova Antologia*.
- NAVARRO TOMÁS, T. Dédoublément de phonèmes dans le dialecte andalou. **In:** *Études phonologiques dédiées à la mémoire de N. S. Trubetzkoy, Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, VIII. Praga, 1939.

- . Desdoblamiento de fonemas vocálicos. **In:** *RFH*, I(1939).
- . *Estudios de Fonología Española*. Siracusa, Nova Iorque, 1946.
- NENCIONI, G. *Idealismo e realismo nella scienza del linguaggio*. Florença, 1946.
- NIEDERMANN, M. *Historische Lautlehre des Lateinischen*. Heidelberg, 1953.
- NIELSEN, N. A. La théorie des substrats et la linguistique structurale. **In:** *AL*, VII (1952).
- NILSON-EHLE, H. *Les propositions complétives juxtaposées en italien moderne. Études romanes de Lund*, IX. Lund, 1947.
- NJWJ* = *Neue Jahrbücher für Wissenschaft und Jugendbildung*.
- NM* = *Neuphilologische Mitteilungen*.
- NOVÁK, L. De la phonologie historique romane. La quantité et l'accent. **In:** *Charisteria Guilelmo Mathesio quiquagenario... oblata*. Praga, 1932.
- NS* = *Die neueren Sprachen*.
- NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa, 1930.
- NYROP, K. *Grammaire historique de la langue française*. I-VI. Paris-Copenhague, 1899-903.
- . *Manuel phonétique du français parlé*. Copenhague, 1914.
- ÖHMANN, S. *Wortinhalt und Weltbild. Vergleichende und methodologische Studien zu Bedeutungslehre und Wortfeldtheorie*. Estocolmo, 1951.
- . Theories of the linguistic field. **In:** *Wo.*, IX(1953).
- . *Wortinhalt und Weltbild. Vergleichende und methodologische Studien zu Bedeutungslehre und Wortfeldtheorie*. Estocolmo, 1951.
- Or.* = *Orbis*.
- OTTO, E. *Stand Und Aufgabe der allgemeinen Sprachwissenschaft*. Berlin, 1954, p. 103, e mais adiante, p. 150.
- PAGLIARO, A. *Sommario di linguistica arioeuropea*. Fasc. I. *Cenni storici e questioni teoriche*. Roma, 1930.
- PALAY, S. *Dictionnaire du béarnais et du gascon modernes*. Pau, 1932, p. 40.
- PAR, A. *Sintaxi catalana segons los escrits en prosa de Bernat Metge(1398)*. Halle, 1923.
- PETROVICI, E. *Fonemele limbii romîni*. **In:** *LR*, V(1956).
- PICHON, E. *Genre et questions connexes*, em *FM*, VI (1938).
- PIDAL, R. M. *Castilla. La tradición. El idioma*. Buenos Aires-México, 1947.
- . *Manual de gramática histórica española*. Madri, 1952.
- . *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Madri, 2ª ed. 1929, 3ª ed. 1950.
- POERCK, G. de. *La diphthongaison des voyelles fermées du latin, principalement dans le domaine gallo-roman, et la palatalisation de ū* (**In:** *Romanica Gandensia*, I, 1953, p. 84 e ss.),.
- . La représentation du temps dans la langue française. **In:** *FM*, XXI (1953), p. 51 e ss.
- POP, S. *La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*. I. *Dialectologie romane*. II. *Dialectologie non romane*. Louvain, 1950.
- PORRU, G. Anmerkungen über die Phonologie des Italienischen. **In:** *Études phonologiques dédiées à la mémoire de N. S. Trubetzkoy. Travaux du Cercle Linguistique de Prague*, VIII. Praga, 1939, p. 187-208.
- PORZIG, W. *Das Wunder der Sprache. Probleme, Methoden und Ergebnisse der modernen Sprachwissenschaft*. Berna, 1950.
- POTTIER, B. Espacio y tiempo en el sistema de las preposiciones. **In:** *Boletín de Filología de la Universidad de Chile*, VIII, p. 347-54.
- . Les infixes modificateurs en portugais. Note de morphologie générale. **In:** *Boletín de Filología*, XIV(1953), p. 234-56.

- PUȘCARIU, S. *Études de linguistique roumaine*. Cluj-Bucarest, 1937.
- . *Locul limbii române între limbile romanice*. Academia românsă. Dis cursuri de recep, tiune, XLVI, Bucarest, 1920.
- . *Die rumänische Sprache. Ihr Wesen und Volkliche Prägung*. (Aus dem Rumänischen übersetzt und bearbeitet von H. Kuen). Leipzig, 1943.
- QUADRI, B. *Aufgaben und Methoden der onomasiologischen Forschung. Eine Entwicklungsgeschichtliche Darstellung*, em *RH*, 37. Berna, 1952.
- QUADRI, B. *Aufgaben und Methoden der onomasiologischen Forschung. Versuch einer Entwicklungsgeschichte mit einer Bibliographie der bisher erschienenen Wichtigsten Arbeiten*. In: *RH*, tomo 37. Berna, 1952.
- R = Romania.*
- RDTP = Revista de Dialectología y tradiciones populares.*
- REICHENBERGER, K. *Die Bezeichnungen der Schürze in Italien und Frankreich*. In: *VR*, XVI(1957), p. 52-9.
- REL = Revue des études latines.*
- REMACLE, L. *Revue belge de philologie et d'histoire*, XXIX (1951), p. 532.
- . *Syntaxe du parler wallon de la Gleize*. I, Noms et articles - Adjectifs et pronoms; II, Verbes - Adverbes - Prépositions. In: *Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Liège*, fasc. CXXVI e CXXXIX. Paris, 1952 e 1956.
- RF = Romanische Forschungen.*
- RFE = Revista de filología española.*
- RFH = Revista de filología hispánica.*
- RH = Romanica Helvetica.*
- RICHERT, G. *Die Anfänge der romanischen Philologie und die deutsche Romantik*. Berlin, 1913.
- RICHERT, G. *Beiträge zur Geschichte der Romanismen. I. Chronologische Phonetik des Französischen bis zum Ende des 8. Jahrhunderts*, em *ZRPh*, B. LXXXII. Halle, 1934.
- . *Zusammenh. = RICHERT, G. Der innere Zusammenhang in der Entwicklung der romanischen Sprachen*, em *ZRPh*, B. XXVII.
- . *Prinzipienfragen der romanischen Sprachwissenschaft. Parte II*. Halle, 1911.
- RJ = Romanistisches Jahrbuch.*
- RLiR = Revue de linguistique romane.*
- RLR = Revue des langues romanes.*
- RO, J. *Homonimia et phonologie, em VII Congreso Internacional de Lingüística Románica*, II, Cartas y Memorais. Barcelona, 1955.
- ROEDEL, R. *Lingua ed elocuzione, Esercizi di stilistica italiana*. Sant Gallen, 1940.
- ROGGER, K. *Kritischer Versuch über De Saussure's Cours Général*, em *ZRPh*, LXI (1941).
- . *Kritischer über de Saussure's Cours général*, em *ZRPh*, LXI (1941).
- ROGGER, K. *Kritischer Versuch über De Saussure's Cours général*. In: *ZRPh*, LXI(1941).
- . *Langue-parole und die Aktualisierung* In: *ZRPh*, LXX (1954).
- ROHLFS, G. "Idealistische" Neuphilologia. In: *ZFSL*, XLVIII(1926).
- . *Le gascon. Études de philologie pyrénéenne*, em *ZRPh*, B. LXXXV. Hal le, 1935.
- . *Historische Grammatik der italienischen Sprache und ihrer Mundarten*. I, II, III. Berna, 1949-54.
- . *Die lexikalische Differenzierung der romanischen Sprachen. Versuch einer romanischen Wortgeographie*, em *Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften. Philos.-Hist. Kl.*, Jahrg. 1954, Heft. 4. München, 1954.
- . *Romanische Philologie*, I, I. Heidelberg, 1950-2.

- . *Sprache und Kultur*. Braunschweig-Berlin-Hamburg, 1928.
- ROHLFS, G. Vorlateinische Einflüsse in den Mundarten des heutigen italiens? **In:** *An den Quellen der romanischen Sprachen*. Halle (Saale), 1952.
- . Zur Erinnerung an Karl Vossler. **In:** *ZRPh*, LXVI(1950).
- RONJAT, J. *Grammaire historique des parlers provençaux modernes*, I-IV. Montpellier, 1930-41.
- ROQUES, M. *Bibliographie des travaux de J. Gilliéron*. Paris, 1930.
- . *Bibliographie des travaux de Jules Gilliéron*. Paris, 1930.
- . Méthodes étymologiques. **In:** *Journal des savants*. Nova série, terceiro ano, 1905.
- ROSETTI, A. *Autour du phonème*. **In:** *Revue de Linguistique*, I(1956).
- . Phonétique et phonologie. À propos de quelques ouvrages récents. **In:** *BL*, II (1934).
- . Sur la "morphologie". **In:** *BL*, I(1933).
- . Sur la définition du phonème. **In:** *BL*, VII(1939).
- ROSSBERG, K. *Anxia 'Angst'*. **In:** *ALLG*, I(1884).
- ROUSSELOT, P. J. *Modifications phonétiques du langage étudiées dans le patois d'une famille de Celledrouin *Charénte*. Paris, 1891.
- RPF* = *Revista portuguesa de filologia*.
- RPh* = *Romance Philology*.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo, 1931.
- SALVIONI, C. *Lampyrus italica*. *Saggio intorno ai nomi della lucciola in Italia*. Bellinzona, 1892.
- SANDBELD, K. *Syntaxe du français contemporain*. I, Les pronoms. Paris, 1928; II, Les propositions subordonnées. Paris, 1936; III, L'infinifitif. Copenhague, 1943.
- . *OLSEN, H. Syntaxe roumaine*. I, Emploi des mots à flexion. Paris, 1936.
- SAPIR, E. *Language. An Introduction to the study of speech*. Nova Iorque, 1921.
- SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*, publicado por Ch. Bally, A. Sechehay, A. Riedlinger. Paris, 1949.
- SAVJ-LOPEZ, P.. *Le origini neolatine*. Milão, 1920.
- SCHUEERMEIER, P. *Bauerwerk in Italien, der italienischen und rätomanischen Schweiz*. Vol. I: Eine sprach- und sachkundige Darstellung landwirtschaftlicher Arbeiten und Geräte, mit 472 Holzschnitten und Zeichnungen von P. Boesch und 331 Photographien (Sprach- und spachtatlas Italiens und der Südschweiz von K. Jaberg und J. Jud. Illustrationsband). Erlenbach-Zürich, 1945; Vol. II: Eine sprach- und sachkundige Darstellung des häuslichen Lebens und Ländlicher Geräte, mit 495 Holzschnitten und Zeichnungen von P. Boesch, 542 Photographien und 13 Sachkarten. Berna, 1956.
- SCHIAFFINI, A. *Momenti di storia della lingua italiana*. Roma, 1953, p. 165-86 "La stilistica letteraria"). Veja-se também as *Indicações bibliográficas*, p. 131-2 e p. 375.
- . *Presentazione de L. SPITZER. Critica stilistica e storia del linguaggio*. Bari, 1954.
- . *Tradizione e poesia nella prosa d'arte italiana dalla latinità medievale a Boccaccio*. Roma, 1943.
- SCHMECK, H. *Der Konsonantismus des Korsischen*. Bonn, 1949.
- SCHMECK, H. Probleme des Korsischen Konsonantismus. Phonologische Darstellung. **In:** *ZRPh*, LXVIII(1952), p. 499-572.
- SCHÖNEWEISS, H. G. *Die Namen der Obstbäume in der romanischen Sprachen Studien über ein Wortfeld*. Kölner Romanistische Arbeiten, 5. Köln, 1955.
- SCHRIJNEN, J. *Essai de bibliographie de géographie linguistique générale*. Nimega, 1933.
- SCHUCHARDT, H. *An Th. Gartner zum 70. Geburtstag*. Graz, 1913.
- . *Hugo Shuchardt- Brevier*. (Ein Vademecum der allgemeinen Sprachwissenschaft, zusammengestellt vol L. Spitzer). Halle, 1922.

- . *Romanische Etymologien*, II. **In:** *Sitzungsberichte der Kais. Akad. d. Wissenschaften in Wien*, Phil-hist.Klasse, tomo CXLI(1899).
- . *Sichel und Säge; Sichel und Dolch*, I, II (com 31 ilustrações). **In:** *Globus*, LXXX(1901), p. 181-7, 205-9; Gezähntge Sichel. **In:** *Globus*, LXXXI(1902), p. 228; Fischnetzknoden (com 6 ilustr.). **In:** *Globus*, LXXXII(1902), 330; *An Adolf Mussafia*. Graz, 1905 (com 67 ilustr.).
- SCHÜRR, F. *Sprachwissenschaft und Zeit geist. Eine sprachphilosophische Studie*, em *NS*, tomo XXX, I, B. Marburg, 1925.
- . *Zum Wandel ü > ü im Französischen*, em *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*. Madri, V (1954).
- SCHWAN-BEHRENS. *Grammaire de l'ancien français*. Trad. francesa de O. Bloch. Leipzig, 1932.
- SKOMMODOU, H. *Der französische psychologische Wortschatz der zweiten Hälfte des 18. Jahrhunderts*. Leipzig-Paris, 1933. Leipziger Rom. Stud., 2.
- SCL = Studii cercetari lingvistice*.
- SECHEHAYE, A. *Évolution organique et évolution constingentielle*, em *Mélanges linguistiques offerts à Ch. Bally*. Genebra, 1939, p. 25.
- . *Les trois linguistiques saussuriennes*. **In:** *VR*, V(1940)
- . *Programme et méthode de la linguistique théorique. Psychologie du langage*. Paris-Leipsig-Genebra, 1908.
- . *Essai sur la structure logique de la phrase*. Paris, 1926.
- SEGRE, C. La sintassi del periodo nei primi prosatori italiani (Guittone, Brunetto, Dante). **In:** *Atti della Accademia Nazionale dei Lincei, Memorie, Classe di scienze morali, storiche e filologiche*, série VIII, volume IV, fascículo 2. Roma, 1952.
- SEIDEL, E. Das Wesen der Phonologie. **In:** *Societatea română de lingvistică*, série I, memória 2 A. Copenhagem-Bucareste, 1943).
- . *Fonologia, și problemele ei actuale*. **In:** *Societatea română de lingvistică*, série I, memória 2. Bucareste, 1942.
- SERRA, G. Attestazioni della voce “pieve” in Sardegna. **In:** *Studi Sardi*, XII-XIII(1952-3).
- SIERTSEMA, B. *A study of Glossematics, Critical survey of its fundamental concepts*. Haia, 1954.
- SIERTSEMA, B. *A study of Glossematics. Critical survey of its fundamental concepts*. Haia, 1954.
- SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1952-7.
- SL = Studia linguistica*.
- SOFER, J. *Lateinisches und romanisches aus den Etymologiae des Isidorus von Sevilla*. Göttingen, 1930.
- SOFFIETTI, J. P. *Phonemic analysis of the word in Turinese*. Nova Iorque, 1949.
- . *Range of Performance of the Turinese Vowel Phonemes*. **In:** *Wo.*, V(1949)
- SPITZER, L. (nos Estados Unidos *Stylistic Criticism*), tal como está tratado em seu *Linguistics and Literary History. Essay in Stylistics*, Princeton (New Jersey), 1948.
- . *Aufsätze zur romanischen Syntax und Stilistik*. Halle, 1918; *Stilstudien*: I, Sprachstile; II, Stilsprachen. Munique, 1928; *Romanische Stil- und Literaturstudien*. Kölner romanistische Arbeiten, II. Malburg, 1931, e *Linguistics and Literary History. Essays in Stylistics*. Princeton, University Press, 1948.
- . *Aus der Werkstatt des Etymologen*. **In:** *Jahrbuch für Philologie*. Munique, I(1925).
- . *Les théories de la Stylistique*, em *FM*, XX (1952).
- . *Linguistics and Literary History, Essay in Stylistics*. Princeton, New Jersey, 1948.
- . *Sobre un nuevo método de tipología lingüística*. **In:** *Anales del Instituto de Lingüística*. Universidad de Cuyo, II(1942).
- (org). *Meisterwerke der romanischen Sprachwissenschaft*, I, II, München, 1929-30.

- STEN, H. *Part.* = STEN, H. *Les particularités de la langue portugaise*, em *Trouvaux du cercle linguistique de Copenhague*, II. Copenhague, 1944.
- STRAKA, G. *Sur la définition du phonème*, em *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, XX (1942).
- STROHMEYER, F. *Der Konjunktiv im indirekten Fragesatz im Italienischen*. In: *RJ*, III(1950).
 ———. *Der Stil der französischen Sprache*. Berlin, 1924.
- TAGLIAVINI, C. *Elementi di linguistica italiana*. Pádua, 1936.
- TAGLIAVINI, C. *Rumänische Konversations-Grammatik*. Heidelberg, 1938.
- TAGLIAVINI, C. *Guida alle tesi di laurea e di perfezionamento nelle discipline linguistiche*. Bolonha, 1946.
 ———. *Il dialetto del Comelico*. In: *AR*, X(1926).
 ———. *Introduzione alla glottologia*. Bolonha, 1949.
 ———. *La lingua e la società*. In: *Annuario dell'Università di Padova*, 1948-9.
 ———. *Le origini delle lingue neolatine*. Bolonha, 1952.
- TAPPOLET, E. *Die romanischen Verwandtschaftsnamen mit besonderer Berücksichtigung der französischen und italienischen Mundarten. Ein Beitrag zur vergleichenden Lexikologia*. Strassburg, 1895.
 ———. *Phonetik und Semantik in der etymologischen Forschung*. In *ASNSL*, CXV(1905).
- TERRACHER, A. *Géogr.* = TERRACHER, A. *Géographie linguistique. Histoire et philologie*, em *BSLP*, XXIV (1924).
- TERRACINI, B. *Guida allo studio della linguistica storica, I. Profilo storico-critico*. Roma, 1949.
 ———. *L'héritage de la methode comparative*. In: *AL*, II(1940-1).
 ———. *Pagine e appunti di linguistica storica*. Florença, 1957, p. 1-40).
 ———. *Questioni di metodo nella linguistica storica*. In: *Atene e Roma*, nova série, II (1921), p. 31-47, 99-116.
- THOMAS, A. *Nouveaux essais de philologie française*. Paris, 1905, p. 2-3, 27 e ss..
- TINSLEY, L. *The French Espressions for Spirituality and Devotion. A semantic Study*. The Catholic University of America, Studies in Romance Languages and Literatures, XLVII. Washington, 1953.
- TOBLER, A. *Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik*. 3ª ed. Leipzig, 1921.
 ———. *Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik*. Fünfte Reihe, Leipzig, 1912.
- TOBLER, A. *Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik*. Vierte Reihe. Leipzig, 1908.
- TOGEBY, K. *Croniques, I. La linguistique romane au Danemark (1939-1945)*, em *RLiR*, XVII (1950).
 ———. *Mode, aspect et temps en espagnol*. Copenhague, 1953.
 ———. *Structure immanente de la langue française*. Copenhague, 1951.
 ———. *Structure immanente de la langue française*. In: *Travaux du Cercle linguistique de Copenhague*. VI. Copenhague, 1951.
- TRIER, J. *Das sprachliche Feld. Eine Auseinandersetzung*. In: *NJWJ*, X(1934), p. 430 e ss..
- TRIER, J. *Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes. Die Geschichte eines sprachlichen Feldes*, parte I, *Von den Anfängen bis zum Beginn des 13. Jahrhunderts*. Heidelberg, 1931.
- TROUBETZKOY, N. S. *Principes de phonologie*, traduzidos por J. Cantineau. Paris, 1949.
 ———. *Grundzüge der Phonologie*. Praga, 1939.
- TWADDELL, W. F. *On defining the phoneme*, em *Language Monographs*, XVI. Baltimore, 1935.
- ULDALL, H. J. *A study in the methodology of the humanities with special reference to linguistics*, Parte I, *General theory*, em *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague*, vol. X, 1.
- ULLMANN, S. *Historical semantics and the structure of the vocabulary*. In: *Miscelánea homenaje a André Martinet "Estruturalismo e Historia"*. Universidad de La Laguna, 1957, I, p. 289-303.

- . *Précis de Sémantique française*. Berna, 1952.
- . Quelques principes de sémantique générale. **In:** *Or.*, I(1952a), p. 173.
- VÄÄNÄNEN, V. “Il est venu comme ambassadeur”, “il agit en soldat” et locutions analogues en latin, français, italien et espagnol. *Essai de syntaxe historique et comparée*. **In:** *Annales Academiæ Scientiarum Fennicæ*, série B, tomo 72, I, Helsingue, 1951.
- . Sur la préposition latine de marquant la notion partitive, en *Commentationes in honorem Edwin Linkomies*. **In:** *Arctos, Acta Philologica Fennica*, nova série, I(1954).
- VALIN, R. *Petite introduction à la psychomécanique du langage*, em *Cahiers de linguistique structurale*, publicados sob os auspícios da Faculté des Lettres de l’Université Laval, número 3. Quebeque, 1955.
- VALKHOFF, M. *Latijn, Romaans, Roemeens*. Amersfoort, 1932.
- VENDRYES, J. *Le mot dans la phrase*, em *FM*, XXI (1953), p. 81 e ss.
- VIDOS, B. E. Les problèmes de l’emprunt et les relations qui ont existé entre la Péninsula Ibérique et les Pays-Bas (Flandre et Hollande). **In:** *RPF*, VI(1954), p. 235-273.
- . Mots créés, mots empruntés et curiosités lexicologiques. **In:** *RPF*, IV(1954), p. 269-309,.
- VITALE, M. *Sommario elementare di una storia degli studi linguistici romanzi*. **In:** VISCARDI, A. *Presistoria e storia degli studi romanzi*. Milano-Varese, 1955.
- VKR = *Volkstum und Kultur der Romanen*.
- VOCKERADT, H. *Lehrbuch der italienischen Sprache*. Berlim, 1881.
- VOGEL, K. S. de. *Syntaxe historique du français*. Groninga-Haia, 1927.
- VORETZSCH, K. *Einführung in das Studium der altfranzösischen Sprache*. Halle, 1918.
- VOSSLER, K. *Aus der romanischen Welt*. Leipzig, 1940, I, p. 102-3.
- . *Einführung ins Vulgärlatein*. Herausgegeben und bearbeitet von H Schmeck. München, 1954.
- . *Frankreichs Kultur und sprache. Geschichte der französischen Schriftsprache von den Anfängen bis zur Gegenwart*. Heidelberg, 1929.
- . *Geist und Kultur in der Sprache*. Heidelberg, 1925.
- . *Gesammelte Aufsätze zur Sprachphilosophie*. Munique, 1923.
- . *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft, Eine sprachphilosophische Untersuchung*. Heidelberg, 1904.
- . *Positivismus und Idealismus in der Sprachwissenschaft, Eine sprach-philosophische Untersuchung*. Heidelberg, 1904.
- . *Sprache als Schöpfung und Entwicklung. Eine theoretische Untersuchung mit praktischen Beispielen*. Heidelberg, 1905.
- . *Wesenszüge romanischer Sprache und Dichtung: Italienisch, Französisch, Spanisch*. München, 1946.
- . *Wesenszüge romanischer Sprache und Dichtung: Italienisch, Französisch, Spanisch*. Munique, 1946.
- ; LEWY, E.. *Zur Wesensgestalt des Französischen*. **In:** *ZRPh*, XLII(1922), p. 71-5 (reimpresso também em *Meisterw.*, II, p. 209-303).
- . SPITZER, L.; HATZFELD, H. *Introducción a la estilística romance*. Tradução e notas de Amado Alonso e Raimundo Lida, Instituto de Filología. Buenos Aires, 1932 (reimpressão em 1942).
- VR = *Vox Romanica*.
- WAGNER, M.-L. *Amerikanisch-Spanisch und Vulgärlatein*, em *ZRPh*, XL (1920), p. 286-312, 385-404 (reproduzido também em *Meisterw.*, II).
- . *Betrachtungen über die Methodenfrage der Etymologie*. **In:** *CN*, III(1943).

- . Das ländliche Leben Sardinien im Spiegel der Sprache. **In:** *Palavras e Coisas*, vol. 4. Heidelberg, 1921.
- . *Historische Lautlehre des Sardischen*, em *ZRPh*, B. XCIII. Halle, 1941.
- . *La lingua sarda Storia, spirito e forma*. Berna, 1951.
- . *Lingua e dialetti dell' America spagnola*. Florença, 1949.
- . *Zu Harri Meier's "Die Entstehung der romanischen Sprachen und Nationen"*. *Methodologische Erwägungen*, em *RF*, LXI (1948).
- . Nochmals über die Frage ficatum-ficatum. **In:** *RF*, LXIV(1952).
- . Pro domo II, Zur Romanisierung Sardinien. **In:** *RF*, LXV(1955).
- . Sobre os nomes da 'moega' nas línguas ibero-românicas. **In:** *Bi.*, XXIV(1949).
- . *Sobre os nomes da "moega" nas línguas ibero-românicas*. **In:** *Bi.*, XXIV(1949), p. 3 e ss. (da separata).
- . *Über die Unterlagen der romanischen Phraseologie*. **In:** *VKR*, VI, p. I (da separata).
- . Betrachtungen über die Methodenfragen der Etymologie. **In:** *CN*, III(1943).
- . *Supplément bibliographique à l'Introduction à la linguistique française, 1947-1953*. Société des publications romanes et françaises, XLVII. Gênova-Lille, 1955.
- . *Introduction à la linguistique française*. Lille-Gênova, 1947.
- WALLENSKÖLD, A. L'ü latin dans les langues romanes **In:** *A grammatical Miscellany offered to Otto Jespersen*. Copenhagen-Londres, 1930, p. 387-91.
- WARTBURG, W. von. *Die Ausgliederung der romanischen Sprachräume*. 1. ed. em *ZRPh*, LVI (1936), p. 1-48, 2ª ed. Berna, 1950.
- . Betrachtungen über das Verhältnis von historischer und deskriptiver Sprachwissenschaft. **In:** *Mélanges de Linguistique offerts à Ch. Bally*. Genebra, 1939, p. 3-18.
- . Betrachtungen über die Gliederung des Wortschatzes und die Gestaltung des Wörterbuchs. **In:** *ZRPh.*, LVII(1937).
- . Das Ineinandergreifen von deskriptiver und historischer Sprachwissenschaft. **In:** *Berichte über die Verhandlungen der Sächsischen Akademie der Wissenschaften*. Leipzig, Phil.-hist. Klasse, tomo LXXXIII(1931), fasc. I.
- . *Évolution et structure de la langue française*. Berna, 1946.
- . *Französisches etymologisches Wörterbuch*. Bonn, 1928 e ss.
- . Grundfragen der etymologischen Forschung. **In:** *NJWJ*, VII(1931).
- . Les noms des jours de la semaine. **In:** *Von Sprache und Mensch*. Berna, 1956.
- . *Les origines des peuples romans*. Paris, 1941.
- . *Précis de syntaxe du français contemporain*. Berna, 1947.
- . *Problèmes et méthodes de la linguistique*. Paris, 1946.
- . Zu M. L. Wagner Aufsatz Pro Domo II. **In:** *ZRPh*, LXXII(1956).
- . Zum Problem der Romanisierung Sardinien. **In:** *ZRPh*, LXX(1954).
- WECHSSLER, E. *Esprit und Geist. Versuch einer Wesenskunde des Deutschen und des Franzosen*. Bielefeld-Leipzig, 1927.
- . Gibt es Lautgesetze? **In:** *Festgabe für Hermann Suchier, Forschungen zur romanischen Philologie*. Halle, a. S. 1900, p. 349-538.
- WEERENBECK, B. H. J. Le pronon en français et en provençal. **In:** *Verh. der Ned. Akademie van Wetenschappen*. Seção Literatura, nova série, vol. XLVIII, 1943, p. 1-108.
- WIJK, N. Van. *L'étude diachronique des phénomènes phonologiques et extraphonologiques* (ensaios aparecidos nos *Études phonologiques dédiées à la mémoire de N. S. Trubetzkoy*). **In:** *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*. VIII. Praga, 1939, respectivamente às p. 270-2 e 297-318).
- . Van. *Phonologie. Een hoofdstuk uit de structurele taalwetenschap*. Den Haag, 1939.

- . *Umfang und Aufgabe der diachronischen Phonologie*, em *Mélanges van Ginneken*. Paris, 1937.
- . *Umfang und Aufgabe der diachronischen Phonologie*. **In:** *Mélanges de Linguistique et de Philologie offerts à Jacq. van Ginneken*. Paris, 1937.
- Wo.* = *Word*.
- WUNDT, M. *Cogito ergo sum*. **In:** *Zeitschrift für deutsche Kulturphilosophie*, V, p. 81-100.
- YVON, H. *Linguistique diachronique, linguistique synchronique et psychologie sublinguistique*. **In:** *FM*, XX (1952).
- . *Aspects du verbe français et présentation du "procès"*. **In:** *FM*, XIX (1951).
- YVON, H. *Linguistique diachronique, linguistique synchronique et psychologie sublinguistique*. **In:** *FM*, XX (1952)
- ZAMBETTI, P. *Die Mundart von Valmaggioro in der Valle Cavallina (Bergamo). Unter besondere Berücksichtigung der Syntax und der Phraseologie*. **In:** *RH*, tomo 40. Berna, 1952.
- ZAUNER, A. *Die romanischen Namen der Körperteile. Eine onomasiologische Studie*. Erlangen, 1902.
- ZFSL* = *Zeitschrift für französische Sprache und Literatur*.
- ZRPh* = *Zeitschrift für romanische Philologie*.